



DIÁRIO

República Federativa do Brasil DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XL — Nº 145

CAPITAL FEDERAL

QUARTA-FEIRA, 6 DE NOVEMBRO DE 1985

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 216ª SESSÃO, EM 5 DE NOVEMBRO DE 1985

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Mensagens do Senhor Presidente da República

Nºs 265 e 266/85 (nºs 549 e 553/85, na origem), restituindo autógrafos de projetos de lei sancionados.

1.2.2 — Aviso do Sr. Ministro Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República

Nº 757/85, encaminhando esclarecimentos prestados pelo Ministério da Indústria e do Comércio com a finalidade de instruir o estudo do Projeto de Lei da Câmara nº 280/83 (nº 2.674/80, naquela Casa).

1.2.3 — Leitura de projeto

Projeto de Lei do Senado nº 331/85, de autoria do Sr. Senador Odacir Soares, que revoga o art. 566 da Consolidação das Leis do Trabalho e altera o art. 3º da Lei nº 6.185, de 11 de dezembro de 1974.

1.2.4 — Comunicações

— Do Presidente da Câmara dos Deputados, referente à aprovação pelo plenário daquela Casa, em sua sessão ordinária de 30-10-85, da prorrogação, pelo prazo de um ano, da vigência da Comissão Especial Mista destinada a programar comemoração pela passagem dos centenários da Proclamação da República e da Primeira Carta Republicana no País.

— Do Sr. Senador Odacir Soares, que se ausentará do País.

1.2.5 — Comunicação da Presidência

Recebimento do Aviso nº 438/85, do Presidente do Tribunal de Contas da União, encaminhando ao Senado cópias das atas das sessões em que foram tomadas decisões aplicando sanções aos responsáveis que relaciona, bem como a discriminação dos recursos providos no período de 13 de agosto a 26 de setembro de 1985.

1.2.6 — Discursos do Expediente

SENADOR MARTINS FILHO — Eleições de 15 de novembro do corrente ano.

SENADOR ALBANO FRANCO — Posse de S. Exª na Presidência da Associação de Industriais Latino-Americanas (AILA).

SENADOR JORGE KALUME — Encaminhando à Mesa projeto de lei que reduz a jornada de trabalho da Caixa Econômica Federal de oito para seis horas. Homenagem à memória de Rui Barbosa a propósito do Dia Nacional da Cultura.

SENADOR NIVALDO MACHADO — Aplicação do instituto da ascensão funcional aos servidores estatutários e celetistas do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem — DNER.

1.2.7 — Leitura de projeto

Projeto de Lei do Senado nº 332/85, de autoria do Sr. Senador Jorge Kalume, que reduz a jornada de trabalho da Caixa Econômica Federal de oito para seis horas.

1.3 — ORDEM DO DIA

— Projeto de Lei do Senado nº 201/85 — Complementar, que cria o Estado de Tocantins, e dá outras providências. (Em regime de urgência.) **Votação adiada por falta de quorum.**

— Projeto de Lei da Câmara nº 3/81 (nº 1.889/76, na Casa de origem), alterando a redação dos arts. 7º, 9º e 10 da Lei nº 6.223, de 14 de julho de 1975, que dispõe sobre a fiscalização financeira e orçamentária da União, pelo Congresso Nacional, e dá outras providências. **Votação adiada por falta de quorum.**

— Projeto de Lei da Câmara nº 13/81 (nº 78/79, na Casa de origem), introduzindo modificações na Lei nº 605, de 5 de janeiro de 1949, que dispõe sobre o repouso semanal remunerado e o pagamento do salário nos dias feriados civis e religiosos. **Votação adiada por falta de quorum.**

— Projeto de Lei da Câmara nº 14/81 (nº 2.977/80, na Casa de origem), que suprime a alínea "B" do art. 39 da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de

1960 — Lei Orgânica da Previdência Social. **Votação adiada por falta de quorum.**

— Projeto de Lei da Câmara nº 9/82 (nº 3.048/80, na Casa de origem), que faculta ao segurado a retificação do enquadramento correspondente a seu tempo de filiação à Previdência Social. **Votação adiada por falta de quorum.**

— Projeto de Lei da Câmara nº 10/82 (nº 4.608/81, na Casa de origem), que autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade das Missões, com sede em Santo Ângelo — RS. **Votação adiada por falta de quorum.**

— Projeto de Lei da Câmara nº 55/82 (nº 2.631/80, na Casa de origem), acrescentando parágrafo ao art. 27 da lei nº 3.274, de 2 de outubro de 1957, que disciplina o regime penitenciário. **Votação adiada por falta de quorum.**

— Projeto de Lei da Câmara nº 22/83 (nº 5.450/71, na Casa de origem), que concede anistia a mães de família condenadas até 5 (cinco) anos de prisão. **Votação adiada por falta de quorum.**

— Projeto de Lei da Câmara nº 17/84 (nº 2.845/76, na Casa de origem), que acrescenta dispositivo à Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960, para dispor sobre o segurado que tiver assumido cargo público e perdido o prazo para continuar contruindo como autônomo. **Votação adiada por falta de quorum.**

— Projeto de Lei da Câmara nº 55/84 (nº 759/83, na Casa de origem), determinando que os depósitos e repasses dos órgãos públicos federais do Nordeste sejam feitos no Banco do Nordeste do Brasil S/A. — BNB. **Votação adiada por falta de quorum.**

— Projeto de Lei da Câmara nº 14/85 (nº 2.393/79, na Casa de origem), que altera a redação do art. 135 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, que dispõe sobre a concessão das férias anuais remuneradas. **Votação adiada por falta de quorum.**

— Projeto de Lei da Câmara nº 17/85 (nº 2.296/83, na Casa de origem), que dispõe sobre a de-

EXPEDIENTE**CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL****LOURIVAL ZAGONEL DOS SANTOS**

Diretor-Geral do Senado Federal

JOSÉ LUCENA DANTAS

Diretor Executivo

JOÃO MORAES DA SILVA

Diretor Administrativo

MÁRIO CÉSAR PINHEIRO MAIA

Diretor Industrial

PEDRO ALVES RIBEIRO

Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Via Superfície:

Semestre Cr\$ 3.000,00

Ano Cr\$ 6.000,00

Exemplar Avulso: Cr\$ 50,00

Tiragem: 2.200 exemplares.

fesa de médico, servidor público, em processos judiciais decorrentes do exercício da profissão. **Votação adiada por falta de quorum.**

— Projeto de Lei da Câmara nº 50/81 (nº 2.048/79, na Casa de origem), que dá nova redação ao § 2º do art. 458 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, dispondo sobre o fornecimento de transporte para o trabalhador. **Votação adiada por falta de quorum.**

— Projeto de Lei da Câmara nº 60/82 (nº 3.427/80, na Casa de origem), que dispõe sobre a regulamentação do exercício de enfermagem e dá outras providências. **Votação adiada por falta de quorum.**

— Projeto de Lei da Câmara nº 33/85 (nº 1.550/83, na Casa de origem), que declara feriado nacional o dia 20 de novembro, já celebrado Dia Nacional da Consciência Negra pela comunidade Afro-Brasileira. **Votação adiada por falta de quorum.**

— Projeto de Lei da Câmara nº 106/82 (nº 4.800/81, na Casa de origem), que disciplina as atividades profissionais dos vigias portuários, e dá outras providências. **Votação adiada por falta de quorum.**

— Projeto de Lei do Senado nº 244/81 — Complementar, que acrescenta o § 4º ao art. 2º da Lei Complementar nº 1 de 1967, que visa a reduzir, em casos que especifica, o limite mínimo populacional de que trata o inciso I do mesmo artigo. **Votação adiada por falta de quorum.**

— Projeto de Resolução nº 115/85, que autoriza a Prefeitura Municipal de Uberaba (MG) a elevar em Cr\$ 100.988.400 (cem milhões, novecentos e oitenta

e oito mil e quatrocentos cruzeiros), o montante de sua dívida consolidada. **Votação adiada por falta de quorum.**

— Projeto de Resolução nº 110/85, que suspende a execução do art. 1º da Resolução nº 13, de 4 de maio de 1983, na Câmara dos Deputados, na parte em que deliberou sustar o processo criminal contra o ex-Deputado Domingos Antônio de Freitas Diniz Neto. **Votação adiada por falta de quorum.**

— Requerimento nº 423/85, de autoria do Sr. Senador Carlos Chiarelli, solicitando urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 124/85 (nº 4.014/84, na Casa de origem), que proíbe a pesca de cetáceo nas águas jurisdicionais brasileiras e dá outras providências. **Votação adiada por falta de quorum.**

— Projeto de Lei do Senado nº 173/82, que altera o dispositivo da Lei nº 6.515, de 26 de dezembro de 1977, possibilitando o divórcio entre pessoa nunca antes divorciada e outra já divorciada anteriormente. **Votação adiada por falta de quorum.**

— Projeto de Lei do Senado nº 225/83, que cria e regula a aplicação pela Censura Federal, o certificado de liberação restrita, e dá outras providências. **Votação adiada por falta de quorum.**

— Projeto de Lei do Senado nº 129/80, que dispõe sobre a participação dos servidores nos órgãos de direção e fiscalização das entidades que menciona. **Votação adiada por falta de quorum.**

— Projeto de Lei do Senado nº 96/80, que assegura a participação dos empregados na direção das empresas públicas e sociedades de economia mista. **Votação adiada por falta de quorum.**

— Projeto de Lei do Senado nº 336/80, que dispõe sobre privilégios assegurados às empresas de auditoria de capital nacional e dá outras providências. **Votação adiada por falta de quorum.**

1.3.1 — Discursos após a Ordem do Dia

SENADOR LOURIVAL BAPTISTA — Concessão do "Prêmio Jabuti" ao escritor João Ubaldo Ribeiro.

SENADOR JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA — I Congresso Brasileiro de Mineração, recentemente realizado em Brasília.

1.3.2 — Designação da Ordem do Dia da próxima sessão**1.4 — ENCERRAMENTO****2 — DISCURSOS PRONUNCIADOS EM SESSÕES ANTERIORES**

— Do Sr. Aderbal Jurema, proferido na sessão de 31-10-85.

— Do Sr. Moacyr Duarte, proferido na sessão de 4-11-85.

3 — ATO DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL

Nº 246, de 1985.

4 — ATAS DE COMISSÕES**5 — MESA DIRETORA****6 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS****7 — COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES****Ata da 216ª Sessão, em 5 de novembro de 1985****3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47ª Legislatura***Presidência dos Srs. Martins Filho e Jorge Kalume*

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Jorge Kalume — Fábio Lucena — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — Américo de Souza — José Lins —

Moacyr Duarte — Martins Filho — Aderbal Jurema — Nivaldo Machado — Lourival Baptista — Severo Gomes — Gastão Müller — Enéas Faria — Octavio Cardoso.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — A lista de presença acusa o comparecimento de 15 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º-Secretário irá proceder à leitura do Expediente.

É lido o seguinte **EXPEDIENTE**

MENSAGENS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Restituindo autógrafos de projetos de lei sancionados: N° 265/85 (n° 549/85, na origem), de 1º do corrente, referente ao Projeto de Lei da Câmara n° 30, de 1985 (n° 1.489/83, na Casa de origem), que dispõe sobre a criação de cargos no Quadro Permanente da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região e dá outras providências.

(Projeto que se transformou na Lei n° 7.396, de 1º de novembro de 1985.)

N° 266/85 (n° 553/85, na origem), de 4 do corrente, referente ao Projeto de Lei da Câmara n° 74, de 1981 (n° 1.563/79, na Casa de origem), que altera a redação da Lei n° 6.664, de 26 de junho de 1979, que disciplina a profissão de Geógrafo.

(Projeto que se transformou na Lei n° 7.399, de 4 de novembro de 1985.)

AVISO do Ministro Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República

N° 757/85, de 4 do corrente, encaminhando esclarecimentos prestados pelo Ministério da Indústria e do Comércio com a finalidade de instruir o estudo do Projeto de Lei da Câmara n° 280, de 1983 (n° 2.674/80, naquela Casa), que estabelece condições de associado efetivo de entidade da Previdência Privada e dá outras providências.

(À Comissão de Legislação Social.)

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — O expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa, projeto de lei que vai ser lido pelo Sr. 1º-Secretário.

É lido o seguinte

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 331, de 1985

Revoga o art. 566 da Consolidação das Leis do Trabalho e altera o art. 3º da Lei n° 6.185, de 11 de dezembro de 1974.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É revogado o art. 566 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei n° 5.452, de 1º de maio de 1943.

Art. 2º O art. 3º da Lei n° 6.185, de 11 de dezembro de 1974, passa a vigor com a seguinte redação:

"Art. 3º Para as atividades não compreendidas no artigo precedente só se admitirão servidores regidos pela legislação trabalhista, aplicando-se-lhes as normas que disciplinam o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço."

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

O presente projeto estabelece que os funcionários públicos passam a ter o direito de sindicalização, que lhes foi negado pela Consolidação das Leis do Trabalho, em pleno regime ditatorial.

É nosso entendimento que a inegável desvalorização da classe dos funcionários públicos brasileiros, ocorrida nos últimos decênios, deveu-se, em grande parte, à proibição de que ela pudesse associar-se em sindicatos.

A marginalização que lhe foi imposta provocou, em consequência, sérias distorções.

Carentes de efetivos instrumentos de reivindicação, os funcionários públicos tiveram seus vencimentos violentamente reduzidos, nos últimos anos, com reajustes salariais quase sempre situados em patamares inferiores ao

estabelecido pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor — INPC.

Estudos realizados dão-nos conta de que, a partir de 1979, os aumentos salariais dos funcionários públicos estiveram, em média, abaixo do custo de vida, a ponto de, em alguns períodos, o salário real dos servidores situar-se em, aproximadamente, 25% do salário percebido há seis anos.

Por outro lado, nos últimos anos, não utilizou o Governo nenhum critério objetivo na aplicação das correções salariais de seus funcionários. Enquanto determinava a utilização do INPC na correção dos salários dos trabalhadores das entidades particulares, o Governo brasileiro negou tal direito aos servidores públicos, concedendo-lhes reajustes de vencimentos segundo índices arbitrados em função de casuísmos. Argumentando sempre que não possuía disponibilidade orçamentária e que urgia o combate à inflação, o Governo levou seus funcionários à percepção de salários verdadeiramente irrisórios.

Os funcionários públicos também foram discriminados no que concerne ao reajuste semestral de seus salários. Até o presente momento, nenhum instrumento legal existe, no País, que lhes assegure esse direito. A rigor, a semestralidade, embora praticada nos dois últimos anos, foi-lhes concedida graças ao artifício do aumento do salário de forma parcelada.

Diversas outras distorções foram impostas à classe: aplicação de índices diferentes aos reajustes de vencimentos dos funcionários públicos civis e de militares, discrepância entre regimes e modalidades de contratação (existem atualmente funcionários estatutários, funcionários regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho e funcionários contratados através de tabelas especiais), sistemáticas negativas da concessão do 13º salário aos funcionários públicos estatutários, entre outras.

O presente projeto — frise-se bem — pretende conceder aos funcionários públicos o direito de sindicalização, para que eles se apresentem com autonomia perante o Governo, utilizando adequados meios de reivindicação. Somente detendo condições para negociar com o Governo os mais elementares direitos, a classe dos funcionários públicos deixará de ser cativa do paternalismo governamental.

Consideramos que o direito de sindicalização deva ser concedido aos funcionários públicos antes das demais prerrogativas que a Nova República lhes prometeu. Assim, o novo estatuto não deve ser implantado sem que a categoria, reunida em sindicato, debate seu conteúdo. Também o novo Plano de Classificação de Cargos deve ser negociado sob a égide sindical.

É da essência da democracia que as negociações se processem mediante o diálogo entre as partes envolvidas. Sabe-se que o atual Governo está empenhado na retirada do entulho autoritário introduzido no País. A sindicalização dos funcionários públicos propiciará o ambiente adequado à instauração de autêntico espírito democrático nas relações entre o Governo e seus servidores.

Nada há, na Constituição brasileira, que impeça a sindicalização dos funcionários públicos. Ao contrário: o art. 166 da Carta Magna dispõe que "é livre a associação profissional ou sindical; a sua constituição, a representação legal nas convenções coletivas de trabalho e o exercício de funções delegadas de poder público será regulada em lei".

No plano mundial, o direito de sindicalização é reconhecido pela Declaração dos Direitos do Homem, pelas Convenções 87, 98 e 151 da Organização Internacional do Trabalho — OIT.

Eis alguns dispositivos que tratam da matéria: Declaração Universal dos Direitos do Homem:

"Art. XXIII

4 — "Todo homem tem direito a organizar sindicatos e a neles ingressar para proteção de seus interesses".

Convenção 87:

"Art. 2º

"Os trabalhadores e os empregadores, sem distinção de qualquer espécie, terão direito de constituir, sem autorização prévia, organizações de sua escolha, bem como o direito de se filiar a essas organizações, sob a única condição de se conformar com os estatutos das mesmas".

Art. 3º

"1. As organizações de trabalhadores e de empregadores terão o direito de elaborar seus estatutos e regulamentos administrativos, de eleger livremente seus representantes, de organizar a gestão e a atividade dos mesmos e de formular seu programa de ação.

"2. As autoridades públicas deverão abster-se de qualquer intervenção que possa limitar esse direito ou entravar o seu exercício legal".

Convenção 98:

Art. 1º

"1. Os trabalhadores deverão gozar de proteção adequada contra quaisquer atos atentatórios a liberdade sindical em matéria de emprego.

"2. Tal proteção deverá, particularmente, aplicar-se a atos destinados a: a) subordinar o emprego de um trabalhador à condição de não se filiar a um sindicato ou deixar de fazer parte de um sindicato; b) dispensar um trabalhador ou prejudicá-lo, por qualquer modo, em virtude de sua filiação a um sindicato ou de sua participação em atividades sindicais, fora das horas de trabalho ou com o consentimento do empregador, durante as mesmas".

Convenção 151:

Art. 4º

"1. Os funcionários públicos gozarão de adequada proteção contra todo ato de discriminação anti-sindical em relação a seu emprego.

"2. Esta proteção se exercerá especialmente contra todo ato que tenha por objetivo: a) submeter o emprego do funcionário público à condição de não se filiar a uma organização de funcionários públicos ou de deixar de ser membro dela; b) dispensar um funcionário público, ou prejudicá-lo, por qualquer modo, em virtude de sua filiação a uma organização de empregados públicos ou de sua participação nas atividades normais de tal organização".

Art. 5º

"1. As organizações de funcionários públicos gozarão de completa independência em relação às autoridades públicas.

"2. As organizações de funcionários públicos gozarão de adequada proteção contra todo ato de ingerência das autoridades públicas em sua constituição, funcionamento ou administração.

"3. Consideram-se atos de ingerência para efeito deste artigo principalmente aqueles destinados a fomentar a constituição de organizações de funcionários públicos dominados pelas autoridades públicas, ou a manter economicamente, ou de qualquer outra forma, organizações de funcionários públicos com o objetivo de submeter estas organizações ao controle da autoridade pública".

Art. 7º

"Deverão ser adotadas, se necessário, medidas adequadas às condições nacionais para estimular e fomentar o pleno desenvolvimento e utilização de procedimentos de negociação entre as autoridades públicas competentes e as organizações de funcionários públicos sobre as condições de emprego, ou de quaisquer outros métodos que permitam aos representantes dos funcionários públicos participar da determinação das referidas condições".

Art. 8º

"A solução dos conflitos suscitados em função da determinação das condições de emprego deverá ser obtida por meio da negociação entre as partes ou mediante procedimentos independentes e imparciais, tais como a mediação, a conciliação e a arbitragem, estabelecidos de maneira a inspirar a confiança dos interessados".

Art. 9º

"Os funcionários públicos, do mesmo modo que os demais trabalhadores, gozarão dos direitos civis e políticos essenciais para o exercício normal da liberdade sindical, com exceção somente das obrigações derivadas de sua condição e da natureza de suas funções".

Os argumentos apresentados conduzem-nos à inabalável convicção de que não poderão ficar os funcionários públicos brasileiros à margem do que ocorre atualmente,

no País, em relação ao avanço nas relações entre empregadores e empregados, com a intermediação das organizações sindicais, sob pena de grave perda por parte do Governo e de seus funcionários.

A nova realidade social brasileira está a exigir dos legisladores que tratem da mesma maneira todos aqueles que participam, com seu trabalho, do processo produtivo, seja na esfera da iniciativa privada, seja no âmbito da administração pública.

É por isso que julgamos urgente conceder aos funcionários públicos a possibilidade de se organizarem em sindicatos.

Sala das Sessões, 5 de novembro de 1985. — **Odacir Soares.**

LEGISLAÇÃO CITADA

DECRETO-LEI Nº 5.452
DE 1º DE MAIO DE 1943

Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 566. Não podem sindicalizar-se os servidores do Estado e os das instituições paraestatais.

Parágrafo único. Excluem-se da proibição constante deste artigo os empregados das sociedades de economia mista e das fundações criadas ou mantidas pelo Poder Público da União, dos Estados e Municípios.

LEI Nº 6.185, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1974

Dispõe sobre servidores públicos civis da Administração Federal Direta e Autárquica, segundo a natureza jurídica do vínculo empregatício, e dá outras providências.

Art. 3º Para as atividades não compreendidas no artigo precedente só se admitirão servidores regidos pela legislação trabalhista, sem os direitos de greve e sindicalização, aplicando-se-lhes as normas que disciplinam o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.

Parágrafo único. Os servidores a que se refere este artigo serão admitidos para cargos integrantes do Plano de Classificação, com a correspondente remuneração.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 1, DE 17 DE OUTUBRO DE 1969

Art. 166. É livre a associação profissional ou sindical; a sua constituição, a representação legal nas convenções coletivas de trabalho e o exercício de funções delegadas de poder público serão regulados em lei.

§ 1º Entre as funções delegadas a que se refere este artigo, compreende-se a de arrecadar, na forma da lei, contribuições para o custeio da atividade dos órgãos sindicais e profissionais e para a execução de programas de interesse das categorias por eles representadas.

§ 2º É obrigatório o voto nas eleições sindicais.

(As Comissões de Constituição e Justiça e de Legislação Social.)

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — o projeto que acaba de ser lido será publicado e remetido às comissões competentes.

Sobre a mesa, comunicação que vai ser lida pelo Sr. 1º-Secretário.

É lida a seguinte

GP-0-1.279 Brasília, 4 de novembro de 1985.
Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência, em atenção ao Ofício SM/605/85, que o plenário da Câmara dos Deputados aprovou, em sua sessão ordinária de

30-10-85, a prorrogação, pelo prazo de um ano, da vigência da Comissão Especial Mista destinada a programar comemoração pela passagem dos centenários da Proclamação da República e da Primeira Carta Republicana no País.

Aproveito a oportunidade para reiterar a Vossa Excelência protestos de apreço. — **Ulysses Guimarães**, Presidente da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — A comunicação lida vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Sobre a mesa, outra comunicação que vai ser lida pelo Sr. 1º-Secretário.

É lida a seguinte

Brasília, 5 de novembro de 1985.

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a V. Exª que me ausentarei do País, a partir de 6 até 14-11-85, para realizar uma viagem a La Paz, Bolívia, de caráter particular, de acordo com o disposto no art. 43, alínea a do Regimento Interno.

Atenciosamente, — **Odacir Soares.**

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — A Presidência fica ciente.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Através do Aviso nº 438, de 1985, de 25 de outubro do corrente ano, o Presidente do Tribunal de Contas da União encaminhou ao Senado cópias das Atas das sessões em que foram tomadas decisões aplicando sanções aos responsáveis que relaciona, bem como a discriminação dos recursos providos no período de 13 de agosto a 26 de setembro de 1985.

O expediente foi encaminhado, com ofício, à Comissão de Finanças, para conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Aderbal Jurema. (Pausa.)

S. Exª não está presente.

Concedo a palavra ao nobre Senador Martins Filho.

O SR. MARTINS FILHO (PMDB — RN. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

“As vésperas das primeiras eleições sob a Nova República e eis-nos diante do mesmo e deprimente espetáculo de sempre: corrupção eleitoral, abuso do poder econômico, viciando o voto popular, uso escandaloso da máquina administrativa dos Estados e dos Municípios para fabricar resultados eleitorais e todo o elenco de patifarias, apuradas à perfeição, para enganar o povo e reservar o poder a perpétuos donos.

Não houve, para as eleições municipais deste ano, a necessária revisão dos instrumentos eleitorais consagrados pela ditadura recente e por isso corremos o sério risco de termos eleições falseadas em muitas regiões do País.

O mais grave é que as eleições deste ano, são uma espécie de *avant-première* à Constituinte, a ser eleita daqui a um ano, quando o povo brasileiro estará mobilizado para definir os fundamentos jurídicos da Nação, esperança nossa de um novo tempo para o Brasil.

Se neste curto interregno que nos separa da Constituinte não alterarmos profundamente nossos costumes eleitorais, teremos traído a confiança dos milhões de brasileiros que foram à praça pública exigir mudanças. E não mudanças de forma ou de nomes. Mudanças fundamentais, de estrutura, de concepções, de métodos e de ação.

Mudanças que impliquem numa alteração de valores e se substitua o discurso moralista que nos últimos 20 anos encobriu toda a sorte de imoralidades, por uma atuação moralizadora, que mande os corruptos e os corruptores para a cadeia e se faça o saneamento de nossos costumes políticos e administrativos. Mudanças que garantam o respeito à vontade popular, tornando o voto autêntico instrumento de poder do povo, e não mercadoria a ser pechinçada nos bordéis cívicos criados pelo caciquismo político. Mudanças que outorguem respon-

sabilidade aos mandatários do voto popular para que não transformem a cadeira do governo em banca de feira, a vender favores caros a correligionários baratos. Mudanças que não permitam mais ao poder outorgado pelo povo, transformar-se em poder contra o povo, coagindo e intimidando para se tornar vitalício e, quantas vezes, Srs. Senadores, hereditário.

A consecução dessas mudanças está a exigir das autoridades que administram a transição, para a democracia plena, pulso firme e posicionamento intransigente no que concerne os mecanismos de constituição do poder.

A futura Constituinte nascerá desmoralizada, desautorizada, desnaturada mesmo, se não forem alterados, profundamente, os meios eleitorais de que dispomos.

Não basta termos leis para coibir a influência do poder econômico nos pleitos eleitorais! São necessários procedimentos ágeis, para detectar essa influência e anulá-la antes de os votos repousarem nas urnas.

Não basta capitularmos num extenso código de crimes eleitorais e as penas a eles aplicáveis. Impõe-se, também, conferir poder de polícia a cada cidadão para assegurar a lisura do voto e dar-lhe instrumentos eficazes à pronta intervenção nos casos de corrupção eleitoral, com responsabilização dos culpados com rito sumário.

Não basta termos uma justiça eleitoral funcionando. É necessário dotá-la de meios para que permaneça imune às pressões dos poderes em quaisquer circunstâncias e possa exercer, na plenitude, suas funções como ramo de um poder autônomo da organização do Estado.

Medidas concretas e eficazes precisam ser urgentemente tomadas para moralizar o instituto da eleição popular, fundamental ao regime democrático. E dentre estas medidas, estão as de implacável repressão aos crimes eleitorais. O próximo quinze de novembro será o teste da Nova República no que concerne à legitimidade do poder. Não pelos votos que a Aliança Democrática consiga. Diga-se de passagem que essa Aliança alcançará a totalidade dos votos válidos no País, pois a nível nacional ela se compõe de todos os Partidos políticos existentes: PTB-PFL como em São Paulo; PDS-PFL, como no Rio Grande do Norte; PMDB-PFL, como em Pernambuco; e por aí afora. Todo mundo está coligado com todo mundo, contra todo mundo. Esta ausência de identidade dos Partidos; esta pouca seriedade no encaminhamento das questões eleitorais, onde ao invés de cuidar do Evangelho, cada vigário esquece a missa no interesse de sua paróquia particular, pode levar à irreversível descreditada toda a classe política. Não cheguemos, assim, à Constituinte.

Este é o momento maior da história brasileira; não aqueçamos, pelo amor de Deus!

Conto-lhes um fato que, por ausência de poder probante, não posso dar nome aos bois.

Em certo Estado, cento e vinte Prefeitos do interior estão convocados para trabalhar na eleição da capital, devendo trazer carro e ajudante, devidamente pagos pelos cofres municipais, além de 15 milhões de cruzeiros cada um, também do município, para despesas de pronto pagamento.

— “E como fazer com a chapa oficial?”, indaga um Prefeito.

— “Temos chapas frias para todos os carros”, responde o coordenador do grupo.

Outro Prefeito pergunta:

— “Como prestar conta dos 15 milhões?”

Responde o coordenador:

— “Como sempre. Não precisam se preocupar, cinco dos sete Conselheiros do Tribunal de Contas são nossos, já foram conversados.”

E se diz ainda que democracia é isso!

Não, Sr. Presidente, Srs. Senadores! Não é essa a democracia que espero para os brasileiros! Não é essa democracia que sacrificou Tancredo Neves nas ruas, na busca do aprimoramento dos nossos costumes eleitorais. São “Coisas” de Al Capone.

Façamos um esforço para acabar com isso. Os brasileiros merecem a nossa luta, merecem a nossa atenção!

O Sr. Moacyr Duarte — Permite V. Exª um aparte?

O SR. MARTINS FILHO — Com muito prazer, nobre Senador Moacyr Duarte.

O Sr. Moacyr Duarte — Eu desejo, apenas, me congratular com o discurso de V. Ex^a, quando preconiza a necessidade da revisão da legislação eleitoral e defende, sobretudo, a lisura e a legitimidade do processo eleitoral, livre de vícios e de fraudes.

O SR. MARTINS FILHO — Agradeço a V. Ex^a o aparte que veio enriquecer o meu discurso e a solidariedade de V. Ex^a muito me honra, principalmente em se tratando de um Estado como o meu, o Rio Grande do Norte, sofrido, e que precisa aprimorar esses costumes políticos.

Encerro, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Concedo a palavra ao nobre Senador Albano Franco.

O SR. ALBANO FRANCO (PFL — SE. Pronuncia o seguinte discurso). Sr. Presidente Srs. Senadores:

Tive a honra de tomar posse na Presidência da Associação de Indústrias Latino-Americanas (AILA), reconheço que, mais que uma deferência de ordem pessoal, essa distinção foi conferida ao Brasil e à indústria que tem sido responsável, em grande parte, pela modernização de nosso País e pela sua pujança econômica; Figuramos, hoje, no Conselho de Administração da Organização Internacional do Trabalho, como membro nato, entre os dez Países do mundo que, por sua expressão e importância industrial, a essa posição são alçados. Estamos, pois, entre os dez mais importantes complexos industriais do mundo. A presença do Brasil, com seu peso específico próprio, na comunidade econômica mundial, é um fato inegável. Somos, atualmente, a oitava economia do mundo livre e a décima de todo o Universo, posição realçada pelo saudoso presidente Tancredo Neves, em entrevistas no Exterior, e pelo Presidente José Sarney, em seu recente discurso na Assembleia da ONU. A Voz do Brasil, portanto, sem ufanismo descabido e patriotada primária, já é ouvida com atenção e respeito no forum mundial.

Tive a oportunidade, em meu discurso na capital da Bolívia, de salientar os sacrifícios que são impostos à indústria Latino-Americana, na sua luta por modernizar-se e competir com as demais. Falei sobre a dívida externa da América Latina, que beira os 400 bilhões de dólares Norte-americanos. Se é verdade que somos responsáveis por esse gigantismo da dívida, não o são menos os Países ricos, cujos bancos, abarrotados de petrodólares, procuraram, com o maior empenho, clientes para seus empréstimos. A liquidez financeira os impeliu a aplicar os dólares sem preocupação maior quanto à vitalidade das economias dos tomadores de empréstimos, pois eles estavam seguros de que, em caso de dificuldade, contavam com a capacidade de pressão e coação que exerceriam, especialmente através da intervenção ou intermediação do FMI, obrigando os devedores a fazerem danosos ajustamentos internos de suas economias, mesmo ao preço da recessão, do desemprego e da fome. Os Estados Unidos, cujo déficit público iguala o total do Produto Interno Bruto Brasileiro, tem um poder imperial, simbolizado no Federal Reserve, o seu Banco Central, com poder unilateral de aumentar ou diminuir as taxas flutuantes de juros. E mais as aumenta que as diminui, para atender aos interesses locais, com terríveis reflexos sobre nós. As taxas de juros têm sido um pesadelo para os Latino-Americanos, gravados por dívidas enormes. Por outro lado, a queda dos preços das matérias primas deteriora as relações de troca em nosso desfavor. Ademais, a diminuição da demanda dos Países mais desenvolvidos, somada ao fracasso da condição das políticas econômicas internas dos devedores, provocou insuperáveis dificuldades, que tornam o pagamento da dívida quase uma impossibilidade. Segundo a Cepal, os Latino-Americanos já sacrificaram três anos de crescimento, para diminuir seu desequilíbrio externo, que tende a agravar-se pelo envilecimento dos preços das matérias primas, pelo protecionismo dos ricos com barreiras alfandegárias e sobretudo, pelo brutal aumento do serviço da dívida. Se se mantiverem as condições atuais,

a América Latina terá que desembolsar, nos próximos 15 anos, mais de 800 bilhões de dólares, para pagar o serviço da dívida.

O Sr. Jorge Kalume — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. ALBANO FRANCO — Pois não, nobre Senador Jorge Kalume.

O Sr. Jorge Kalume — Encontrava-me eventualmente dirigindo os trabalhos da Casa, quando V. Ex^a assomou à tribuna, para comunicar que assumiu a Presidência da Associação de Indústria Latino-Americana. Quero, então, congratular-me com V. Ex^a e com todos os empresários brasileiros, por esta demonstração e conceito de que goza nosso País, especialmente V. Ex^a no seio da classe. Era este o merecido testemunho que queria dar a V. Ex^a.

O SR. ALBANO FRANCO — Nobre Senador Jorge Kalume, o aparte de V. Ex^a honra e dignifica as nossas palavras. O mais importante a ressaltar e destacar, é que efetivamente há 14 anos o Brasil não tinha a oportunidade de exercer a presidência desse órgão internacional.

O Sr. Gastão Müller — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. ALBANO FRANCO — Pois não, Senador Gastão Müller.

O Sr. Gastão Müller — Senador Albano Franco, V. Ex^a anunciou um fato auspicioso não só para V. Ex^a, mas para os industriais, e empresários brasileiros e especialmente para o Senador, ao vê-lo atingir na área empresarial, na área privada, mais uma posição que é a presidência da Associação de Indústria Latino-Americana. É um mérito para o Senador ter entre os seus Senadores um homem que atinge tão alta posição, de relevo na vida de atividade pública empresarial. Em meu nome pessoal, em nome do PMDB, no momento representado por mim, levo a V. Ex^a as congratulações ao seu querido Sergipe, seu Estado natal e à sua família, por ter atingido mais esse elevado posto, não só na vida política de Senador, mas na vida privada como empresário.

O SR. ALBANO FRANCO — Nobre Senador Gastão Müller, sensibilizado agradeço as palavras generosas e amigas do prezado colega, em nome do PMDB. Realmente essa posição que nós alcançamos é uma posição do Brasil, em que nós, acidentalmente, assumimos a Presidência.

Repeti a expressão usada pelo eminente Presidente José Sarney, de que não podemos pagar a dívida externa com a fome. Só podemos pagá-la com o resultado de um trabalho produtivo, que gere novas divisas através da exportação. E isso só poderá ser feito, se crescermos economicamente. Não é política inteligente, a dos credores, se nos impuserem condições que impeçam esse crescimento, através de ajustamentos internos perversos, que nos levem ao empobrecimento crescente. No afã de receber imediatamente os seus empréstimos, os credores poderão conduzir-nos inapelavelmente ao pior: à convulsão social e ao perigo ideológico, gerando a injustiça social capaz de abalar instituições de regimes democráticos. O preço ideológico é muito alto e perigoso.

Permito-me transcrever parte do meu discurso em La Paz, que considero traduzir nossa preocupação:

“A problemática econômica, financeira e social da América Latina é uma só, o que contraindica a existência de várias casuísticas fórmulas para enfrentá-la e resolvê-la. Unida, consciente, um só voz, uma mesma e idêntica vontade, a América Latina pesa em qualquer fórum internacional, seja para questionar protecionismos indesejáveis e postular preços justos para seus produtos e mercadorias, seja para fortalecer estrategicamente, a sua solidariedade e protestar contra as taxas de juros que, há anos, a empobrecem e humilham. Nenhum País sobrevive quando só trabalha para pagar empréstimos. Não há, a médio prazo, a solução para os problemas da América Latina enquanto ela, para exclusiva alegria dos banqueiros, permanece sujeita a taxas e sobretaxas que a escravizam e dilaceram. As atuais e vorazes taxas de juros não são menos sinistras do que as bombas do terrorismo alucinado”.

O Sr. Nivaldo Machado — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. ALBANO FRANCO — Pois não, nobre Líder.

O Sr. Nivaldo Machado — Senador Albano Franco, quero saudar V. Ex^a não só como brasileiro que se honra do patricio que assume posição das mais destacadas num órgão de classe latino-americana, a Associação de Industriais Latino-americanos, quando à frente da Confederação Nacional da Indústria, tem-se conduzido com a maior competência, com o maior zelo na defesa dos interesses da classe que dirige com mérito, mas como seu correligionário, pela maneira como V. Ex^a está dirigindo o Órgão, a cuja Presidência acabou de ascender, de que é uma prova o seu pronunciamento recente naquela entidade. De forma que o Senado da República, que conta com a sua presença como um dos mais destacados membros, sente-se orgulhoso de tê-lo como um dos políticos mais dinâmicos, mais interessados no cumprimento dos deveres que a outorga do mandato popular impõe.

O trabalho de V. Ex^a contribui, não só para a integração da América Latina, como para a construção de uma nova ordem econômica internacional mais justa.

Assim, quero traduzir o nosso júbilo, a nossa satisfação e a honra com que o temos como um dos correligionários mais eminentes.

O SR. ALBANO FRANCO — Meu nobre colega, Líder e amigo Nivaldo Machado, agradeço as palavras incentivadoras de V. Ex^a e aproveito o ensejo para dizer aos meus nobres colegas que o mais importante nesta organização que congrega todos os países latino-americanos, inclusive o México, será traduzida através de um esforço pela integração, integração esta que poderá, também, possibilitar suporte para os governos latino-americanos na defesa de uma renegociação política da dívida externa como, também na defesa de uma nova ordem econômica internacional.

É importante também ressaltar neste instante, é que procuraremos, neste órgão, entrosar e integrar com órgãos que poderão ajudar nosso País como a ALADI, a CEPAL e outros organismos ligados aos interesses latino-americanos.

O Sr. Moacyr Duarte — V. Ex^a permite um aparte?

O SR. ALBANO FRANCO — Ouço V. Ex^a com muito prazer, nobre Senador Moacyr Duarte.

O Sr. Moacyr Duarte — Em nome do meu Partido, cuja bancada eventualmente lidero na sessão de hoje, quero fazer chegar a V. Ex^a os nossos cumprimentos mais efusivos pela sua assunção à Presidência da Associação de Industriais Latino-Americanos. Como bem enfatizou V. Ex^a, o nosso País, com a eleição e a escolha de V. Ex^a, conquistou um lugar de destaque e privilegiado numa instituição desse porte. Sei que V. Ex^a haverá de ter na Presidência dessa entidade latino-americana, um desempenho brilhante e eficiente, o mesmo que vem tendo na Presidência da Confederação Nacional das Indústrias, credenciando-se no conceito do empresariado nacional como um homem defensor de sua classe, buscando sempre a solução dos seus problemas. Congratulo-me, pois, com V. Ex^a pela sua eleição e de parabéns não está apenas o empresariado brasileiro mas, também, a classe política que V. Ex^a distingue com a sua representação.

O SR. ALBANO FRANCO — Nobre Senador Moacyr Duarte, agradeço as palavras de V. Ex^a que servem para honrar o nosso pronunciamento na tarde de hoje e mais uma vez, repito, continuaremos a nos esforçar para representar bem, em todas as posições por nós assumidas, o esforço do empresariado do setor industrial brasileiro.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, para finalizar, insisto que há de obter-se uma fórmula, para viabilizar o pagamento da dívida sem sacrifício intolerável. Ainda que essa fórmula não tenha sido até aqui estabelecida, dois pontos fundamentais parecem consensuais: primeiro, que a dívida externa é resultado da irresponsabilidade dupla dos banqueiros internacionais, oferecendo levemente créditos, e dos países os aceitando, e em muitos casos para dilapidá-los em investimentos sem retorno.

Os prejuízos, pois, deveriam ser repartidos equitativamente; segundo, e mais importante, é que o pagamento da dívida não se pode fazer de maneira que paralise o desenvolvimento nacional dos endividados e os impeça de gerar recursos indispensáveis para financiar o seu desenvolvimento e manter a sua estabilidade política e social.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Concedo a palavra ao nobre Senador Jorge Kalume.

O SR. JORGE KALUME (PDS — AC) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador. — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Lerei desta tribuna projeto que já encaminhei à consideração da Mesa, vazado nos seguintes termos:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº

Reduz a jornada de trabalho da Caixa Econômica Federal de oito para seis horas.

(Do Senador Jorge Kalume)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A duração normal de trabalho dos funcionários da Caixa Econômica Federal será de seis horas, prorrogáveis, excepcionalmente, até oito horas, de acordo com a lei que rege o trabalho dos bancários.

Art. 2º Fica assegurado o direito de sindicalização a seus funcionários, bem como toda e qualquer vantagem a que fazem jus os bancários, a cuja categoria passam a pertencer.

Art. 3º A sua estrutura administrativa e funcional será alterada de conformidade com as exigências do serviço e das normas do Banco Central do Brasil.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

A justificativa é a seguinte:

Nada mais justo do que reduzir a jornada de trabalho de oito para seis horas dos funcionários da Caixa Econômica Federal. É uma injustiça que se deseja reparar o que se vem cometendo contra o seu dedicado funcionalismo. A CEF age como banco e, em consequência, seus funcionários executam os mesmos trabalhos dos bancários, participando de toda atividade própria do sistema bancário, quer no serviço de compensação de cheques e outros papéis, manutenção de conta de depósitos em geral, concessão de empréstimos a curto e longo prazos, cheques garantidos, câmbio, agências em todas as capitais do País etc. Entretanto, a duração de trabalho dos funcionários é de oito horas, quando os seus colegas de bancos, que processam as mesmas atividades, trabalham seis horas.

Sr. Presidente, era este o projeto que gostaria, como o fiz, de dar ciência à Casa.

Gostaria, também, de aproveitar a oportunidade para lembrar que no dia de hoje nasceu, para a glória do Brasil, o inesquecível Rui Barbosa, que soube, com seu gênio, como homem predestinado, engrandecer, não só as letras jurídicas, como também o nosso País, como aconteceu na Conferência de Haia em que o pequeno homem tornou-se gigante, passando a chamar-se "A Águia de Haia". E não foi sem justificada razão que, como Deputado Federal, em 1965, apresentei um Projeto sob número 3.380, em homenagem a Rui Barbosa, instituindo o dia de hoje como o Dia Nacional da Cultura, e que em 1970, já no Governo do saudoso Presidente Emílio Médici, foi transformado e sancionado, tornando-se lei sob o número 5.579.

Não poderei falar de mim, Sr. Presidente, mas quero nesta oportunidade dizer que me encontro com a consciência tranquila pelo dever cumprido, homenageando a figura impositiva desse grande brasileiro que também, com a sua grandeza cultural, soube engrandecer a sua Pátria.

O Sr. Nivaldo Machado — Permite V. Exª um aparte?

O SR. JORGE KALUME — Com muito prazer.

O Sr. Nivaldo Machado — Senador Jorge Kalume, o Partido da Frente Liberal, em nome de cuja Liderança estamos falando nesta Sessão, associa-se as justas homenagens que V. Exª tomou a iniciativa de prestar à memória do gênio brasileiro que foi Rui Barbosa. Não é necessário que aqui destaquemos qualquer das suas amplas atividades. Em todos os ramos do conhecimento, em toda sua brilhante vida parlamentar, durante toda a sua intensa vida pública, a ação decisiva em favor da liberdade foi a sua bandeira principal de luta. Não é preciso que destaquemos, para lembrar aos brasileiros a sua dimensão genial, a sua biografia.

Queremos, salientar que, como gênio, ele teve a visão profunda e abrangente dos fatos, dos acontecimentos e da vida, e por isso a sua palavra, o seu pensamento, são atuais. Registre-se aqui aquela expressão constante da oração aos moços em que ele profliga, condena da maneira mais veemente, os costumes políticos da época, muito dos quais ainda hoje perduram na vida política brasileira. Dizia ele: "De tanto ver triunfar as nulidades, de tanto ver prosperar a desonra, de tanto ver crescer a injustiça, de tanto ver agigantarem-se os poderes nas mãos dos maus, o homem chega a desanimar-se da virtude, a rir da honra, a ter vergonha de ser honesto." A atualidade desse pensamento de Rui Barbosa não precisa ser demonstrada. Era essa a intervenção que desejava fazer ao registro que V. Exª, como sempre, cultor da memória dos grandes vultos da nacionalidade, está fazendo em torno do transcurso de mais um aniversário de Rui Barbosa.

O SR. JORGE KALUME — V. Exª, além de me honrar com o seu aparte, também engrandeceu esse pequeno registro que fiz em homenagem à memória dessa figura tutelar, que jamais será esquecida, que foi representada pelo nosso imortal patricio Rui Barbosa.

Muito obrigado.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Concedo a palavra ao nobre Senador Nivaldo Machado.

O SR. NIVALDO MACHADO (PFL — PE) Pronuncia o seguinte discurso. — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

A possibilidade de ascensão funcional, com limites balizados pela competência de cada um, tem sido o principal estímulo para atrair quadros qualificados ao serviço público federal. Com remunerações insatisfatórias nos níveis iniciais das carreiras, é virtualmente esse estímulo que tem permitido à administração pública reter os contingentes funcionais indispensáveis à realização de seus serviços e atender à ordem dos problemas de sua competência específica.

Através da instituição do Novo Plano de Classificação de Cargos, posto a funcionar em obediência à Lei nº 5.645/70, o Governo da União criou condições especiais para ordenar o serviço público no que diz respeito à maior profissionalização de seus quadros e abrir espaços à promoção de seus servidores, atendido o princípio do mérito.

Em consequência, instituiu-se o concurso público não só para disciplinar o ingresso de funcionários como, por igual, assegurar-lhes, posteriormente, a progressão e a ascensão funcionais, premiando, assim, o esforço individual de cada um. A referida Lei nº 5.645/70, ao criar os institutos de ascensão e progressão funcionais objetivou gerar as condições para um melhor desempenho profissional e atender às aspirações dos servidores de serem distinguidos com mais justa remuneração.

De qualquer sorte, o ingresso na carreira e a conquista de novas posições na hierarquia funcional ficaram na dependência do esforço pessoal de cada servidor, desde que se abram as oportunidades do concurso público.

Todavia, para habilitar-se à valorização profissional e salarial prevista naquela lei, o servidor público deverá estar incluído no Novo Plano de Classificação de Cargos e pertencer a Quadro ou Tabela Permanente do ór-

gão. Essa diretriz revela a intenção do legislador de prestigiar os servidores públicos profissionais, pelo menos quanto à priorização, em favor deles, dos regimes de ascensão e progressão funcionais.

Reporto-me a esses aspectos da legislação — Sr. Presidente, Srs. Senadores — como preliminar para a colocação do problema que está sendo vivenciado, no momento, por funcionários do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem com lotação em Brasília, tanto aqueles regidos pelo Estatuto do Servidor Público, quanto os admitidos pelo regime contratual previsto na Consolidação das Leis do Trabalho. Recebi em meu gabinete uma comissão desses servidores e, pela leitura do memorial que tiveram a gentileza de me submeter, compreendi claramente que são vítimas de uma injusta situação.

Em primeiro lugar, o último concurso realizado no âmbito do DNER, com o objetivo de selecionar servidores aptos à ascensão funcional, data de 29 de julho de 1979, portanto há mais de seis anos. Ao mesmo tempo, o art. 3º do Decreto nº 91.403, de 1985, interrompeu a possibilidade da promoção, sufocando no nascedouro as esperanças de ascensão funcional criadas em decreto anterior, o de nº 91.309, também deste ano.

Em segundo lugar, o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, como quase todos os órgãos da administração federal, emprega pessoal de nível superior admitido pela "Tabela Especial de Empregos". Como se sabe, os servidores contratados por esse regime não prestam concurso público. Ocupam, assim, os espaços funcionais que poderiam ser destinados aos funcionários do Quadro e Tabela Permanentes, em um injusto e inaceitável bloqueio da ascensão funcional.

Além disso, é notório que os servidores de nível médio foram os mais drasticamente atingidos pelos critérios contencionistas da política salarial, vigentes há até pouco tempo, uma vez que não lhes foram destinadas compensações financeiras equivalentes às gratificações concedidas aos funcionários de nível superior. Assim, a preterição da ascensão funcional, tanto por efeito da ausência de concurso seletivo, quanto em função do congestionamento dos níveis superiores, causados pela contratação com base na "Tabela Especial de Empregos", configura uma situação anômala e constrangedora, principalmente no DNER, onde o fenômeno se apresenta em maior dimensão.

Funcionários portadores de títulos de graduação universitária são os mais prejudicados, porque permanecem exercendo funções secundárias ou abaixo de seu potencial técnico, com salários absolutamente incompatíveis com o estágio de profissionalização a que chegaram.

O Ministro da Administração, Dr. Aluizio Alves, já anunciou sua disposição de realizar concurso público para regularizar a situação do pessoal admitido pela "Tabela Especial de Empregos". Há poucas dúvidas de que esta será uma solução adequada ao problema, uma vez que, a esta altura, não se poderá simplesmente demitir servidores com a invocação de que não prestaram concurso público para a primeira investidura, conforme sanciona a Constituição Federal. A maioria dos funcionários contratados pelo regime da Tabela Especial já conta com muitos anos de serviço e revelou-se útil à administração pública.

Contudo, é rigorosamente indefensável que a esses servidores seja aberta a possibilidade de conservarem os seus cargos através de concurso público, e negado a aqueles outros de estrutura regular da Administração, atendido o princípio da seletividade através de provas de capacitação, o direito de disputarem a ascensão funcional.

Com base nestas considerações — Sr. Presidente, Srs. Senadores — é que dirijo apelo ao eminente Ministro da Administração, Dr. Aluizio Alves, no sentido de que, no mesmo processo de concurso público para regularização da situação funcional dos funcionários contratados pela Tabela Especial, sejam abertas oportunidades aos servidores do Quadro e Tabela Permanentes de concorrerem à ascensão funcional, através de provas de capacitação. Creio que o eminente Ministro Aluizio Alves, homem público da mais alta extração, administrador provado no exercício de importantes funções públicas, inclusive a de Governador de seu Estado — o Rio Grande do Norte

— e, finalmente, um espírito decisivamente filiado aos princípios de justiça, haverá de encaminhar solução que possa corrigir essa grave injustiça contra honrados servidores da Nação.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Sobre a mesa, projeto que vai ser lido pelo Sr. 1º-Secretário.

É lido o seguinte

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 332, de 1985

Reduz a jornada de trabalho da Caixa Econômica Federal de oito para seis horas.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A duração normal de trabalho dos funcionários da Caixa Econômica Federal será de seis horas, prorrogáveis, excepcionalmente, até oito horas, de acordo com a lei que rege o trabalho dos bancários.

Art. 2º Fica assegurado o direito de sindicalização a seus funcionários, bem como toda e qualquer vantagem a que fazem jus os bancários, a cuja categoria passam a pertencer.

Art. 3º A sua estrutura administrativa e funcional será alterada de conformidade com as exigências do serviço e das normas do Banco Central do Brasil.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

Nada mais justo do que reduzir a jornada de trabalho de oito para seis horas dos funcionários da Caixa Econômica Federal. É uma injustiça que se deseja reparar e que se vem cometendo contra o seu dedicado funcionalismo. A CEF age como Banco e, em consequência, seus funcionários executam os mesmos trabalhos dos bancários, participando de toda atividade própria do sistema bancário, quer no serviço de compensação de cheques e outros papéis, manutenção de conta de depósitos em geral, concessão de empréstimos a curto e longo prazos, cheques garantidos, câmbio, agência em todas as capitais do país e etc. Entretanto a duração de trabalho dos funcionários é de oito horas, quando os seus colegas de Bancos, que processam as mesmas atividades, trabalham seis horas.

Sala das Sessões, 5 de novembro de 1985. — **Jorge Kalume.**

(As Comissões de Constituição e Justiça e de Legislação Social.)

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — O projeto será publicado e remetido às comissões competentes.
COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES:

Altevir Leal — Eunice Michiles — Galvão Modesto — Odacir Soares — Aloysio Chaves — Cesar Cals — Milton Cabral — Albano Franco — José Ignacio Ferreira — Amaral Peixoto — Benedito Ferreira — Mauro Borges

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Está finda a hora do expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA

Não há **quorum** para deliberação.

Em consequência, as matérias da pauta de hoje, constituída dos Projetos de Lei da Câmara nºs 21/85-Complementar, 3, 13 e 14, de 1981, 9, 10 e 55, de 1982, 22/83, 17 e 55, de 1984, 14 e 17/85, 50/81, 60/82, 33/85, 106/82; Projeto de Lei do Senado nº 244/81 — Complementar; Projetos de Resolução nºs 115 e 110, de 1985; Requerimento nº 423/85; Projetos de Lei do Senado nºs 173/82, 225/83, 96/80, 129/80 e 336/80, em fase de votação, deixam de ser submetidos a votos, ficando sua apreciação adiada para a próxima sessão.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Volta-se à lista de oradores.

Concedo a palavra ao nobre Senador Lourival Baptista.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA (PDS — SE. Pronuncia o seguinte discurso) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Um dos mais expressivos e tradicionais eventos culturais do País, nos domínios específicos da vida literária, é a solenidade durante a qual, num clima de festa, são entregues aos laureados o "Prêmio Jabuti", criado em 1958, e que foi outorgado pela primeira vez em 1959.

A estatuetta que simboliza o prêmio, de autoria do artista Derrard Cid Souza, somente é concedida depois de um rigoroso processo seletivo, anualmente realizado, em que um júri de consagrados ensaístas e críticos literários, cujos nomes são mantidos em segredo, escolhe os escritores, artistas ou instituições que mereceram receber o prêmio, de acordo com os critérios estabelecidos pela Comissão Julgadora, da Câmara Brasileira do Livro.

Este ano o "Prêmio Jabuti" foi entregue na Biblioteca Mário de Andrade, em São Paulo, durante as comemorações da "Semana Nacional do Livro", a 23 do corrente mês. Dois dos maiores escritores brasileiros foram contemplados: o poeta Carlos Drummond de Andrade, considerado como a "Personalidade Literária do Ano", e o escritor João Ubaldo Ribeiro, cujo livro "Viva o Povo Brasileiro" foi selecionado como o melhor romance. Também a revista *Veja*, a "Rádio Jovem Pan", o jornal *O Globo* e a "Rede Globo de Televisão" receberam o "Prêmio Jabuti".

Em face da indiscutível importância e das repercussões do mencionado prêmio, cuja ressonância nacional nos círculos intelectuais cresce cada vez mais, à medida em que os anos vão passando, entendi ser oportuno e necessário prestigiá-lo, através deste conciso registro. Principalmente ao verificar que a consagração do "Prêmio Jabuti" coube, desta vez, ao escritor João Ubaldo Ribeiro, filho do professor Manuel Ribeiro, um dos meus mais diletos amigos de infância, internos que fomos no tradicional Colégio Antônio Vieira, em Salvador, Bahia, quando anos depois nos reencontramos na Assembleia Legislativa do Estado de Sergipe, em 1947, ambos deputados estaduais, ao qual estou ligado pelos laços de uma velha amizade recíproca.

João Ubaldo Ribeiro, sergipano, surpreendeu, de fato, o mundo intelectual da Nação, com o seu magnífico romance "Viva o Povo Brasileiro", que, depois de cinco edições esgotadas e uma sexta nos prelos, continua na lista dos livros mais vendidos em todo o País.

Conforme acentuaram os críticos literários que já avaliaram o mérito desse surpreendente romance, trata-se, efetivamente, de um autêntico fenômeno no âmbito da literatura brasileira recente. Basta acentuar que a obra, já traduzida, deverá ser brevemente lançada na França, na Alemanha e nos Estados Unidos, como um autêntico "best-seller".

No Brasil, coube à Editora Nova Fronteira o lançamento desse livro excepcional.

Não poderia, portanto, deixar de registrar o merecido êxito de João Ubaldo Ribeiro, felicitando-o com seu admirador, ao mesmo tempo em que formulo votos no sentido de que prossiga na sua brilhante trajetória, auspiciadamente iniciada, de escritor predestinado aos maiores sucessos — legítima glória literária do Nordeste e do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Concedo a palavra ao nobre Senador José Ignacio Ferreira.

O SR. JOSÉ INGNÁCIO FERREIRA (PMDB — ES. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

No final do mês de setembro próximo passado, realizou-se, aqui em Brasília, o I Congresso Brasileiro de Mineração, reunindo mais de 600 pessoas, entre profissionais da área, representantes de empresas de mineração, entidades científicas, os governos de alguns estados e o Governo Federal. Apesar da vocação mineral do nosso território, é o primeiro congresso sobre mineração realizado em nosso País.

Tal fato parece ser sintomático do complexo colonialista de que sofre o Brasil em matéria de mineração. Entretanto, os acontecimentos mais recentes são suficientemente fortes para vencer as resistências e permitir que se

tome consciência da importância da mineração para a vida econômica do Brasil.

Final, são 485 anos de história em que pouco avançamos, em termos de uma política de mineração consequente, voltada par os interesses nacionais. O roubo de ouro e de minerais estratégicos tem sido uma constante, desde o período colonial até os dias de hoje.

Na época em que o Brasil estava sob o domínio da Coroa Portuguesa, o ouro era enviado para a metrópole em quantidades assombrosas. Em seguida, a Inglaterra passou a despontar como campeã do contrabando deste minério. O escritor Eduardo Galeano cita, em seu livro: "Veias abertas da América Latina", que, no auge do ciclo do ouro, que implicou no fluxo contínuo de portugueses para Minas Gerais, a Inglaterra estimou a demanda colonial de produtos industriais e proporcionou meios para pagá-los. Em outro parágrafo, cita Galeano: "Da mesma maneira que a prata de Potosi repicava no solo espanhol, o ouro de Minas Gerais só passava de trânsito por Portugal. A metrópole converteu-se em simples intermediária."

O ilustre economista Celso Furtado concluiu, em seu livro "Formação Econômica do Brasil", que a Inglaterra utilizou o ouro do Brasil para pagar importações essenciais de outros países e concentrar suas inversões no setor manufatureiro. Segundo fontes britânicas, a entrada de ouro brasileiro alcançava 50 mil libras por semana em alguns períodos. E se não fosse pela ação de pirataria e saque de corsários ingleses, as jóias da Coroa Britânica não seriam tão opulentas e reluzentes. O fato é, Srs. Senadores, que, sem essa tremenda acumulação de reservas metálicas, a Inglaterra não teria podido enfretar, posteriormente, Napoleão.

Depois do grande impulso do ouro, nada ficou no solo brasileiro, salvo os templos e as obras de arte. Em fins do século XVIII, embora ainda não se tivessem esgotados os diamantes, o país estava depauperado. A renda per capita dos três milhões de brasileiros não superava os 50 dólares anuais, no atual poder aquisitivo, segundo os cálculos de Celso Furtado. Assim, Minas Gerais caiu rapidamente em grande decadência.

Hoje, a situação não difere muito do passado. Apesar de não sermos mais vassallos de Portugal, mas donos do nosso próprio destino, o ouro continua sendo roubado, só que de maneira mais sofisticada, que em nada contribui para o nosso enriquecimento ou para o nosso desenvolvimento.

Brasil: O paraíso do ouro e dos contrastes sociais

Sr. Presidente, Srs. Senadores, de acordo com dados fornecidos pela Associação Brasileira de Geologia e Mineralogia (ABGM), em apenas oito regiões do mundo aflora tanto ouro, pedras preciosas e minerais estratégicos, e o Brasil é uma dessas regiões abençoadas pela Natureza. Somos hoje a segunda província geológica do planeta, atrás apenas do verdadeiro depósito natural que é a África do Sul.

Se não vejamos, Sr. Presidente, Srs. Senadores, em 1984, a produção oficial de ouro foi de 50 toneladas, 3 toneladas a menos em relação a 1983, de acordo com o DNPM. Para 1985, o Diretor-Geral desse órgão, Sr. Yvan Barreto, prevê um crescimento da ordem de 20% sobre 84. Essa previsão, contudo, ainda depende do comportamento dos preços a nível internacional. Nossas reservas de ouro estão entre as 3 maiores do mundo. As maiores reservas do mundo de ágata, topázio, turmalina estão em solo brasileiro. Em matéria de quartzo, em todas as suas variedades, do citrino às ametistas, o Brasil detém 95% de todas as reservas mundiais. Possuímos a mais fabulosa reserva de minério de ferro do mundo. Somos os maiores produtores de manganês do mundo. O primeiro produtor de berílio, muito importante para a indústria nuclear. As maiores jazidas de nióbio e tântalo estão localizadas no Brasil. Detemos o 6º lugar na produção de tungstênio, utilizado na produção do aço. Essencial à indústria nuclear, o Brasil é o 2º produtor de lítio. E desta forma ocorre com os demais minérios que possuímos, sempre em grandes quantidades. Em contraposição, somos ainda uma Nação pobre, com 60% da população vivendo quase à margem dos bens produzidos e da riqueza em geral. Um país, com um déficit habitacional para 12 milhões de pessoas, com 9 milhões de crianças sem escolas, um índice de analfabetismo de 27%. Os dados de mortalidade infantil acusam um índice de 32,1 crianças em cada 100, em 1979, envergonhando a

Nação. Somos, por isso, o exemplo dos países em desenvolvimento, onde existem os maiores contrastes econômicos e sociais. A opulência e a miséria caminham juntas, agredindo a pobres e ricos.

Apesar de toda a riqueza mineral encontrada em solo brasileiro, o País tira pouquíssimas vantagens desse capricho geológico. De uma forma ou de outra, a verdade é que nossas riquezas minerais se esvaem, deixando um pequeno lastro na receita do País. Seja através de contrabando ou da ação impiedosa das empresas multinacionais, que detêm 42% do controle sobre a produção mineral, as nossas riquezas vão sempre parar nos cofres dos estrangeiros.

A Alemanha Ocidental nunca produziu pedras preciosas, e detém os maiores estoques do mundo. A pequena Hong Kong jamais abrigou um único garimpo, mas é o maior mercado de pedras preciosas. E a Índia, onde as esmeraldas já se esgotaram há muitos anos, continua negociando consideráveis parcelas dessas pedras no mercado mundial. Tudo leva a crer, Srs. Senadores, que grande parte dessas gemas saiam de um único lugar: o Brasil.

Recentemente, o jornal *Tribuna da Imprensa* publicou uma matéria, denunciando a ação de contrabandistas através de entidades ditas "religiosas". Há muitos anos, a instituição denominada na Califórnia como "Mission Aviation Fellowship", mas conhecida em Anápolis como "Asas do Socorro", vem atuando no Brasil. Apesar de seus missionários jurarem que trabalham apenas ajudando colegas que convivem com os índios, suas ações chamam a atenção de funcionários do DNPM que circulam pela Amazônia.

O depoimento do geólogo Breno Augusto, publicado na revista *Isto É*, de 28 de agosto, confirma que a atuação da "Asas do Socorro" é, no mínimo, suspeita: "Já encontrei esses missionários duas vezes pela mata, onde abrem várias pistas de pouso em locais ricos em ouro, diamantes e minerais". As desconfianças em torno da "Asas do Socorro" são tamanhas que um editorial do jornal *A Crítica*, do Amazonas, aponta a organização como um apêndice da "Summer Institute of Language", entidade religiosa norte-americana expulsa do México e da Venezuela sob suspeita de ser vanguarda da prospecção mineral de várias multinacionais.

Mesmo sem ter concluído suas investigações, o governo cancelou a autorização da Asas para voar nas áreas indígenas e colocou sob suspeita cerca de setecentos missionários estrangeiros dispersos pela Amazônia em nome de vinte seitas evangélicas. Para completar o quadro, é curioso constatar que a maioria desses missionários ocupam unicamente as áreas identificadas pelos satélites como potencialmente ricas em minerais. Depois, é claro, tudo fica mais fácil para as empresas entrarem em ação.

Vale lembrar que o "Summer Institute" já foi expulso de 71 países, invariavelmente acusado de espionagem. No mínimo, essas "multinacionais" da fé demonstram falta de escrúpulos ao se envolverem no contrabando de pedras preciosas e metais nobres.

Para se ter uma idéia do volume de contrabando de ouro, só numa parte da Amazônia, funcionários do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) descobriram 60 campos de pouso clandestinos, funcionando única e exclusivamente para o contrabando do ouro. É inacreditável, Sr. Presidente, mas existem pistas inteiras, construídas como verdadeiras clareiras dentro da mata, que praticamente ninguém as vê do lado de fora, mas de onde aviões levantam e pousam com a maior tranquilidade. Agora, Srs. Senadores, calculem em toda aquela mata gigantesca, quantos campos de pouso deve haver? Quem sabe serão uns 600, levando para fora do Brasil todo o ouro que podem contrabandear. Isto, sem falar de outros minerais das mais variadas procedências, constituindo fortunas fabulosas.

No caso das pedras preciosas, a prática de negócios subterrâneos também tem sido muito fácil, como ficou constatado no episódio que envolveu o ex-Ministro da Justiça, Ibrahim Abi-Ackel, principalmente pelo fato de as gemas preciosas não serem taxadas pelo governo, como é o caso do ouro. Esta situação favorece a visita de estrangeiros diretamente aos garimpos, onde compram as gemas mais valiosas, para depois revendê-las na Europa por preços altíssimos. A propósito, Srs. Senadores, um carregamento de milhões de dólares pode ser acomodado num simples maço de cigarros. Uma esmeralda ex-

tra de 50 milhões de cruzeiros cabe no fundo de uma tampinha de caneta esferográfica.

Apesar de técnicos do DNPM garantirem que esmeraldas dessa qualidade brotam em 15 ou 20 gramas mensais em Goiás, os livros de registro da receita estadual estão limpos. Não existe outro nome para tal situação que não seja o roubo vergonhoso. Senão vejamos, Sr. Presidente, Goiás produziu, em 1984, 69 toneladas de esmeraldas e 14 mil quilates de diamantes, garante o DNPM. No entanto, oficialmente, nada menos que 20 toneladas das melhores e mais caras gemas sumiram na região de Santa Terezinha, a 300 quilômetros da Capital. Desta forma, a Agência de Arrecadação Fiscal do Estado recolheu apenas a metade de um por cento do valor das esmeraldas em Imposto Único sobre Minerais, IUM. O caso dos diamantes é ainda mais escandaloso: oficialmente, nenhum quilate dessa pedra foi garimpado em Goiás no ano passado. Todos eles desapareceram, como num passe de mágica.

Realmente, é uma tarefa impossível saber quanto o Brasil deixa de arrecadar em impostos, do IUM Federal ao Imposto de Renda, sonegado por garimpeiros e comerciantes. A ordem de grandeza desse número deve chegar aos trilhões de cruzeiros. Os valores produzidos são estupendos. Técnicos do DNPM avaliam que o Brasil produziu só em 84 US\$ 2,5 bilhões em pedras coradas, isto sem relacionar os diamantes de Minas, Goiás, Mato Grosso. Mas, infelizmente, os registros oficiais atestam uma modesta produção de US\$ 11 milhões no mesmo período.

Outro contrabando denunciado pela *Tribuna da Imprensa*, do dia 8 de agosto de 1981, apesar de causar a indignação dos brasileiros, passou despercebido pelas autoridades da época. A Cooperativa dos Garimpeiros e Extratores da cidade mineira de Itabira levantou a denúncia, envolvendo multinacionais como a Amsterdan e Saver e H. Stern. Os garimpeiros afirmaram que esmeraldas eram retiradas da jazida de propriedade do Sr. Mauro Ribeiro Lage, que as revendia para essas joalherias com documentação fraudulenta. Essas empresas, por sua vez, remetiam as pedras para o exterior, sonegando milhões de cruzeiros em impostos.

Esta Cooperativa alegou inclusive que a situação do Sr. Mauro também era ilegal, uma vez que não tinha autorização para comercialização da produção, mas apenas para estudos. Segundo o Código de Mineração (Decreto-lei nº 227, de 22-8-67), o alvará de pesquisa permite que a área estipulada seja explorada apenas para comprovação da existência do mineral. Como diz o próprio nome, autoriza apenas a pesquisa.

Os garimpeiros chegaram a enviar um extenso relatório ao ex-Ministro César Cals, com o protocolo nº 900069, narrando minuciosamente todas as irregularidades ocorridas. Mas, pelo que se consta, o documento nem chegou ao Ministro, pois ficou retido no 3º Distrito do DNPM em Belo Horizonte.

Este ano, Srs. Senadores, veio à tona, também, o contrabando do ouro de Serra Pelada. Em recente audiência com o Presidente Sarney, o Deputado Sebastião Curió afirmou que 70% do total do ouro extraído são contrabandeados para o exterior. Também no Garimpo de Tapajós, está havendo desvio do ouro. O Deputado ressaltou: "dizem que produzimos 50 toneladas por ano, o que é errado. Os garimpeiros conseguem extrair mais de 100 toneladas de ouro por ano. O restante sai clandestinamente do País".

Nesta questão dos minérios, o mais grave é que o preço de venda é fixado e determinado de forma unilateral e impositivamente pelos consumidores, sem a menor participação dos países produtores. Os países consumidores pagam o que querem e impõem contratos extorsivos, com cláusulas absurdas, subordinando e escravizando os países produtores.

O jornalista Hélio Fernandes, que há muitos anos trava uma luta pela democracia e, particularmente, em defesa de nossas riquezas minerais, exigindo dos governos militares medidas no sentido de conter a evasão de nossas riquezas para o exterior, publicou, em seu conceituado jornal *Tribuna da Imprensa*, no dia 28-9-79, matéria intitulada "O País das Multinacionais". De acordo com o jornalista, em 1989/90 nossa dívida externa será de 150 bilhões de dólares, e o País estará com 150 milhões de habitantes, cada vez mais empobrecido. Mais adiante, cita: "É óbvio que cada criança que nascer a partir daí já

nascerá com uma dívida de 1.000 dólares... seremos o único país do mundo com uma renda per capita às avessas, todo brasileiro deverá mil dólares, e essa dívida irá crescendo sempre monótona, mas assustadoramente. Pelo visto, as estimativas de Hélio Fernandes estão bem situadas, caso as regras da ordem econômica internacional continuem inalteradas".

A Revista *Veja* do dia 28-8-85 publicou uma matéria, onde a Cacex afirma que, caso toda a produção de pedras preciosas tivesse saído do país já lapidada e vendida a preços do mercado internacional, geraria uma receita de 10 bilhões de dólares, isto é, 10% da dívida externa brasileira. Já a Diretora da Gem Export do Brasil e "designer" de jóias, Maria Derenice de Souza, afirmou, na Revista *Visão*, nº 36, desta semana, que o Brasil poderia pagar sua dívida externa em cinco anos, se o governo conseguisse impedir o contrabando de pedras preciosas.

Às vezes, Sr. Presidente, Srs. Senadores, os mais complexos problemas econômicos têm uma solução simples, ao alcance da mão. É como um objeto perdido que procuramos desesperadamente e que se encontra na nossa frente, porém não o enxergamos de tão absortos que estamos com os problemas que afligem a Nação.

Sou da opinião de que o Brasil, através de instrumentos legais e órgãos diretamente vinculados à fiscalização da produção mineral brasileiro, poderia disciplinar a sua produção, lapidação, comercialização e exportação de pedras preciosas, ouro e os demais minerais estratégicos, e em poucos anos liquidar nossa dívida externa, sem que isto signifique mais sacrifício e arrocho salarial à sociedade brasileira, como pretende o FMI.

Esta questão, porém, necessita ser analisada minuciosamente, pois envolve nossa soberania como Nação. Neste sentido, creio que o melhor palco para se discutir a questão da política de mineralogia para o Brasil seja a Assembleia Nacional Constituinte no próximo ano. Para tanto, é necessário que os constituintes eleitos em 1986 fiquem atentos a este fato de fundamental significado para o futuro do Brasil: qual seja, o controle por grupos multinacionais da maioria das reservas internas de minerais. Estas empresas visam, principalmente, aos chamados minérios estratégicos, que começam a escassear.

Em termos globais, Srs. Senadores, a participação do capital estrangeiro na produção mineral brasileira vem crescendo anualmente. Em 1981, as multinacionais detinham 35% da produção. Em 1982, esta participação subiu para 40%. Em 1983, aumentou para 42%. Esta participação total tornou-se muito mais relevante, quando se descobriu que as multinacionais controlam 50% de toda a produção de minerais metálicos no país. Para completar o quadro, essas empresas têm ainda uma participação em 85% da produção brasileira de minérios industrializados não-metálicos, vitais às economias industrializadas.

Com o objetivo de sintetizar o quadro geral do controle das empresas multinacionais sobre cada mineral, apresento uma parte do relatório elaborado pelos técnicos Francisco R. Chaves Fernandes, José Raimundo C. de Carvalho e Ivan dos Santos Levy, que trabalharam no CNPq em convênio com o DNPM. Eles pertencem também ao Núcleo de Inovação Tecnológica da Ilha do Fundão. Vamos aos dados:

Ouro: 100% da produção mecanizada de ouro do país estão nas mãos da Mineração Morro Velho, empresa controlada pelo grupo multinacional sul-africano Anglo-American. Recentemente, a Anglo-American comprou das Empresas Reunidas Sul Americanas uma "holding" sediada no Panamá e que controla o Grupo Brasimet, de São Paulo, que atua no setor mineral brasileiro. Isto se deve a problemas políticos enfrentados pela África do Sul. A Anglo procura diversificar suas operações e as fontes de matérias-primas.

Chumbo: toda a produção nacional é controlada pela multinacional francesa Imetal, através da "Société Minière et Métallurgique de Panarroya". Esta poderosa sociedade tem jazidas de chumbo, zinco, prata e cádmio em diversos países do mundo.

Prata: a Imetal controla 98% e a Anglo 2%; dominam juntas, integralmente, a produção deste metal nobre.

Diamantes: o grupo belga Union Minière controla 92% de toda a produção brasileira de diamantes, além de outras participações na produção de zinco eletrolítico.

Níbio: a produção nacional é totalmente dividida em duas empresas com participação estrangeira. A primeira, o grupo norte-americano Union Oil — Divisão MolyCorp, controla 45% e a Moreira Salles, 55%; a segunda fica com a Anglo-American que comprou a parte pertencente a ex-Rochschild.

Berilo: dois terços da reserva mundial estão em território brasileiro. Esta substância é importantíssima para a fabricação de chips usados em computadores. A extração é feita por garimpeiros e depois comprada pela Anglo-American, através da Brasimet.

Tungstênio: 55% da produção pertencem ao grupo Anglo-American e à multinacional Union Carbide. Toda a produção é exportada pela Wah Chang, norte-americana, pelo Grupo Quimani, também dos EUA.

Ferro: o capital estrangeiro explora 48% da produção. Temos representação dos maiores grupos multinacionais siderúrgicos neste mineral: os norte-americanos Bethlehem Steel, a Utah Corporation, a Engelhar controlada pela Anglo; os europeus Arbed, Thyssen Estel Hoescht, o grupo Krupp e Mannesmann, além de um consórcio japonês, onde se destaca a Nippon Steel.

Níquel: 90% da produção são controlados por capitais estrangeiros do grupo Anglo-American.

Bauxita: cerca de 85% de toda a produção são realizados por empreendimentos com participação estrangeira. Cerca de 25%, sob controle do grupo norte-americano Alcoa e o canadense Alcan. O restante está agrupado no consórcio Mineração Rio do Norte, onde atua também a Shell.

Amianto: de enorme utilização na fabricação de coberturas, empregado em grande escala como isolante térmico e elétrico. A associação do grupo francês Saint Gobain-Point e Mousson com o belga Eternit responde por 98% de toda a produção de fibras localizadas em Goiás, na mina de Canabrava.

Barita: o grupo norte-americano National Lead Industries controla 35% da produção.

Estanho: a associação dos grupos British Petroleum com o canadense Brancan responde por 24% de toda a produção e a Philip Brothers controla os outros 76%.

Flourita: 35% da produção estão nas mãos do grupo alemão Bayer.

Bário: 100% da exploração são feitas pela Pigmentos Industrial e Comercial S/A, subsidiária da Pigmina Corporation dos EUA.

Cobre: importante para as indústrias elétricas. O setor é explorado por duas companhias: a brasileira de cobre e a brasileira de metais, ambas concessionárias de firmas norte-americanas.

Cassiterita: grande riqueza de Rondônia e principal componente da produção de estanho. A produção deste mineral é controlada totalmente pela Philip Brothers dos EUA.

Ilmenita: muito importante na indústria aeronáutica para fabricação de aviões e mísseis. É também um metal raro, essencial à segurança nacional. Toda sua produção é exportada e controlada pela Orquima, representante de diversos grupos estrangeiros.

Líto: 100% da produção controlados pela Orquima, e toda produção exportada. Temos inclusive deficiência deste mineral no mercado interno.

Magnésio: material isolante e refratário, com grande procura principalmente no setor de construção civil. O maior grupo que explora este setor é a Magnesiom S/A dos EUA.

Tântalo: as empresas Wah Chang, norte-americana, e a Climaz Molibdenum controlam todo o mercado e a produção, respectivamente. Este mineral é muito utilizado em reatores nucleares e aparelhos espaciais.

De acordo com o mesmo relatório do CNPq, existem hoje 20 países com investimentos na mineração brasileira, totalizando 126 grupos estrangeiros em plena atividade.

QUADRO I
14CM -

| GRUPOS ESTRANGEIROS NA MINERAÇÃO BRASILEIRA | | | | |
|---|---------------|------------------------------|---------|---|
| País de origem | N.º de grupos | N.º de empresas de mineração | | Denominação dos Grupos |
| | | Participação | | |
| | | Integral | Parcial | |
| Bélgica | 4 | 14 | 3 | Union Minière; Eternit; Solvay; Merbes-Sprimont. |
| Canadá | 2 | 4 | — | Mitchell; Stein-West; Moreland. |
| Canadá | 7 | 33 | 5 | Alcan; Brascan; Falconbridge; Inco; Noranda Mines; Codiba; Cominco. |
| Sulfrico | 4 | 10 | — | Holderbank; Nesil; Nikkato; Alusuisse. |
| Francia | 10 | 29 | 53 | Imetal; Loforce-Coppé; Rhône-Poulenc; Saint Gobain; Seram; Source Perrier; Banque de l'Indochine; Credit Lyonnais; Nordson; Pechiney. |
| Itália | 3 | 3 | 1 | Bartorelli; Salini; Sirma. |
| Liechtenstein | 2 | — | 2 | Abdidi; Dalberg. |
| Líbia | 1 | — | 1 | Estrela do Sul Limited. |
| Luxemburgo | 2 | 2 | 1 | Alto; Arbed. |
| México | 1 | 3 | — | Peñoles. |
| México | 2 | 62 | 12 | Brascan/BR; JFC; Adela. |
| Holanda | 2 | 20 | 5 | Royal Dutch Petroleum; Internatio Muller. |
| Noruega | 1 | — | 1 | Norsk Hydro. |
| Japão | 12 | 4 | 17 | Nippon; Namura; Mitsubishi; Marubeni; Kokan; Bussan; Kawasaki; Fuyo; Kawasaki; Minamikyushu-Coca-Cola; Kenematsu-Goshu; Daywa Bussan. |
| Panamá | 1 | — | 2 | Keramik Holding. |
| Portugal | 2 | 1 | 2 | Champalimaud. |
| Argentina | 2 | 1 | 2 | Bunge Y Borni; Grassi. |
| África do Sul | 3 | 12 | 40 | Anglo American; General Mining; Gold Fields. |
| Reino Unido | 7 | 45 | 4 | Blue Circle; BP; ECC; Laporte; Matley; Rio Tinto Zinc; Union International. |
| Estados Unidos | 46 | 109 | 52 | Alcoa; Allied Chemical; Amak; American Standard; Antech Mining; Arco Steel; Bethlehem Steel; Brindley; Britannia Mining; Champion; Citic; Coca-Cola; Corning Glass; Dow; Gusa Ring; Dow Chemical; Dresser; E.I. DuPont; Fluor (St Joe); Fordyce; General Electric; Gulf & Western; Halliburton; Hanna Mining; Homestake; Intern. Mineral; J.M. Huber; Johns-Manville; Kaiser; Lone Star; Ludwig; Metallurg; N.L. Norton; Oranco; Republic Steel; Reynolds; Kennecott; Tempelman; Union Carbide; Union Oil (MolyCorp); United States Steel; X.R. Grace; Wheaton; Williams. |
| Alemanha Ocidental | 13 | 15 | 13 | Bayer A.G. Daimler-Benz; Doering; Thyssen-Huette/Steel-Hoesch; Gail; Hempel Hoesch; Kloeckner; Korf; Mannesman; Metallgesellschaft; Stettiner. |
| N.º Total Grupo Estrangeiros | 126 | 370 | 212 | Posição em 15/03/1985 |

Fonte: Conselho CNPq/DNPM-Colem — Banco de Dados do NIT — Núcleo de Inovação Tecnológica

Este, Sr. Presidente, Srs. Senadores, é o quadro da produção mineral brasileira. Existe outra agravante, com relação às multinacionais do setor mineral. Em muitos casos, essas empresas deixam jazidas, sob seu controle, intocadas, servindo de reserva estratégica para suas matrizes no exterior, sem que o Código de Mineração possa intervir no sentido de resguardar os interesses da Nação. Em outras palavras, o sistema existente no Brasil permite que as empresas de mineração se tornem verdadeiras donatárias dos direitos minerários, especulando com nossas próprias reservas; por isso, é preciso criar imediatamente instrumentos de controle dessas empresas.

Como afirmei em outro discurso, em 31 de agosto de 1983, na ocasião da passagem do bicentenário de nasci-

mento de Simón Bolívar, também nesta questão das riquezas nacionais, não estão em jogo os nossos compromissos de alinhamento político, nem indagações de cunho ideológico, nem xenofobias de qualquer espécie, que não as temos. Entretanto, faz-se necessário uma reformulação no Código de Mineração para que a atividade das empresas nacionais e estrangeiras não tenha um caráter meramente predatório.

Além disso, se o governo, por um lado, deve facilitar o trabalho das empresas, estas, por sua vez, devem procurar desenvolver programas de caráter social e econômico em novas áreas, com toda a infra-estrutura material digna da condição humana.

Não faz muito tempo que ainda se dizia que a mineração só deixa buracos em nosso subsolo. Hoje, porém, a mineração exige, antes de tudo, o estabelecimento de uma infra-estrutura complexa, em torno da qual podem florescer numerosas outras atividades. Temos o exemplo da Companhia Vale do Rio Doce: em torno da Vitória-Minas e do porto de Tubarão, em meu Estado do Espírito Santo, surgiram várias atividades conexas, desde a construção de usinas de pellets e usinas siderúrgicas até fábricas de celulose, que exigem grandes projetos florestais. Também, em torno da ferrovia da Icomi, no Amapá, vêm sendo montadas fábricas de compensados de madeira, de óleo vegetal, de celulose, entre outras. O projeto Carajás, em sua fase inicial, assegurará condições para o progresso da agricultura na região e para a construção de usinas de ferro gusa e de ligas de ferro.

Outra consequência que a atividade mineradora traz é a descentralização industrial. O Maranhão vem-se tornando um grande centro industrial, como também o Pará, graças à bauxita, destinada à produção de alumínio.

Podemos afirmar, com toda a segurança, que cada emprego no setor da mineração cria 18 outros empregos. Na indústria metalúrgica, uma tonelada de produtos manufaturados exige três toneladas de insumos minerais. Hoje, no país, o consumo interno de produtos minerais chega a 4 bilhões de dólares, o que equivale à produção de manufaturados no valor de aproximadamente 50 bilhões de dólares, conforme dados do Ministério da Indústria e do Comércio.

De acordo com o chefe do setor de minerais da Cacex, o Sr. Paulo César de Freitas Samico, a atividade mineral deverá crescer, este ano, 15%, elevando o resultado total para 20 bilhões de dólares. De fato, é um substancial aumento em relação a 84, quanto o total foi de 9,8 bilhões de dólares.

O Sr. Samico revelou ainda, neste I Congresso Brasileiro de Mineração, o papel estratégico do setor na balança comercial. Para se ter uma idéia, basta lembrar que a redução de 1,5 bilhão de dólares nas importações em 1984, com relação a 83, se deveu quase que exclusivamente à diminuição nas compras externas de bens minerais, especialmente o petróleo. Este ano, no período de janeiro a julho, a retração nas importações minerais, no valor de 797 milhões de dólares, foi superior à redução do restante das importações brasileiras, calculada em 450 milhões de dólares no mesmo período.

Entretanto, Sr. Presidente, Srs. Senadores, para que haja uma maior dinamização da produção e comercialização nacional de nossos minerais, é imprescindível uma revisão completa na política atual de mineração. E, felizmente, as primeiras medidas começam a ser implementadas.

O Ministro Aureliano Chaves anunciou a proposta de criação de um Conselho Nacional do Ouro, idéia esta logo vista com bons olhos pelo empresariado nacional.

Esse novo Conselho planejará a produção nacional, sugerindo novos incentivos ao investimento privado nesta área ainda amorfa. Pouco seria feito, porém, se não fosse analisada com atenção e prioridade a questão dos aspectos fiscais que a mineração envolve.

De acordo com os empresários, em princípio, deveria incidir sobre o ouro, e apenas uma vez, o Imposto Único sobre Minerais (IUM), até que seja transformado em produto industrial. Há, no entanto, dois ônus que gravam o faturamento do ouro, qualquer que seja a natureza da empresa ou o estabelecimento que o comercialize: o PIS, que é cobrado à taxa de 0,75 sobre faturamento mensal da empresa e recolhido seis meses depois; e o Finsocial, 0,5 sobre a receita bruta mensal para as empresas que vendem, sendo recolhido no mês seguinte. Desta forma, paga-se imposto como minério, o IUM e, como valor mobiliário, quando se apresenta na forma de lingotes, outros ônus incidem, inclusive o Finsocial.

Na verdade, este se constitui num dos principais problemas que vêm entravando a comercialização, afetando também as fundidoras. Estas distorções precisam ser levadas em conta pelo novo Conselho, que poderá prestar um grande trabalho, na medida em que congrega representantes de todos os setores que atuam na área do ouro.

Não se trata aqui na criação de um organismo supra-ministerial, que facilmente acabaria caindo no monumental erro de uma estatização maior, representado por

algum monstro parecido com a Ourobrás. Mas cabe ao Presidente da República regulamentar a intervenção de cada setor da administração pública nas diversas fases da exploração do ouro.

Dentro desta regulamentação, não se pode esquecer a adoção de medidas que reduzam o escoamento ilícito de riquezas para o exterior, que representam aproximadamente 43 trilhões de cruzeiros por ano, garantem os técnicos do DNPM. Por outro lado, Srs. Senadores, é importante que a nova orientação se inspire no princípio de intervenção mínima do Estado na etapa da comercialização, limitando as atividades da Caixa Econômica Federal e estimulando ao máximo a participação do setor privado.

Finalmente, sugerem os empresários que o Banco Central deveria comprar o ouro diretamente das fundidoras, eliminando, assim, os custos de intermediação, já que elas operam diretamente nos garimpos, hoje responsáveis por 80% da produção nacional.

No setor das pedras preciosas, entre outros problemas, a má organização da produção, pedras mal calibradas, a falta de lapidadores experientes, a falta de garantia no suprimento e a inexistência de instalações especiais para o exame de jóias e gemas nas alfândegas constituem os principais entraves para a dinamização do setor.

De fato, o setor de pedras e metais preciosos do Brasil continua a ser um dos maiores mistérios do mundo. Isto porque o nosso país, apesar de ser o maior produtor de gemas de cor do mundo, exporta, segundo a Cacex, somente para 20 países, enquanto a Alemanha Ocidental, mesmo não possuindo produção mineral significativa, exporta pedras lapidadas para cerca de 60 países, o que caracteriza o pouco preparo do Brasil para competir no mercado internacional.

Segundo sugestões apresentadas pelos técnicos do IBGM, o Governo deveria criar incentivos fiscais e financiamentos para que seja feita mineração não apenas de gemas, mas que os minerais não-metálicos associados também sejam explorados, como é o caso do berilo, caulim, fluospar, etc. Assim, seria possível que vários depósitos, hoje não econômicos, para a produção de gemas, se tornassem competitivos e rentáveis.

Defendem, ainda, o regime de "permissão" para enquadramento de garimpos e de pequenas minas no Código de Mineração, ou seja, ao lado do financiamento, deveria ser criado um novo regime, o de aproveitamento dos garimpos e de pequenas minas, o que contribuiria para ajudar inúmeras minas de pequeno porte, hoje totalmente irregulares perante a legislação mineral brasileira.

Também, Srs. Senadores, no setor de gemas, creio que a melhor maneira de aumentar a produção brasileira é liberar e estimular ao máximo a iniciativa particular, mesmo porque, na vastidão do território nacional, não se pode sequer pensar em um controle efetivo de objetos tão minúsculos.

A título de contribuição, considero importante também a reorganização da Fundação de Assistência ao Garimpeiro e o aumento de recursos financeiros a ela destinados, a fim de que os garimpeiros possam obter maior assistência social. Além disso, é sensato estender os benefícios do Furfural a eles, uma vez que alternam o exercício da profissão com atividades de natureza rural.

Ainda, por já ter sido feito, com excelentes resultados, em vários países do mundo, o Governo Federal poderia eliminar totalmente o Imposto de Renda, o ICM e o IPI das pedras preciosas e semi-preciosas e de seus produtos.

Quanto à questão da lapidação, creio que o Governo deva criar mais cursos e programas de lapidação nas escolas primárias e conceder incentivos para a construção, no Brasil, de equipamentos de lapidação de qualidade.

Sou da opinião de que o Brasil só terá uma forte indústria de gemas de cor se, além de promulgar uma legislação que torne a atividade atraente, conceder isenção de impostos de importação para máquinas destinadas à mineração, à lapidação e à pesagem, não fabricadas no Brasil, bem como de outros instrumentos para os setores extrativos.

Outro fato curioso de se observar é que, em outros países exportadores de jóias montadas, há pagamento em divisa estrangeira, o que é considerado exportação indireta, gozando de benefícios comuns, desde que as divisas assim auferidas sejam encaminhadas ao Banco

Central ou a um estabelecimento encarregado de receber divisas estrangeiras. Contudo, as transações no Brasil, mesmo feitas com turistas estrangeiros e pagas em divisas, continuam sujeitas a todos os impostos, como se tratasse de vendas para o consumo interno.

Avalio que, se os incentivos à exportação forem aplicados a tais operações, o volume será elevado e, em consequência, crescerá também a entrada de divisas estrangeiras.

Por último, urge desencorajar o contrabando, causando, principalmente, pela diferença entre a cotação do mercado de câmbio oficial e o mercado paralelo. Acontece que as transações do setor são avaliadas sempre no paralelo, mas, a partir da eliminação e redução de impostos, o Governo somente concederia incentivos especiais de exportação, quando fosse desencorajado o contrabando de gemas.

Concluindo Sr. Presidente, Srs. Senadores, as investidas contra a mineração brasileira acumularam-se ao longo dos anos, mas, finalmente, a realidade sócio-econômica vem lançando por terra os falsos argumentos e demonstrando, na prática, a viabilidade do setor mineral para o desenvolvimento do País. Sem dúvida, essa discussão deve continuar no próximo ano, para que, na Assembleia Nacional Constituinte, seja definido o papel das empresas multinacionais no setor, sem colocar em risco a soberania sobre nossas riquezas. Nossa independência está em nossas próprias mãos, e, portanto, só depende de nós a transformação deste enorme potencial em bem-estar da sociedade, com justiça, liberdade e democracia.

Muito obrigado, era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Não há mais oradores inscritos.

Antes de encerrar os trabalhos, a presidência designa para a sessão ordinária de amanhã, a seguinte

ORDEM DO DIA

1

(Em regime de urgência — art. 371, c, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 201, de 1985 — Complementar, de autoria do Senador Benedito Ferreira e outros Senhores Senadores, que cria o Estado do Tocantins e dá outras providências, tendo

PARECERES FAVORÁVEIS, sob nºs 707 e 709, de 1985, das Comissões:

— de **Constituição e Justiça**, de **Serviço Público Civil e de Finanças**; tendo, ainda, pareceres orais, sobre a Emenda nº 1, de Plenário, das Comissões:

— de **Constituição e Justiça**, pela constitucionalidade e juridicidade e, no mérito, favorável, e

— de **Serviço Público Civil e de Finanças**, contrários.

2

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 3, de 1981 (nº 1.889/76, na Casa de origem), alterando a redação dos arts. 7º, 9º e 10 da Lei nº 6.223, de 14 de julho de 1975, que dispõe sobre a fiscalização financeira e orçamentária da União, pelo Congresso Nacional, e dá outras providências, tendo

PARECERES FAVORÁVEIS, sob nº 204 e 205, de 1983, das Comissões:

— de **Finanças**, e
— de **Municípios**.

3

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 13, de 1981 (nº 78/79, na Casa de origem), introduzindo modificações na Lei nº 605, de 5 de janeiro de 1949, que dispõe sobre o repouso semanal remunerado e o pagamento de salário nos dias feriados civis e religiosos, tendo

PARECERES, sob nºs 514 a 516, de 1984, das Comissões:

— de **Legislação Social**, favorável, com voto vencido, em separado, do Senador Gabriel Hermes;

— de **Finanças**, declarando que a matéria foge à sua competência regimental e solicitando que sobre ela seja ouvida a Comissão de Economia; e

— de **Economia**, favorável.

4

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 14, de 1981 (nº 2.977/80, na Casa de origem), que suprime a alínea "b" do art. 39 da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960 — Lei Orgânica da Previdência Social, tendo

PARECERES, sob nºs 26 a 29, de 1984, das Comissões:

— de **Legislação Social**, 1º pronunciamento: favorável;
— 2º pronunciamento: mantendo seu parecer anterior;
— de **Constituição e Justiça**, favorável; e
— de **Finanças**, contrário, com voto vencido dos Senadores Severo Gomes e Pedro Simon.

5

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 9, de 1982 (nº 3.048/80, na Casa de origem), que faculta ao segurado a retificação do enquadramento correspondente a seu tempo de filiação à Previdência Social, tendo

PARECERES, sob nºs 376 e 377, de 1984, das Comissões:

— de **Legislação Social**, favorável, com emenda que apresenta de nº 1-CLS, com voto vencido, em separado, do Senador Jorge Kalume; e
— de **Finanças**, contrário, com voto vencido do Senador Cid Sampaio.

6

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 10 de 1982 (nº 4.608/81, na Casa de origem), que autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade das Missões, com sede em Santo Ângelo — RS, tendo

PARECER FAVORÁVEL, sob nº 212, de 1982, da Comissão

— de **Educação e Cultura**.

7

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 55, de 1982 (nº 2.631/80, na Casa de origem), acrescentando parágrafo ao art. 27 da Lei nº 3.274, de 2 de outubro de 1957, que disciplina o regime penitenciário, tendo

PARECER, sob nº 807, de 1983, da Comissão
— de **Constituição e Justiça**, favorável, com voto vencido do Senador Helvídio Nunes.

8

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 22, de 1983 (nº 5.450/71, na Casa de origem), que concede anistia a mães de família condenadas até 5 (cinco) anos de prisão, tendo

PARECER, sob nº 398, de 1985, da Comissão
— de **Constituição e Justiça**, favorável.

9

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 17, de 1984 (nº 2.845/76, na Casa de origem), que acrescenta dispositivo à Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960, para dispor sobre o segurado que tiver assumido cargo público e perdido o prazo para continuar contribuindo como autônomo, tendo

PARECERES FAVORÁVEIS, sob nºs 627 e 628, de 1985, das Comissões:

— de **Legislação Social**; e
— de **Finanças**.

10

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 55, de 1984 (nº 759/83, na Casa de origem), determinando que os depósitos e repasses dos órgãos públicos federais do Nordeste sejam feitos no Banco do Nordeste do Brasil S.A. — BNB, tendo

PARECERES, sob nºs 611, e 612, de 1984, das Comissões:

— de **Economia**, contrário; e

— de **Finanças**, favorável, com emenda que apresenta de nº 1-CF.

11

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 14, de 1985 (nº 2.393/79, na Casa de origem), que altera a redação do art. 135 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, que dispõe sobre a concessão das férias anuais remuneradas, tendo

PARECER FAVORÁVEL, sob nº 452, de 1985, da Comissão

— de **Legislação Social**.

12

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 17, de 1985 (nº 2.296/83, na Casa de origem), que dispõe sobre a defesa de médico, servidor público, em processos judiciais decorrentes do exercício da profissão, tendo

PARECER FAVORÁVEL, sob nº 604, de 1985, da Comissão

— de **Serviço Público Civil**.

13

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 50, de 1981 (nº 2.048/79, na Casa de origem), que dá nova redação ao § 2º do art. 458 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, dispondo sobre o fornecimento de transporte para o trabalhador, tendo

PARECER FAVORÁVEL, sob nº 429, de 1982, da Comissão

— de **Legislação Social**.

14

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 60, de 1982 (nº 3.427/80, na Casa de origem), que dispõe sobre a regulamentação do exercício da enfermagem e dá outras providências, tendo

PARECERES, sob nºs 444 à 447, de 1985, das Comissões:

— de **Constituição e Justiça**, favorável;

— de **Legislação Social**, favorável, com emenda que apresenta nº 1 - CLS;

— de **Serviço Público Civil**, favorável, com emendas que apresenta de nºs 2 à 9 — CSPC; e

— de **Saúde**, favorável ao Projeto e às emendas das Comissões de Legislação Social e de Serviço Público Civil.

15

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 1985 (nº 1.550/83, na Casa de origem), que declara feriado nacional o dia 20 de novembro, já celebrado Dia Nacional da Consciência Negra pela comunidade Afro-brasileira, tendo

PARECER FAVORÁVEL, sob nº 611, de 1985, da Comissão:

— de **Educação e Cultura**.

16

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 106, de 1982 (nº 4.800/81, na Casa de origem), que disciplina as atividades profissionais dos vigias portuários, e dá outras providências, tendo

PARECERES, sob nºs 1.025, 1.026 e 1.027, de 1983, das Comissões:

— de **Constituição e Justiça**, favorável;

— de **Legislação Social**, contrário, com voto vencido do Senador José Ignácio Ferreira; e

— de **Finanças**, favorável.

17

Votação, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 244, de 1981 — Complementar, de autoria do Senador Cunha Lima, acrescentando o § 4º ao art. 2º da Lei Complementar nº 1, de 1967, que visa a reduzir, em casos que especifica, o limite mínimo populacional de que trata o inciso I do mesmo artigo, tendo

PARECERES, sob nºs 945 e 946, de 1981, 745 e 746, de 1984, das Comissões:

— de **Constituição e Justiça** — 1º pronunciamento, pela constitucionalidade e juridicidade; 2º pronunciamento, favorável à emenda de Plenário; e

— de **Municípios** — 1º pronunciamento, favorável; 2º pronunciamento, contrário à Emenda de Plenário.

18

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 115, de 1985 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 800, de 1985), que autoriza a Prefeitura Municipal de Uberaba (MG) a elevar em Cr\$ 100.988.400 (cem milhões, novecentos e oitenta e oito mil e quatrocentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECERES, sob nºs 801 e 802, de 1985, das Comissões:

— de **Constituição e Justiça**, pela constitucionalidade e juridicidade; e

— de **Municípios**, favorável.

19

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 110, de 1985 (apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça como conclusão de seu Parecer nº 778, de 1985), que suspende a execução do art. 1º da Resolução nº 13, de 4 de maio de 1983, na Câmara dos Deputados, na parte em que deliberou sustar o processo criminal contra o ex-Deputado Domingos Antônio de Freitas Diniz Neto.

20

Votação, em turno único, do Requerimento nº 423, de 1985, de autoria do Senador Carlos Chiarelli, Líder do PFL, requerendo nos termos do art. 371-C, do regimento interno, urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 124, de 1985 (nº 4.014/84, na Casa de origem), que proíbe a pesca de cetáceo nas águas jurisdicionais brasileiras e dá outras providências.

21

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 173, de 1982, de autoria do Senador Moacyr Duarte, que altera dispositivo da Lei nº 6.515, de 26 de dezembro de 1977, possibilitando o divórcio entre pessoa nunca antes divorciada e outra já divorciada anteriormente, tendo

PARECER, sob nº 766, de 1985, da Comissão — de **Constituição e Justiça**, Pela constitucionalidade e juridicidade, nos termos de substitutivo que oferece, com voto em separado do Senador Nelson Carneiro.

22

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 225, de 1983, de autoria do Senador Murilo Badaró, que cria e regula a aplicação pela Censura Federal, o certificado de liberação restrita e dá outras providências, tendo

PARECERES, sob nºs 804 e 805, de 1985, das Comissões:

— de **Constituição e Justiça**, pela constitucionalidade e juridicidade; e

— de **Educação e Cultura**, favorável, com emendas que apresenta de nºs 1 a 4-CEC, e voto vencido, em separado do Senador Jorge Kalume.

23

(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 129, de 1980)

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 96, de 1980, de autoria do Senador Jutahy Magalhães, que dispõe sobre a participação dos servidores nos órgãos de direção e fiscalização das entidades que menciona, tendo

PARECERES, sob nºs 349, 350, 354 e 355, de 1983, das Comissões:

— de **Constituição e Justiça**, pela constitucionalidade e juridicidade e, quanto ao mérito, favorável;

— de **Legislação Social**, favorável;

— de **Serviço Público Civil**, favorável; e

— de **Finanças**, favorável, com voto vencido dos Senadores Roberto Campos e José Lins.

24

(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 96, de 1980)

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 129, de 1980, de autoria do Senador Franco Montoro, que assegura a participação dos empregados na direção das empresas públicas e sociedades de economia mista, tendo

PARECERES, sob nºs 351 a 355, de 1983, das Comissões:

— de **Constituição e Justiça**, pela constitucionalidade e juridicidade e, quanto ao mérito, favorável;

— de **Legislação Social**, favorável;

— de **Serviço Público Civil**, 1º pronunciamento: favorável; 2º pronunciamento: pela prejudicialidade, face parecer favorável dado ao Projeto de Lei do Senado nº 96, de 1980; e

— de **Finanças**, pela prejudicialidade; face parecer favorável dado ao Projeto de Lei do Senado nº 96, de 1980, com voto vencido dos Senadores Roberto Campos e José Lins.

25

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 336, de 1980, de autoria do Senador Pedro Simon, que dispõe sobre privilégios assegurados às empresas de auditoria de capital nacional e dá outras providências, tendo

PARECERES, sob nºs 248 a 250, de 1983, das Comissões:

— de **Constituição e Justiça**, pela constitucionalidade e juridicidade e, quanto ao mérito, favorável, nos termos de substitutivo que apresenta;

— de **Economia**, favorável ao substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça, com voto vencido dos Senadores José Lins, Gabriel Hermes e Lenoir Vargas; e

— de **Relações Exteriores**, favorável ao substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Está encerrada a sessão

(Levanta-se a sessão às 15 horas e 27 minutos.)

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. ADERBAL JUREMA NA SESSÃO DE 31-10-85 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. ADERBAL JUREMA (PFL — PE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Nesta tarde crepuscular, da atual legislatura, em que estamos diante de uma realidade política que não pode se submeter a nenhum disfarce, as eleições municipais de 15 de novembro, principalmente as das capitais de todos os Estados brasileiros, elas tinham que provocar essa fuga dos parlamentares da Câmara e do Senado para o tablado político das Capitais, dos municípios de estâncias hidrominerais ou considerados de segurança nacional. O plenário do Senado, no entanto, vem resistindo até agora a essa realidade política na cartografia nacional, mas a partir de amanhã, Sr. Presidente, tenho quase certeza, com a experiência de cinco legislaturas na Câmara dos Deputados, e esta legislatura no Senado da República, que não teremos mais número, porque as nossas presenças irão ser dadas nas capitais dos nossos Estados. De lá vem o apelo veemente dos nossos correligionários, pedindo a presença física do Senador da República, do Deputado Federal.

Venho a esta tribuna para assinalar esse fato, numa hora em que se debate na imprensa declarações atribuídas ao Presidente José Sarney a respeito da fidelidade de suas forças políticas.

Antes de analisar esse assunto, que provocou até a retirada, a renúncia é a palavra mais certa de vice-líderes do PMDB da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, eu diria que se trata mais de especulação política dos jornais. Quero trazer a esta Casa e à Nação uma pe-

quena contribuição histórica ao pensamento do Presidente José Sarney quando vem há algum tempo se batendo pela consecução de um pacto social. E até agora, Sr. Presidente, esse pacto social tem ficado mais na área do Executivo do que propriamente na área do Legislativo. Poucos, talvez alguns Senadores ou Deputados, falaram nesta Casa, ou deram entrevistas sobre as idéias presidenciais de um pacto social. Mas Sua Excelência o Presidente José Sarney, me parece que tem o sexto sentido do maranhense que, influenciado por aquelas tribos conquistadas pelos franceses — por um Daniel de la Touche, Senhor da La Ravardière — parece-me que Sua Excelência tem o sexto sentido de colocar o ouvido no chão e sentir que o pacto social poderia trazer um entendimento mais duradouro para que os partidos se preparassem sem, diferenças profundas para as eleições de 15 de novembro de 1986 quando o povo brasileiro irá escolher os seus representantes, que serão Deputados e Senadores constituintes.

Sr. Presidente, em uma coletânea, organizada por Vicente Licínio Cardoso, nome que todos nós homens de letra respeitamos, e publicada pela Editora Universidade de Brasília, "A margem da História da República", fui aprender, através do pensador e historiador político Celso Vieira, que o pacto social não é uma invenção inusitada do Presidente José Sarney. E por que não o é? — porque diz Celso Vieira: "Revendo o Tifis Pernambucano, de 1º de 15 de julho de 1824, aí deparemos as bases para a formação de um pacto social, redigidas por uma sociedade de homens de letras, orientadas pelo gênio liberal de Frei Caneca."

E todos nós sabemos que, com o fracasso da Confederação do Equador, foi fuzilado, na Fortaleza dos Cinco Pontos, Frei do Amor Divino Caneca e que deixou uma obra literária e política lida por todos os estudiosos em Pernambuco.

Continua Celso Vieira: "No projeto de governo, elaborado por Manoel de Carvalho, apreendemos o funcionamento do novo mecanismo político. Essencialmente, o primeiro desses trabalhos contém uma declaração dos direitos do homem".

Vejam bem, uma declaração dos direitos do homem, onde sentimos um pouco da influência de Jean-Jacques Rousseau e que foi pedra de toque, após a última Grande Guerra de 39 a 44.

"Uma declaração dos direitos do homem quase modelar, não obstante os desvios de técnica, situando a personalidade e a propriedade num cerco de garantias invioláveis", assinalou Celso Vieira.

É muito bom que se diga isso numa hora em que se fala em reforma agrária, e em que muitos se esquecem que a propriedade não é um roubo, como dizia Prudhon, a propriedade sempre foi um anseio do homem. É a propriedade, com fim social, um prolongamento do indivíduo, digo eu, que sou um parlamentar à moda de "João sem terra".

Mas, vejamos bem, "... num círculo de garantias invioláveis. Articulado com a rapidez em que sentimos a vigência da guerra, a urgência fumegante dos reencontros, escorço." — a guerra era a luta de 1824 — "da lavra de Manoel de Carvalho, não indica a mesma visão clara e segura no seu campo, nem sequer a faculdade assimiladora do constitucionalismo norte-americano".

Porque na época, revolucionários, políticos liberais, por mais estranho que pareça, estavam mais influenciados com as idéias de George Washington e Thomas Jefferson, do que propriamente com as idéias de Jean-Jacques Rousseau.

E continua Celso Vieira: "Sendo um artifício tão ligeiro quanto provisório esse modelo, bem podemos imaginar que, votada pela Soberana Assembléia de Olinda" — porque houve uma assembléia em Olinda que votou um arremedo de Constituição em 1824, chamada a Constituição do Equador — "apresentaria outras linhas mais amplas na sua estrutura, outro vigor e saber nos seus dispositivos. Provavelmente, os legisladores teriam imitado a Colúmbia, onde Natividade Saldanha" — uma grande figura na Revolução de 1817 e 1824 — "requisita o apoio de Bolívar à causa da Confederação Equatorial".

"Grande mudança de horizonte e cenário, ação e tempo... A república veneziana" — chamava a Confederação do Equador de a República veneziana de Olinda — "fora um desejo mal enunciado por um grupo de aristocratas;" — porque em 1817 o Governo estava em Olinda, o Governo Revolucionário — "a Inconfidência uma simples miragem de poetas; o governo de 17, com os seus padres, vivera apenas setenta e cinco dias; a Confederação do Equador pouco mais de dois meses, entre o manifesto de Manoel de Carvalho aos Brasileiros e o ofício de Lima e Silva ao Imperante, dando-lhe conta da vitória imperial. Nove anos, dois meses e dez dias, porém, vai durar belicosamente a nova república nos confins do sul".

Vejam os gaúchos que a República de Piratini, os Farrapos, durou muito mais do que os nossos movimentos de 1817 e 1824. Não sei se pela distância, não sei se pela ação do Conde de D'Arcos, da Bahia nós fomos esmagados, enquanto que os gaúchos levaram 9 anos com a República de Piratini.

Sr. Presidente, vale a pena ainda citar um outro pensador político, este admirado por todos nós e estudamos na mesma Faculdade, a de Direito do Recife. Quero referir-me ao grande, ao inolvidável pensador político, escritor e memorialista Gilberto Amado, o qual tive a felicidade de conhecer, pessoalmente, no Rio de Janeiro.

Diz Gilberto Amado, ainda nesta coletânea, sobre as instituições políticas e o meio social no Brasil: "Enquanto não se formar no Brasil pela preponderância das inteligências construtivas uma 'elite' de diretores mentais..."

Vejam bem, Srs. Senadores, quando se pensa em nível por baixo, o Gilberto Amado reage e fala numa elite de diretores mentais "que saibam menos discutir questões 'jurídicas' e mais questões 'políticas'". O legislador brasileiro, antes de ser um jurista, um economista, como assinala Gilberto Amado, precisa ser um político, um político — repito — e não um amador em política, "... que mostrem menos erudição de constitucionalistas americanos e mais conhecimento das realidades práticas do Brasil, uma 'elite' conjugada ativa e energicamente em agremiações partidárias...". Quer dizer, treinada nas agremiações partidárias, e o partido deve ser uma escola política.

Quando nós entramos no partido, devíamos até exigir um vestibular para esse ingresso, porque o partido deve ser uma escola política em torno de figuras excepcionais, de modo a suprir pelo influxo de sua ação, as deficiências do meio. É incapaz de se dirigir a si próprio enquanto não conseguir organizar os elementos de direção de uma sociedade que não sabe se guiar por si mesma. Veja que coisas atuais, Senador Cid Sampaio, "a confusão, o tumulto, o mal barateamento de belas energias, o caos moral, político e administrativo que caracterizará o Brasil, será ainda por muito tempo, ainda, a expressão de sua existência e a forma tumultuada de sua fisionomia de nação".

O Sr. Cid Sampaio — V. Exª me concede um aparte?

O SR. ADERBAL JUREMA — Com muito prazer.

O Sr. Cid Sampaio — Senador Aderbal Jurema, é oportuna a sua intervenção no Senado, fazendo referência a um pacto social. Eu diria mais precisamente, um novo pacto social, porque pacto social sempre existe; existe às vezes um pacto social em segmentos tão pequenos da sociedade que marginaliza todos os demais. Na realidade, um pacto social justo, que atenda aos interesses dos segmentos sociais estratificados em todos os níveis da pirâmide social, permite principalmente reformas e, além do mais, permite unidade ao País. De fato é difícil acreditar que um pacto social que contemple grupos privilegiados, que contemple pequenos segmentos da sociedade, possa trazer à sociedade estabilidade, decisão e força capazes de vencer obstáculos, quando esses se antepõem em número e vulto grande para as forças de uma Nação. É realmente o que ocorre no Brasil de hoje. Nós vivemos vinte anos de um pacto social em que os que exerciam o poder e os que enriqueceram nesse período, eram os únicos que participavam da vida da Nação, inclusive por lei, por decretos, por Consti-

tuições outorgadas. Os demais não podiam, sequer se pronunciar, através de uma censura terrível de imprensa. O Presidente José Sarney, fruto de uma revolução branca, fruto da união da Nação em torno da esperança nova de reconstruí-la, permitiu que surgisse um Governo que pretende um novo pacto social. Um pacto onde todos possam ter esperança, onde todos possam participar e do qual resulte benefícios para todos. Esse pacto social permitirá, na realidade, a integração da Nação em torno do seu Governo, para que nós possamos vencer os obstáculos com os quais hoje o Brasil se defronta tais como uma inflação terrível, uma recessão perversa e débitos externos e internos que assustam e dificultam as soluções econômicas e financeiras de forma que tem razão V. Exª quando refere-se à necessidade desse pacto. Discordaria de Gilberto Amado, quando prevê que são grupos de elite que podem realmente orientar um País. As elites podem ser culturais, podem ser econômicas, podem ser até de capacidade de arregimentação ou capacidade de imposição; existem elites intelectuais, existem elites militares. De forma que creio muito mais na democratização dos processos de direção, onde os homens encarregados de dirigir venham da escolha da grande massa de eleitores porque, por mais que se pretenda negar, analfabetos, medianamente cultos, quase incultos ou com um cabedal de cultura, a sensibilidade do povo, independentemente destes predicados, compreende, sabe, sente e pode escolher o melhor caminho para a Nação. Sendo forçado a me ausentar deste plenário, em face de participar de uma Comissão sobre o retorno das prerrogativas parlamentares, que deve voltar aos seus trabalhos a partir das 15 horas de hoje, não queria deixar de felicitar V. Exª pela iniciativa de tocar em um assunto tão relevante e tão importante na hora presente. Parebenizo a V. Exª, e muito obrigado.

O SR. ADERBAL JUREMA — Senador Cid Sampaio, aceito com o maior prazer a sugestão de V. Exª de que devemos falar em um novo pacto social, porque o pacto social sempre existiu na idéia, às vezes na prática, com as suas vitórias e com as suas derrotas. Mas, em verdade, o que o Presidente José Sarney vem pregando é, sem dúvida, o desejo de que os homens deste País compreendam que a complexidade política dos partidos que estão aparecendo precisa ter um elo, Senador Cid Sampaio, e esse elo seria, sem dúvida o pacto social.

Mas, continuando, digo que a geografia política está se renovando ou oferecendo uma nova fisionomia, não só física como ideológica. Na sociologia política, a reforma partidária está mudando a topografia política do País: ilhas que se multiplicaram em arquipélagos, rios caudalosos que estão secando — não quero referir-me nominalmente a partidos que, no passado, foram grandes partidos e que tentaram, agora, voltar a ser grandes partidos. E, no entanto, as suas representações são minúsculas. E outros grandes partidos da atualidade estão também com crises internas — riachos ou arroios que estão se transformando em rios, e rios em afluentes de grandes caudais que não sabem bem o que querem. "Quando os homens não pensam, as águas pensam por ele". Essa é a advertência sábia de um engenheiro pernambucano quanto às secas e às inundações do Recife no século passado: "Quando os homens não pensam, as águas pensam por eles". E digo eu: quando os líderes não decidem, as urnas decidem por eles. A economia condiciona a política, mas não a determina.

Aristóteles falava que "o homem é um animal político". Já o nosso Antonio Torres dizia que "o homem é um animal social". Extinguir a miséria e assegurar a todos o uso dos meios próprios para dar livre expansão às aptidões, é a grande missão das democracias modernas segundo Alberto Torres, num livrinho que sempre releio: "A Organização Nacional". Aristóteles dizia: "A política é a mais alta de todas as ciências", a política é a mais arquitetônica de todas as ciências". Já o filósofo alemão Zimmell escreveu: "O político é um especialista de generalidades". Veja, que frase: "O político é um especialista de generalidades". E nós, caboclos da terra, dizemos brasileiroamente: é um técnico de idéias gerais.

Diante e tudo isso, temos que reconhecer — e é por isso que estamos com um plenário vazio — primeiro os municípios das capitais estão escolhendo seus prefeitos

tos, em seguida o Estado e, finalmente, a União ou a Nação.

Estamos observando que o clima político urbano está invadindo e dominando o clima natural do interior. Antigamente, através dos recenseamentos, a maioria do eleitorado vinha do interior. Aqueles redutos dos "coronéis" que elegiam seus representantes, desde o Brasil Império. Mas, à medida que nos industrializamos, à medida que nos transformamos numa civilização de consumo, estamos vendo a influência do clima político urbano sobre o clima político interiorano, o clima político rural. Tanto que é de importância fundamental uma campanha política para escolha de prefeitos das capitais. Por quê? Porque o estudante filho do trabalhador rural, do camponês, do senhor de engenho, do fazendeiro, do agricultor, ele, em geral, procura a capital para fazer o seu curso, porque nelas estão leques de opções universitárias, e esse estudante leva para o interior aquela mentalidade do clima político da capital. E o que se decide na capital muda a fisionomia política do interior.

Esse fenômeno nós estamos observando e nem sempre os partidos políticos atuais estão prestando a devida atenção. Se temos uma geografia política, temos também uma cartografia eleitoral. E o município é o ponto de apoio dessa cartografia eleitoral; sem o município não poderemos tirar as linhas retas e traçar paralelos.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — (Fazendo soar a campainha.) — O tempo de V. Ex.^a está praticamente esgotado, nobre Senador Aderbal Jurema. Eu pediria que V. Ex.^a concluísse o seu discurso, porque há outros oradores inscritos.

O SR. ADERBAL JUREMA — Vou concluir, Sr. Presidente, como nordestino, dizendo que nós não podemos ter uma cartografia eleitoral única, porque o Nordeste difere completamente em termos socioeconômicos das regiões Centro-Sul e Sul, propriamente dito.

A nossa unidade territorial está ameaçada pelo desenvolvimento não integrado das várias regiões que compõem este País. O Nordeste, por fatores climáticos, históricos e geo-econômicos está se transformando para São Paulo na mesma proporção que o Brasil colonial para a Corte Portuguesa do século XVIII. O imperialismo de São Paulo, mais de ordem econômica — vejam bem — do que política, é tão espoliador quanto à dominação da Coroa Portuguesa até 1822.

Sr. Presidente, concluo as minhas considerações de hoje, dizendo que os partidos políticos têm que se conscientizar de que não podemos continuar a governar este País, pensando apenas no imediatismo das eleições que se aproximam.

Temos, sobretudo, Sr. Presidente, de escutar não o rumor de passos de que falava o romancista Plínio Salgado, mas temos que escutar o galope deste País e dizer que também temos pressa de chegarmos a um pacto social, que possa reunir toda a sociedade brasileira na meta do desenvolvimento.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. MOACYR DUARTE NA SESSÃO DE 4-11-85 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. MOACYR DUARTE (PDS — RN) Pronuncia o seguinte discurso. — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

As campanhas políticas do Rio Grande do Norte sempre se caracterizam pelo radicalismo, pela virulência da linguagem e até pela violência física. O carisma, a música, a cor e o gesto foram durante muitos anos e parecem continuar a ser responsáveis pelo nosso atraso. Contribuíram para que chegassemos tardiamente a estação onde passou o trem do desenvolvimento. Perdemos o lugar, pois sempre preferimos transformar o Rio Grande do Norte num grande pastoril onde a policromia das bandeiras, o simbolismo do gesto, o estímulo das canções, a linguagem desabrida, a violência despropositada fizeram-nos esquecer das coisas sérias para brincarmos de fazer política na base da emoção e do passionalismo, da intransigência e da agressão, fenôme-

mo típico dos subdesenvolvidos. Esta uma das explicações possíveis para o fato de permanecermos nas zonas menos desenvolvidas do Nordeste com a região mais pobre, porque sempre a mais distante do surto desenvolvimentista programado e executado na área. A nossa pobreza não é assim um destino, sendo como foi por pura incompatibilidade política, fica sendo a nossa vergonha. Acreditávamos que essa época já fora sepultada. Ledo engano, os mesmos métodos já estão renascendo com a mesma exuberância de antes. Estas considerações preliminares vêm a propósito do noticiário divulgado ontem por alguns jornais do País, especialmente, e com foros de sensacionalismo, pelo **Jornal do Brasil** que abriu manchete em sua primeira página para denunciar à opinião pública supostos fatos que teriam ocorrido em uma reunião presidida pelo governador do meu Estado com o comparecimento de mais de 80 prefeitos, vereadores, deputados, jornalistas e pessoas gradadas pois não teve caráter sigiloso, mas aconteceu, embora em recinto coberto mas de portas abertas.

O Sr. Aderbal Jurema — V. Ex.^a concederia um aparte, nobre Senador?

O SR. MOACYR DUARTE — Ouço com muito prazer o aparte do eminente Senador Aderbal Jurema.

O Sr. Aderbal Jurema — Nobre Senador, recebi, instantes atrás, um telefonema do Líder do Partido da Frente Liberal, nobre Senador Carlos Chiarelli, que se encontra em Natal. S. Ex.^a, ao lhe informar que V. Ex.^a estava usando da palavra, solicitou-me que reforçasse a explanação que faz quanto a reunião pública com 50 prefeitos do interior, reunião essa que foi gravada e não se tratava de reunião clandestina para praticar fraudes porque o Governador do PMDB em São Paulo está convocando os prefeitos do interior para ajudá-lo na luta para a eleição do prefeito da capital. Essa não é uma luta municipal, mas estadual. Todos sabemos, e ninguém pode ignorar, que é uma luta estadual. Há uma coisa curiosa, o Governador, há 15 dias, — com licença do meu companheiro pelo Rio Grande do Norte — através de ofício ao Presidente do Tribunal Regional Eleitoral, solicitou tropas federais para garantir a lisura do pleito porque poderia se julgar suspeito, como Governador, se as tropas da polícia estadual fossem acionadas de participantes do seu ponto de vista. Então, S. Ex.^a solicitou ao Tribunal que providenciasse tropas federais, a fim de garantir a lisura desse pleito. Diante disso, as explorações que surgiram, sem dúvida, fazem parte de uma campanha política e, em campanha política todos nós estamos sujeitos a todos os tipos de explorações. Agora mesmo em Recife, está acontecendo coisas do arco-da-velha. Mas, o que trago com a palavra do Líder Carlos Chiarelli, representando-o na sua ausência, é a reafirmação de que o Governador lhe garantiu que fez uma reunião pública — agora mesmo ouvi V. Ex.^a falando a respeito — com cerca de 50 prefeitos. Confesso a V. Ex.^a a minha ignorância quanto ao número de prefeitos...

O SR. MOACYR DUARTE — 84, salvo engano.

O Sr. Aderbal Jurema — Então, a maioria. Essa reunião foi gravada, porque não era sigilosa. Há quinze dias, o próprio Governador Tarcísio Maia solicitou do Presidente do Tribunal Regional Eleitoral tropas federais, a fim de que se garantisse a lisura do pleito. Este, o aparte que queria dar em nome do Partido da Frente Liberal, e em nome do Senador Carlos Chiarelli, em nome de Aureliano Chaves, que lá se encontra; em nome de Marco Maciel, que todos os três falaram comigo há pouco por telefone e sabem que V. Ex.^a está na tribuna.

O SR. MOACYR DUARTE — Agradeço a V. Ex.^a nobre Senador Aderbal Jurema a oportuna intervenção, oferecendo o seu valioso testemunho, em nome do Partido da Frente Liberal e, por via de consequência, em nome de expressiva parcela do grupamento político-partidário que dá sustentáculo ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República. O aparte de V. Ex.^a, nobre Líder Aderbal Jurema, empresta maior substância ao meu pronunciamento e se constitui, como já disse, em sólido subsídio.

O Sr. Odacir Soares — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. MOACYR DUARTE — Ouço o aparte do nobre Senador Odacir Soares.

O Sr. Odacir Soares — Nobre Senador Moacyr Duarte, antes de mais nada, devo dizer a V. Ex.^a que não vou entrar no mérito da questão, porque esta seria, a esta altura, difícil de precisar-se. Entretanto, fixando-me apenas nas notícias de jornal, notadamente na que li hoje no **Jornal do Brasil**, inclusive dentro do espírito do discurso de V. Ex.^a, a reunião realizada pelo Governador José Agripino Maia está, a meu ver — e afastada a hipocrisia com a qual se possa analisar o episódio — a reunião está inserida no contexto brasileiro. Verifico no Brasil, do Acre ao Rio Grande do Sul, que todos os Governadores do PMDB, inclusive os Ministros do PMDB, estão completamente engajados, com os cofres públicos, nas campanhas dos seus candidatos. Em Rondônia a corrupção chegou a tal situação que a própria população se sente hoje envergonhada com o fato. Li ontem nos jornais **Jornal do Brasil**, **Folha de S. Paulo**, **O Estado de S. Paulo**, **Correio Braziliense**, **Jornal de Brasília** — que a campanha do Senador Fernando Henrique Cardoso, está estimada em 60 bilhões de cruzeiros, apesar de o Senador estar sempre, nas suas declarações à imprensa, ignorando os fatos que ocorrem ao redor da sua campanha, como aconteceu recentemente no documento que o PMDB fraudou para provar, perante a opinião pública, que o PT o estaria apoiando em São Paulo. Deve ser colocado o episódio do Rio Grande do Norte nas suas verdadeiras dimensões. Segundo a leitura do **Jornal do Brasil** de hoje, até considero esse episódio completamente rotineiro na vida política do País, notadamente no Nordeste, e até afastado de episódios mais graves, de episódios que, aí sim, teriam gravidade de envolvimento, inclusive com recursos públicos dos Governadores do PMDB para prestigiar como já disse seus candidatos do Acre até o Rio Grande do Sul. Outro dia o Ministro Pedro Simon patrocinava o lançamento de uma "cesta do povo" em Porto Alegre, com recursos do Ministério da Agricultura, e em consequência, com recursos do Governo Federal, tendo ao seu lado o seu candidato a Governador, o Deputado Carrión Júnior. O episódio do Rio Grande do Norte, dentro desse contexto brasileiro, me parece sem nenhuma significação. Vemos no Rio de Janeiro todos os candidatos, vemos em São Paulo todos os candidatos, vemos em todo o Brasil todos os candidatos utilizando-se de meios de propaganda que são proibidos pelo Código Eleitoral e às vistas da Justiça Eleitoral, inclusive com os Tribunais Regionais Eleitorais tendo designado observadores, juízes, para acompanhar o pleito eleitoral. Considero esse episódio do Rio Grande do Norte mais um episódio tático dentro do processo eleitoral que se realiza naquele Estado. A notícia que li, até menciona o eminente Senador Martins Filho — e já o disse a S. Ex.^a.

A reunião não foi pública, ao ponto em que assim a considera, o Senador Aderbal Jurema, porque a gravação se fez *ultra petita*; não foi gravada obrigatoriamente. A reunião foi pública, mas a gravação foi clandestina. De modo que, considero — e com absoluta honestidade estou apartando V. Ex.^a — considero o episódio do Rio Grande do Norte inserido no contexto brasileiro. Ou as nossas leis estão caducas ou a nossa Justiça Eleitoral está caduca. A realidade é que o processo eleitoral está se fazendo às vistas, sob os olhos, sob a inteira responsabilidade da Justiça Eleitoral, e a esta incumbe tomar as providências cabíveis, se for o caso, para que abusos não se possam verificar.

O SR. MOACYR DUARTE — Apenas me permito discordar do eminente Senador Odacir Soares quando afirma que o fato supostamente ocorrido no Rio Grande do Norte, e denunciado pelo **Jornal do Brasil** é mais um episódio político que se insere no contexto nacional.

O Sr. Martins Filho — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. MOACYR DUARTE — Discordo, porque neste episódio nem a fraude foi defendida, insinuada ou aconselhada pelo Governador nem se implanta no Rio Grande do Norte na atual campanha política que pretende levar à Prefeitura a Professora Vilma Maia, candidata da coligação PDS — PFL, qualquer processo de corrupção, razão pela qual, neste particular, discordo com veemência das colocações do nobre representante do Estado de Rondônia.

Sr. Presidente, o **Jornal do Brasil** denuncia o Governador José Agripino Maia numa reunião pública, na presença de 84 prefeitos, vereadores, deputados e jornalistas, determinou que os prefeitos e chefias políticas interioranas integrantes do seu sistema político utilizem métodos pouco recomendáveis, com o objetivo de fazerem proselitismo político em favor do seu candidato. Segundo o noticiário que mais parece fruto da fértil imaginação de ficcionistas políticos o Governador José Agripino recomendara, inclusive, a compra de votos ou a persuasão pela própria violência física.

Custa a crer, Sr. Presidente, senhores Senadores que um homem público, de comprovada responsabilidade, numa reunião a portas abertas, tenha a coragem de arrostar com os ônus de um procedimento desta natureza. Custa-nos crer que um Governador de Estado, na presença de tantas pessoas, inclusive de representantes da imprensa, haja recomendado a correligionários seus utilizarem processos tão condenáveis, com vistas à vitória do candidato do sistema que lidera. Daí dizer, Sr. Presidente, e acreditar piamente que tal noticiário não passa de fruto de uma imaginação fertilmente criadora.

O Sr. Martins Filho — Permite V. Ex^a um aparte, nobre Senador?

O SR. MOACYR DUARTE — Ouço com muito prazer e com muita honra o aparte do nobre Senador Martins Filho.

O Sr. Martins Filho — Nobre Senador Moacyr Duarte, V. Ex^a, como eu, é filho do Nordeste, e especificamente do Rio Grande do Norte, conhece um surrado adágio popular que diz: "O uso do caminho faz a boca torta". Realmente, quero me referir ao aparte do nobre Senador Odacir Soares. Realmente, não considero essa pequena fraude que o Sr. Governador procurou implantar para as eleições de 15 de novembro, utilizando os Prefeitos e os vereadores do meu Estado. Porque, na realidade, no meu Estado essas coisas já são rotina, já são conhecidas, não é mais da ignorância de ninguém. Pois bem, nobre Senador, há poucos dias o Tribunal Regional Eleitoral oficiou ao Sr. Governador que não utilizasse o **Jornal A República**, de propriedade do Governo de Estado, todo seu material, toda o seu parque gráfico, todo o seu pessoal, papel, todas essas despesas arcadas pelos cofres públicos. Pois bem, esse jornal estava sendo usado acintosamente em favor da campanha da Sra. Wilma Maia, candidata do PDS e apoiada pelo PFL no meu Estado. Acho uma rotina, no meu Estado, ao substituir 120 ou 150 placas de carros oficiais, adquiridos com recursos do erário público e essas placas oficiais serem acintosamente, criminosamente, substituídas por "placas frias", como são conhecidas essas placas que se colocam quando se quer utilizar carros oficiais para atos não bem explicáveis. Pois bem, na reunião do Governador foi tratado esse assunto, a substituição das placas dos carros dos senhores prefeitos por "placas frias" que já estariam em poder do Sr. Secretário de Governo, de nome Iberê Ferreira de Souza. Ainda mais, nobre Senador, eu não gostaria, até me dá tristeza, de trazer este assunto ao conhecimento da Nação, através da tribuna do Senado Federal, quando aqui deveríamos estar tratando de assuntos de maior importância, como sejam a reforma agrária, a reforma tributária, enfim, outros assuntos que o povo espera de nós, legisladores. Mas, é necessário. Inclusive apelei a V. Ex^a, para que não trouxesse este assunto ao conhecimento da Casa, porque eu tenho conhecimento de assuntos muito mais graves, mas me reservo o direito de trazer posteriormente, nesses dois ou três dias, ao conhecimento da Nação e da Casa. E é um depoimento que vai causar muita celeuma nos alicerces dos Maia, que há longos onze anos vem infelicitando o nosso Rio Grande do Norte. V. Ex^a bem disse que o nosso Estado, apesar das suas riquezas naturais, apesar das suas potencialidades, é um Estado pobre, é um Estado miserável. Realmente, nobre Senador, lá nós temos as maiores reservas de tungstênio do Brasil, não temos uma indústria para processamento desse tungstênio. Nós temos as maiores reservas conhecidas de calcário do Brasil, quando todos nós sabemos que o nosso solo, principalmente o do cerrado, e do Norte, precisam de corretivos para melhorar a sua produção e a sua produtividade por área, com as plantações de milho e de feijão, para nossas culturas, para produzir alimentos para matar a fome do nosso po-

vo. Realmente, o Rio Grande do Norte é um Estado sofrido, e eu me reservo, nobre Senador, para ocupar essa tribuna em outra oportunidade, quando eu trarei um depoimento de um Prefeito do PDS, que me relatou de viva voz muito mais do que aquilo que consta da gravação que o nobre Senador Aderbal Jurena confirmou, disse que foi uma reunião pública e que tem a gravação, e a única coisa que o PMDB divulgou foi essa gravação nada mais do que a gravação de viva voz do Sr. Governador, de viva voz do Sr. Presidente a APERN, senão me enganar, uma associação de poupança, que é o coordenador da campanha da Sra. Wilma Maia, em que ele dizia que nós precisamos é de dinheiro para ganhar essa campanha. E todos nós sabemos, e voltando à frase inicial, de que "o uso do caximbo faz a boca torta". Nós tivemos as eleições de 1982, as maiores corrupções foram praticadas lá no nosso Estado. Inclusive, uma eleitora em Natal, para receber uma casa no conjunto Santa Catarina, a ela foram distribuídos treze títulos, e ela votou normalmente na sessão em que ela era habilitada como eleitora, era inscrita como eleitora, e nas outras ela apenas votou em separado, deixando o título. E eu creio que os órgãos de segurança estão com os doze títulos dessa eleitora. Não sei se irão divulgar, mas eu tenho um vago conhecimento de que os doze títulos dessa Sra. e mais uma certidão do décimo terceiro já estão em poder dos órgãos de segurança. Porque só essa mulher, em troca de uma casa no Conjunto Santa Catarina, votou 13 vezes no Sr. José Agripino Maia. Desse jeito, não podemos vencer legalmente. Eram essas as palavras que eu gostaria de dizer a V. Ex^a e peço desculpas por ter-me alongado. Muito obrigado.

O SR. MOACYR DUARTE — Agradeço ao aparte de V. Ex^a, nobre Senador Martins Filho. Mas, creio, Sr. Presidente, que o problema dessa eleitora que votou 12 vezes...

O Sr. Martins Filho — 13 vezes!

O SR. MOACYR DUARTE — ...treze vezes é um problema afeto ao âmbito da Justiça Eleitoral. Se o eleitor votou mais de uma vez numa mesma eleição, no mesmo candidato está sujeito às penas da lei. Uma simples denúncia, se comprovada, certamente levará o faltoso às sanções previstas na legislação.

Também concordo que a tribuna do Senado é por demais alta para através dela se debater questões políticas de campanha. Mas fui forçado a trazer o fato ao conhecimento do Senado e, por intermédio do Senado, à Nação. Sobre tudo porque o noticiário do **Jornal do Brasil**, em sua edição de ontem, mereceu um enérgico repúdio do Governador José Agripino Maia, conforme se depreende da carta endereçada por S. Ex^a àquele importante e conceituado órgão da imprensa brasileira, cujo teor passo a ler:

"Senhor Diretor do J.B.,

Surpreendido com a manchete do **Jornal do Brasil**, na sua Edição de hoje, chego a presença de V. Sa. para formalizar o meu mais veemente repúdio a referida matéria.

Quem conhece a política do Rio Grande do Norte, ou se dispuser a consultar as coleções do jornal **Tribuna do Norte**, de propriedade do Sr. Aluizio Alves, nos últimos vinte e cinco anos, haverá de encontrar, a cada eleição, periódicas denúncias sobre fraude, buscando com isso atribuir ao adversário o veneno que pretende inocular. Denúncias que, como a presente, certamente se repetirão até o final desta campanha.

De uma pequena verdade, tenta-se construir uma grande mentira. Reuni, na última quarta-feira, no auditório do Centro de Convenções, em Natal, oitenta e cinco dos 119 prefeitos que formam o nosso sistema político e que haviam externado a vontade de participarem de forma democrática, da eleição de Natal, até mesmo inspirados no exemplo que os Governadores ofereceram ao Brasil na campanha de Tancredo Neves, e que mereceu o apoio da Nação...

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Solicito a V. Ex^a para concluir o seu discurso, pois já estamos na Hora do Expediente.

O SR. MOACYR DUARTE — Agradeço a V. Ex^a a exceção que abre, concedendo mais alguns minutos para concluir o meu discurso.

"Inclusive nos últimos dias o Senhor Aluizio Alves trouxe à Natal o Prefeito Dix Huit Rosado, de Mossoró, segunda cidade do Estado, promovendo a sua adesão ao PMDB e concitando publicamente a que outros edis seguissem o seu exemplo, isto motivou solicitação coletiva dos nossos correligionários para acompanhar a campanha política do nosso sistema na Capital.

Cada Prefeito tem a colônia do seu município em Natal, sendo político e tendo um partido é mais do que legítimo que o prefeito possa participar da disputa que vem mobilizando toda a opinião pública do Estado, notadamente pelo desempenho de nossa candidata, a Professora Vilma Maia, que vem conseguindo impor a maior virada da história política do Rio Grande do Norte. Não entendo legítima que a intimidação por parte do PMDB ao eleitorado de Natal, ocorrida em 1982, repita-se no próximo dia 15, motivo pelo qual, estimei e acolhi como prática democrática o desejo de participação dessas lideranças.

A nossa candidata, segundo pesquisa do IBOPE, acolhida pelo J.B., no final de julho tinha apenas 27 (vinte e sete) por cento do eleitorado, contra 60,4 (sessenta ponto quatro) por cento do sobrinho do Ministro Aluizio Alves, conseguiu reverter essa perspectiva e, nas últimas pesquisas reveladas já estava na liderança do eleitorado.

Isso também explicou o interesse dos nossos correligionários do interior, não apenas prefeitos, mas ex-prefeitos, vereadores, deputados e chefias municipais. E quem quer praticar a fraude não promove reunião coletiva em recinto público.

Quem desejar praticar a fraude não faz como o meu Governo, que conhecendo a astúcia e a falta de escrúpulos do adversário, tomou a antecipada providência, há cerca de dez dias, através do secretário de Segurança, sugerindo que a Justiça Eleitoral solicitasse força federal para garantir o pleito; que desejamos traduzir inquestionavelmente a vontade do povo, e para o que estamos dispostos a fazer todo o possível. Há dois anos, quando disputei a eleição de Governador com o Ministro Aluizio Alves, ele transformou na Imprensa um fato policial — o assalto ao carro pagador do programa da emergência — em fato político, responsabilizando o então Governador Lavoisier Maia e a mim, pelo assalto de 94 milhões da emergência. Crime praticado exclusivamente por correligionários dele, inclusive um prefeito, que foi preso e contou com o acobertamento e a assistência jurídica e material de representantes do PMDB local.

Hoje, os mesmos de 1982 tentam reverter a fraude que planejam, valendo-se de escusos métodos, até mesmo para estimular noticiário tendencioso e inverídico em órgãos da respeitabilidade do **Jornal do Brasil**, quando eles próprios são réus confessos da prática de corrupção eleitoral na presente campanha, que agora denuncio nacionalmente.

Há cerca de duas semanas foi feita denúncia da distribuição de leite em pó, com validade vencida, e alterado, nos comitês do candidato do PMDB. No dia seguinte, além de defender como "bem para os pobres" o tal leite, louvando-se no parecer de um veterinário, o superintendente local da LBA, indicado pelo Ministro Aluizio Alves, assume a propriedade do leite e se responsabiliza também pela distribuição de tal leite, na configuração de crime eleitoral e de crime contra a Saúde Pública, inclusive capitulado no Código Penal Brasileiro.

O Ministro Aluizio Alves tenta, com isso, desviar atenções para denúncia, digo denúncias, de intimidação de funcionários federais, como ocorreu no último sábado com o agrônomo Clóvis Emídio, afastado de um cargo técnico e sumariamente demitido do SENAR por não concordar com a transformação daquele órgão num birô eleitoral, além dos desmandos praticados apenas como revanchismo e perseguição de antigos adversários.

Ao povo de Natal, pude responder na manhã de hoje, numa concentração que reuniu algumas de-

nas de milhares de pessoas, na festa que marcou a inauguração do Hotel-Escola, no prédio projetado para ser residência oficial do Governador, transformada em unidade de ensino, combatendo eficazmente as mordomias e contribuindo para a geração de empregos.

Mas, para chegar à opinião pública do meu País, tenho de contar com a compreensão e o respeito que o **Jornal do Brasil** nunca me faltou, nem os seus leitores. Por isso me animei a escrever esta carta e até justifiquei antecipadamente o desabafo natural da indignação de quem sempre procurou pautar a sua vida pública pela decência, honestidade e firmeza de atitudes.

Certo de merecer a melhor acolhida, firmo cordialmente, — **José Agripino Maia**, Governador Rio Grande do Norte

Cordiais saudações, — **José Agripino Maia**, Governador

Sr. Presidente, Srs. Senadores, é difícil de acreditar que um Governador de Estado, com a responsabilidade de ser o maior dignatário, embora de uma pequena Unidade federativa, presidindo uma reunião com o comparecimento de 84 Prefeitos, dezenas de Vereadores, Deputados, jornalistas, etc., das mais diversas origens, tenha aconselhado os seus correligionários a perpetrarem a fraude eleitoral, e a substituir as placas oficiais das viaturas por placas frias, para que essas viaturas sejam utilizadas no dia da eleição. Para coibir tais abusos, existe a Justiça Eleitoral. A denúncia e a representação são os instrumentos hábeis e competentes para que venha a ser adotada a providência sancionadora. Fora disso é o blá-blá-blá, a invencionice que cai no vazio de tão frágil que é.

O Sr. Martins Filho — Por quem? Pela Polícia do Estado?

O SR. MOACYR DUARTE — Pela Polícia Federal, requisitada pelo próprio Tribunal Regional Eleitoral.

O Sr. Martins Filho — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Peço a V. Ex^a que conclua o seu discurso porque o tempo de V. Ex^a já se esgotou e iremos passar à Ordem do Dia.

O SR. MOACYR DUARTE — Sr. Presidente, agradeço a liberalidade de V. Ex^a e como a Ordem do Dia de hoje está com um grande volume de matérias e serem votadas, rendo-me à advertência da Presidência, concluindo que é preciso se ser muito crédulo, ou muito ingênuo para se acreditar nessa história de trancoso.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

ATO DO PRESIDENTE Nº 246, DE 1985

O Presidente do Senado Federal, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 52, item 38 e 97, inciso IV do Regimento Interno, e de conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato nº 2, de 1973, revigorada pelo Ato nº 12, de 1983, da Comissão Diretora, resolve nomear Paulo Cesar Siqueira Birbeire, Taquígrafo Legislativo, Classe Especial Referência NS-25, do Quadro Permanente, para exercer o cargo em comissão de Diretor da Subsecretaria de Taquígrafia, Código SF-DAS-101.4, a partir de 25 de outubro de 1985.

Senado Federal, 5 de novembro de 1985. — **José Fragelli**, Presidente.

ATAS DE COMISSÕES

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO, CRIADA COM O OBJETIVO DE INVESTIGAR PROBLEMAS VINCULADOS AO AUMENTO POPULACIONAL BRASILEIRO.

18ª reunião, realizada em 20 de setembro de 1983.

Aos vinte dias do mês de setembro de mil novecentos e oitenta e três, às dezessete horas, na Sala de Reuniões da Comissão de Finanças, presentes os Srs. Senadores Mário Maia (Presidente), Almir Pinto (Relator), Eunice Michiles, João Lobo e Marcondes Gadelha, reúne-se a Comissão Parlamentar de Inquérito, criada com o obje-

tivo de investigar problemas vinculados ao aumento populacional brasileiro.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Srs. Senadores Claudionor Roriz, Hélio Gueiros, Jaison Barreto e Aderbal Jurema.

Havendo número regimental o Sr. Presidente, Senador Mário Maia, declara abertos os trabalhos.

Inicialmente o Sr. Presidente solicita ao depoente, Dom Luciano Mendes de Almeida, Secretário-Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que profira o juramento de praxe.

Com a palavra, D. Luciano enfatiza os aspectos sobre a paternidade responsável, o problema sócio-econômico e anticoncepção.

Durante a fase interpelatória, usam da palavra, os Srs. Senadores João Lobo, Eunice Michiles, Almir Pinto e Mário Maia e os Srs. Deputados José Mendonça de Moraes e Euclides Scalco.

Finalizando, o Sr. Presidente determina que as notas taquigráficas tão logo traduzidas e revisadas, sejam publicadas em anexo a presente Ata.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e, para constar eu, Edson Luiz Campos Abrego, Assistente da Comissão, lavrei a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente e irá à publicação

ANEXO À ATA DA 18ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO, CRIADA COM O OBJETIVO DE INVESTIGAR PROBLEMAS VINCULADOS AO AUMENTO POPULACIONAL BRASILEIRO, REALIZADA EM 20 DE SETEMBRO DE 1983, DESTINADA A OUVIR DOM LUCIANO MENDES DE ALMEIDA, SECRETÁRIO-GERAL DA CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL (CNBB), QUE SE PUBLICA COM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO.

Presidente: Senador Mário Maia.

Relator: Senador Almir Pinto.

(Integra do Apanhamento Taquigráfico.)

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — Está aberta a Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga problemas vinculados ao aumento populacional brasileiro. Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos. Está presente nesta Reunião Dom Luciano Mendes de Almeida, como 18º depoente, Dom Luciano Mendes de Almeida é Secretário-Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e o seu depoimento nesta Comissão será a palavra oficial da Igreja, que será tomada como base entre os vários depoimentos aqui prestados.

Antes de darmos a palavra ao Revmº Bispo, pedimos ao Revmº Sr. Dom Luciano que faça o juramento de praxe.

O SR. LUCIANO ALMEIDA —

"Juro, como dever de consciência, dizer toda a verdade, nada omitindo do que seja do meu conhecimento sobre quaisquer fatos relacionados a cargo desta Comissão Parlamentar de Inquérito, que investiga problemas vinculados ao aumento populacional brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — Então, concedo a palavra a Dom Luciano.

Quero avisar aos presentes e ao depoente que, como de praxe, dividimos os nossos trabalhos em duas etapas. Na primeira, o depoente fará uma exposição geral do seu pensamento; na segunda, o plenário fará perguntas. Tem sido uma constante nesta Comissão, também, nós solicitamos ao depoente se concorda ou não em ser inquirido por pessoas não parlamentares presentes. Se V. Revmº concorda, facultaremos a palavra, também, aos que nos ouvem e que não são Parlamentares.

Então, concedo a palavra ao Revmº Bispo Dom Luciano Mendes de Almeida, Secretário-Geral da Conferência Nacional Dos Bispos em Brasília.

O SR. LUCIANO ALMEIDA — A primeira palavra é de saudação aos prezados amigos que estão aqui, agradecendo a atenção que vão conceder a esses breves minutos de exposição. Deixaria, depois, o tempo aberto para uma conversa tão amigável na intenção, como na previsão de que o que nos falta é uma sociedade em que as pessoas

realmente se relacionam num nível de justiça, liberdade e verdade, como compete a filhos de Deus.

Quero especialmente saudar aqui, a Mesa que teve a bondade de me convidar de lhes dizer, também, que é com a maior satisfação que, neste momento, gostaria de apresentar alguns pontos que, graças a Deus, são conhecidos da maioria de todos que aqui se encontram, mas que, sem dúvida, brevemente elencados vão permitir uma resposta mais adequada no momento em que desejarem também estender esta exposição sob a forma de um diálogo.

Parece-me que, sendo o 18º expositor, não tenho, evidentemente, a pretensão de trazer aspectos novos. Mas, gostaria de relacionar aos aspectos conhecidos, aquilo que diz respeito à paternidade responsável. Com efeito, há vários horizontes eu neste momento devem ser colocados como referenciais a este tema da paternidade responsável. Em primeiro lugar, trata-se de perceber aquilo que define esta CPI, que é o aspecto do aumento populacional brasileiro, enquanto que este aumento populacional brasileiro tem algumas certezas e algumas incertezas, qual é o ótimo populacional brasileira? Podíamos nos perguntar se alguns dos presentes tem uma opinião a respeito. Qual é a população ideal para o nosso Brasil, neste momento de sua história? Creio que há uma incerteza enquanto que, se nós distribuíssemos um cartão entre os presentes, nenhum de nós coincidiria, por que este assunto, embora importantíssimo, não é um assunto sobre o qual haja uniformidade nos nossos pareceres. No entanto, é indispensável para uma posição científica a este respeito, porque muito vem-se dizendo sobre aumento populacional do Brasil, mas pouco se diz qual é o teto desejado de população para o Brasil. Pelo menos nas leituras que tenho podido fazer, não vejo nenhuma opinião concorde a este respeito. Portanto, há uma incerteza base. Há uma incerteza, também base, que é a questão da qualidade de vida do brasileiro. Sem dúvida, não notamos que houve uma situação que piorou.

Estou chegando de Fortaleza hoje de manhã, participei ontem, de uma reunião dos Bispos do Estado do Ceará, onde analisávamos as condições concretas das frentes de emergência e, piores ainda, as condições daquelas que não estão nas frentes de emergência, os cálculos feitos pelo CEDEC, para criar novas vagas e o atraso na criação destas vagas e consequentemente a fome nesse Estado que nos é muito querido. Portanto, há, sem dúvida aqui, uma condição pior de qualidade de vida para o brasileiro, notavelmente no bolsão da seca. No entanto, a pergunta que cabe neste momento é: Por que piorou a qualidade de vida do cidadão brasileiro? Então, aqui, vai uma incerteza na resposta. Talvez alguns dirão: porque aumentou demais o número de brasileiros; outros, quem sabe, dirão: porque aumentou de menos. A verdade é que nós nos dividiríamos buscando as causas ou, pelo menos, a classificação das causas naquilo, que diz respeito a este tipo de situação pior na qualidade de vida do brasileiro. Nós poderíamos, também, dizer que nosso potencial, a riqueza do Brasil não foi devidamente explorada, harmônica e hierarquicamente, organizada na sua exploração.

Deixando estas duas incertezas, como referencial difícil de se avaliar, cremos que, no aspecto demográfico, há, no entanto, três certezas bases, também. A primeira é que vem caindo o índice de aumento da nossa população. Aqui, ainda, nesta manhã, quanto pude conhecer através dos depoimentos dos que aqui estiveram presentes, o nosso Ministro Hélio Beltrão mostrou como este índice veio caindo muito mais, do que aparecia nos noticiários comuns desses últimos anos e como no ano 2020 estaremos aproximadamente com 1.2, o que evidentemente não traz mais nenhum problema em termos de aumento populacional, com que se esvazia, como com um alfinete, toda esta impressão de balão que realmente poderia trazer um agravamento da qualidade de vida do brasileiro, este balão de impressões que ficou por demais inchado, e é preciso que esta Comissão Parlamentar de Inquérito nos ajude, deixando este ponto bem estabelecido, para que não fiquem mais alguns agoureiros de tempos difíceis, valendo-se desses indicadores de aumento populacional. Esta página está definitivamente virada.

Ao lado desta certeza é importante percebermos uma segunda certeza, é que, sem dúvida, no plano individual, há famílias que gostariam de ter menos filhos e não sabem como fazer e há, também, algumas áreas do Brasil

que têm um crescimento desproporcional a outras áreas. Portanto, embora reconhecendo que este aumento populacional não é problema na sua totalidade, é claro que ele pode se tornar — e está — também uma certeza — problema para um casal concreto ou para uma área, como há pouco nos referíamos, a certas áreas do bolsão da seca onde a natalidade é desproporcional.

De modo que, dentro dessas certezas, o importante aqui para nós é acrescentarmos o exemplo, se é assim que chamariamos, de nações que aplicaram métodos anticoncepcionais e contraceptivos e procuraram aquele crescimento zero alcançado por algumas nações da Europa, por exemplo, e que neste momento se debatem com problemas inversos, problema da senilidade.

Que coisa desagradável fazer uma visita à Europa, atravessar uma praça de Paris ou de cidades da Alemanha e ver pessoas idosas conduzir por um barbaque ou uma correntinha, cachorros pelas praças, com ausência total do sorriso e dos folguinhos das crianças, como nós encontramos aqui no nosso País. Colégios que se fecham, problemas gravíssimos para as aposentadorias e, sobretudo, para o tônus vital desses países. Basta ver o fato curiosíssimo de como, em certas cidades da Alemanha, há mais turcos, descendentes de turcos, nos bancos de escolas do que propriamente pessoas que descendem daquelas raízes mais comuns dos povos da Alemanha. Isso tudo nos deixa com certezas muito claras que nada têm que ver com o aspecto religioso, mas, simplesmente, com o bom senso. Nem é preciso ter uma cultura muito desenvolvida, nem procurar aumentar os conhecimentos técnicos, para percebermos que há, dentro daquilo que é simplesmente o horizonte do problema em nível demográfico, essas três certezas que são de inestimável valor para qualquer outro tipo de horizonte, sobre o qual possa se esbater o nosso problema da paternidade responsável.

Então, deixando de lado esses aspectos, gostaríamos, agora, de focalizar o novo horizonte que é mais sério, o sócio-econômico.

Em relação a esse horizonte, cabe a pergunta simples: Afinal, como melhorar a qualidade de vida do brasileiro? É isso que se pretende, porque toda preocupação social e econômica tem essa pergunta em comum. O que se quer é que o brasileiro possa viver de modo mais humano, que ele possa realizar as suas expectativas, que ele possa realmente ver para si e para sua família preenchidos determinados parâmetros sem os quais não há o bem-estar pessoal e familiar.

No entanto, a esse propósito, há como duas perspectivas. Nós diríamos que elas se encontram retratadas nas exposições de Roberto Campos e Celso Furtado. Um com uma tese, diríamos, antinatalista, Roberto Campos; e outro, com uma posição que nós chamaríamos, modestamente desenvolvimentista ainda, Celso Furtado.

Dentro dessas perspectivas do aumento populacional, na perspectiva antinatalista, desacelerando o crescimento da nossa população, chegaríamos a um razoável bem-estar social, nós melhorariamos a qualidade de vida. Então, tudo está em encontrar os registros de comando para esta desaceleração.

Na segunda perspectiva, impulsionalizarmos os reatores, acelerariamos determinados tipos de registros, o desenvolvimento se tornaria de novo uma realidade para nós e nós teríamos uma redução quase que consequente da natalidade, como se verificou em tantos outros países.

Dentro dessa perspectiva, o que cabe não é optar por aquilo de que algum de nós mais gostaria, mas a de perceber, rapidamente, o que de fato contribuiu para aquela pergunta anterior, isto é, o ter piorado a qualidade de vida do cidadão brasileiro.

É claro que nós reconhecemos que, na década de 60 e 70, cresceu demais a população brasileira. Entretanto, não é isso que traz aquilo que foi o piorar da situação, da qualidade de vida. Mas, parece-nos que outro fator explicaria melhor, sem diminuir, também, o valor dessa primeira consideração, porque todo o desenvolvimento desorganizado é claro que cria um problema para a qualidade de vida de uma nação.

Mas houve um desatendimento às exigências do desenvolvimento social. E a esse propósito cabe-nos perceber que o modelo econômico brasileiro — não sou eu quem o diz, não teria autoridade para isso — foi por demais concentrador, quer dizer, colocou na mão de pou-

cos, pouquíssimos, de cada vez menos numerosas pessoas no Brasil, tudo aquilo que são as oportunidades de bem-estar, desde formas requintadas de educação até, evidentemente, todo aquele bem-estar que nasce de uma disponibilidade grande de meios. Sabemos que 1% da nossa população mais aquinhoadas detém 17% da renda nacional, quando 50% da população desfavorecida, quer dizer, 50% da população que é, portanto a desfavorecida, não conta nem com 13% da nossa renda.

Basta esse índice e que pode ser aferido depois com decimais, para percebermos o que significa esse desatendimento às exigências do desenvolvimento social.

Com efeito, poderíamos perguntar, nesses 25 anos, o que aconteceu com a educação no Brasil, o que aconteceu com a mesa do brasileiro, o que aconteceu com a casa do brasileiro, o que aconteceu com a saúde do brasileiro. E comparar isso àqueles grandes projetos e empreendimentos que nos endividaram a tal ponto que nós nos tornamos hoje, infelizmente, mendigos no quadro internacional.

De modo que, dentro dessa perspectiva, é importante perceber que a qualidade de vida não decresceu porque aumentou o número de brasileiros, mas, a qualidade de vida de muitos brasileiros piorou, porque a de outros melhorou demais.

Isso é, realmente, a palavra do Papa que ouvimos, quando passou pelo Brasil, com olhar objetivo, dizendo que são pouquíssimos aqueles que detêm muito e infelizmente são muito numerosos aqueles que nada têm para sobreviver.

Dentro dessa perspectiva, infelizmente, houve, também, uma administração falha. Não basta que nós tenhamos distribuído mal a renda, nós administramos mal o Erário Público. Daí que nós tenhamos tido, infelizmente, dilapidação do patrimônio nacional. É claro que essa é uma acusação que precisa ser provada, mas esta Casa conhece mais do que eu os parâmetros para aferir esse tipo de proposição.

Infelizmente, além desse modelo concentrador que privilegiou a forma capitalista para o nosso País e, evidentemente, como consequência esvaziou as condições mínimas de existência para a maior parte da população e, também, tendo nós sofrido o fato de que verbas copiosas foram mal aplicadas, temos como consequência que esta renda injustamente dividida trouxe um depauperamento até da saúde do brasileiro.

Com que sofrimento nós aqui — que estamos afeitos a visitar o nosso interior, que convivemos com homens da periferia ou que tristemente visitamos aqueles milhões de paulistas que moram em cortiços — sabemos que a saúde é realmente um bem que está fugindo das mãos da maior parte dos brasileiros!

Então, dentro dessa perspectiva, quer dizer, desse referencial sócio-econômico, nós percebemos também que a tese que acelerasse os reatores do desenvolvimento e não fosse tão restritiva em medidas que vêm coibir todo aquele tônus vital que quer melhorar a sua qualidade de vida, ela tem a seu favor, em primeiro lugar, o fato de que as metas são realmente metas naturais à pessoa humana.

Quem de nós não quer lutar para que o povo tenha uma alimentação mais farta, mais ponderada?

Quem de nós não quer se esforçar para melhorar a qualidade de saúde do povo brasileiro e para isso criar condições humanas de habitação e também assegurar ao brasileiro a formação indispensável, a educação pelo menos mínima para que ele possa se qualificar dentro da concorrência que a vida hoje estabelece para todos.

Então, a primeira qualidade desse modelo, digamos assim, não anti-natalista mas que acelerasse de novo o desenvolvimento até permitindo aquele aumento populacional que seria evidentemente depois a ser estabelecido nos seus justos parâmetros, tenha a seu favor a justificativa de buscar metas que são adequadas às intenções naturais da pessoa humana. Em segundo lugar, a desaceleração que estaria intrínseca ao programa, por exemplo, para falar de algum programa que foi proclamado nesta Casa por Roberto Campos, a desaceleração traria no seu bojo todas aquelas consequências negativas que vemos hoje nos países que buscaram, afanosamente, o crescimento zero. Quer dizer, não só a perda da qualidade de vida se mede pelos elementos acima descritos, educação, saúde, alimento, casa, mas, também, a qualidade

de vida tem o seu tônus psicológico, ela tem os seus valores indispensáveis à sobrevivência digna da pessoa humana. Uma desaceleração traz aquela tristeza européia, aquele suicídio da Suécia, ela traz aquele apagamento do olhar da juventude da Dinamarca, ela traz, realmente, aquela intoxicação precoce de tantas e tantas vidas que seriam chamadas a construir cidades e civilizações e que hoje, realmente, medram num apagamento total de ideais. Essa é a consequência inevitável de qualquer medida de desaceleração que não fosse realmente justificada.

Finalmente, nós vemos o seguinte: que não há por que, nesse horizonte sócio-econômico, nós nos esquecermos do fato de que hoje haja uma diminuição deste aumento populacional e que se for continuando a se realizar, ela evidentemente também permitirá um reajustamento das oportunidades e das distribuições de bem-estar.

Então, dentro dessa perspectiva, que é apenas um referencial a mais, gostaria de aludir ao terceiro que está mais ligado à minha missão, que é o referencial ético. Quantas vezes, meus amigos, lemos, nesses últimos meses, artigos de revistas e jornais que falam com uma desenvoltura de aumento ou não-aumento populacional, de métodos contraceptivos e até mesmo do aborto, como se não houvesse consciência na pessoa humana, como se isso fosse só questão estatística ou de gosto da pessoa e não realmente uma questão profunda de consciência diante daquilo que são os valores éticos. Afinal que pessoas nós gostaríamos que fosse o brasileiro? Uma pessoa sem nenhuma referência ética ou alguém que simplesmente vai procurando certos tipos, assim, de bem-estar material ou de satisfação de instinto? Com isso nós levaríamos, a curto prazo, a Nação, realmente, a uma implosão daquilo que é o seu universo de valores. Isso não tem como ser aferido neste momento. Basta percebermos o que é uma nação, como os Estados Unidos, onde a juventude realmente preocupa aos analistas desta mesma nação e não porque a ela falte alimento ou agasalho, mas exatamente porque houve uma implosão ética, cuja dimensão não está ainda corretamente aferida.

Então, dentro dessa perspectiva, vemos que, neste momento, há uma inversão naquilo que nós chamaríamos a corrente ética. A corrente positiva estabelece valores. De valores passa a critérios: de critérios passa a atitude e a formas comportamentais, de tal forma que seja realmente a consciência da pessoa humana a orientar a sua atuação cotidiana. No entanto, a inversão da corrente ética é justamente esta que através supunhamos, da altíssima influência negativa de meio de comunicação social, imaginemos determinados programas de televisão, vai subliminarmente modificando, induzindo uma modificação de comportamento e de atitudes que malbarata toda a série de critérios e chega a esvaziar o valor mais profundo que essa pessoa pudesse ter, mas é uma espécie, assim, de indução inversa desde uma fazer como os outros fazem, até um pensar como a pessoa não pensava, mas simplesmente por uma espécie de acompanhamento desse esvaziamento do universo ético.

Dentro disso, percebemos, também, a permissividade como uma componente da nossa geração, uma permissividade que hoje se tornou a tal ponto evidente, que não nos assusta mais porque é cotidiana, mas que, talvez, tenha já marcas de irreversibilidade que deixará no organismo social chagas que não se fecharão talvez na nossa geração, porque foi muito longe. Basta certos artigos de revista atestarem como são recebidas manifestações a respeito de numerosos abortos, praticados com a maior simplicidade como se não houvesse nada a impedir interiormente esse tipo de atitude.

Evidentemente, é dentro do universo ético que podemos nos perguntar sobre aquilo que muitas vezes voltou a essa CPI, que é a resposta a essa pergunta. Uma vez que, no plano do casal, pode surgir a pergunta: Quantos filhos são aqueles que podem ser gerados e educados com dignidade humana? A resposta seria como chegar a espaçar esses nascimentos ou até mesmo a adiá-los, indeterminadamente, diante de certas situações concretas que o casal enfrenta com isso, mais do que no universo ético nós estamos também no universo religioso, enquanto que não há apenas a alusão a modos de ser e de

fazer que fossem justificados talvez até pela tradição ou pela formação primeira, mas há também aqui um referencial mais profundo que é aquele que fundamenta a própria dignidade da pessoa humana. A esse respeito, então, gostaria de lhes dizer que é dentro do pluralismo cultural que caracteriza o nosso País, é dentro, também, de uma consciência que a Igreja Católica tem de que ela não é a única, nem é aquela que propõe unicamente os valores religiosos — no nosso País há uma liberdade de culto, há uma liberdade religiosa. Não estamos, portanto, querendo nos valer de argumentos que sejam, digamos assim, declarados e exclusivamente cristãos, mas nós gostaríamos de nos referir à consciência religiosa da pessoa humana, que realmente neste momento quer ser respeitada enquanto que os argumentos não são argumentos confessionais, mas são argumentos que estão baseados na própria raiz dessa dignidade da pessoa humana, na sua condição de criatura racional e feita à imagem de Deus, à imagem e à semelhança de Deus.

O que a igreja pede, neste momento e brevemente aqui, é que ela seja ouvida. Ela não quer ser necessariamente compreendida por todos, nem ela quer ser assumida, porque ela respeita a posição individual de quem neste momento pensasse diversamente, mas ela quer ser ouvida. Portanto, em primeiro lugar nós queremos respeitar aqueles que não percebessem o nexo ético entre os princípios naturais e determinados métodos contraceptivos ou anticoncepcionais, respeitamos que uma determinada pessoa possa não ver nexo ético. No entanto, é claro que se nós propomos o nexo ético, é porque nós estamos dele convencidos.

Quais são os pontos fundamentais que servem para a compreensão do posicionamento da Igreja Católica, em relação a esse tema da paternidade responsável? Em primeiro lugar, é a própria dignidade da pessoa humana. A pessoa humana que é agraciada com o dom da vida, esse dom da vida que é sagrado.

Aqui sobre a mesa, queria só me referir, simplesmente há uma campanha que vai nascendo agora e crescendo através do ano que vem, para que todos tenham vida, é a nova campanha da fraternidade, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, cujo texto base já está impresso e à disposição de todos que desejassem tê-lo, mas cujo fulcro é justamente a dignidade da vida humana, essa dignidade que para nós, cristãos, está marcada pela certeza de que nós temos todos um mesmo Pai e temos a mesma dignidade de irmãos, filhos deste Pai que nos deu a vida, essa vida que é eterna para não mais retomá-la, mas para sempre desenvolvê-la até aquele nível último de perfeição que esperamos um dia alcançar.

Mas essa vida cuja dignidade religiosa para nós é fundamental está presente desde o primeiro momento da concepção. Portanto, a base de toda a posição e argumentação da Igreja Católica é, por um lado, a dignidade da pessoa humana e, por outro lado, o fato de que essa dignidade existe, desde o primeiro momento da concepção até o momento da morte, e para nós, para além da morte, na própria ressurreição.

Mas, prescindindo agora, do acatamento ou não da tese da ressurreição, o importante é percebermos que cientificamente uma vida que se desenvolve contínua e harmonicamente é, ela mesma, desde o início desse desenvolvimento. Em outras palavras, desde que o óvulo é fecundado, aí nós temos já o surgimento da vida humana, com toda dignidade, só com um agravante, que ela é totalmente indefesa, mas ela é também toda ela mesma na sua dignidade. Portanto, o ser humano desde o primeiro momento da sua concepção goza de todas as prerrogativas da sua dignidade. Daí que, como consequência, não se possa entender nenhum ato que cerceie o desenvolvimento dessa vida, numa prossecução direta de eliminá-la. Em outras palavras, o aborto direto e provocado é simplesmente um atentado à vida humana. Ele é do nível do assassinato. Em que pese essa palavra àqueles que não percebem o nexo ético, como nós vimos antes, entre a dignidade e a presença da vida humana e o ato homicida. Mas o aborto é simplesmente isso: um homicídio.

Portanto, sendo um crime contra a vida, ele é inaceitável. E dizer sim à dignidade da vida humana é, ao mesmo tempo, dizer não a todo aborto provocado. E aque-

les que estão habituados ao tipo de argumentação de que, afinal, é uma situação quase que inevitável e que deveria ter condições de ser realizada de modo humano, creio que cabe a reflexão evidente, que um crime clandestino não se coonesto pela sua legalização, fica simplesmente um crime pseudo-legal. De modo que dentro dessa perspectiva, é evidente que a posição da Igreja, ao mesmo tempo que ela defende a dignidade da vida humana, ela defende o direito de existir para essa vida. Ela não pode, evidentemente, aceitar, nem tem como compreender qualquer campanha que tentasse mostrar pseudo-direitos ou da mulher ou de quem quer que fosse para eliminar essa vida.

Em terceiro lugar — e esta Casa, até este momento, parece que foi estabelecendo uma posição comum que queremos louvar e com a qual queremos concordar — é que, ao Estado não cabe o direito de controlar a natalidade de seus cidadãos. Ao Estado cabe informar, promover a vida etc., como aqui muitas vezes bem se disse. Mas também é a opinião comum já nesta Casa que ao Estado não cabe nenhuma medida coercitiva, que tivesse por intenção controlar a natalidade, tirando do casal a decisão sobre a própria prole. Esse é um ponto, parece-me tão acertado, que não precisa também de esclarecimento.

Em quarto lugar, afinal, e os métodos? Como indicação prévia, métodos eficazes são realmente métodos ainda não encontrados, no sentido de que aqueles que tecnicamente o fossem eles têm um veto ético e, portanto, vemos que aí está uma dificuldade que tem que ser enfrentada com objetividade, com seriedade e com serenidade. Se nós queremos realmente, por um lado, respeitar a vida e, por outro lado, respeitar a responsabilidade do casal em procriar, é claro que devemos estudar, e cada vez mais como oferecer ao casal condições para que ele possa procriar responsabilmente, o que significa ter os filhos que podem realmente ser gerados e educados como pessoas humanas.

Então, dentro dessa perspectiva, é importante que nós entendamos todo esse debate sobre os métodos e percebemos que, primeiro, nesse ponto, nós vamos nos respeitando cada vez mais, procurando entender os pontos de vista, sobre os quais são afirmadas determinadas posições, mas, também, aprofundando um pouco nesse universo.

É claro que a posição que habitualmente se atribue à Igreja sobre os métodos naturais nem sempre tem sido bem compreendida e, às vezes, tem sido considerada pouco séria. Ora, creio que devemos reconhecer que a posição que afirma a possibilidade de uma paternidade responsável valesse dos métodos de observação do ciclo da fertilidade da mulher, é uma posição que tem, não só a seriedade da ciência mas tem motivações que lhe são próprias.

Em primeiro lugar, esse método da observação requer, para ser aplicado pelo casal uma grande colaboração do homem e da mulher. Então, o que se pretende, realmente, é esta união do homem e da mulher, em outras palavras, a comunhão conjugal, a felicidade conjugal.

De modo que, quando a Igreja, propondo métodos, abre uma consideração sobre métodos naturais, ela não está isoladamente preocupada com a eficácia de um determinado ato, mas com todo o universo de comunhão e de participação de vida, de dignidade conjugal, que deve ser, evidentemente, promovida desde o primeiro momento do casamento. Então, os métodos naturais exigindo a colaboração do homem e da mulher, passam, digamos assim, para um novo tipo de consideração, que não é apenas o da eficácia, mas é muito mais o da própria felicidade conjugal. Sabemos que isso, como ideal, é fácil de afirmar, mas também, nos casos concretos, exige todo um trabalho de educação e de auto aperfeiçoamento.

No entanto, embora reconhecendo os riscos que restam nos métodos naturais, reconhecendo que ele deve se aperfeiçoar, nós queremos também afirmar que hoje, em 1983, e em breve receberemos aqui no Brasil, aproximadamente daqui a 15 dias, a visita do casal Billings, australiano, que está ainda entre aqueles que são promotores, em primeiro lugar, desses métodos de observação — sabemos que nessa data, em 1983, a FIDAF — Fede-

ração Internacional — que trata justamente dos problemas de fecundidade familiar, nós temos indicadores que mostram a técnica muito desenvolvida hoje que acompanha os métodos de observação e, também, a exatidão científica que esse método veio obtendo, desde que seja evidentemente aplicado com correção.

Em segundo lugar a dificuldade que se faz — está bem — método preciso, método que respeita a consciência, método que privilegia a saúde dos cônjuges, método que promove a comunhão entre eles e o crescimento, até diria na espiritualidade conjugal, como é que esse método que é aparentemente difícil pode se tornar um método popular? Como é que ele pode descer às camadas onde justamente o aumento populacional é mais desproporcional? Como pode ser explicado e assumido nas Áreas dos bolsões de pobreza ou nas áreas de miséria das nossas cidades? Quisera dizer-lhes, com muita simplicidade, que tenho me ocupado desse ponto, sem ser médico, nem ter a pretensão de poder, aqui, apelar para altos conhecimentos científicos, no nível do que nós chamaríamos a ação pastoral, a preocupação de alguém com seu próximo, temos percebido que esse método tem penetração popular. Até mesmo no nosso País, onde vivo e posso constatar casais monitores que, durante meses a fio, anos, vem acompanhando outros casais, com o resultado magnífico na aplicação desses métodos naturais, enquanto que deles têm permitido não só o espaçamento de nascimentos, mas, até mesmo, o nascimento de uma vida, quando até o momento ela não era nem conseguida, exatamente por desconhecimento desses métodos de observação. É claro que o referido neste caso — não quero dizer que a insistência desse método seja o aumento populacional — mas apenas dizer que o seu conhecimento no meio do povo permitiu até que casais aparentemente estéreis, incapazes de procriar, com um conhecimento melhor do próprio ciclo da fecundidade feminina chegassem até a obter a tão desejada prole. Mas é claro que o aspecto que nos interessa é o inverso. Se o povo, as camadas mais simples, menos educadas, que não têm acesso às bibliografias especializadas pode, a curto prazo, com rigor de aplicação, chegar a utilizar os métodos naturais para assegurar o espaçamento ou mesmo o adiamento indefinido da maternidade, a resposta é: sim, naturalmente, com todo respeito às dificuldades que isso traz. Temos em áreas da Índia, hoje, dizem que são centenas — contentemo-nos com a primeira afirmação — mas centenas de postos mantidos pela famosa Madre Tereza de Calcutá, que têm exército de voluntários aplicando na Índia esses conhecimentos, quando nós sabemos que na Índia se partiu para o controle compulsório da natalidade há mais de dois decênios e, hoje, elas se deixa conquistár por esses métodos naturais.

Uma alusão, entre parênteses: quantos de nossos amigos são capazes, de manhã de colocar uma roupa de esporte e fazer o seu Cooper aí pelas estradas de Brasília, com a maior simplicidade, descobrindo um método natural de manutenção da saúde e com a maior simplicidade? Quer dizer, estamos justamente numa geração que descobriu o parto sem dor, que descobriu também tantos processos alimentares, que se volta a coeficientes mais naturais de vida. Porque, exatamente numa situação que é tão importante, como a da procriação, não se pode chegar a métodos naturais, que são justamente condizentes com todas essas recuperações que a nossa geração está fazendo após a geração de remédios, de alopatias e de tantos outros processos e até de operações desnecessárias que estragaram organismos de muitos de nós? De modo que, dentro dessa perspectiva, só para lhes dizer, que um país como a Índia, mais afeito à meditação e à ponderação a respeito do valor dos métodos naturais, com muita rapidez, depois de dezenas de anos do controle compulsório da natalidade, por vasectomia e outros métodos, está chegando agora a reconhecer a beleza e, digamos assim, a profundidade conjugal dos métodos naturais. A mesma coisa constatamos hoje em algumas áreas até da América Latina, como El Salvador, onde o aumento populacional é dramático, um país que conheço com seus mais de cinco milhões de habitantes e numa área que não é maior do que a antiga Guaná-hara. Portanto, com reais problemas de aumento populacional e aplicando métodos naturais, quer dizer, não exclusivamente, mas com reais e bem sucedidas experi-

mentações de casais que, em grupos, levam adiante os métodos naturais.

A mesma coisa poderíamos dizer de algumas áreas do Brasil, cito a de São Paulo, porque essa eu a conheço de perto, onde são dezenas e dezenas de grupos de casais que ensinam o povo os métodos naturais, com bons resultados, porque 95% — são estatísticas de Billings — das mulheres são capazes, com poucas semanas, de identificarem os sinais básicos da fecundidade e acompanharem, com uma certa desenvoltura e facilidade de segurança, os sinais de fecundidade ligados ao muco cervical, essa secreção misteriosa que durante muito tempo era considerada até anormal e doentia e que hoje é o grande indicador da fecundidade.

Então, a primeira palavra em relação à posição da Igreja é esta que, em relação aos métodos, o importante é redescobrir os métodos de observação, uma vez que eles têm total aceitação ética, uma vez que não houvesse intenção dolosa anticoncepcional e antinatalista única, mas, pelo contrário, a intenção justificada de procriar de modo responsável, esses métodos vão se tornando cada vez mais eficazes, como estamos longe do método estatístico Ogino Knauto e como estamos perto dos métodos de experimentação direta, que em outros países já se vão aplicando.

Em segundo lugar, dentro da apresentação dos métodos por parte da Igreja, é importante entender que o método natural tem algo de específico e é que ele apela para o autodomínio e ele supera justamente a força instintiva. E isso é fundamental para construção de um novo tipo de sociedade, onde o homem bebe desmedidamente, come desordenadamente e até é capaz de chegar a gestos sociais completamente descabidos, como enriquecer ilícitamente e que, no fundo, é um grande desatino ético, porque ele o faz à custa do seu semelhante. Ora, um método que levasse a pessoa a se exercitar no autocontrole, no autodomínio e na capacidade de se observar e de seguir os tempos próprios da fecundidade, de comum acordo decidir, evidentemente, é um método que tem um altíssimo teor educativo e que está na raiz da construção de um novo tipo de sociedade.

Em segundo lugar, é importante que entendamos mais uma vez, que esse método não pode ser aplicado isoladamente pela mulher. Esse método exige a compreensão, o consentimento e a colaboração do homem. É exatamente aí que nós estamos tocando no método que chamariamos conjugal, enquanto que só do domínio dos dois, o amor dos dois e a capacidade de compreensão e de concordância na própria vida sexual, é que pode levar à eficácia desse método.

Imaginem os amigos o que poderia significar para um país uma população que fosse capaz de ter um relacionamento conjugal e sexual não mais pautado unicamente pelo instinto, mas pela compreensão da dignidade da vida e pelo respeito a essa mesma dignidade.

Em relação aos métodos artificiais, não se trata aqui de nós agora passarmos isoladamente a cada um desses métodos, mostrando o que eles têm de valor, sob o ponto de vista de eficácia ou o que eles têm de desvalor sob o ponto de vista de contra-indicações médicas ou o que eles têm de dificuldade ética. Evidentemente, para aqueles que aqui se encontram e estão afeitos a esse tema, isso é um exercício relativamente fácil. No entanto, o que é importante percebermos, na posição da Igreja que procuramos aqui trazer, é que o que não se pode colocar como critério final de discernimento para os métodos artificiais é o valor quase que absoluto da vida social. É como se dissessemos assim: a vida sexual tem todo o direito de ser ativada. Então, é possível escolher o método que seja mais eficaz, como se o sexo fosse na pessoa humana o valor absoluto. É em relação a isto que é importante nos posicionarmos serenamente e entender todo o alcance, toda a beleza e até mesmo toda necessidade da vida sexual para o casal, uma vez que corporeamente é a expressão mais intensa do amor conjugal, mas sempre condicionada, evidentemente, ao bem interior desse casal. Quer dizer, não só a fidelidade, mas ao bem-estar ético do homem e da mulher. Então, é à luz desse princípio que entendemos que o caráter da eficácia não pode ser nem deveria nunca ser, o critério para a escolha daquilo que seria depois assumido por um programa na-

cional. É a esse respeito que gostaríamos de dizer que alguns métodos são evidentemente mais rapidamente excluídos sob o ponto de vista ético. Por exemplo, a mutilação, que é uma esterilização definitiva, seja ela por ligadura de trompas ou por vasectomia, evidentemente encontra todo um óbice ético de uma mutilação que não tem, evidentemente, o homem direito de perpetrar. É claro que não queremos com isso ignorar a situação das consciências individuais. Por favor, quem de nós não saberia entender a angústia e a perplexidade de um casal, de uma mulher, de um homem, que sem perceber — como viamos antes, o nexo ético entre os princípios e o método — tivessem escolhido, na melhor da boa vontade, um método que, como estamos vendo, não se justifica eticamente, mas que na consciência individual foi assumido ou por ignorância errônea, ou pelo menos com uma alta consciência ética. Queremos, portanto, respeitar esses casos isolados, mesmo que eles se repetissem. Mas o que não nos dispensa de tentarmos sempre o fator educativo, esclarecedor, para mostrar quais são as componentes éticas da aplicação desses métodos. Uma palavra muito simples que está mais relacionada com o programa anunciado pelo nosso Ministério da Saúde.

Primeiro, quero fazer uma profissão de apreço aos homens que compõem esse Ministério, seja o Ministro da Saúde, seja o Secretário-Geral, com os quais tenho conversado com uma relativa frequência. No entanto, não posso entender que no projeto o Ministério da Saúde propõe possa estar em prioridade ou, pelo menos, em alto grau de aceitabilidade, a aplicação do dispositivo intra-uterino, enquanto que o Ministério da Saúde é mais severo com as pílulas, por causa dos seus evidentes efeitos negativos para a saúde, é mais benigno para com a aplicação eventual do DIU, naturalmente dentro de certas escalas de condições.

O DIU mereceria um aprofundamento muito severo. Enquanto há quem defenda que o DIU não é abortivo, mas que ele goza determinadas propriedades do cobre que se tornaria, uma vez aplicado nesse pequenino instrumento, espermatocida, ou pelo menos diminuidor da potência de fecundação do esperma sobre o óvulo, enquanto que reduziria a capacidade de ascensão do esperma e, portanto, uma vez aplicado, não seria abortivo, mas seria, digamos assim, prévio a qualquer e toda fecundação e, portanto, não estaria agravado de uma rejeição ética tão séria. Pelo que podemos, no entanto, perceber, pelas leituras que nos são facultadas e pelos pareceres de médicos muito abalizados — e refiro-me aos pesquisadores dos métodos naturais — o DIU realmente é abortivo, enquanto que ele impede a nidificação do ovo uma vez fecundado, ele ao cair do útero, não encontra as paredes devidamente acolhedoras e rola, perdendo-se. Então, dentro dessas perspectivas, evidentemente que excluindo o aborto, nós também estamos excluindo o DIU por ser abortivo. É claro que isso exige uma discussão médica e técnica aprofundada, mas só a dúvida sobre o caráter abortivo do DIU já é eticamente grave para impedir qualquer política que se válesse em nosso Ministério de uma aceitabilidade do DIU.

Dentro dessas perspectivas, portanto, caberia, no momento em que fosse conveniente, que essa CPI desse uma atenção muito aprofundada, não só ao coeficiente médico, quer dizer, ao fato de ser ou não lesivo para a saúde a aplicação de determinado método, mas também que percebesse, primeiro, o caráter abortivo, o caráter de mutilação, e finalmente, nos métodos que são meramente preventivos, o caráter de fechamento à procriação da vida, que, evidentemente, como o Papa Paulo VI, na sua *Encíclica Humanae Vitae* lembrava, torna-se contraditório com a própria finalidade do ato conjugal.

Então, dentro dessa perspectiva, gostaria de terminar essa exposição, para ficar dentro do tempo que me foi facultado, chamando a atenção para três pontos: primeiro ponto, em toda esta ação nacional de reflexão sobre o aumento da população e, indireta ou diretamente, sobre a paternidade responsável, parece que o que cabe mesmo é privilegiar o desenvolvimento social em nosso país. Não se justifica um trabalho de prioridade para com a paternidade responsável, embora muito meritória, quando o que o nosso País deveria colocar como meta prioritária é o coeficiente social do seu desenvolvi-

mento; portanto, a melhoria de suas condições de vida para os seus cidadãos. Refiro-me especialmente às crianças, aos menores abandonados, carentes, aos que já passaram até pela experiência negativa da infração e que são tão numerosos em nosso País. E faço uma reflexão óbvia. Por que tanta preocupação com a qualidade futura de vida do País, quer dizer, que os futuros brasileiros possam ter uma vida digna e não ameaçada pela superpopulação, se isso não trouxesse de verdade, uma vontade de que o brasileiro tenha vida digna? Ora, se essa vontade é sincera, que ela se aplique já. Então, todas as preocupações com o aumento populacional, se elas são verdadeiramente justificadas, elas deveriam se traduzir numa imensa preocupação de melhorar a qualidade de vida hoje do brasileiro de dar precedência a esses problemas e não de inverter somas que são, sem dúvida, vultosas para o tratamento do período de fecundidade da mulher, quando o que desejariamos seria um tratamento equilibrado, proporcionado e cada vez mais bem-sucedido para a qualidade de vida de todo brasileiro.

Portanto, uma CPI sobre o aumento populacional deveria vir assim muito depois de uma CPI sobre a qualidade de vida do brasileiro e dos esforços conjugados que nós deveríamos fazer, para que o brasileiro tivesse uma alimentação sadia, uma casa que desse a ele condições humanas e tudo aquilo que é indispensável para a saúde do povo brasileiro. Em outras palavras, perdoem-me a expressão, mas noto um certo farisaísmo numa Comissão de Aumento Populacional, num País, em que nossos irmãos estão morrendo de fome por falta de alimento. Por que tanta preocupação com o brasileiro futuro, se não há o mínimo de atendimento básico ao brasileiro de hoje?

Segunda consideração fundamental, é que é impossível resolver esse problema, se não fizermos uma pesquisa de alto nível. Nós queremos o quê? Importar pílulas? Fabricá-las aqui no Brasil? Fabricar DIU? Ou queremos estudar a vida, analisar a vida, o ciclo da fecundidade e entender melhor o organismo feminino e masculino, criando condições objetivas de maior eficácia, sobretudo para a população pobre, de métodos que não atentem contra a saúde? E aqui vai realmente uma leve crítica, se me permitem, até uma grave crítica, a todo universo médico brasileiro, que não tem tido condições de levar adiante uma pesquisa salutar, eficaz, bem sucedida e bem conduzida por isso, sobre os métodos naturais. Nosso País não pode se omitir a esse respeito. E aqui, creio que deveríamos gastar nossas verbas, para que tivéssemos um conhecimento mais exato de todo esse mistério da vida e pudéssemos oferecer à jovem e ao jovem que têm em mira a vida conjugal, condições de uma auto-observação fiel e que seja realmente capaz de dar a ele os parâmetros para uma aplicação daquilo que seria a reta opção de como procriar. A maior parte da nossa população não entende nada de procriação. Façam a experiência e poderão perceber que até casais que tiveram uma formação universitária, no momento que acedem à vida conjugal, desconhecem quase completamente o ciclo da fecundidade, e a eficácia que poderiam encontrar nos métodos naturais. Culpa de quem? De quem, não aprende ou de quem não ensina? E se não ensinamos, culpa de quem? Culpa de quem não pesquisa. Quais são, no Brasil de hoje, os centros que temos de pesquisa séria, sobre aquilo que chamamos a observação do ciclo da fecundidade e da fertilidade?

Finalmente, não é possível resolver problema nenhum em nosso País, sem educação. O problema do aumento populacional e o problema mais concreto da paternidade responsável só tem uma solução, é a educação. Se fizermos qualquer outro processo, estaremos mais uma vez violentando a liberdade de um povo, estaremos recitando e impondo receitas a um povo que não tem condições de decidir por si mesmo, porque não teve as condições de se formar, de formar a sua consciência para optar dignamente sobre todo o seu futuro e, de modo particular, sobre a escolha de uma missão procriadora ou de uma vida conjugal, onde é necessária muita responsabilidade para assumir a paternidade e a maternidade. Assim, mais uma vez quero somar essa breve exposição à de outros que passaram aqui por esta CPI e que insitiram sobre o fator educativo. É realmente

fundamental que se inverta em educação, porque é na inversão sobre educação que temos a base indispensável para a aplicação de qualquer método, que queira realmente encontrar a dignidade da pessoa humana, através do conhecimento daquilo que são as leis básicas da natureza.

Então, agradecendo a paciência de todos e, realmente, colocando-me à disposição, não somente para responder, mas ouvir alguma pergunta, e desejando que fique em aberto, particularmente, este campo de estudo, terminando dizendo que a posição que a Igreja tem procurado anunciar, ensinar, é viver é de um sim à vida, de um sim que acate o dom da vida e que a ele responda, reconhecendo a dignidade da pessoa humana. É a esse propósito, também, que, sem dúvida, a Igreja, embora com uma voz modesta, também quer colaborar para a busca de uma solução equitativa para esse problema, dentro de tudo aquilo que é o universo, em que se insere esse problema, que é justamente a busca de uma qualidade de vida mais humana para o brasileiro e isso com apenas um passo, para entendermos o que seria uma sociedade mais justa, solidária e mais fraterna. E é na prosecução desta sociedade, que nós chamaríamos, também, de civilização do amor, que onde houver necessidade de colaboração e de contribuição, gostaríamos também de estar presentes, para somarmos modestamente o nosso esforço com o dos outros que têm esta meta. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — Vou suspender a reunião por 3 minutos, para que o Sr. Secretário corra a lista de inscrição junto aos Parlamentares presentes, para inquirir o D. Luciano Mendes.

A reunião está suspensa por 3 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — Está reaberta a reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, que investiga o problema vinculado ao aumento populacional brasileiro.

Concedo a palavra ao nobre Senador João Lobo, para inquirir o depoente, Don Luciano Mendes.

O SR. JOÃO LOBO — Sr. Presidente, Don Luciano Mendes: ouvi com muita atenção a brilhante exposição de V. Ex^a que deixou bem claro no nosso espírito a posição de Igreja. Fiquei mesmo muito feliz por saber que esses pontos são esposados pela Igreja, porque coincidem, em parte, com os meus. Acho realmente, Don Luciano Mendes, que o problema grave não é o controle da natalidade, não é o planejamento familiar, porque não há no Brasil ainda uma explosão demográfica que tenha caracterizado a má qualidade de vida deste País. Sou nordestino e posso testemunhar que, no Nordeste e no Norte do Brasil não existe nenhuma densidade demográfica capaz de ser responsabilizada pela má qualidade de vida daquelas populações e, talvez, inconscientemente acho que estava cedo demais para o Brasil se preocupar com o planejamento familiar, com o controle da natalidade. Acho muito mais urgente, Don Luciano Mendes, nós darmos assistência ao atual do que ao futuro. É claro que devemos tomar precauções em relação ao futuro, mas os dados que temos a oportunidade de compulso e de ver são taxativos: os índices de fertilidade ou de natalidade das populações são decrescentes com o aumento dessas populações. No ano 2.020, por exemplo, e nós vimos hoje o índice exibido pelo Sr. Ministro da Previdência e Assistência Social, o índice de crescimento da natalidade é de 1,2 é um índice baixíssimo, talvez seja este índice o de um país dos mais adiantados da Europa hoje. Então, não haveria razão, é uma projeção, não haveria razão de nos preocuparmos com o futuro da explosão demográfica deste País. Acho muito mais grave deixar este País desabitado do que fazer uma política orientada nesse sentido.

Dom Luciano Mendes, eu vi na Europa aquilo que V. Ex^a denunciou: cidades inteiras habitadas por velhos, onde não existe a alegria da mocidade, não há vitalidade naqueles países e tudo isso contrariando os esforços dos governos que tentam motivar a natalidade. Mas, parece que ela teima em não voltar! Eu vi na França, eu vi na Holanda, eu vi na Dinamarca propagandas dos governos, orientadas no sentido de estimular a procriação, o aumento da natalidade nos casais sem nenhum resulta-

do. Parece que a natureza está se vingando de um processo de contenção desses nascimentos.

Então, Dom Luciano Mendes, não quero propriamente fazer nenhuma pergunta a V. S^a Concordo com esse ponto a que V. S^a se referiu. Acho que, na realidade, o Brasil não precisa urgentemente, pelo menos, de fazer uma política de controle familiar, de controle da natalidade. O Brasil precisa, isto sim, urgentemente, é de uma política alimentar, de uma política habitacional, de uma política educacional, isso, sim, é o mais urgente.

Faço parte desta Comissão e quero, neste momento, prestar o meu testemunho da grande contribuição que exposição de V. Revm^a trouxe para a nossa Comissão. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — Concedo a palavra a Dom Luciano Mendes.

DOM LUCIANO MENDES — Quero agradecer a colaboração do nobre Senador João Lobo e dizer-lhe que é, para mim, um prazer saber que o nobre Senador está nesta Comissão com esses princípios. Sempre pensei que os componentes, de fato, comungassem nessas mesmas perspectivas e aguardo, nesta mesma Comissão, também uma orientação básica para o País, que superem os mal-entendidos, criados ultimamente por algumas vozes que, infelizmente, tiveram grande audiência em alguns meios de comunicação, mas que não refletem, realmente, a consciência ética do nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — Concedo a palavra ao nobre Deputado José Mendonça.

O SR. JOSÉ MENDONÇA — Sr. Presidente, D. Luciano Mendes:

Também fiquei encantado com a serenidade da exposição, com a ética na colocação do ponto de vista da Igreja, representada por V. Revm^a Também concordo, com o Senador João Lobo, de que precisamos e devemos ocupar os claros desta Nação, numa política de melhor obediência à vocação de cada região e, para ali, conduzindo o desenvolvimento que levaria, que arrastaria, os brasileiros, naquela ansia de auto-realização, um desenvolvimento abrindo fronteiras.

Há pouco tempo, li um comentário, que sei ser de membros da Igreja, que a nossa preocupação não deve ser tanto retirar da mesa os filhos da vida, mas colocar na mesa meios dos filhos continuarem vivendo. Então, acho que a nós — homens públicos, parlamentares, líderes de qualquer organização social, voltados para a proteção ao bem maior que é a vida — cabe direcionar meios, métodos, planos políticos, para que nós não tenhamos as deficiências necessárias na sustentação da própria vida. Não sei por quê? Que planos talvez diabólicos estejam engendrados na cabeça de pessoas que realmente menos precisariam de aplicar esses planos, porque são as pessoas mais abastadas, mais intelectualizadas, mais fartas de tudo, que estão a defender aquilo que felizmente não lhes aconteceu antes da sua existência extra-uterina. Se abortadas fossem essas pessoas, talvez hoje tivéssemos menos perigo para tentar tanto contra a vida.

É a colocação que faço, como advogado criminalista que fui durante muitos anos antes de ingressar no Parlamento. Aprendi do meu ex-Professor Pedro Aleixo que melhor seria para que as mães que gostassem de praticar o assassinato que o fizessem com crianças com menos de um ano, recém-nascidas de dois meses, que ainda teriam o choro como um pedido de socorro e de defesa, mais que matar a vida na fonte, seja pelo método DIU, seja pelas diversas modalidades abortivas, seria uma crueldade, seria uma insensatez, por que se vida tivesse aquela pessoa exteriormente ao útero materno, a própria mãe a aceitaria, talvez não a matasse. Dizia o professor para os nossos companheiros, para as nossas companheiras, para nós, alunos dele naquela época.

Vejo que, lamentavelmente, nós temos lei criminal, mas que não é lei que vai sanar esse problema, de jeito nenhum, é a consciência crítica de respeito à vida. Essa colocação, acho que todas as colocações de igrejas, sejam cristãs ou não, mas de igrejas que buscam a defesa do bem, da vida, todas elas deveriam encampar essa defesa como uma defesa da ética vivencial, não de uma

moral religiosa dessa ou daquela seita congressional, mas da ética vivencial.

Parabenizo V. Ex^a, como Secretário da CNBB, e também a Igreja, de modo geral, por essa postura amena, materna, mas coerente e corajosa diante desse problema sério do planejamento familiar. Entendo que a responsabilidade deve ser levada para os nossos pais, para nós que somos pais, mas esta responsabilidade não vai crescer e nem diminuir com certas formas que estão pregando por aí.

Para fazer a minha colocação de perguntas, eu teria dois aspectos que gostaria de deixá-los de uma vez, para que V. Revm^a pudesse abordá-los, como achar conveniente.

O primeiro, quando V. Revm^a disse que a estatística vem mostrando que, proporcionalmente, diminui a natalidade dos brasileiros, gostaria de indagar se V. Revm^a tem conhecimento de quais as motivações dessa diminuição. Seria pela prática abusiva do aborto? Seria pelo conhecimento ou pela consciência da responsabilidade dos pais? Seria por uma deficiência da potencialidade de transmissão da vida, seja da mulher ou do homem, a falta de fecundidade? Ou seria apenas, vamos dizer assim, a colocação científica já usada pelos casais?

Sob o aspecto ético, o que seria menos gravoso: seria a mutilação, vasectomia, desligamento de trompas, etc. ou cortaria apenas a expectativa de vida, a potencialidade de vida, ou seria usar esses métodos que ainda a ciência anda debatendo? A vasectomia, por exemplo, esterilizaria o homem; o desligamento de trompas, esterilizaria a mulher; mas no resultado casal não seria mais ético praticar uma dessas duas medidas médico-cirúrgicas do que esses outros métodos?

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — Concedo a palavra a Dom Luciano Mendes.

DOM LUCIANO MENDES — Agradeço, em primeiro lugar, ao aceno à consciência crítica de respeito à vida. É isso mesmo, é o grande critério. Por outro lado também, lembrando que onde faltasse essa consciência crítica de respeito à vida que se inicia já no ato abortivo nós teríamos um tipo de sociedade onde a vida não valeria mais, nós partiríamos para aquilo que hoje constatamos em vários lugares do mundo e no Brasil também, que é uma violência que agride a vida alheia. É claro que isso chama um pouco a nossa atenção e até nos deixa entristecidos. Do ponto de vista ético, é a mesma coisa que o aborto. Quer dizer, toda essa violência nada mais é do que o eco, se nós quisermos, desse ato abortivo inicial.

Mas dentro dessa consciência crítica há, então, duas perguntas concretas: primeiro; já que há uma diminuição de crescimento, quais são as diminuições das explicações da diminuição desse crescimento?

Não creio que haja uma opinião comum a esse respeito, mas há vários fatores que creio que muitos de nós aqui aceitaríamos sem mais...

Em primeiro lugar, a educação funciona como iluminadora da dignidade da pessoa humana, por um lado, e também de uma série de valores que uma vez que são intensamente buscados, por exemplo, educação dos filhos, o bem-estar da saúde da criança, isso vai se constituindo como meta concreta para o casal que se desdobrando para obter, também, esses benefícios, evidentemente, equaciona melhor o problema da procriação.

De modo que, em outras palavras, a compreensão de como é importante que a vida gerada tenha condições de ser uma vida indispensável para a sua dignidade obriga muitos casais a pensarem bem sobre a sua própria procriação. E isso evidentemente tem como consequência a busca de um método, mas pode ser, às vezes, como método até a própria continência pode ser também — e nós sabemos que alguns casais com grande dedicação e sacrifício são capazes disso. Há também outros processos, por exemplo, o aleitamento materno que de novo vem sendo recuperado como um fato redutor da fecundidade imediata ou também aplicação de métodos naturais ou — aí aceitamos como um dos elementos — a alta divulgação de métodos contraceptivos, evidentemente uma incidência sobre a diminuição do crescimento, também, do Brasil.

O que nós lamentamos é que seja esse um dos fatores que não foi bem pensado, mas subliminarmente amplia-

do na compreensão e aceitação das classes também populares.

É claro também que o aborto, que no Brasil vai para dois ou três milhões anuais, é uma das causas da diminuição do aumento populacional. Então, quando nós queremos diminuir o aborto, nós não queremos com isso, sem mais, que aumente o crescimento da população, mas que aumente a consciência de valores éticos que tem essa, como consequência, o espaçamento e o adiamento até indefinido do nascimento conforme o caso e o casal.

No entanto, gostaria de salientar o seguinte: que há dois tipos de explicação que podem ser melhor desenvolvidos.

Há estudos atuais que revelam que quando um casal chega a um certo nível de vida, concretamente, a uma alimentação mais sadia que há densidade e maior proteção, ela tem como consequência uma diminuição, também, da fecundidade. Em outras palavras, o cidadão desnutrido, a mulher desnutrida é mais fecunda do que a bem nutrida. São estudos interessantíssimos que mostram justamente a melhoria de condição proteica incidindo na própria qualidade de vida. Mas isso é um fator, creio, que merece estudo. É outro elemento que merece também estudo para explicar essa diminuição é a idade com a qual se casam as pessoas. Nossos avós se casaram mais cedo do que nossos pais e nossos irmãos e os filhos de muitos que estão aqui têm esperado a idade dos seus vinte, vinte e dois, vinte três anos, sendo que, antigamente, com mais facilidade as mulheres se casavam, nas antigas famílias, até com dezessete e dezoito anos. De modo que há uma diminuição a esse respeito que não é suficiente, mas que, no conjunto dos fatores, explica o porquê quando há um aumento de população. Evidentemente, o aumento de educação do povo acarreta, também, uma diminuição no crescimento populacional.

O outro aspecto é uma pergunta que, se entre as armas de fogo há alguma que seja inócua. A resposta é: todas matam. Então, não se trata de saber se é com calibre 38 ou 22 que a gente mata, mas é saber que o problema aqui não está em encontrar o método artificial, digamos assim, de menor coeficiente letal, mas entender que, eticamente, são realmente reprovados aqueles métodos que impedem a colocação do ato, na fidelidade à sua estrutura natural. É claro, sob o aspecto médico, há métodos que são menos lesíveis da saúde do que outros; há, também, sob o aspecto ético, uma diferença entre o aborto e uma vasectomia. Mas todos eles ficam naquele lado do ajuizamento ético que os reprova. Só que há graus de reprovações. Creio que temos que compreender, com bastante clareza, que uma coisa é o aborto que atenta contra a vida de um inocente e outra coisa é um ato que naturalmente seria prosecutivo da vida e que eventualmente, por razões subjetivamente até aparentemente justificadas perde essa condição ao ato procriativo.

Então, temos os métodos de barreira e outros que não são métodos abortivos, e que, numa determinada condição da consciência, podem ser até subjetivamente justificados, embora, objetivamente, não o sejam.

Agora, só para dizer que entre esses métodos, creio que ficaria ainda toda abertura dos métodos naturais que, por culpa nossa, não temos sabido aplicar e que são, hoje, uma grande descoberta. Volto à analogia do Cooper. Se alguém quiser continuar tomando pastilhazinhas, para não morrer de enfartes, que o faça, mas se achar que o bom exercício favorece, tente-o. Por que não podemos partir para métodos naturais, que não são nada lesíveis da natureza, pelo contrário ajudam ao bom funcionamento da natureza, e queremos realmente insistir, já deixando de lado os aspectos éticos, com métodos que são destruidores da própria saúde da mulher ou do homem? Sem contar os efeitos psicológicos que há, no caso da vasectomia e da ligação de trompas.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — Concedo a palavra à Senadora Eunice Michiles.

A SRA. EUNICE MICHILES — Gostaria, Dom Luciano, de começar pelo fim de sua palestra, parabenizando-o pelo sim à vida e pelo desejo manifesto que V. S. expressou de que a Igreja quer colaborar com uma solução equitativa para melhorar a qualidade de

vida dos brasileiros. Isso me parece que foi o ponto alto de sua brilhante exposição. Notei, também, com muita satisfação, que a posição da Igreja Católica, ao discordar de métodos contraceptivos não discorda da filosofia que a Igreja chama de paternidade responsável.

Na sua explicação ao Deputado Mendonça devia abrir até uma janelinha para os métodos de barreira. Entendo, perfeitamente, que não seria oportuno se discutir aqui métodos. Acho que realmente não caberia, neste momento. Mas concordo, inteiramente com V. Rivm*, de que a posição da Igreja deve ser respeitada, de que os métodos naturais devem ser desenvolvidos, devem ser mais pesquisados, para que eles fiquem à disposição daquelas mulheres que, em respeito à sua consciência, não querem usar outros métodos. Acho que esse respeito à consciência dos indivíduos é a da mais absoluta necessidade. Mas, seria muito interessante, também — seria assim o reverso da medalha, o reverso da moeda — que se respeitasse a decisão de outros casais que acham que podem e devem usar outros métodos, que também essa decisão fosse respeitada. O ilustre e querido colega, Senador João Lobo, citou que não há necessidade, neste momento, de o Brasil se preocupar com sua explosão demográfica que, segundo ele, não estaria em pauta, porque nós temos ainda grandes espaços vazios. Acho que isso é verdade, até certo ponto, mas, também, não poderíamos desconhecer que em 108 anos o Brasil cresceu em 1.009%. Quer dizer, quando as Nações ditas civilizadas crescem, dobram a sua população de cem a cem anos, eu já não diria que isso seja o ideal, longe de mim isso, mas que essa cifra realmente é alarmante, disso nós não poderíamos fugir.

Agora, dizia, também, o meu colega João Lobo aqui, quando conversávamos, no intervalo, da sua preocupação com o seu Estado, com as dificuldades que enfrenta neste momento com a seca e do grande esforço que o Governo está fazendo para manter um milhão e meio de pessoas nas frentes de emergências, atendidas de maneira precária, mas é aquilo que se pode fazer. E disse ele ainda que todo aquele esforço, que eu comentava que a Rede Globo tinha feito nesse último domingo, numa grande demonstração de solidariedade, fraternidade, quando toda a sociedade brasileira se manifestou, procurou ajudar, deu de si, ele me disse: "Senadora, isso é uma gota d'água, dividido por esse milhão e meio que estão na frente de emergência... Daria quanto, Senador?"

O SR. JOÃO LOBO — Dois mil cruzeiros para cada um.

A SRA. EUNICE MICHILES — Dois mil cruzeiros, para cada um! Então, isso me faz pensar, e me faz perguntar: Qual seria a fórmula mágica que esse País teria para melhorar a qualidade de vida do brasileiro? Porque, quando proponho, com todas as minhas forças, dando o melhor do meu esforço, para que esse País tenha uma política de planejamento familiar, eu não diria de população, porque a parte populacional é discutida, interessa... enfim, chega até as discussões estérteis. A parte que me interessa, realmente, é a do planejamento familiar, é o direito que entendo que devam ter os casais de poderem ter os filhos que desejam e que podem criar. Então, eu perguntaria: Quando todos nós propomos que essa medida seja tomada pelo Governo como um elemento, como um instrumento de melhoria de qualidade de vida, eu perguntaria: Que fórmula mágica têm aqueles que dizem que isso não é prioritário, para que se resolva, como em passe de mágica, a situação de diferenças patrimoniais entre os indivíduos? Porque, veja bem: enquanto os ricos crescem, em proporção aritmética: os pobres crescem em proporção geométrica. Enquanto eu não diria nem os ricos, a classe média para cima — enquanto uma família de classe abastada tem um ou dois filhos, a de classe humilde tem dez, doze, dezoito e vinte, que, por sua vez terão outros dez, doze, quinze, dezesseis, vinte filhos, que, como nós sabemos — isso é muito repetitivo — já nascem com carências alimentares, com seqüelas, mentais, físicas e que serão desnutridos, pobres, porque também não têm condição de se desenvolverem, física e intelectualmente, gerarão filhos pobres. Portanto: pobreza gerando pobreza — repetindo as palavras do Ministro do EMFA. Pergunta-

ria, então: como resolver isso? Qual seria a forma mágica? Porque me parece que isto se distancia, cada vez mais, à uma equitativa distribuição de rendas. Uma vez que a classe pobre se agiganta, enquanto que a classe de elite vai, cada vez, se afinando.

V. Rivm*, realmente, dizia que 1% da nossa população tem 17% da renda, enquanto 50% tem apenas 13%. Isto parece-me quase que uma consequência deste estado de coisas. Então, diria que manter, na minha visão, salvo melhor juízo, o crescimento do Brasil nestes limites e dessa forma, só pode interessar aos marxistas a estabelecerem o comunismo no Brasil. Não me parece que pudesse servir a nada mais.

Mas, esquecendo tudo isto, nós não poderemos nos esquecer de uma coisa, que é o direito do casal — e eu aqui já particularizaria — o direito da mulher de ter os filhos que ela acha que pode que quer e que deseja criar. Acho que é muito fácil, nós aqui, dentro desta Comissão tendo à nossa disposição um serviço médico, tendo à nossa disposição toda a estrutura médica de Brasília, de um grande dentro, citar normas, para aqueles que não têm esse mesmo tipo de assistência, quer dizer, uma mulher no Ceará, uma mulher no Piauí, ela não tem os filhos que deseja, ela tem os filhos que não deseja, que não quer. Mas que é obrigada, pela sua ignorância. Quer dizer, sonegar essas informações que nós, da classe média, dessa classe privilegiada brasileira tem, aos mais humildes e mais pobres D. Luciano, parece-me no mínimo, anti-cristão, no mínimo desumano.

Continuando, dizia V. Rivm* que as nossas prioridades deveriam ser primeiro melhoria de qualidade de vida, cuidar do menor carente, do menor infrator. Eu lhe perguntaria: De onde vêm esses menores carentes, estes menores infratores? Acho que a resposta é óbvia. Eles vêm de famílias grandes, pobres, filhos que não foram desejados, filhos que vieram apenas por uma consequência biológica, sem nenhuma assistência, sem nenhuma condição de serem criados com dignidade.

Adiante, V. Rivm* citou que o Brasil não deveria estar preocupado com esse tipo de coisa, porque para isso gastaria somas vultosas uma soma muito vultosa no sentido de criar um programa de planejamento familiar. Acho que não. Acho que, ao contrário, isso, imediatamente, só se, tomassemos um dado, que nós o número de abortos que o Programa de Planejamento Familiar, diminuiria, faria cair só a economia de plasma, de sangue, só a economia de leitos hospitalares que, segundo dados sabemos que metade dos leitos obstétricos são ocupados por seqüelas de aborto, metade do sangue de estoque é gasto com seqüelas de aborto, acho que apenas, se tomassemos esse dado já teríamos um retorno de um programa dessa ordem. Veja que acho que toda estrutura brasileira está pronta para acionar um programa desse nível. Temos o Ministério da Saúde, o Ministério da Previdência Social, o Ministério do Trabalho, através dos Centros Sociais Urbanos, temos o MIC, através do Projeto Rondon, o Ministério da Previdência com a LBA, as Secretarias Municipais e Estaduais de Saúde, as Secretarias Estaduais e Municipais de Serviços Sociais. Enfim, temos toda uma estrutura pronta — e aqui acrescentaríamos ainda, todas as igrejas e paróquias, em números de 35 a 40 mil espalhadas pelo Brasil, a fora. Quer dizer, se toda essa sociedade, os clubes de serviços, enfim, se tudo isso se juntasse, para levar apenas uma coisa, a informação e os meios, respeitada a consciência, respeitado o casal como fórum último de decisão, apenas isso, acho que estaríamos levando uma grande contribuição, a contribuição mais patriótica e talvez mais barata que nesse momento é poderemos levar, para buscar equilibrar ou diminuir um pouco as diferenças patrimoniais dos indivíduos. Não vejo, a curto prazo, uma outra maneira de o fazer.

Concluindo, eu diria que não acredito também, que um planejamento familiar uma política nesse sentido, fosse a solução, fosse a panacéia de tudo. Claro que não é. Mas que é um elemento altamente contributivo, acho que isto não há como negar. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — A Senadora Eunice Michiles não formula pergunta. Apenas faz considerações. D. Luciano, V. Rivm* tem a palavra, para tecer comentários sobre o assunto.

O SR. LUCIANO ALMEIDA — Quero agradecer a participação da Senadora. Venho acompanhando, também, toda a sua preocupação, na militância desta Casa. Já não é a primeira vez que nos encontramos, também, numa conversa desse tipo.

Em primeiro lugar, quero respeitar muito a ótica sob a qual se coloca.

Agora, com muita brevidade, infelizmente só tem um avião que pode me levar a São Paulo ainda hoje. Mas, com muita brevidade, não para diminuir a importância das perguntas, mas simplesmente para deixar ainda a palavra a outros, gostaria de fazer pequeninas ponderações sobre as considerações que V. Ex^a fez.

Em primeiro lugar, o argumento do respeito à pessoa humana é fundamental. Nesse sentido, nós sabemos que é com Deus que aprendemos isso. Ele que respeita a consciência e a interpreta como um Pai. Portanto, nós não queremos, aqui, lançar críticas ou juízo severos sobre ninguém. No entanto, nessa atitude de respeito à consciência alheia é muito importante, também, que não vendamos carne estragada. Então, o problema é saber-mos o que vamos propor ao povo. É a carne sadia, ou é a carne estragada? É o arroz de terceira ou é o de primeira? Isto é que nós estamos procurando saber: que vamos, como respeito ao povo, entregar como elemento de amadurecimento de todos os valores? Então, nessa perspectiva, por exemplo, nós achamos que é muito mais importante o sim à vida do que o sim ao aborto. É muito mais importante o método natural que os outros métodos. Se alguém diz já sei o que eu quero, respeita-se a consciência. Mas se alguém pergunta o que deve ser feito — e todo o planejamento nada mais é do que uma proposta. Senão, para que planejar? Para deixar tudo como está? Então, se a proposta é algo novo, pretende-se que seja algo melhor. Então, aí é que está todo o esforço desta Casa, é em buscar qual é o algo melhor. E, evidentemente aí, o respeito se traduz numa oferta de melhores valores.

Em segundo lugar, estou plenamente de acordo — e se não o disse antes, eu lamento, porque quero respeitar essa colocação — que o problema é sério. Apenas eu disse que não é o primeiro, ele vem bem depois de outros problemas que se apresentam, embora a questão de saber qual é o grau de necessidade mereça, também, um debate. Talvez possamos reformular até e dizer que esse problema merece um atendimento com mais urgência. Não insistiria tanto neste argumento, porque vou mais longe, não é porque o Brasil tem terras, que pode nascer muito brasileiro, porque pensamos no mundo inteiro. Não podemos, também enfiar uma área livre, desconhecendo que há países como a Holanda, como a Bélgica ou como El Salvador, que precisam, numa compreensão maior, de encontrar também lugar para sobreviver, que estas nações não fiquem aí, abusivamente constringidas, e que nós tenhamos a grandeza de abrir espaços. Portanto, não faria um argumento só sobre o Brasil. Entendo, perfeitamente, a sua colocação.

Em terceiro lugar, qual é a fórmula mágica? É uma só, é o amor. E não pensem que estou aqui fazendo poesia. Se nós elogiávamos o pessoal que estava fazendo pedágio, e ontem, nas ruas, com chuva, em Fortaleza encontrei um rapazinho fazendo pedágio no meio do movimento, que entrou de carona no carro de D. Aloísio, que deve estar chegando hoje a Brasília. E disse eu estou aqui, desde manhã, e já arranji 1.500 cruzeiros, para levar para o meu colégio, a fim de comprar leite para gente que não tem. Vejam, o amor é um amor operativo. É um amor de partilha. É um amor de solidariedade, sem o que essa campanha seria vazia e oca. Recolher dinheiro como um gesto que não fosse profético não tem valor nenhum, mas recolher gêneros e dinheiro, num gesto de aprendizagem da solidariedade de um país, isso é gravíssimo, é de altíssima importância, é a fórmula mágica, porque a Senadora lembrava muito bem que há um aumento aritmético dos ricos e geométrico dos pobres, porque a ganância dos ricos aumenta, também, infelizmente, geometricamente. Esse é o problema. Por que os ricos ficam mais ricos? Não é porque eles sejam mais numerosos mas mais gananciosos. Basta ver os subterfúgios que há neste País com relação ao Imposto de Renda. É uma técnica — a ilusão do Imposto de Renda, quando é um dever, porque esse imposto vai reverter

para o mais pobre. E há gente que se vangloria, de como ilude, de como deixa dinheiro no estrangeiro. Isso é um pecado! É um País que precisa dessas reservas e tem dinheiro no estrangeiro.

Então veja que não é tão séria a pesquisa, é séria, digamos assim, a barreira que se coloca à solução, que é a partilha. Porque, se uma pessoa está convencida de que ela tem que ver com o seu semelhante, com o seu irmão e ela acumula bens, em vez de partilhar com eles, aí está toda a explicação. O problema não está realmente na paternidade responsável, mas está no juízo da pessoa humana que não entende o seu compromisso social. Enquanto nós tivermos pessoas se locumpletando de diversos modos, não só com o bem-estar, mas acumulação de bens, num País onde nós sabemos que na frente de emergência se está dando 15 mil cruzeiros e daí se tira, ainda, 4 mil para pagar um cesto de alimento e que nesse cesto há alimentos que são insuficientes. Pergunto se isso não é irrisório? Não porque seja pouco, mas porque a nossa doação é uma doação extremamente constringida, uma espécie de atrofia do amor. Então, o que nós temos é que nos reeducar para essa solidariedade. Acho que essas campanhas têm um grande valor, porque realmente a enchente do Sul, o desemprego do Centro e a seca do Nordeste deveriam ser uma grande ocasião para a gente abrir, de verdade, o coração. Senão não teremos mais condição de reestruturar este País.

Além disso, quando se falava que a mulher deve ter os filhos que deseja, eu diria, também que ele deveria ter também o alimento que deseja, a casa que deseja, a escola que deseja. De modo que esse argumento é brilhante, mas ele vem com as outras coisas básicas e primárias. Porque nós tiramos, como uma carta mágica, um 2 de paus do baralho, para dizer que é isso que ela deseja e não consultamos essa mulher, para saber se ela não quer feijão e arroz na panela? É uma coisa muito séria, porque nós usamos um argumento brilhante, mas numa escolha que nós fazemos. Vamos perguntar a essa mulher, se o que ela quer é que nós lhe restrinjamos os filhos, ou que lhes demos condição de decidir, ela mesma, por seus filhos.

Ora, nós temos estatísticas que, em Manaus, há 32% de mulheres esterilizadas, por vontade de quem? Isso é uma coisa gravíssima. Foi essa mulher que desejou ou nem sabe o que aconteceu? Conheci uma mulher de 17 anos, criança, já esterilizada para a vida. Vai me dizer que ela quis? Claro que é um caso particular, que não faz argumento. Mas creio que o argumento do desejo é tão brilhante que vai muito longe e ele exige, evidentemente, uma condição de educação.

Quando se diz que o menor abandonado é fruto da inconsciência dos pais, eu acredito. Mas é preciso que notemos que não se trata aqui de saber quantos filhos pode ter um casal, mas de saber por que um homem vive com mais de uma mulher? Por que a mulher se prostitui? O problema não está em saber os filhos de uma família, mas está em saber qual é a educação cívica e ética de um país. Façamos um exemplo, que não houvessem mais filhos, senão na família. Ninguém procria fora do casamento. Já estaria resolvido o problema do Brasil por inteiro.

Então, o problema não é este de saber como limitar filhos de uma família, mas como alcançar a educação ética de um país. E, agora, por que há criança abandonada? Nenhuma criança se abandonou. É porque, de novo, o adulto abandonou a criança. E esse adulto continua abandonando a criança — e não é só o adulto pobre que abandona a criança, mas é aquele que tem condição de atender a essa criança mas que não a leva para casa; leva para casa um cachorrinho — e às vezes tem mais de um cachorro dentro de casa: periquito, papagaio e mais não sei o quê — e não são os pobres. (Risos.)

De modo que é importante percebermos que é tudo um contexto. Por isso, concordo plenamente com a Senadora quando ela chama a atenção sobre esse ponto. Isso que eu digo, quando pega o 2 de paus, vem o baralho inteiro. Então, temos que abrir as cartas e ver realmente quais são aquelas que têm, neste momento, precedência de jogo social. É dentro dessa perspectiva que nós vemos, também, que a questão de consumir sangue em abortos ou em coretagem de abortos, é evidente que esse é um indicador dentro do qual nós nos inclinamos — não fui eu quem fez essa estatística, mas dizem que é

assim — quando eu digo: e quanto dinheiro se gastam em armas no País? E o que sustenta o poderio militar do País? E para quê? Para matar alguém? O que gasta mais?

Então, se o problema é saber em que se gasta mais dinheiro, o equipamento de um soldado vale 60 vezes o leite de uma criança até a idade de 10 anos. Então, se nós vamos racionalizar esses gastos, vamos racionalizar os plasmas, então vamos fazer isso direito e não pelo lado mais fraco. De modo que aí estou plenamente de acordo, mas é toda uma hierarquia de valores que nós temos que, sentados em volta de uma mesa, estabelecer. É como um pai de família que, no fim do mês, comprasse um revólver e dissesse: meus filhos, desculpem, mas eu comrei um revólver, então não tem comida — e no outro mês comprasse outro revólver. É evidente que vai faltar comida na mesa — evidente.

Então é toda a visão de sociedade que está em jogo. De modo que, sem dúvida, alguns desses princípios são mais do que comuns mas é, evidentemente, o que acontece, como naquelas grandes descobertas que fazem de pedaços de osso, aí, não sei esse paleontólogos encontram lá pedaços de osso, com uma costela desses animais do passado e reconstroem tudo aquilo com gesso através de um ossinho e é capaz de fazer toda a carcaça do animal. Também acho que através de um indicador de injustiça como esse pode-se reconstruir toda a carcaça do animal da injustiça.

Então, temos uma sociedade que, através desses indicadores a que V. Ex^a se referiu pode ser reconstruída na sua macro-injustiça. Mas eu digo: depois de reconstruir o animal inteiro, vamos ver por onde começar. Que através de um indicador se possa reconstruir tudo, perfeitamente de acordo. Mas qual é, então, no processamento de dados o que tenha precedência para a rearticulação social? Creio que, realmente, aí, então sim, que uma Casa como esta tem precedência para indicar ao País qual é o escalonamento de valores, qual é o escalonamento de prioridades e evidentemente aí se poderia tentar fazer este País não só viável, mas exemplar para tantas outras nações que nos deram exemplos gravíssimos de destruição, da desperdício e de opressão. Porque o que gasta um cidadão nos Estados Unidos é 27, 28 vezes mais do que V. Ex^a gasta, do que eu gasto. Quer dizer, então, não é possível sobreviver numa nação em que as condições de sobrevivência são totalmente diferentes daquele país junto ao qual nos endividamos.

Então, é toda uma série de valores e de fatores que têm que ser reorganizados. Agora, nada disso tira a importância desse problema, desde que ele seja colocado nos outros coeficientes de importância que merecem a nossa atenção prioritária. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Euclides Scalco.

O SR. EUCLIDES SCALCO — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Seria uma redundância parabenizar Dom Luciano. Sempre que participa em qualquer mesa-redonda o brilho é sua característica.

Não tenho nenhuma pergunta a fazer, nem qualquer questionamento a colocar a Dom Luciano. Mas concordo em 100% do que ele aqui afirmou. Porém, é preciso colocar alguma coisa e não vou perder oportunidade já que, na Câmara dos Deputados, em algumas vezes me ocupei com esse problema de controle da natalidade. O problema é político. E não é por acaso que o Senador Roberto Campos, neste ano, apresentou no Senado um pronunciamento em que defendia o controle da natalidade.

Em 1969, o Senador Roberto Campos participou de uma comissão do Banco Mundial que fez levantamento sócio-econômico dos países do Terceiro Mundo. Em 1969, quando o Brasil tinha 90 milhões de habitantes, o Senador Roberto Campos junto com a comissão nomeada pelo Banco Mundial, pelo Sr. Macnamara... defendia o controle da natalidade. Então, não é coisa nova, é um problema de ordem política, e que transcende as nossas decisões internas. Ele é de ordem política e transcende as nossas decisões internas por quê? Porque vários problemas que são implementados no Brasil têm vinculações externas. A BENFAM faz seu trabalho no País distribuindo pílulas e outras coisas mais, financiada pela IPPF. O Dr. Coutinho, na Bahia, faz suas experiências para encontrar a pílula do homem, que anunciou há

poucos dias em Porto Alegre, com os hormônios do Laboratório Russel de França. E clínicas estão distribuídas neste País, suportadas pela Fundação Hspkinson. Então, vemos que o problema é político, que transcende as decisões nacionais, a quem o ilustre Senador Roberto Campos está muito vinculado em toda a sua história de vida.

Então, o problema brasileiro — e eu concordo plenamente inclusive com aquilo que falou o nobre Senador João Lobo, que não há necessidade de termos um projeto, uma proposta de controle da natalidade, por problemas demográficos no País. A Bélgica tem 380 habitantes por quilômetro quadrado, o Brasil tem 29. Vimos, há poucos meses, na Bélgica um quadro triste e que poderá ser o nosso, se essa irresponsabilidade for levada à frente. Dizia-me um homem do Ministério da Educação, em Bruxelas, que numa sala de aula de curso primário em Bruxelas, de 30 alunos, entre 22 e 25 são estrangeiros, filhos de marroquinos e turcos. A nacionalidade belga está em perigo, porque 1 milhão e meio dos 10 milhões de habitantes, hoje, da Bélgica, são estrangeiros ou filhos de estrangeiros.

A França, a partir do terceiro filho, está dando à família mil francos, que correspondem a mais de 80 mil cruzeiros e chegando ao auxílio à família em três mil francos e dá mais de 200 mil cruzeiros de ajuda para quem tenha mais de três filhos.

O quadro que foi descrito aqui sobre a tristeza da Europa poderá um dia nos alcançar. E a falácia de que o problema brasileiro de miséria é o número de filhos é utópico, é por interesses políticos, inclusive de instituições que não são brasileiras.

A China, com um pouco mais de quilômetros quadrados do que nós, 1 milhão de quilômetros quadrados mais do que o Brasil, tem mais de 1 bilhão de habitantes, e a população da China não passa fome, como passa o brasileiro, embora a renda per capita chinesa seja de 400 dólares e a nossa 1800 dólares, só que a nossa é má distribuída — e por isso temos miséria.

Então, esse quadro que nós percebemos de dominação política, e nós verificamos que, no Brasil, o maior índice de crescimento demográfico é do Nordeste e Norte, principalmente, do Nordeste. E lá no Nordeste 20% das mulheres em idade fértil estão esterilizadas. Então, o problema que estamos enfrentando no País é um problema de ordem política que, na condição de brasileiro e responsável, também, por uma parcela da população a que represento, nessa CPI de Controle de Natalidade, manifestei o meu repúdio à decisão de Governo de estabelecer um programa de paternidade responsável, que é similar ao controle de natalidade, porque é a isso que nós queremos chegar.

Quero, com essas considerações, cumprimentar a V. Revmª, Dom Luciano, pela brilhante exposição e contribuição que trouxe para esta CPI, e que eu espero que o Relator desta Comissão seja sensível aquilo que V. Revmª aqui colocou.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — O nobre Deputado Euclides Scalco não fez nenhuma pergunta. Quería fazer uma advertência aqui aos presentes e ao Sr. Relator, que o depoente me advertiu que terá de tomar o avião agora às 19 horas e 45 minutos, de modo que se pudermos cooperar, para que ele não perca o avião... Pediria aos demais que não fizessem mais perguntas, inclusive o Senador Almir Pinto se dispensasse de fazer alguma pergunta, para permitir que ele chegue a tempo ao aeroporto.

O SR. RELATOR (Almir Pinto) — Não será por mim que Dom Luciano irá perder o avião hoje, inclusive poderei mandar deixá-lo, no meu carro, até o aeroporto. Apenas eu diria para S. Revmª o que, pela manhã, disse ao Ministro Hélio Beltrão. O Ministro Hélio Beltrão queria ser o último, na ideia de que os últimos serão os primeiros, como diz a Bíblia, mas nós deixamos a CNBB para o fim para que ela abençoe a Comissão Parlamentar de Inquérito, para que todos nós nos iluminemos e encontremos uma saída bem honesta e patriótica para o problema do planejamento familiar.

Eu ia responder um pouco ao Senador Lobo, mas a Senadora Eunice Michiles, praticamente, deu uma ligeira resposta, porque o Senador tem a ideia de que o aumento populacional no Brasil não existiu. Agora, já tive-

mos um aumento de 3,2%, e é sabido que todo país que tem aumento populacional acima de 5%, dois pontos para frente, todos eles são países subdesenvolvidos.

Mas, não vou mais tratar do assunto, porque a exposição foi muito bem feita, eu até anotei aqui uma coisa que V. Revmª disse: "A Igreja é pela vida." A medicina talvez seja ainda mais, porque nós manuseamos com a vida. Essa que é a grande realidade. A medicina é uma ciência que protege a vida e não facilita a morte. Tanto que nós não concebemos o aborto.

Querida apenas lhe dizer que, quando aqui estive a Ministra Esther de Figueiredo, uma bacharela, falou sobre a questão da legalização do aborto, e ela disse exatamente isso: Que o aborto, de uma certa maneira, dentro do Código Penal Brasileiro, é legalizado, porque a mulher que corre risco de vida com o seu feto na gestação tem a gravidez interrompida e os casos de estupro. Não sei como a Igreja vê, em particular, o que está determinado no Código Penal Brasileiro.

Mas, quero, exatamente, felicitar V. Revmª, porque preencheu aquilo que nós queríamos para o relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Vou pedir à Taquígrafia, o quanto antes, o pronunciamento de V. Revmª, porque teremos que anotar muita coisa que, de certo, irá nos servir para o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — Concedo a palavra ao nobre Dom Luciano para se despedir da Comissão.

O SR. LUCIANO MENDES — Não é uma despedida, mas é um agradecimento à paciência de todos, à boa vontade, à atenção. Fiquei muito gratificado por ter aqui as pessoas que estiveram. Posso lhes dizer, também, que não fui eu quem inventou esse horário de avião, é que o último de hoje, estou vindo de Fortaleza, viajei duas noites de avião, para poder fazer tudo que estava programado. Mas, fico à disposição, para ser requisitado a fim de levar adiante a conversa que tiver ficado incompleta. E nem quero pensar que, por responder brevemente algumas das perguntas que foram muito sérias, tenham ficado suficientemente esclarecidos, de jeito nenhum, sei que o problema permanece.

Mas, é este sim à vida, que a medicina dá e creio que todos nós, também, que, naturalmente, estão nos orientando em todo esse caminho, não é? Como dizer sim à vida que Deus nos dá, dentro de todo respeito à sua dignidade, criando condições objetivas, para que essa vida possa ser digna como aqui se falou. Portanto, com a maior veneração a todos os trabalhos que estão sendo feitos aqui, quero também lhes dizer que, se em alguma coisa nós pudermos continuar colaborando, a vontade é permanente de contribuir, desde que não seja sob essa forma assim mais solene, tudo aquilo que for possível nós queremos é que a soma desses esforços traga um bem-estar completo às populações desfavorecidas de nosso País. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — Dom Luciano, a Comissão sente-se agradecida com a presença de V. Revmª, e por essa oportunidade de fechar com chave de ouro os seus trabalhos, com um depoimento brilhante e substancial que V. Revmª acaba de fazer. Nós nos sentimos gratificados, porque, no início dos nossos trabalhos, nós afirmamos aqui que o método anticoncepcional mais eficiente é a educação e vemos que o ponto de vista de V. Revmª coincide com o nosso.

Muito agradecido. Está encerrada a reunião.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO, DESTINADA A INVESTIGAR A GESTÃO DAS SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA NAS QUAIS A UNIÃO DETENHA MAIORIA ACIONÁRIA.

7ª Reunião, realizada em 25 de junho de 1985

Às dez horas e quinze minutos do dia vinte e cinco de junho do ano de mil novecentos e oitenta e cinco, presentes os Srs. Senadores João Calmon, Presidente em exercício, Severo Gomes (Relator), Carlos Lyra, Milton Cabral e Albano Franco, reúne-se a Comissão Parlamentar de Inquérito, "destinada a investigar a gestão das Sociedades de Economia Mista nas quais a União detenha maioria acionária".

Comparece, ainda, o Sr. Deputado Mário Lima.

É dispensada a leitura da Ata da reunião anterior que em seguida é dada como aprovada.

Havendo número regimental o Sr. Presidente, Senador João Calmon, declara abertos os trabalhos.

O Sr. Presidente solicita ao depoente que proceda a leitura do juramento, em seguida, concede a palavra ao Dr. Armando Guedes Coelho, Diretor da PETROBRÁS, que apresenta sua exposição e, logo após, se coloca à disposição dos Srs. Senadores para quaisquer esclarecimentos.

Na fase interpelatória, usam da palavra, pela ordem, o Sr. Senador Severo Gomes (Relator) e o Sr. Deputado Mário Lima.

O Sr. Presidente agradece a colaboração do Dr. Armando Guedes Coelho e determina que as notas taquigráficas, tão logo traduzidas e revisadas, sejam publicadas, em anexo, à presente Ata.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu, Sônia de Andrade Peixoto, Assistente da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente e irá à publicação.

ANEXO À ATA DA 7ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A INVESTIGAR A GESTÃO DAS SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA NAS QUAIS A UNIÃO DETENHA MAIORIA ACIONÁRIA, REALIZADA EM 25 DE JUNHO DE 1985, DESTINADA A OUVIR O DEPOIMENTO DO DR. ARMANDO GUEDES COELHO, DIRETOR DA PETROBRÁS, QUE SE PUBLICA COM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO.

Presidente: Senador César Cals

Relator: Senador Severo Gomes

(Íntegra do apanhamento taquigráfico)

O SR. PRESIDENTE (João Calmon) — Havendo número regimental, declaro aberta a reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre as empresas estatais.

Hoje, vamos ouvir o depoimento do Dr. Armando Guedes Coelho, Diretor da Área Industrial de Refinação, Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico da PETROBRÁS, e Presidente da INTERBRÁS.

Eu pediria ao Dr. Armando Guedes Coelho que prestasse o juramento previsto em nosso Regimento.

O SR. ARMANDO GUEDES COELHO — Juro, como dever de consciência, dizer toda a verdade, nada omitindo do que seja do meu conhecimento sobre quaisquer fatos relacionados a cargo desta Comissão Parlamentar de Inquérito, que investiga a gestão das Sociedades de Economia Mista, nas quais a União detém a maioria acionária.

O SR. PRESIDENTE (João Calmon) — Concedo a palavra ao Dr. Armando Guedes Coelho, que vai prestar o seu depoimento.

O SR. ARMANDO GUEDES COELHO — Antes de tudo, iniciando, gostaria de agradecer e de dizer da minha honra de comparecer a esta Comissão Parlamentar de Inquérito do Senado, porquanto é aqui que realmente nós teremos condições de demonstrar toda a atividade que a PETROBRÁS vem exercendo, para que o Legislativo possa conhecer e julgar da qualidade dos serviços que a PETROBRÁS vem prestando a este País.

Eu, como Diretor da PETROBRÁS — a Direção da PETROBRÁS é colegiada, como V. Exs sabem, mas cada Diretor tem a sua área específica de atividades, cabendo à minha área, como Presidente, como o Senador João Calmon indicou, uma área de contato correspondente à parte industrial da PETROBRÁS, refinarias, porque de refino do País, bem como a área de de tecnologia do Centro de Pesquisa da PETROBRÁS e, também, mais recentemente, sou responsável pela Presidência da INTERBRÁS, a subsidiária da PETROBRÁS que trata do comércio internacional.

Então, a minha palestra, evidentemente na medida em que for de interesse dos Srs. Parlamentares, poderemos abordar outros assuntos, mas a minha palestra vai ser mais específica nessas áreas que mencionei.

V. Ex^{as} já tiveram a oportunidade de ouvir a respeito de outras áreas da empresa, porquanto aqui já estiveram várias personalidades da empresa, que abordaram as áreas de exploração, as áreas de comercialização, área financeira e, por último, o Presidente da Companhia, que apresentou um panorama bastante completo sobre a empresa como um todo. Então, eu vou procurar abordar a contribuição que a área industrial da PETROBRÁS deu a este País nesses últimos anos, procurando se adaptar a uma condição bastante diferente de atendimento de mercado, que nós tivemos de fazer em decorrência dessas últimas crises que o País tem enfrentado, provocadas evidentemente por fatores externos. Cabe salientar, inicialmente, e isso inclusive para que V. Ex^{as} sintam a importância da área, o parque de refino que a PETROBRÁS detém — cerca de 11 refinarias — corresponde a qualquer coisa da ordem de 10 bilhões de dólares em valor atual. É realmente um parque industrial bastante sofisticado, bastante completo, de um valor tremendamente alto e que a boa gestão dele, sem dúvida, é bastante importante para que a área energética tenha um bom resultado no seu todo.

Então, a minha palestra vai ter como base bastante pronunciada a gestão dessa área.

Eu começaria, para situar o problema em si, colocando o problema originalmente que nós enfrentamos, quando das crises de petróleo que o Brasil teve que enfrentar, em função dessas mudanças mais recentes na economia internacional. Valeria a pena mencionar tam-

bém que esse parque de refino, que a PETROBRÁS detém, começou por volta de década de 1950, quando o País sentiu a necessidade de ter uma indústria de refinação que procurasse produzir os derivados que consumia, ao invés de importar os derivados acabados. Era sabido, naquela ocasião, que a indústria mundial de petróleo colocava o seu principal resultado nessa área de refinação, e evidentemente quem comprava produtos acabados sempre pagava mais do que aquele que comprava o produto original, no caso o petróleo. Evidentemente o Brasil seguiu o mesmo rumo e procurou se estabelecer de forma tal a poder processar, refinar o petróleo que comprasse, para que pudesse suprir o País adequadamente dos seus produtos derivados. Vale a pena mostrar o reflexo disso, e eu tenho aqui uma transparência em que procura mostrar a evolução dos preços de petróleo, que V. Ex^{as} já estão acostumados, já viram várias vezes isso, mas simplesmente para situar bem o problema que a área industrial da PETROBRÁS teve que enfrentar. A indústria de petróleo veio basicamente sem alteração de preços até por volta de 1970, quando, então, nós tivemos as crises conhecidas de petróleo de 1973, e depois, outra vez, uma crise bastante forte em 1978, que tiveram elevações sucessivas em dois degraus, em dois patamares, que elevaram substancialmente os preços do petróleo, originalmente na faixa dos 2 dólares para 11 dólares e, posteriormente, para 34 dólares, que todo mundo tem conhecimento. É evidente que isso provocou alterações substancialmente grandes em toda a economia mundial, e particularmente no Brasil, que era um impor-

tador bastante grande desse tipo de produto, ou seja, o Brasil importava, nesse período, qualquer coisa da ordem de 70 a 80% do petróleo que consumia. Então, é evidente que a repercussão na economia brasileira desses dois eventos, dessas duas crises de petróleo, foram bastante sérios, e é claro que isso provocou profundas alterações, que nós vamos procurar examinar, aqui, no decorrer desse depoimento.

EVOLUÇÃO DO CONSUMO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO E ESTRUTURA DE PRODUÇÃO

Estão presentes na memória e na consciência de todos as ocorrências das crises na economia mundial verificadas a partir de 1973 e o seu impacto na economia do mundo, em especial na do Brasil. No final de 1973 ocorreu a primeira crise do petróleo, decorrente do embargo dos países árabes fornecedores do produto, usado como arma política no conflito ocorrido com Israel. Naquela ocasião, deu-se o primeiro salto nos preços do petróleo, que subiu de 2,47 para 11,51 dólares por barril (preço de referência oficial da OPEP). (1)

Em 1979, sobreveio a segunda crise do petróleo, motivada pelo desequilíbrio na oferta do produto, decorrente da revolução iraniana e do virtual desaparecimento temporário desse grande produtor como fornecedor da matéria-prima, quando o petróleo atingiu o valor de 34 dólares/barril.

VALORES FOB MÉDIOS DOS PETRÓLEOS IMPORTADOS PELA PETROBRÁS

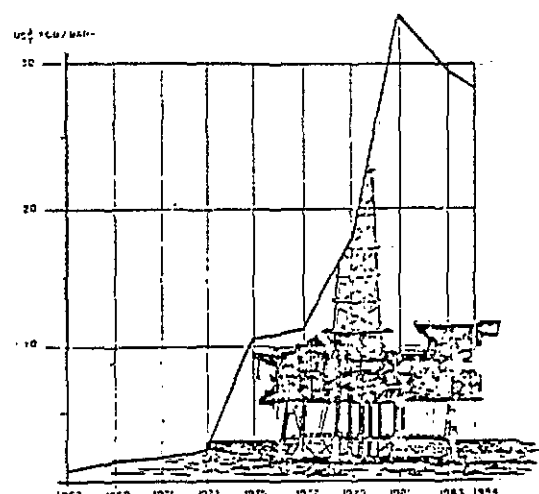


Fig. 1

(1) Encontra-se no final deste trabalho uma relação das siglas utilizadas.

Essas abruptas alterações nos preços unitários causaram elevação acentuada dos preços industrializados, ao mesmo tempo em que se acentuaram as baixas valorizações dos produtos primários.

O Brasil, com baixa capacidade de geração de divisas, se viu diante de impasses, dentre eles, o de adotar uma política recessiva e de contenção de consumo no período considerado ou manter uma alta taxa de desenvolvimento industrial e agrícola, com reflexos no aumento de demanda de derivados.

O elevado incremento no consumo de derivados de petróleo (passou de 776.000 BPD em 1973 para 1.113.000

BPD em 1979), seus elevados preços e nossa baixa elasticidade na produção de divisas acentuaram o desequilíbrio na balança de pagamentos do País. Com a subsequente elevação das taxas de juros internacionais a problemática do déficit de divisas se acentuou.

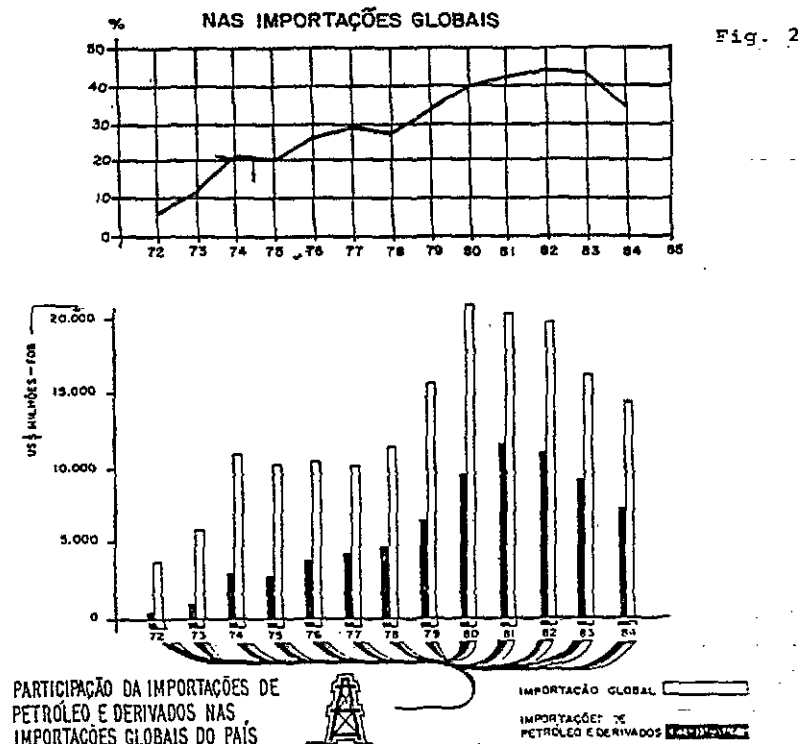
Relativamente ao valor das importações globais, o petróleo representa 10% antes da primeira crise.

Em 1982 atingiu 43%. Porém, graças a uma política firme do Governo e da PETROBRÁS, em várias frentes, a participação da conta petróleo caiu, sensivelmente, atingindo 35%, em 1984, e com perspectivas de queda, se

considerarmos as operações conjuntas do sistema PETROBRÁS (exportações da INTERBRÁS). É de se prever que, a curto prazo, o balanço importações X exportações do Grupo PETROBRÁS tenda para zero.

É interessante mostrar como a importação desse petróleo influenciava no nosso balanço de pagamentos. Então, tem uma transparência número dois, que procura dar uma idéia, que também V. Ex^{as} já tiveram conhecimento em depoimentos prévios, mas também dentro da posição de situar o problema em si.

RELAÇÃO DO SALDO DAS IMPORTAÇÕES DE PETRÓLEO E DERIVADOS NAS IMPORTAÇÕES GLOBAIS



Nós que, em 1970, tínhamos um impacto do gasto com petróleo de cerca de 10% nas importações brasileiras, a partir desse período, tivemos elevações sucessivas dessa parcela de gasto com petróleo, chegando a um nível próximo de 50% por volta de 1982, 1983, para depois termos decréscimos bastante significativos, decréscimos esses decorrentes de uma série de providências e alterações que foram feitas dentro desse regime de atendimento do mercado nacional brasileiro.

Em função desse impacto que a nossa economia teve que sofrer, o Governo e a PETROBRÁS, procurando se

ajustar a essa nova situação, tiveram que tomar algumas providências. Essas providências se situaram basicamente em duas grandes linhas de ação. A primeira linha foi uma orientação evidente que o Governo tomou e a PETROBRÁS procurou executar, de aumentar a produção nacional de petróleo. Isso, V. Ex^{as} têm conhecimento, também foi motivo de depoimento aqui, de todas as providências que a PETROBRÁS procurou tomar nesse sentido. Quer dizer, a empresa redirecionou todo o seu programa de investimento para essa área. E tem uma transparência que mostra, também, a figura 3, que já é

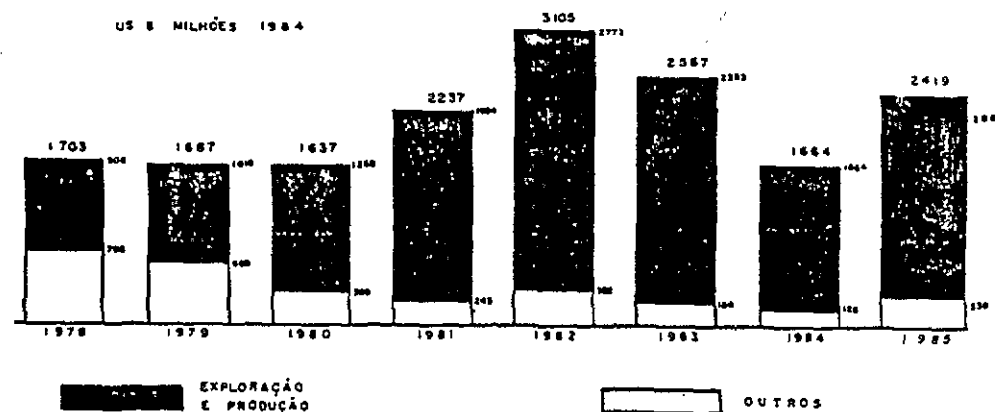
do conhecimento da maioria aqui, de como a PETROBRÁS se posicionou no que tange à alocação de recursos para as suas várias áreas de atuação.

Dois caminhos se apresentavam para atenuar o impacto dos dispêndios com petróleo e seus derivados no balanço de pagamento do País, de imediato.

1) Aumento da produção nacional de petróleo no período 1973-1984, com intensificação do investimento na pesquisa e produção de petróleo e gás, seja na plataforma marítima, seja na Amazônia.

Fig.3

INVESTIMENTOS DA PETROBRÁS



Por volta de 1978, nós tínhamos praticamente cerca de 45% dos investimentos da empresa em outras atividades que não a exploração e a produção, e, a partir de 1978, a empresa tomou uma providência, em decorrência dessas duas crises do petróleo, de procurar orientar todo o seu investimento, ou a maioria do seu investimento, para

essa área. E essa transparência procura mostrar exatamente isso. O pique de investimento nosso, por volta de 1982, pegou como quase que 90% do nosso investimento para essa área de exploração e produção, e a política continua seguindo dentro dessa mesma linha de ação, no sentido de que, pelo menos, 80% do nosso investimento continue a ser alocado para essa área de exploração e

produção. Evidentemente, a figura seguinte mostra também como isso teve repercussão — e isso já foi mostrado para V. Exs através de outras palestras —, o número de poços perfurados cresceu nesse período, não só os poços em terra como os poços em mar, procurando mostrar a linha de ação que a PETROBRÁS estava tomando.

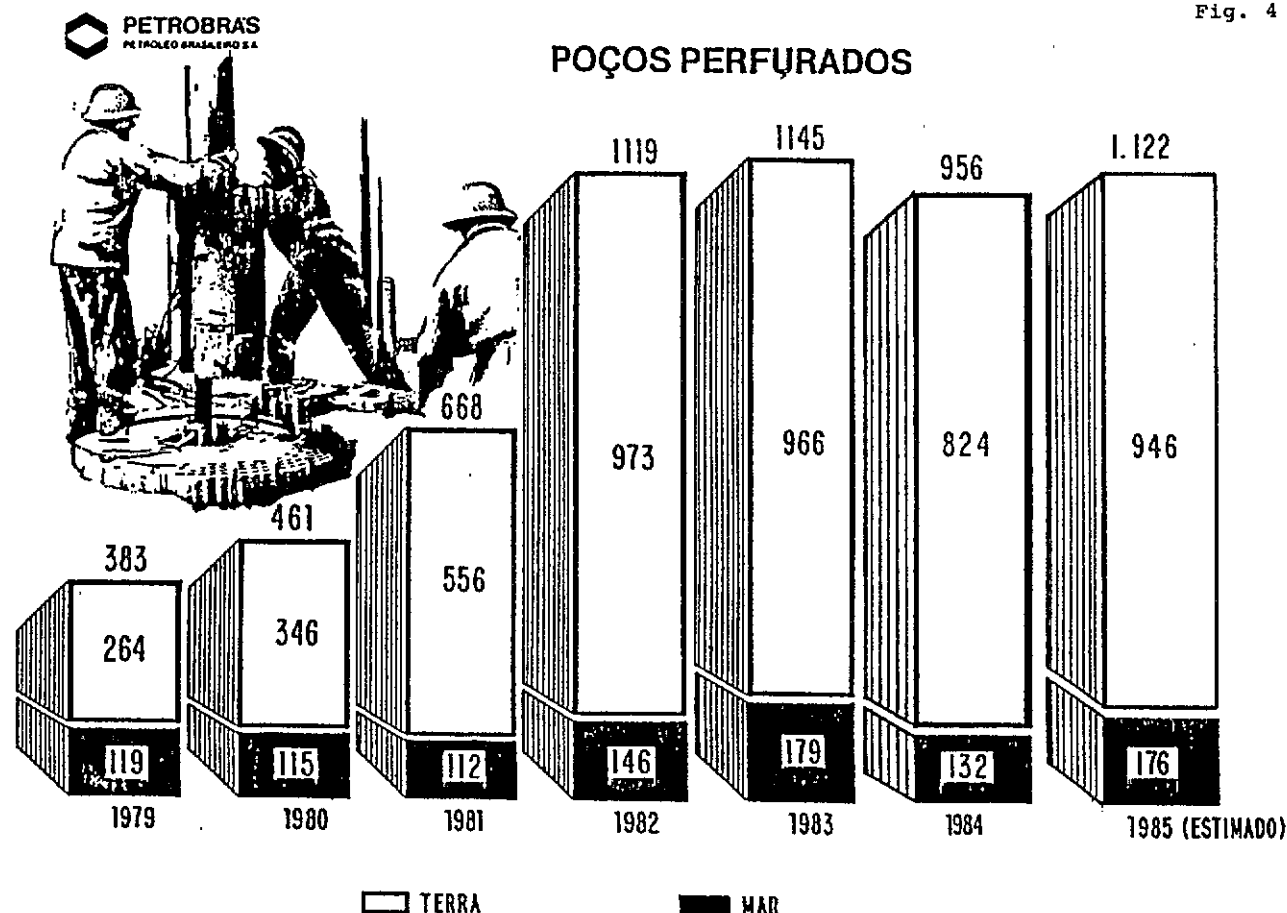


Fig. 4

A segunda grande linha de ação, que a empresa procurou seguir, foi em relação à política de redução de consumo dos derivados.

Nesta área de ação tivemos que tomar algumas providências, algumas decorrentes da própria ação da empresa e outras decorrentes das ações governamentais. A primeira das providências, na área de consumo de derivados, foi a de procurar utilizar mais racionalmente os derivados na área de conservação de energia. Foram desenvolvidos esforços e criados incentivos para que a indústria promovesse a utilização mais eficiente desses combustíveis. Evidentemente que isso trouxe um resultado bastante positivo, o que veremos logo mais adiante.

A segunda linha de ação nesse campo de redução do consumo dos derivados foi a substituição por fontes al-

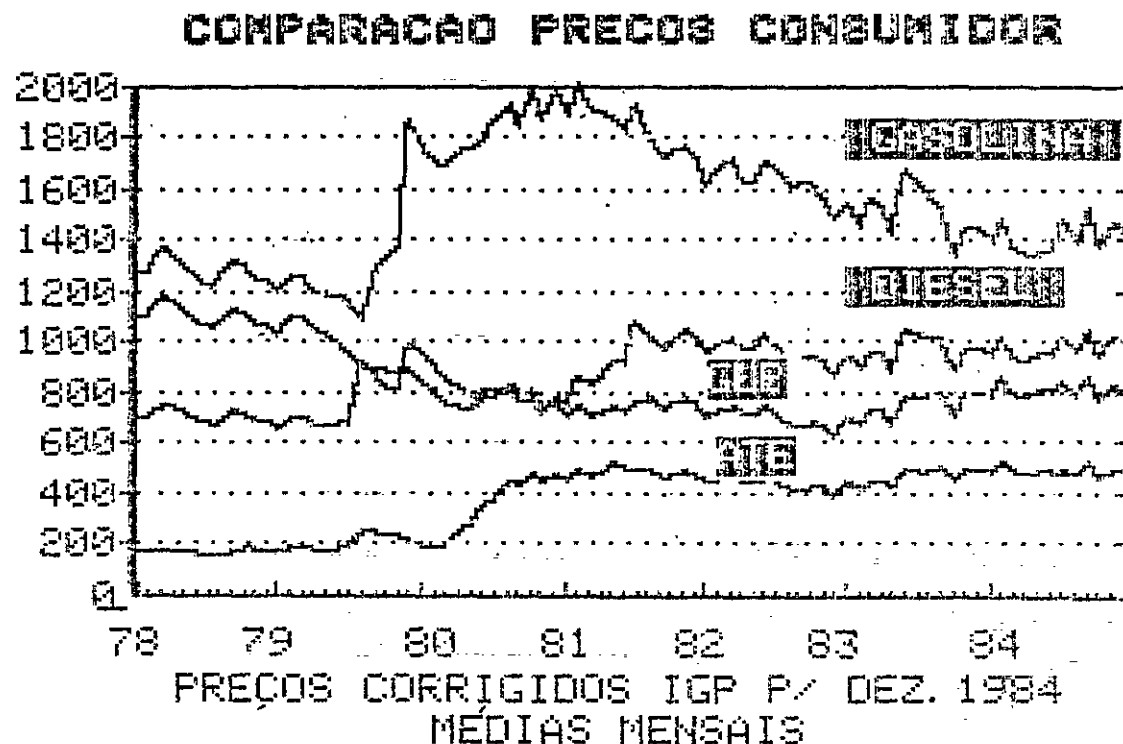
ternativas de energia. É do conhecimento de todos, o esforço que foi feito na área do programa de álcool, no incremento da utilização de carvão, na eletrotermia, que foi uma outra alternativa também procurada para efeito de substituição de energia; também contribuiu, nesse campo, uma política que o CNP introduziu: quotas de fornecimento de alguns produtos, que ele entendeu por bem criar: esse tipo de restrição, mais com o objetivo de fazer com que a empresa, que utilizasse aquele insumo, procurasse se conscientizar da necessidade de economizar, de melhorar a sua eficiência, e com isso o CNP procurou introduzir restrições para efeito de consumo.

Finalmente, a terceira grande linha de ação, dentro desta área de redução de consumo de derivados, foi a atuação na política de preços desses produtos; o Governo, através do Conselho Nacional do Petróleo, procurando traduzir o entendimento de que determinadas

áreas poderiam ter maiores restrições do que outras, implementou uma política de preços que procurasse orientar o consumo de derivados para aqueles energéticos, cujos preços tivessem menor repercussão na economia nacional. Dentro dessa linha, o Governo — demonstrei isso na transparência seguinte — forçou alguns preços e liberou outros. Esse dado é interessante, porque será utilizado, posteriormente, para mostrar a reação, ou modificação, que isso promoveu no cenário da economia nacional.

Conforme mostra a Fig. 5, desde 1979, somente a gasolina teve um real aumento de preço, o que foi um dos fatores para diminuir o seu consumo. A redução no consumo de óleo combustível foi devida mais a uma política de restrição de quotas e estímulos à sua substituição por outras fontes alternativas.

Fig. 5



Essa transparência procura mostrar o preços reais, quer dizer, todos os preços estão refletidos para uma mesma época, dezembro de 1984; ao longo desse período procuramos traduzir todos esses preços a nível de dezembro de 1984, procurando mostrar realmente o que se passou no País, de 1978 para agora, em termos de evolução dos preços.

Podemos notar, por exemplo, que alguns produtos tiveram os seus preços reduzidos em níveis reais, o diesel, o GLP, são típicos exemplos desse tipo de comportamento, e a gasolina e o óleo combustível, que estão na transparência como ATE (alto teor de enxofre), sofreram algum incremento em termos de valor real. Isso V. Ex^{as} poderão ver posteriormente, ou seja, que praticamente foi responsável por uma série de coisas que se passaram neste País, que foi uma redução significativa do consumo de gasolina em decorrência da elevação do preço, um acréscimo significativo do consumo de diesel, em decorrência da não elevação de preço; um acréscimo significativo do GLP, também em decorrência, neste caso particular, até de um decréscimo do preço real, e uma redução também significativa no consumo de óleo combustível em decorrência dessa elevação de preço.

Vale a pena assinalar que essas medidas foram tomadas conscientemente. Quanto à elevação do preço da gasolina, é evidente que o Governo levou em consideração o fato de que ela atingia uma fração do consumo que, na avaliação do Governo, não teria uma grande incidência a nível de economia, porque esse produto seria utilizado por uma camada de população de renda mais alta, ou seja, seria mais para o uso privado, e, por outro lado, procurou não mexer no preço do diesel, que é produto, segundo entendimento das autoridades que analisaram a questão na época, que teria uma grande repercussão nos custos e evidentemente haveria de interferir na inflação etc.

O GLP, por sua vez, por ser um produto de economia popular, o Governo também entendeu, na ocasião, de não fazer uma elevação de preço, porque isso traria mais dificuldades para as classes menos favorecidas no que tange ao acesso a ele. E o óleo combustível, durante um longo período de tempo — o Brasil teve o óleo combustível mais barato em comparação com outros países — e,

a uma certa altura, o Governo entendeu que estava distorcendo a nossa economia e também achou por bem fazer uma correção de preços reais, então reflete também esse tipo de posicionamento.

A consequência desse fato pode ser vista na transparência seguinte:

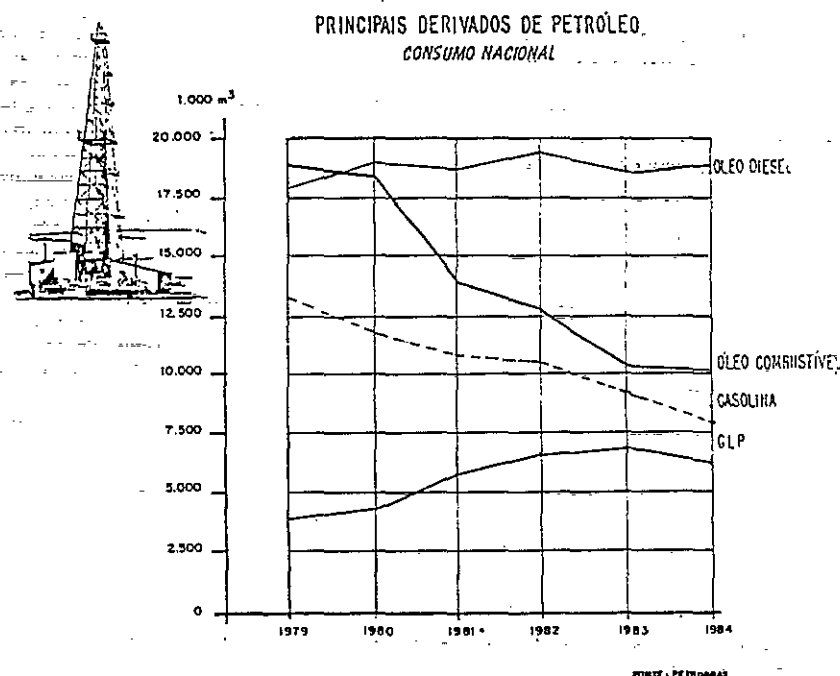
Era de prever-se que esses programas, atuando na área de consumo de cada derivado separadamente, haveriam de ser mais eficazes em determinados derivados que em outros. Particularmente, a gasolina e os óleos combustíveis, pela conjugação dos fatores descritos, res-

ponderam bem a esse esforço de redução, e, no caso do óleo diesel e do gás liquefeito, a resposta foi muito menos eficaz, pelas dificuldades técnicas na substituição desses derivados (Fig. 6).

Disso resultou um novo perfil de consumo para o qual a PETROBRÁS foi obrigada a exercitar sua criatividade a fim de que, com custos mínimos, pudesse alterar o seu perfil de produção para atender à nova configuração do mercado.

Examinemos, a seguir, o perfil de demanda de cada derivado separadamente.

Fig. 6



Ela mostra, de maneira bastante clara, os efeitos dessas providências, na evolução do consumo desses produtos. V. Ex^{as} podem observar que o óleo diesel teve um crescimento e depois uma certa estabilização, um decréscimo significativo no consumo do combustível, um decréscimo significativo do consumo de gasolina e um acréscimo bastante razoável no consumo de GLP. Esse fato também é marcante e muito, consequência principalmente da função preço.

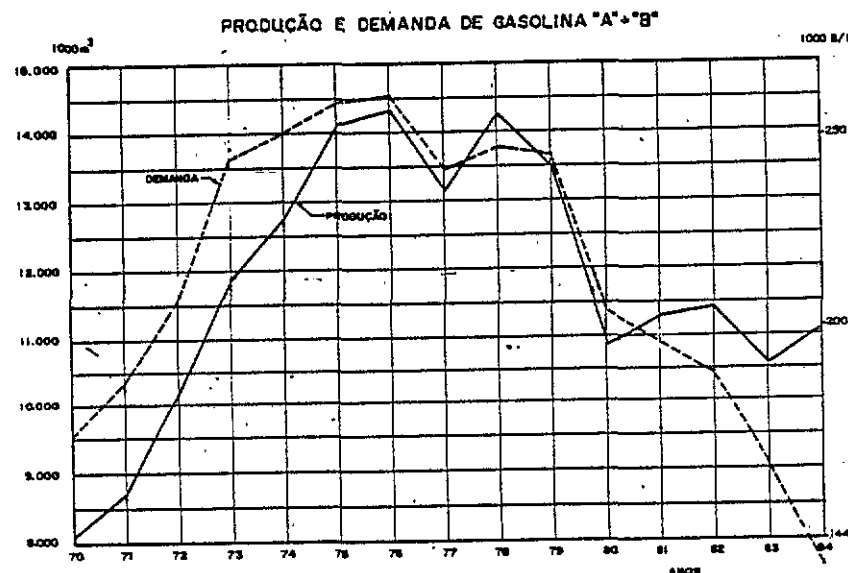
Em seguida procuro mostrar como cada um desses produtos se comportaram ao longo desse período de 1970 até 1984, ou seja, num período de 15 anos.

Começando pela gasolina: é um dado interessante, porque mostra que, de 1970 até 1976, houve um acréscimo desmesurado no consumo de gasolina; e um outro aspecto bastante preocupante, na época em que não conseguíamos atender à demanda, o Brasil era um importador sistemático desse produto, a diferença entre a curva pontilhada e cheia mostra a parcela de mercado que foi atendida por importação. A partir desse período, 1975/76, quando o Governo decidiu agir rigorosamente nos preços, há uma inflexão, o consumo começa a cair, evidentemente isso está muito relacionado com a substituição pelo álcool, mas, de qualquer maneira, o consumo como um todo cai e, mais especificamente, o consumo da gasolina cai bastante significativamente.

Demandas de gasolina

O consumo de gasolina, que, embora refreado, continuou a subir mesmo após a primeira crise do petróleo, chegou a atingir quase 300.000 BPD. A partir de restrições (preços e utilização de álcool), seu consumo caiu para menos de 130.000 BPD.

Fig. 7

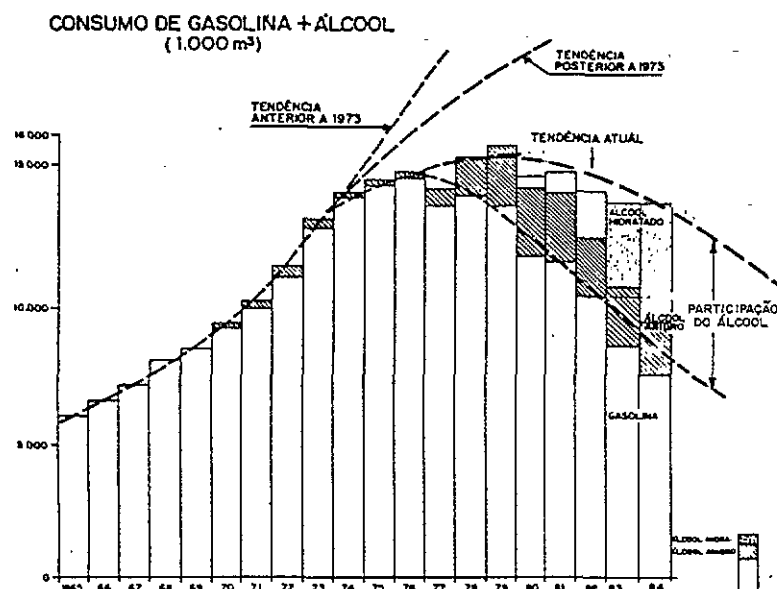


A ilustração seguinte mostra a interferência do álcool dentro desse quadro e mostra como um energético desse alternativo tem seu valor, vamos dizer, quando utilizado na época adequada. Em 1976, como V. Ex^{as} podem observar — antes de falarmos sobre isso seria interessante observar qual seria a tendência, e nós mostramos qual a tendência anterior a 1973, do consumo de gasolina; é a primeira curva pontilhada de cima, depois a tendência posterior a 1973, que é a segunda curva pontilhada, e a tendência atual, que é a terceira curva, do consumo de gasolina, mais álcool e a parcela correspondente à participação do álcool que é a parcela intermediária entre essas duas curvas. Existe aí a parcela, dentro do álcool, correspondente ao álcool anidro, e a parcela correspondente ao hidratado, que é utilizado diretamente nos motores. Vale a pena salientar, neste particular, que hoje o álcool representa mais de 130 mil barris por dia de produto e que ele participa aproximadamente num volume maior do que a gasolina. Se pegarmos o consumo de álcool mais gasolina, hoje, veremos que o álcool representa cerca de 55%, álcool hidratado mais o anidro, e a gasolina representa cerca de 45%.

Entretanto, grande parte do consumo foi substituído pelo álcool, e assim, o País continua gastando, para movimentar automóveis, uma parcela significativa de energia, cerca de 250.000 BPD.

A Figura 8 mostra a proporção na qual o álcool foi substituindo gradativamente a gasolina. Os dados mais recentes, de 1984, mostram que a proporção entre o consumo de gasolina pura e o consumo de álcool, que a ela é adicionado (atualmente na base de 22%), mais o álcool hidratado para motores a álcool, já está na base de 1 volume de gasolina para 1,12 volume de álcool.

Figura 8



Na transparência seguinte procuro mostrar, dentro daquela linha dos vários produtos, o que está se passando com o gás liquefeito de petróleo.

Este é um produto bastante preocupante, porque ele está tendo um crescimento sistemático e o País sempre foi um importador desse produto. A área compreendida entre a parte tracejada, que é a demanda, e a parte cheia, que é a produção, ela é coberta por importação e sistematicamente, o Brasil foi ou está sendo importador e com um fato preocupante, que mais recentemente, de 1982 para cá, esta área tem se alargado, mostrando que o País tende a ser mais importador de gás liquefeito de petróleo do que ele consegue produzir. Isso, de uma certa forma, nos preocupa, apesar de nós entendermos os objetivos do Governo em função dos aspectos, como já foi mencionado, que o gás liquefeito é um produto de economia popular, mas não existe esquemas econômicos de refinação na área industrial que faça com que nós consigamos atender a essa demanda de GLP nesse percentual de consumo. O consumo de GLP hoje é cerca de 11% do consumo total. E na área de refinação de petróleo, as tecnologias disponíveis e desenvolvidas não permitem produção superior a 7 ou 8% nas unidades mais sofisticadas para produção desse produto. É evidente que há algumas alternativas, que nós estamos perseguindo, para tentar cobrir essa parcela correspondente à diferença entre a demanda e a produção. Na medida em que nós tivermos um aumento da produção de gás natural, toda a produção de gás normalmente está associada a uma planta de gás natural, e essa planta de gás natural retirada essa fração de gás natural a parcela líquida, a parcela que nós chamamos de úmida, que é a fração de GLP, isso sem dúvida permite que nós possamos produzir um volume adicional de GLP; mas isso está muito diretamente relacionado à capacidade que o País terá de aumentar a sua produção de gás. Se nós nos tornarmos grandes produtores de gás natural, possivelmente nós teremos esse problema solucionado. Mas, se esse fato não se passar, nós vamos ter que equacionar esse problema ou admitir uma importação sistemática, que é perigosa, principalmente quando ultrapassa certos valores, porque o GLP no mercado mundial está na mão de algumas companhias, ou seja, ele é um produto cartelizado, e a importação desse produto, em grande escala, sempre é um risco, não só físico em termos de disponibilidade, quanto econômico, em termos de preço. Mas, de qualquer maneira, se nós não conseguirmos uma solução interna, que atenda a esse aspecto, nós vamos continuar dependendo dessa importação.

Outra providência, eventualmente, se o Governo assim entender conveniente, seria agir num mecanismo de preço, à semelhança do que fez em outros produtos, para ajustar a demanda desse produto a sua disponibilidade de produção. Vale aqui dizer um fato, que é importante, que os preços de GLP, aos níveis do que estão hoje, está permitindo o uso inadequado desse produto a outros fins que não o específico a que ele se destina. Como ele é um produto de interesse popular, na sua estrutura atual de preço, ele recebe subsídios de outros produtos, especificamente da gasolina, e até algum subsídio, hoje, já do diesel. Na medida que ele tem esse preço favorecido, se ele tem um uso inadequado, ele está tendo uma utilização indevida, é claro que isso é preocupante, porque pelas últimas indicações de que se dispõe, é que uma boa parcela do GLP hoje está sendo utilizada para fins combustíveis em motores, e isso contradiz fundamentalmente o interesse nacional de que um produto de interesse popular, e assim sendo, ele está com preço favorecido.

Em continuação, vamos mostrar a posição da nafta, que é um produto que tem sido muito debatido aqui, nessa Comissão, quando eu tive oportunidade de assistir a alguns desses debates. A nafta tem tido, de 1970 para 1984, um crescimento constante e crescente. Este crescimento evidente é em função da indústria petroquímica que existe no País, uma indústria petroquímica, que se desenvolveu bastante nesse período e que, de uma certa forma, permitiu uma compatibilização bastante interessante entre a produção e a demanda porque, na medida em que nós fomos substituindo a gasolina, teve dois efeitos: o decréscimo total de consumo e a substituição pelo álcool — na medida em que isso foi acontecendo, segu-

ramente o balanço produção-demanda sofreria algumas conseqüências e a nafta — petroquímica de uma certa forma, veio contrabalançar isso, quer dizer, um acréscimo do consumo da nafta na petroquímica permitiu com que o decréscimo existente no consumo de gasolina, ou por preço ou por substituição do álcool, tivesse a sua compensação, mas, de uma maneira geral, não há problema em termos de atendimento dessa demanda, porque a disponibilidade de produção tem sido suficiente para atender às necessidades da indústria petroquímica.

Em seqüência, nós mostraremos o mesmo aspecto do querosene, quero dizer o querosene iluminante e o querosene de aviação, isto é, combustível para os jatos, em que mostra também uma certa demanda crescente até a nível de 1978; depois eu diria quase que estabilizada; a produção continua crescente, esse é um produto que o Brasil exporta de uma maneira bastante significativa, porque, de quase todos os produtos que nós exportamos, esse é aquele que talvez traga mais saldo em termos de vantagem, ou seja, é um produto bastante valorizado no mercado mundial. Então nós procuramos utilizar a nossa capacidade de produção e preferencialmente exportar esse produto, quando possível, em detrimento de outros, porque a sua exportação traz mais resultado.

A mesma transparência é feita para o diesel, e aqui vale a pena alguns comentários. O diesel dentro daquela política que eu mencionei, é um produto que teria grande interferência na economia, ele praticamente não teve reajuste de preço, ele ficou a preço constante, e como conseqüência disso, houve um acréscimo bastante significativo, desde 1970 até por volta de 1980, quando então ele começou a atingir índices, em termos relativos, preocupantes, a ponto de todos nós ficarmos preocupados, e toda a sociedade brasileira discutiu muito essa questão, se o acréscimo de consumo de diesel em relação a outros produtos permitiria que nós fizéssemos esquemas de produção, que pudesse atender a esse tipo de demanda. Nessa ocasião, o Governo entendeu fazer um reajuste em termos reais do diesel, um pequeno reajuste e trouxe, como conseqüência, uma certa estabilização do consumo de diesel, que pode ser observada através dessa transparência, a partir de 1980 até por volta de 1984.

— É apresentada também uma transparência para o óleo combustível, que foi o outro produto que teve o comportamento parecido com o da gasolina. Acréscimo tre-

mandamente grande de consumo, de 1970 até por volta de 1980, quando o Governo entendeu agir vigorosamente nos preços, e também através de um esquema de fiscalização por parte do Conselho Nacional de Petróleo, que introduziu cotas, restrições de consumo, etc. substituição também por gás, eletrotermia e outras formas de energia e a conseqüência desse fato é que houve uma inflexão, uma reversão de consumo, e esse é o produto hoje que mais cai em termos de consumo individualmente.

Na transparência seguinte nós procuramos mostrar o resumo de todos esses fatos mencionados, qual foi o comportamento da economia brasileira, em termos de petróleo, o comportamento no mercado ao longo desses últimos dez anos, que variações sofreu desde 73 até 1984, com essas várias interferências que nós tivemos na política de preço, na política de restrições, etc.

É interessante observar que, em 1973, nós tínhamos dois produtos basicamente comandando o consumo nacional: a gasolina, com cerca de 26% já mencionada, e o óleo combustível com 28%, o óleo diesel, com cerca de 22%, tinha um consumo expressivo mas não muito significativo. Essa circunferência seguinte mostra a evolução desse consumo, traduzindo todas aquelas mudanças que eu mencionei.

Em 1979, um acréscimo não significativo no consumo de Diesel, passando de 21,9 para 27,4, um decréscimo do consumo de gasolina bastante representativo de 26 para 20% e óleo combustível caindo, mas de maneira muito pequena. Já em 1981, este número que ele aparece bem mais pronunciado, quer dizer, a gasolina continua caindo, o óleo Diesel continua crescendo, já há um decréscimo mais significativo do óleo combustível. Em 1984, o ano passado, mostra o Diesel já com 30%, praticamente com 31%, a gasolina com 17%, e o óleo combustível com 19%.

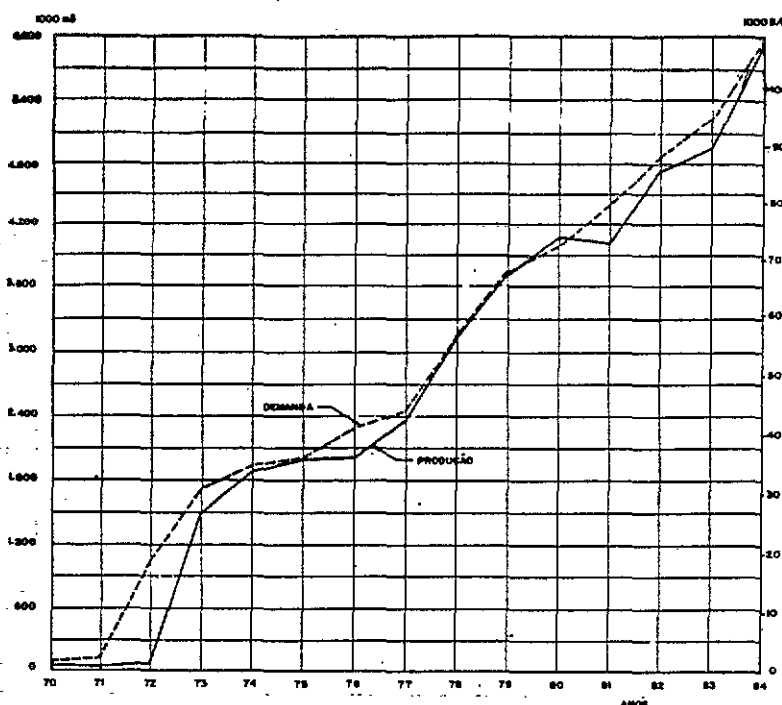
Demanda de naftas

Este insumo teve acelerado crescimento, a partir da implantação das indústrias petroquímicas no País. É importante salientar, neste caso, que parte do consumo se destinou à exportação de derivados petroquímicos, com elevado ganho de divisas, e parte proporciona a substituição de bens que seriam importados, a altos custos, em dólares.

O consumo global de cerca de 124.000 BPD deste derivado gera mais dívidas para o País do que é gasto com a importação da fração correspondente de petróleo.

Fig. 10

PRODUÇÃO E DEMANDA DE NAFTA



Vocês observam o consumo de nafta da ordem de 9%, já nesse período de 84, em comparação com 3,3 em 73. Mas o importante é destacar aqui, nessa transparência, esses dois extremos: 73 e 84. O óleo Diesel, que era 22% em 73, em 1984, ele é 31%. E vale a pena assinalar aqui que quando se fala em óleo Diesel, trata-se mais em termos do que nós chamamos produtos médios, que é a fração que nós chamamos óleo Diesel e querosene. Se nós somarmos essa fração de 73, Diesel mais querosene, essa fração aproximadamente corresponderia a 26,5% ou 21,9 mais 4,6. Em 1984, essa fração corresponde, aproximadamente, a 37,2, ou seja, é mais de 10% ou seja, se considerar um produto em relação ao outro é um acréscimo de mais de 50% do consumo relativo desses produtos.

A gasolina, por sua vez, que era 26% em 1973, caiu a cerca de 17% em 1984. Quer dizer, que reduziu quase que a metade.

O óleo combustível, que era 28,6, caiu para 19,3. Então, realmente foi o grande desafio que a área industrial e tecnológica da PETROBRÁS teve que enfrentar para adequar a produção ao mercado. As refinarias da empresa, que foram construídas e planejadas para atender a uma estrutura de produção, que estava crescendo a uma expectativa de mercado de 73, como vocês já observaram, quando elas ficaram prontas, por volta de 76 e 77, as grandes refinarias da companhia de São Paulo, São José dos Campos, Campinas e Paraná, as ampliações que nós fizemos em todas as outras refinarias, foram todas concebidas para atender a uma estrutura de produção de 1973. Na hora em que elas entraram em produção, elas tiveram que atender a um esquema de mercado correspondente a 84, totalmente diferente daquilo para o que elas foram imaginadas; vocês não podem imaginar o que isso traduz, a nível da dificuldade, seja operacional, seja tecnológica, para fazer uma compatibilização dessa natureza!

Diante desse quadro, algumas coisas começaram a se mostrar altamente preocupantes. Primeiro, o excesso de gasolina. Realmente ele começou a ficar bastante preocupante no nosso cenário. O excesso de óleo combustível também nos preocupou demais; o que fazer com o óleo combustível? Esse era um produto que estava sobrando muito no Brasil. A característica do nosso óleo combustível, de uma maneira geral, não é muito conveniente para exportação, em decorrência das especificações que nós utilizamos aqui. Por outro lado, nós tínhamos uma tendência de deficiência de Diesel, quer dizer, a tendência de crescimento do consumo de óleo Diesel era altamente preocupante. E também o GLP. Então nós tínhamos duas linhas grandes, exatamente em sentido oposto: um crescimento desmesurado no consumo de Diesel e GLP e um decréscimo bastante enorme no que tange à gasolina e o óleo combustível. E industrial e operacionalmente em qualquer refinaria, quando você processa o produto petróleo, no caso, você produz uma certa gama de produtos em que todos os produtos saem em princípio. Então você compatibilizar uma tendência dessa de mercado realmente é bastante complicada.

Nós tínhamos duas alternativas básicas para resolver esse problema. Uma alternativa seria investir no parque de refino da PETROBRÁS — eu não diria sucatar os existentes, mas, em outras palavras, seria remodelar totalmente o parque de refino da PETROBRÁS, como eu disse que era um parque da ordem de 10 bilhões de dólares, de investimento. Esses investimentos, nós chegamos a fazer uma avaliação naquela época, para consertar isso nós gastaríamos quase que dois bilhões de dólares. A outra alternativa seria, vamos dizer assim, ajustar o refino do País àqueles produtos que nós conseguiríamos fazer e importar os faltantes e exportar os excedentes. Essa também é uma alternativa, vamos dizer assim, não muito lógica mas possível, factível fisicamente. Agora, economicamente, ela seria um desastre, porque o principal produto que nós tínhamos sobrando, que era o óleo combustível, era o produto mais desvalorizado no mercado mundial. O que se estava fazendo no Brasil, estava-se fazendo em todos os outros lugares. Então, na medida em que nós quiséssemos exportar mais óleo combustível, seguramente esse seria um produto mais barato

e o País teria menos receita, e nós teríamos que importar o Diesel e o gás liquefeito, que seriam justamente os produtos mais valorizados. Então, o balanço de divisas seguramente seria extremamente desastroso. Diante desse quadro, nós, junto com as autoridades do Governo, Conselho Nacional do Petróleo, Ministério de Minas e Energia, etc., procuramos equacionar o problema de uma forma que traduzisse... Outro aspecto interessante também a assinalar aqui é que, nessa época, a PETROBRÁS já estava voltada, no que tange à política de investimento, para a área de exploração e produção, ou seja, todos os recursos, para não dizer 100%, mas praticamente o grosso dos recursos da companhia 80, 90% estavam orientados para a área de exploração e produção, e os recursos disponíveis da área industrial não eram suficientemente grandes para fazer essa remodelação, que seria necessária para atender ou compatibilizar o elenco de produção com demanda.

A providência que nós tomamos foi de muita criatividade e que, de última análise, eu diria: utilizar tudo aquilo que o corpo técnico da empresa conseguiria — e aqui eu gostaria de fazer uma ressalva, talvez o maior patrimônio que a PETROBRÁS tenha realmente seja o seu corpo técnico, o seu corpo de empregados, seja de nível superior, seja de nível médio, porque ele é altamente especializado, ele é de uma qualidade realmente ímpar. E vocês vão ver que realmente o que foi feito só pôde ter sido feito tendo em consideração uma retaguarda dessa natureza, em termos de qualificação de pessoal.

O outro aspecto que nós procuramos atacar foi o de usar de todos os meios junto aos órgãos normalizadores, no caso o Conselho Nacional do Petróleo, para analisar as especificações dos produtos que o Brasil consumia; ver que tipo de adaptação poderia ser feita nessas especificações, de forma tal a facilitar produções de determinados produtos em detrimento de outros. É uma outra área de ataque também foi a de mercado, que tipo de ajuste nós deveríamos fazer no mercado, de forma tal que procurasse compatibilizar isso.

Essa transparência procura mostrar exatamente essas três áreas de ataque. Nós, de um lado, analisar as especificações dos produtos. Vocês sabem que produtos de petróleo todos são submetidos a certas especificações fixadas pelo Conselho Nacional do Petróleo. Atendendo a determinados objetivos, tal e qual produto vai ser usa-

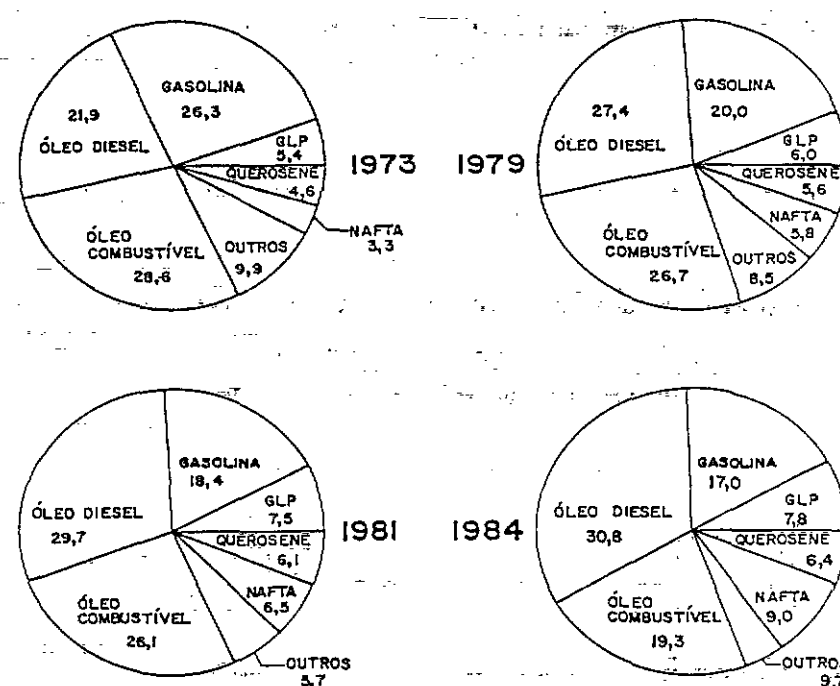
do, ou seja, qual o setor que vai consumir, quais são as exigências técnicas de natureza de manuseio, então são fixadas determinadas especificações. Então, uma área foi examinar, exatamente, o que se poderia ser feito nisso. Nós vamos falar mais um pouco sobre essa área mais na frente.

A outra área de ataque foi a de demanda do mercado. O que se poderia ser feito, a nível de mercado, de forma tal a facilitar ou compatibilizar, vamos dizer assim, uma necessidade a uma conveniência.

E uma terceira área foi a área interna da empresa. O que fazer na área industrial, nas refinarias, de forma tal que pudesse adequar ou procurar adequar a capacidade de refinação à nossa necessidade nacional de produção daqueles produtos que o mercado estava pedindo. Mas, como eu mencionei, nós tínhamos dois grandes problemas na nossa frente, fundamentalmente dois grandes desafios: um, tentar aumentar ao máximo a produção de óleo Diesel. E o outro era tentar diminuir ao máximo a produção de óleo combustível, porque eram justamente os dois produtos conflitantes. O óleo Diesel porque ele era escasso internamente e era muito caro no mercado mundial. E o óleo combustível porque ele era sobrando internamente e muito barato no mercado mundial. Então, não interessava importar Diesel nem exportar óleo combustível. Esse era o nosso desafio fundamental: diminuir a produção de combustível e, se possível, transformar esse combustível em óleo Diesel. Esse foi, vamos dizer assim, a grande meta que nós estabelecemos para esse setor da PETROBRÁS: se fosse possível anular o excesso de produção de combustível, e se possível, anular a falta de óleo Diesel. Evidente que isso teve muitos subprodutos: a produção de GLP adicional, a própria produção de gasolina que a gente consegue fazer, ou seja, exportar mais gasolina para obter mais divisas, enfim uma série de subprodutos que foi possível fazer.

Como se vê, portanto, se determinados produtos tiveram seu consumo aumentado (que é o caso do Diesel e do gás liquefeito) outros tiveram esse consumo diminuído, e no global houve uma redução no volume total de petróleo destinado a produzir esses derivados. Daí decorre que, de uma situação inicial para a atual, ocorreu um grande desbalançamento nos percentuais de cada produto a ser retirado do barril de petróleo (fig. 14).

ESTRUTURA DE PRODUÇÃO DE DERIVADOS NO PAÍS



ADEQUAÇÃO DA PRODUÇÃO À DEMANDA

O esforço nacional para reduzir a importação de petróleo provocou a elevação da participação de fontes energéticas alternativas.

Assim, a nova política de preços, bem como, a substituição de derivados de petróleo por combustíveis alter-

nativos, a estrutura da demanda foi, aos poucos, se distanciando da estrutura na qual os derivados eram produzidos. Isso porque, enquanto o álcool substituiu parte da gasolina e o carvão entrou em substituição ao óleo combustível, o GLP e o óleo diesel não tiveram, ainda, substitutos na mesma proporção. Para que as estruturas de produção e demanda não se afastassem demais foi tomada uma série de medidas, relacionadas na figura 15.

Fig. 15.

| ADEQUAÇÃO DA PRODUÇÃO À DEMANDA | | |
|--|---|---|
| ESPECIFICAÇÕES | ESTRUTURA DE DEMANDA | REFINO |
| DIESEL — ENXOFRE — ÍNDICE DE CETANO — DESTILAÇÃO — FULGOR — VISCOSIDADE COMBUSTÍVEL — VISCOSIDADE — ENXOFRE GASOLINA — ÍNDICE DE OCTANO ASFALTOS — PENETRAÇÃO GLP — INTEMPERISMO ÓLEOS LUBRIF — VISCOSIDADES | • AÇÃO NOS PREÇOS • GLP, COMBUSTÍVEL, GASOLINA • ELIMINAÇÃO DE TIPOS DE DERIVADOS • ÓLEO 4 • ASFALTOS • SISTEMA DE INCENTIVOS E QUOTAS • ÓLEO COMB. ULTRAVISCO • DIESEL MAIS PESADO • AÇÃO FISCALISADORA • GLP | • PESQUISA • MODIFICAÇÃO NAS CONDIÇÕES OPERACIONAIS DAS UNIDADES EXISTENTES • MODIFICAÇÃO DE PROJETO DAS UNIDADES EXISTENTES • CONSTRUÇÃO DE NOVAS UNIDADES • COMPRA DE PETRÓLEOS ADEQUADOS • EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO DE DERIVADOS |

Valeria a pena aqui também indicar um aspecto para que vocês entendam a complexidade dessa área: é que, se nós nos dispuséssemos, diante de uma estrutura de mercado, como mostrei para vocês, altamente dependente da produção de óleo Diesel e com pouca demanda de gasolina, nós podíamos perfeitamente dimensionar refinarias para produzir esse tipo de produto. Tecnológica e tecnicamente pode-se fazer refinarias que produzam desde 20% até 80% de gasolina, não existe problema técnico para fazer isso. O problema é quando você já tem a refinaria pronta, ela já foi dimensionada para um determinado mercado e aqui não adianta ficar lamuriando se o parque de refino da PETROBRÁS está superdimensionado ou está subdimensionado. Ele foi dimensionado numa época em que o mercado pedia aquele dimensionamento.

Em 1970, quando as refinarias foram planejadas, aquele era a trading de mercado, o desenvolvimento de mercado era naquele sentido.

O Brasil tinha baseado toda a economia brasileira num desenvolvimento sobre rodas, em cima de gasolina, em cima de óleo combustível. Então, a tendência nossa de consumo fatalmente era essa, não tinha ninguém, não havia como prever uma situação inversa. Isso aconteceu em quase todos os países, principalmente naqueles países que nós seguimos. Nós seguimos muito a economia americana, baseada no automóvel. A economia americana consome 50% de gasolina. Quer dizer, quando se pega o consumo total de derivados do petróleo nos Estados Unidos, 50% é gasolina. O Brasil foi no mesmo caminho. Quer dizer, instalaram aqui as grandes empresas produtoras de automóveis, as grandes indústrias de automóveis. A tendência nossa, seguramente, se nós olharmos, como vocês viram aí, antes de 1968, o crescimento do mercado de gasolina era alucinante, então o que compe-

tia à PETROBRÁS, como órgão executor de uma política de governo? Seria dimensionar seu parque para atender aquele mercado, não só no que tange a volume, mas no que tange a qualidade, no que tange ao montante de cada produto.

Ficar discutindo hoje, se nós temos muita refinaria ou se a refinaria nossa é mal dimensionada, isso é ficar discutindo o passado. Como eu digo, é muito fácil a gente saber o resultado da loteria esportiva na segunda-feira. O importante é saber na sexta, antes de ela correr. Quando foi dimensionada, foi dimensionada diante de uma determinada expectativa, e o resultado é que a economia não se comportou daquele jeito, o mundo mudou, nós tivemos que nos adaptar às novas circunstâncias do mundo e não adianta nós ficarmos chorando, nós temos é que procurar resolver o problema em que nos defrontamos, e foi isso exatamente o que nós procuramos fazer.

Para atender a esse aspecto, nós fizemos o que nós chamamos de um programa de otimização de refino. São identificadas as várias áreas de ataque e nós procuramos ver o que nós temos que fazer, na área da PETROBRÁS, para procurar melhorar seu parque de refino para atender o que o mercado está produzindo, e não para atender ao mercado para o qual ela foi concebida. Essa é a diferença básica de concepção.

Aí foram imaginados vários programas: um programa na área de lubrificantes; um programa, evidentemente, de construção de novas unidades para atender a essa mudança. Evidentemente, um programa, com suas novidades, ele traduz investimentos futuros, e muitos deles ainda não estão feitos, ainda vão ser feitos; um programa de minimização, que nós chamamos de resíduo de vácuo. Resíduo de vácuo é um produto que dá origem ao óleo combustível, então quanto menos produção nós tivermos desse produto, menos combustível nós vamos fazer;

um programa que nós chamamos de craqueamento de cargas pesadas. A unidade craque, todo mundo ouve falar, ela é o Volkswagen da indústria de petróleo, porque ela faz qualquer coisa. Então, nós procuramos utilizar essas unidades que a PETROBRÁS, não sei se por sorte ou por boa idéia de seus planejadores, a PETROBRÁS dispõe de uma tremenda capacidade de craqueamento. Nesse particular nós fomos muito felizes porque essas unidades são muito flexíveis, elas permitiram uma readaptação, um redirecionamento que permitiu que muitos dos problemas fossem contornados. Então nós fizemos um programa de craqueamento de cargas pesadas. Quer dizer, cargas pesadas são cargas que dão origem ao óleo combustível. Nós procuramos craquear essas cargas pesadas para transformar o combustível em derivados interessantes: Diesel, gasolina, GLP, etc. que o mercado estava precisando. Procuramos fazer um programa que nós chamamos de queima de resíduos, ou seja, procurar queimar resíduos cada vez mais viscosos, ou cada vez mais pesados, de forma tal a economizar "diluente" (diesel), de forma que, ao queimar resíduos mais pesados, nós estaríamos economizando Diesel. Então, fizemos um programa muito importante nessa área.

A par disso, fizemos programa de conservação de energia, fizemos um programa de segurança, porque a medida que nós procuramos trabalhar de uma maneira mais serena nos nossos equipamentos, é evidente que isso é importante, que haja a necessidade de um treinamento mais adequado por parte do nosso empregado, que ele seja capaz de enfrentar essa nova situação. Foi feito um programa de segurança para atender a esse aspecto. Fizemos também um programa para atender ao meio ambiente, porque, sem dúvida, na medida em que nós operamos em condições mais severas, há uma tendência de agressão maior ao meio ambiente. Nós procuramos atender a isso, também.

É claro que nos preocupamos muito com a política geral da companhia no País, que é um programa de exportação, evidentemente vinculado a um programa mais adequado de importação de petróleo para atender a isso. E em tudo isso, evidentemente, há toda uma parcela de tecnologia envolvida, que foi um programa de desenvolvimento tecnológico para atender a todos esses subprogramas que, em última análise, atenderia ao objetivo maior, que nós traçamos, que seria aquele de adequar a nossa estrutura de produção à demanda.

Vale a pena aqui mencionar que o objetivo desses programas, como um todo, era gastar o mínimo, porque não havia recursos para gastar. Os recursos estavam canalizados para outro objetivo, para outra orientação e, diga-se, a bem da verdade, muito bem orientados na área de exploração e produção.

Essa era a maior meta do País, e nós entendemos a meta e procuramos atender ao mesmo objetivo, se possível, não gastando dinheiro. Foi esse, vamos dizer assim, o grande trunfo desse programa que nós procuramos ajustar à área industrial da PETROBRÁS.

Dentro daquela linha que mencionei para vocês, daquelas várias áreas de ataque, eu gostaria de mencionar um pouco as alterações que foram introduzidas nas especificações dos produtos que o Brasil consome. Essa é uma área muito interessante, que pouca gente se dá conta, e que se consegue muita coisa gastando-se muito pouco ou, em outras palavras, gastando-se quase nada. O preâmbulo que faria aqui é basicamente o seguinte: via de regra, o Brasil, na sua origem, importou tudo. Nós criamos muito pouco aqui, nós fomos importadores de tecnologia, importadores de especificações, importadores de tudo. Então, as especificações dos produtos de petróleo do Brasil foram importadas, as empresas quando vieram para cá distribuir petróleo, a Shell, a Esso, a Texaco, que existem por aí, quando vieram para o Brasil trouxeram suas especificações de origem.

Evidentemente, essas especificações, quando foram feitas na origem, elas foram feitas para atender às condições geográficas e climáticas também da sua origem e, via de regra, esses países possuem clima totalmente diferente do Brasil, e quando foram trazidas essas especificações não se deram conta disso. Então, o Brasil adotou as especificações originais que esses países adotaram.

Ao se examinar isso, com um pouco mais de detalhe, verificou-se que nós poderíamos fazer algumas modificações, sem nenhum sacrifício por parte do grande interessado, o usuário, de forma tal a trazer economias subs-

tanciais para o País, sem acréscimo, nenhum de despesa. Então, foi realmente estudado, ou foi escarafunchada extremamente essa área de especificações e uma série de modificações foram feitas e essa figura procura, de uma certa forma, traduzir que objetivos se procurou atingir com essas mudanças.

Para que vocês possam entender isso, o que está traduzido nessa transparência, ela mostra como é que se distribui, quer dizer, o petróleo em si não é uma substância pura, o petróleo é uma mistura de vários componentes. O petróleo são hidrocarbonetos, hidrocarbonetos são átomos de carbono e hidrogênio, que se tem carbono desde um átomo até centenas de átomos, 80, 100 átomos de carbono. Os derivados de petróleo se distribuem, segundo suas características, proporcionalmente ao número de átomos de carbono que têm. Na medida em que se tenha poucos átomos de carbono, os derivados são mais leves, e na medida em que se tenha mais átomos de carbono, uma cadeia com mais átomos de carbono, ela fica mais pesada, são derivados mais pesados. (Fig. nº 17)

Aí procura mostrar, que os derivados mais leves, com 1, 2 e 3 átomos de carbono, são a fração do gás combustível e do gás liquefeito de petróleo. Depois temos uma fração seguinte, entre 5 e 10 átomos de carbono, que pega alguma área da gasolina e alguma área de querosene. E por aí, subsequentemente, temos a fração de diesel, a fração de gasóleo, e finalmente, a fração de combustível.

Evidentemente, a fronteira entre um produto e o outro não é rígida, tende a certos objetivos e a gente tem flexibilidade de poder transferir algumas substâncias de um produto para outro, na medida em que determinadas especificações sejam atendidas.

Um dos objetivos que se procurou, ao se tentar maximizar alguns produtos em detrimento de outros, foi exatamente aproveitar esse tipo de propriedade. Então, qual era o nosso objetivo? Era diminuir a produção de gasolina, porque estava decrescendo o consumo de gasolina e aumentando a produção de álcool, então havia o objetivo de diminuir o consumo de gasolina. Mas diminuir o consumo da gasolina em detrimento de quê? Em detrimento de um acréscimo de um produto que nos interessava, no caso o diesel e eventualmente de GLP, que era um produto de demanda forçada, como já mencionado.

Uma das coisas que se imaginou foi ajustar as especificações do diesel de forma tal que ele pudesse absorver alguma parcela de gasolina. Quando falamos gasolina, a gasolina é uma mistura de vários componentes, um dos componentes da gasolina é a nafta, e quanto à nafta, temos também nafta leve, nafta média e nafta pesada, de acordo com o número de átomos de carbono, conforme mencionado. Na medida em que conseguíssemos deslocar a nafta mais pesada para o diesel, nós estaríamos atendendo a esses dois objetivos, diminuir a produção de gasolina e aumentar a produção de diesel, que era o objetivo maior que estávamos conseguindo.

Então, esse gráfico, de certa forma, mostra isso para a gasolina, para o diesel e para o óleo combustível; a situação anterior e a situação atual, em que diminuímos a produção de gasolina, aumentando a produção de diesel; e diminuímos a produção de óleo combustível também aumentando um pouco a produção do diesel. Assim atendíamos o objetivo de aumentar a produção do diesel e também, nesse particular, atendíamos o objetivo de diminuir a produção de óleo combustível, que é altamente onerante para a economia nacional.

Então, isso foi basicamente na área de especificações e na área interna da PETROBRÁS, um dos grandes objetivos traçados.

Vale a pena mencionar que esse tipo de alteração, a nível nacional, traduz uma economia substancialmente grande de divisas, chegamos a fazer cálculos, na PETROBRÁS, do que isso traduziu para o Brasil, em termos de que se não se tivesse tomado providência dessa natureza, a economia de divisas que o Brasil teve em decorrência dessas medidas pode ser avaliada em cerca de 1 bilhão de dólares por ano, é um número real e fantásticamente grande e que se conseguiu praticamente com nenhum gasto, gastos mínimos, mais de propaganda no sentido de como o usuário deveria usar o produto, mais de conhecimento de como as empresas deveriam manusear o produto, mas muito pouco em relação ao resultado obtido.

Há alguns exemplos de modificações que foram feitas nessas especificações, mas que acho que não vale a pena colocar, porque já entra no detalhe, eventualmente se houver interesse depois a gente poderia voltar.

Na figura 19, queria mostrar um outro programa que com imaginação e pouco dinheiro se consegue, realmente, muita coisa também. É o que chamamos de um programa de queima de óleos mais viscosos.

Aqui vale a pena indicar, por uma coisa muito interessante, quando se consome combustível em qualquer indústria, no Brasil, ele é uma mistura basicamente de 2 produtos: é a mistura de um produto que chamamos de resíduo de vácuo, que é o produto mais pesado que uma refinaria obtém, depois de se tirar todas as frações destiladas, ele, no gráfico, é aquela faixa hachurada, preta, em baixo, que representa, hoje, 75% do combustível consumido, e uma fração, que chamamos de diluente, ou, em outras palavras, óleo diesel, que é utilizado como básico diluente para isso.

O combustível consumido no Brasil, basicamente é constituído de 75% de um resíduo e 25% de um diluente, esse diluente vale diesel e o resíduo vale menos do que o óleo combustível. Se os Senhores se recordam, o objetivo que tínhamos era aumentar a produção de diesel e diminuir a produção de óleo combustível, e esse produto era formado pela composição dessas duas frações, diesel e óleo combustível.

Pois bem, a razão em que se mistura o diluente em óleo combustível é ele prover o combustível de uma característica que é fundamental para o seu uso industrialmente, e essa característica que se chama viscosidade, ou seja, quão mais fluido ou menos fluido é o produto, industrialmente o combustível é utilizado basicamente em queimadores, em fornalhas, em caldeiras, etc. Para que ele possa ser queimado, tem que chegar ao bico do queimador numa condição de fluidez adequada e o que dá condição de fluidez adequada fisicamente é a viscosidade. Então, o volume de diluentes que se adiciona a esse resíduo é um volume necessário e compatível à viscosidade necessária para que ele possa ser queimado adequadamente numa unidade industrial, caldeira, forno e etc.

Mas, existe uma outra forma de se chegar ao mesmo objetivo — aí que digo que é a imaginação — é, ao invés de se adicionar diluentes, nós adicionarmos temperaturas, porque quando cresce a temperatura, essa propriedade de viscosidade tem uma característica que diminui, ou seja, o produto fica mais fluido, todo mundo tem esse

tipo de experiência na vida, por exemplo, pegar a cera ou a parafina e aquecê-la, quando isso ocorre ela liquefaz, ela fica líquida, fica mais fluida. A mesma coisa acontece nessa área, o produto combustível pesado, sólido, tem a característica de, quando aquecido, se tornar num produto líquido bastante fluido.

Então, qual foi a idéia? Ao invés de adicionarmos diluente ao resíduo, vamos aquecer o resíduo a uma temperatura tal que ele fique com a mesma característica de fluidez, como se diluente tivéssemos colocado. Se tivermos alguma indústria que possa consumir esse resíduo aquecido, ao invés de diluente, estaremos substituindo o diluente pela temperatura; o que se gasta em aquecer o produto é menos de 1% do valor do produto que se economiza, no caso o diluente.

Então, de posse dessa idéia, fizemos os primeiros experimentos na própria PETROBRÁS. A PETROBRÁS é o maior consumidor individual de combustível deste País. Chegamos a consumir, numa determinada época, cerca de 5% do combustível total que o Brasil consumia, 50 mil barris, por dia, de combustível. E nós também utilizávamos o combustível normal que o País consumia. Então, fizemos as primeiras experiências nas nossas refinarias, vamos consumir o combustível sem adicionar diluentes e o resultado foi ótimo, foi excelente, tivemos, em alguns casos, até melhores resultados técnicos, vamos dizer assim, de operacionalidade da unidade, do que na condição original. Evidentemente tivemos que adaptar os operadores, as instalações para esse tipo de operação. É claro que a condição de operação é muito mais sofisticada do que a condição anterior, mas o produto obtido era de tal ordem tentador que valia a pena fazer a tentativa. Fizemos, deu um belo resultado e procuramos transmitir esse tipo de idéia para o usuário, para o consumidor, para o industrial brasileiro.

E qual era o charme que levávamos? O charme era o seguinte: olha, você vai consumir um combustível diferente, um combustível que custa menos, é interessante para o País, porque o País vai gastar menos e é interessante para você, porque você vai pagar menos. Demos ao consumidor uma vantagem de preço e ele simplesmente fazia a conta de que a vantagem de preço que teria compensava as modificações que teria que fazer nas suas instalações e, via de regra, em qualquer processo industrial, o consumo de energia, principalmente o óleo combustível, nas indústrias que assim o fazem, é um item bastante pesado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. ARMANDO GUEDES COELHO EM SEU PRONUNCIAMENTO:

RACIONALIZAÇÃO DE ESPECIFICAÇÕES DE COMBUSTÍVEIS

Fig. 17

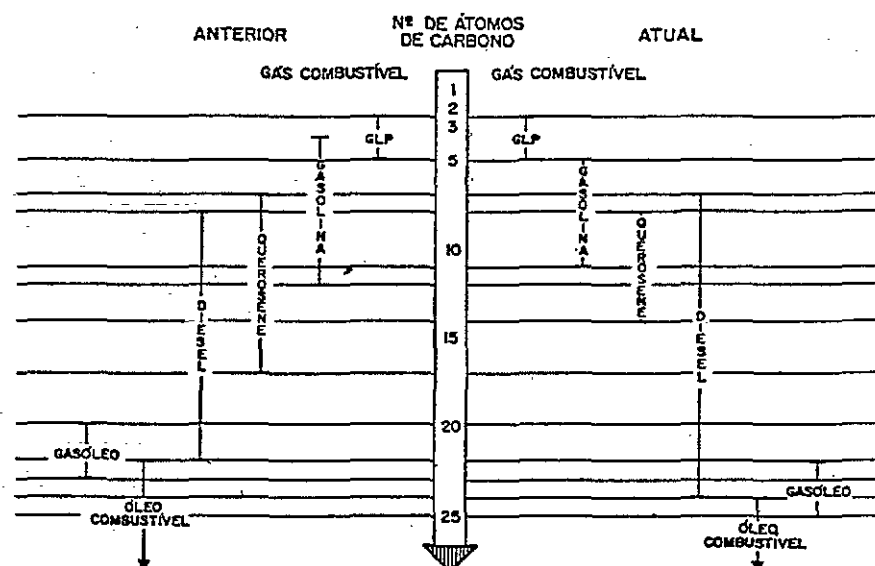
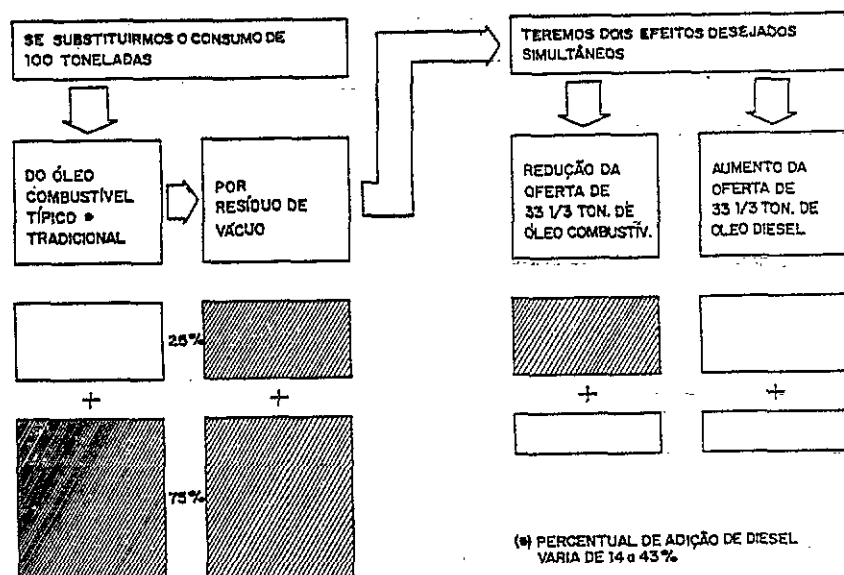


Fig. 19

VANTAGENS DA QUEIMA DE ÓLEOS MAIS VISCOSOS



E, na maioria dos casos, as empresas entenderam o significado econômico para elas dessa alternativa, e muitas delas optaram por esse tipo de combustível, e tiveram resultado econômico altamente auspicioso, e, de contrapeso, o País teve uma tremenda vantagem, que é mostrada nesse gráfico de uma maneira evidentemente resumi-

da, qual seria, vamos dizer assim, se nós levássemos ao extremo esse tipo de providência.

Só para se ter uma idéia, o Brasil consumia, naquela ocasião, qualquer coisa da ordem de 16 milhões de toneladas de óleo combustível. Esses 16 milhões de toneladas de óleo combustível eram constituídos de 12 milhões de

resíduos e de 4 milhões de diluentes. Se nós conseguíssemos economizar 4 milhões de toneladas de diluentes, seriam 4 milhões de toneladas de diesel a mais que nós faríamos por ano, e reduziríamos a produção de óleo combustível nesse mesmo montante. Então, realmente, o programa tinha um objetivo enorme para o País. E essa transparência sintetiza isso de uma forma muito interessante.

Para cada 100 toneladas de óleo combustível comum que nós substituíssemos com esse novo combustível, tem um resultado em que mostra que nós faríamos uma redução na oferta de 33 toneladas, de 1/3 de óleo combustível, ou seja, estava diminuindo a produção daquele produto que eu queria diminuir, e um aumento de 33 toneladas, de 1/3 de óleo diesel, que era o produto que eu estaria também querendo aumentar. Então, é um programa que não traz despesa praticamente nenhuma, traz um resultado enorme para o País e traz um resultado enorme para o usuário.

A transparência seguinte mostra, em termos práticos, o que se conseguiu com isso no País.

A primeira providência na implementação deste programa foi a utilização de óleos combustíveis mais viscosos no consumo da própria companhia. A partir de 1980, foi intensificada a queima de óleos combustíveis ultraviscosos em nossos fornos e caldeiras e, hoje, estamos praticamente utilizando somente óleo combustível com viscosidade acima de 7.200 SSF a 65°C.

Já, para o atendimento do mercado, a primeira providência foi a intensificação das vendas de óleos combustíveis E e F, que possuem viscosidade de 800 SSF a 50°C. Ao mesmo tempo foram feitos contatos com algumas indústrias próximas às nossas refinarias, no sentido de que elas tentassem utilizar óleos combustíveis ultraviscosos, isto é, com viscosidade superiores a 800 SSF a 50°C.

O passo seguinte foi obter do CNP a devida concordância na venda desses tipos de óleo, já que os mesmos não estavam especificados. Obtida essa permissão, as vendas foram iniciadas e, como bem mostra a figura 20, atualmente já estamos com 13% do mercado de óleos combustíveis sendo atendidos pelo tipo ultraviscoso.

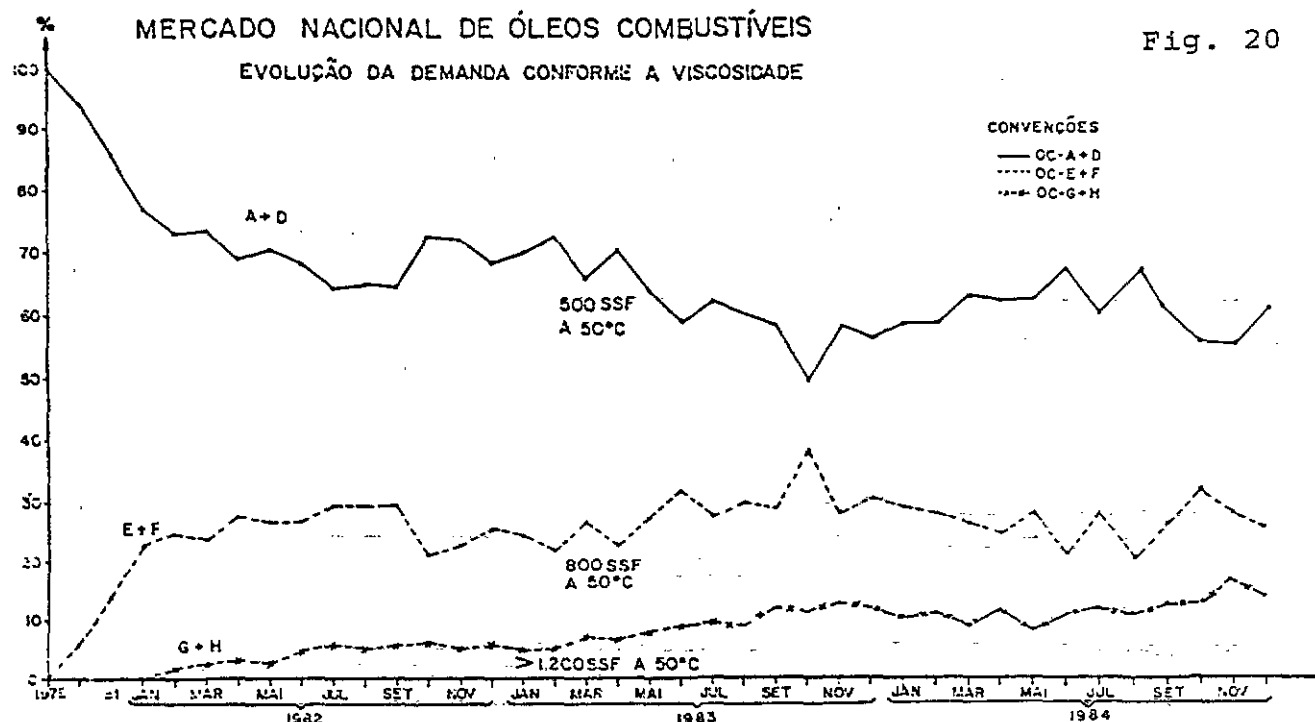


Fig. 20

Ao longo desses 3 anos, que nós criamos esse tipo de combustível, diminuímos o uso do combustível comum, que é o combustível chamado 500 SSF, que tem viscosidade comum, aumentamos substancialmente o consumo do combustível 800 SSF, e criamos um combustível, que nós chamamos de combustível ultraviscoso, que é de mais de 1.200 SSF, que é o número de viscosidade, e que

é feito por determinadas indústrias, que têm condições de adaptação mais sofisticada no seu parque.

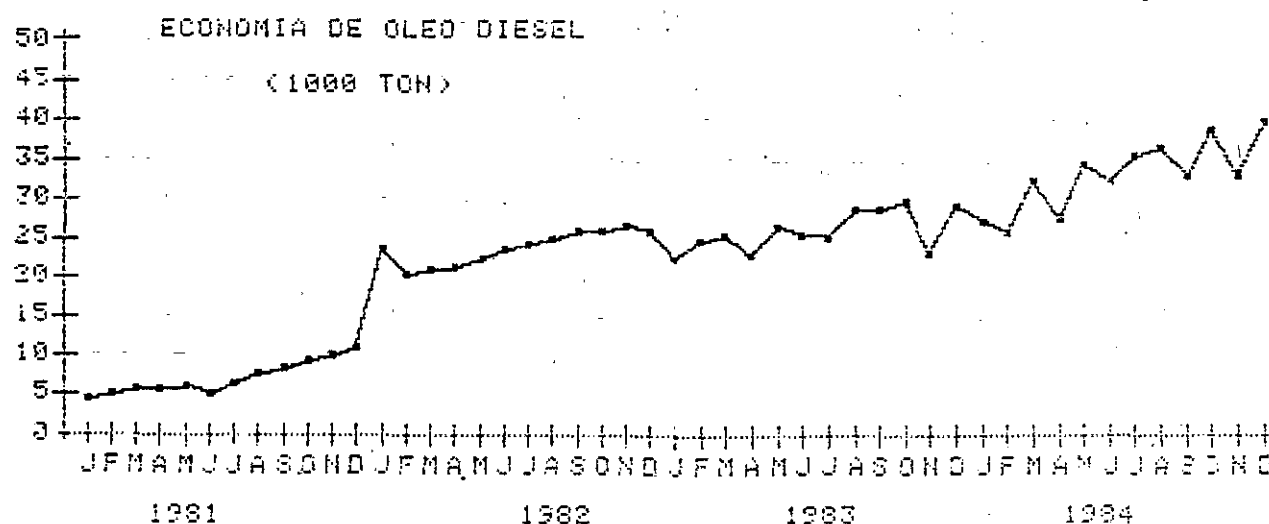
A transparência seguinte mostra, em termos de diesel, o que isso trouxe de economia para o País.

Como já foi dito, este programa propicia uma diminuição na produção de óleos combustíveis, ao mesmo

tempo que libera uma parcela do diluente, que será incorporada ao pool de diesel.

A figura 21 mostra que a parcela desse diluente, que já está sendo incorporada ao diesel é da ordem de 40.000 t/mês, equivalente a um ganho diário de cerca de US 90.000.

Fig. 21



É um número interessante, que sem fazer quase que nada, nós aumentamos a nossa produção de diesel da ordem de 40 mil toneladas por mês, ou seja, 500 mil toneladas por ano, e reduzimos, evidentemente, a produção de óleo combustível nesse mesmo número. Essa economia, em termos de País, é da ordem de 100 mil dólares por dia, ou seja, é uma economia da ordem de 30 milhões de dólares que o País faz, simplesmente utilizando um pouco mais a imaginação. E, evidentemente, eu não estou computando aqui a vantagem que o usuário desse produto teve, por ter acesso a um produto mais barato e, como consequência, evidentemente, agregar alguma coisa aos seus lucros, ao resultado da sua companhia.

Na transparência seguinte eu procuro mostrar um outro programa, que é um programa que tem muito **appeal**, que todo mundo fala nele, que é o **crack**, o que nós fizemos com as unidades de **crack** da PETROBRÁS. E aqui

vale a pena um parêntese, porque essa foi uma área que exigiu muito esforço operacional e tecnológico. O Centro de Pesquisa da PETROBRÁS teve que fazer muitas alterações nessas nossas unidades. E essas alterações foram feitas fundamentalmente com conhecimento interno, desenvolvimento tecnológico feito pela própria equipe que a PETROBRÁS dispõe, altamente qualificada, seja na área de desenvolvimento de pesquisa, no CENPE — Centro de Pesquisa da PETROBRÁS, seja nas refinarias da nossa empresa. O que se passou, na realidade, foi o seguinte: a PETROBRÁS dispõe de um parque de refino bastante sofisticado, e na área de craqueamento catalítico, ela tem realmente o seu peso, de 1 milhão e 200, ou 1 milhão e 500, dependendo da forma como se concebe o parque de refino da PETROBRÁS, em termos de barris por dia, uns 300 mil barris por dia é em capacidade de refino.

PROGRAMA DE CRAQUEAMENTO DE CARGAS PESADAS

O programa de craqueamento de cargas pesadas é fruto de experiências feitas, tanto em nosso parque industrial, como em nosso Centro de Pesquisas. Foi uma solução encontrada para transformar parte do óleo combustível excedente em produtos mais escassos e nobres, como óleo diesel e GLP (fig. 22).

Esse programa tem sido possível, graças a uma série de medidas tomadas, com relação às nossas unidades de craqueamento catalítico (FCC), que incluem: mudanças nas condições operacionais, projetos e execução de modificações mecânicas, escolha de catalisador adequado e seleção de tipos de resíduos convenientes ao craqueamento.

Fig. 22

FCC

TRANSFORMA PRODUTOS EXCEDENTES EM PRODUTOS QUE FALTAM NO MERCADO, ATRAVÉS DE CRAQUEAMENTO CATALÍTICO

CARGAS

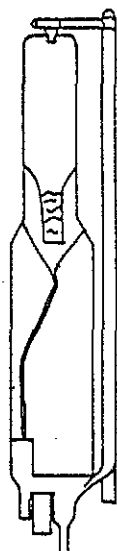
NAFTA —

DIESEL —

GASÓLEO —

RESÍDUO —

ÓLEOS VEGETAIS —



PRODUTOS

— GÁS COMBUSTÍVEL

— GLP

— NAFTA CRAQUEADA

— LCO

— ÓLEO DILUENTE

Nós temos uma capacidade de refino da ordem de 25% aproximadamente da nossa capacidade total de processamento de petróleo. E não são muitos países que dispõem disso, talvez os Estados Unidos um pouco mais; como eu disse, o nosso caminho foi o caminho americano, a Europa não dispõe, o Japão não dispõe, o Brasil dispõe de uma capacidade de craqueamento bastante grande, e essa capacidade foi construída dentro da filosofia de que o País estaria demandando cada vez mais gasolina.

Essa unidade de **crack** catalítico, a concepção básica dela é para produzir gasolina. Ela foi desenvolvida tecnologicamente para produzir gasolina, e por isso nós a instalamos no Brasil. O Brasil precisava de unidade que transformasse outros produtos, inclusive o diesel, em gasolina. As últimas unidades de **crack** da PETROBRÁS em São José dos Campos, por exemplo, foram concebidas para transformar parcela de diesel em gasolina, porque nós não tínhamos consumo de diesel, nós tínhamos consumo de gasolina e cada vez maior. Então, na concepção da unidade, uma das origens da carga dessa unidade seria o diesel que estaria sobrando no mercado, e esse diesel deveria ser transformado em gasolina nessa unidade. O que aconteceu depois de 1973? O mercado começou a pedir diesel; e seria muita estupidez da nossa parte botarmos diesel nessas unidades para produzir gasolina, então nós pegamos o diesel e entregamos ao mercado, em consequência as nossas unidades de **crack** ficaram sem carga.

Então, qual foi o desafio nosso? O que nós podemos fazer com a capacidade das nossas unidades de **crack**, que originalmente foram concebidas para processar diesel, o que nós poderemos botar no lugar do diesel para produzir outras frações que fossem mais interessantes, GLP, eventualmente até mais gasolina, porque tem valor grande no mercado internacional? Nós que não queríamos produzir diesel, agora passamos a ser altamente interessados em produzir diesel. Então, esse espaço das nossas unidades de **crack**, que se tornou ocioso depois da crise de 1973 e 1978, nós idealizamos uma experiência muito interessante, que foi botar combustível para ser craqueado nessas unidades. Nós tínhamos excesso de óleo combustível, então o desejo seria usar o espaço que apareceu disponível, porque não estão mais craqueando diesel, vou botar óleo combustível, e vou ver se consigo produzir desse combustível, que eu não quero, que tenho em excesso, gasolina, GLP e o próprio diesel.

Nós fizemos algumas experiências no Centro de Pesquisa, em algumas unidades da PETROBRÁS, e verificamos que determinados tipos de petróleo, com determinadas características, têm algumas frações, se não tiver alguns componentes inadequados, que devidamente utilizados nessas unidades de **crack**, têm um comportamento quase que se gasóleo fosse. E foi exatamente isso que nós fizemos. A transparência seguinte mostra isso. Realmente foi um resultado fantástico, isso trouxe uma economia para o País, que eu diria que é de mais de 500 milhões de dólares por ano, porque nós conseguimos transformar 50 mil barris por dia. Essas unidades de **crack** originalmente consumiam 220 mil barris por dia de uma fração que era gasóleo, na medida em que nós não podemos mais adicionar o diesel nessas unidades, ficou com espaço e nós botamos 50 mil barris por dia, que está indicado, de um resíduo, que é aquele produto que ninguém mais queria saber dele, que nós queríamos acabar com ele. E com as transformações feitas nessas unidades, e não foram transformações pequenas, eu diria que as transformações foram não só de natureza tecnológica, mas também até, no que diz respeito a alterações nas unidades. Nós tivemos que mudar a concepção de operação dessas unidades.

Os nossos técnicos, os nossos homens, os nossos operadores, tiveram que se adaptar a essa nova condição, que é uma condição substancialmente diferente. Só para que tenham uma idéia, nós tivemos que trocar a superintendência de quase todas as refinarias, para introduzir na mente desses novos superintendentes o que nós estávamos querendo fazer, para eles não se amarrarem às situações originais, porque é muito difícil mudar a mente de uma pessoa que está viciada com determinada coisa. Então, novas idéias, novas pessoas. Foi basicamente este o princípio utilizado nessa área e o resultado está aí indicado.

Tivemos um aumento de receita, a nível de País, da ordem de 670 mil dólares por dia, isso é qualquer coisa da ordem de 250 a 300 milhões de dólares de diferença no final do ano entre produzir combustível e produzir destilado.

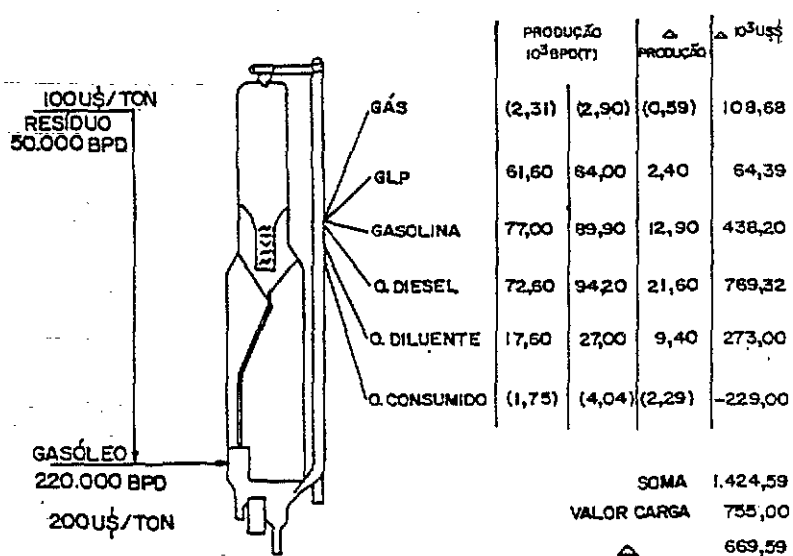
Vale a pena anunciarmos aqui um dado interessante: existe tecnologia disponível para transformar resíduo nesses produtos, essa tecnologia para fazer essa transfor-

mação, 50 mil barris por dia, que fizemos nessas unidades de **crack**, ela seria equivalente a um gasto aproximado de 250 milhões de dólares, seria isso que o Brasil teria de gastar, se tivesse que colocar ou construir plantas adequadas para fazer esse trabalho, que foi feito nessas unidades.

Considerando o atual estágio do programa nas diversas unidades de craqueamento (11), temos, como mostra a figura 23, um ganho diário de cerca de US\$ 670.000,00.

Fig. 23

CRAQUEAMENTO DE CARGAS PESADAS (PROCRAÏ)



A par disso, passando-se à transparência seguinte, o outro programa que tivemos, como já foi mencionado, de redução de resíduo, é uma experiência muito interessante que envolveu aspectos profundos de alteração de equipamentos na área de tecnologia, e aqui mostramos a situação anterior comparada à atual. Conseguimos reduzir a produção de resíduos de 53% para 43%, quase 10% de redução de resíduo. Feita esta comparação, entre antes e depois, verificamos o que equivale, em termos de redução de produção, de um produto que não desejávamos, simplesmente com modificações de natureza técnica.

Aqui existe uma transparência que mostra uma refinaria da empresa, a Refinaria do Paraná, qual foi esse resultado; mostra uma situação de produção de todos os produtos antes e depois de introdução desse programa. Mostra como foi feito o **up grade**, nós aumentamos a produção de GLP, de gasolina, de óleo Diesel e diminuímos a produção de óleo combustível. Quer dizer, todos os produtos que foram aumentados são produção de valor associado muito maior. Só para que V. Ex.^{as} tenham uma idéia, o destilado, seja gasolina, Diesel, seja gás li-

quefeito, em princípio tem o dobro do valor no mercado mundial de um resíduo, no caso óleo combustível. Então, toda vez que se desloca 1% de um resíduo para um destilado, estamos agregando ao produto o dobro do seu valor.

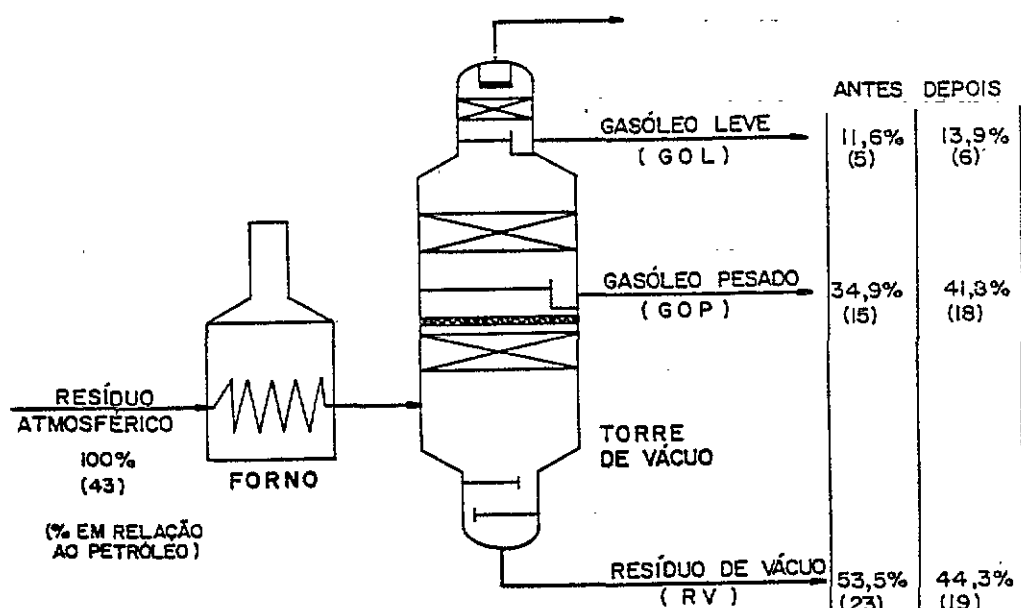
PROGRAMA DE MINIMIZAÇÃO DE RESÍDUO DE VÁCUO

Como o nome está indicando, este programa tem como finalidade a diminuição da produção de resíduo de vácuo, o que resultará numa menor produção de óleo combustível. Isto tem sido possível graças a uma série de modificações efetuadas no sistema de destilação a vácuo das refinarias.

As vantagens deste programa estão evidenciadas na figura 24, onde aparecem as produções dos sistemas de vácuo nas duas situações limites. Obteve-se um ligeiro aumento na produção de gasóleo leve, que poderá ser incorporado ao Diesel e um substancial aumento de gasóleo pesado, o que significa aumento na carga do craqueamento catalítico (produção de Diesel, gasolina e GLP).

Fig 24

EFEITOS DO PROMIRV



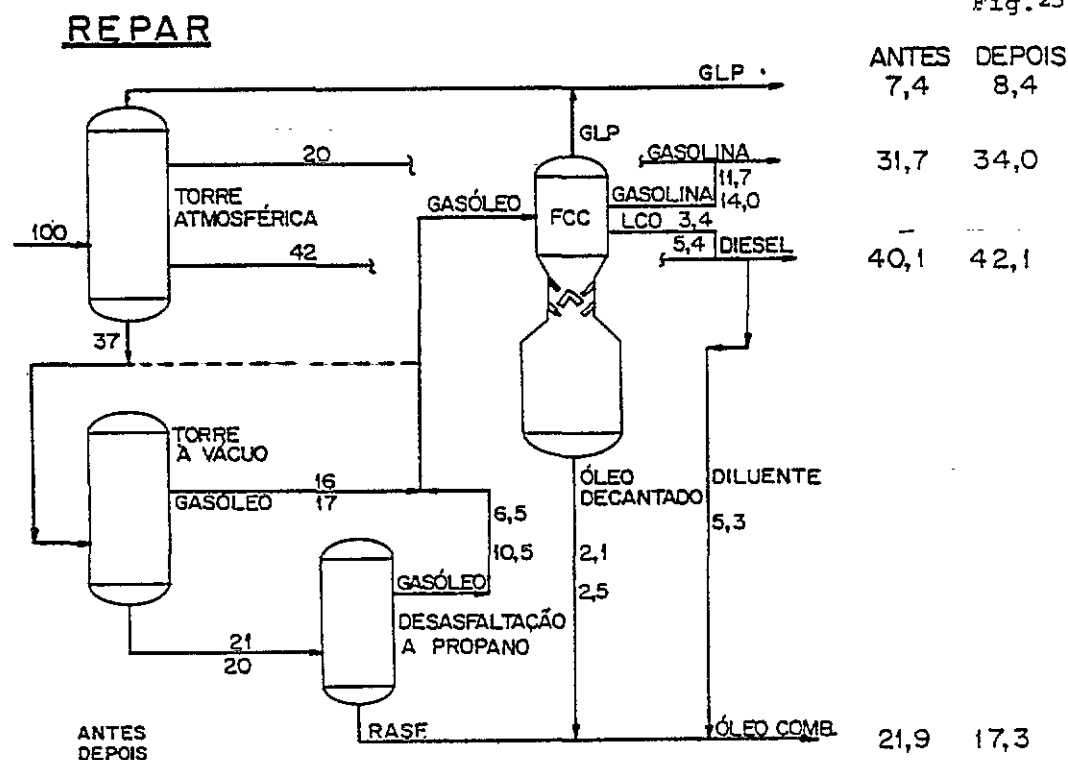
Resulta daí, como efeito principal, uma redução na produção de resíduo de vácuo de cerca de 4%, em relação ao petróleo.

Outro efeito deste programa é o resultado obtido nas unidades de desasfaltação a propano com as modifica-

ções nas condições operacionais das mesmas.

A figura 25 ilustra uma comparação entre os rendimentos obtidos na RÉPAR (Refinaria Presidente Getúlio Vargas — Araucária) após os efeitos das referidas modificações.

Fig. 25



Também aqui, na transparência, é mostrado, a nível de novas unidades, o que a PETROBRÁS anda fazendo nessa área.

Fizemos, evidentemente, uma série de melhorias, praticamente em todas as refinarias da companhia, procurando ajustar o parque de refino da PETROBRÁS a uma situação futura, porque essa situação está em constante mudança; estamos procurando acompanhar e ajustar essas unidades; algumas já em operação, outras em montagem e outras ainda em projeto.

Gostaria também de falar sobre uma área que a PETROBRÁS tem tido muita preocupação, que é a área de qualidade. É evidente que, na medida em que essas coisas todas são feitas — não se faz nada na vida impunemente — temos tido a preocupação de, na medida do possível, procurarmos entregar o melhor produto para o usuário, para o consumidor. É uma área que tem gerado, de certa forma, alguma reclamação — somos modestos e conscientes em saber que, na maioria das vezes ou boa parte das vezes, a reclamação procede — é que na área do diesel, o produto que a PETROBRÁS tem entregue ao mercado, eventualmente, não tem atendido adequadamente ao mercado e não é muito difícil explicar por quê.

Realmente para atender ao montante de diesel que o País demanda, fizemos tal ordem de modificação que seria necessário que o consumidor de diesel estivesse muito a par das características desse produto, de forma tal que ele tivesse um comportamento idêntico ao diesel que ele originalmente consumia. Mencionei que algumas providências que tomamos, na época, foram exatamente no sentido de ilustrar o usuário da necessidade de se adaptar à nova condição, não só de manuseio mas, também, do uso do produto, porque o produto não é exatamente idêntico — digo idêntico no que tange a certas características ao que originalmente tinha — e necessariamente nem todo usuário está perfeitamente a par dessas operações. Então, eventualmente, ele não dá um tratamento adequado ao manuseio do produto e se este sofre alguma transformação, ele fica pensando que o produto está pior. Assim é que, em função disso, temos tido a preocupação de, na medida do possível, procurarmos levar ao consumidor um produto que seja tão ou mais próximo do que era originalmente o produto que ele consumia.

A empresa tem investido um pouco nessa área ou pretende investir um pouco. É nosso objetivo dentro de dois, três ou quatro anos, no máximo, entregarmos um produto independente do manuseio que o usuário faça, que ele tenha características imutáveis ao longo do tempo, de forma tal que ele seja exatamente idêntico ao original. O produto, na forma que é entregue hoje, se não for, insisto, manuseado adequadamente, ao longo do tempo, pode sofrer um processo de transformação, de tal forma que o resultado pode ser não exatamente aquilo que se deseja.

Então, essa tem sido uma preocupação e, dentro dessa linha, ao lado de melhoria de tratamento para adequar o produto à sua característica, também estamos tentando lançar alguns produtos novos no mercado, de forma tal que atenda a essa faixa. Por exemplo, o caso do diesel: a PETROBRÁS, em trabalho com o Conselho Nacional do Petróleo, procurou criar um novo tipo de diesel. Que objetivo é esse? É o seguinte: na maioria dos países, não existe só um tipo de diesel, porque tem diesel que tem que ter característica para uso, por exemplo, diesel para motor de caminhão e o diesel que vai ser consumido no motor estacionário, ou o diesel que vai ser consumido numa caldeira ou o diesel que vai ser consumido num determinado equipamento, assim também para motores pesados, de maneira geral.

Então, quando se faz um diesel para atender uma melhor condição, seguramente estamos utilizando um diesel supervalorizado, não há necessidade daquele tipo de diesel que poderia ser um tipo inferior. O que os países fazem é criar alguns tipos especiais de diesel para determinados tipos de uso, e via de regra, esse tipo tem preço diferenciado.

Também, paralelamente, aqui queriam fazer a mesma coisa: lançar um tipo de diesel para determinado uso com preço mais barato, de forma tal que o País ganhasse e que o usuário também tivesse o seu benefício, que tivesse também uma economia ao utilizar um produto mais barato, mas que atendessem ao seu fim. Nessa linha de ação, a PETROBRÁS propôs e está sendo testado um diesel chamado "b", que é mais pesado e, evidentemente,

Fig. 26

NOVAS UNIDADES DE REFINO

| REFINARIA | UNIDADE | SITUAÇÃO | ANO DE INÍCIO DE OPERAÇÃO | CAPACIDADE NOMINAL BPD |
|-----------|--------------|----------|---------------------------|------------------------|
| REPLAN | VÁCUO * | OPERAÇÃO | 82 | 82600 |
| | FCC * | MONTAGEM | 87/88 | 41000 |
| | COQUE * | PROJETO | 87/88 | 20000 |
| RPBC | COQUE * | MONTAGEM | 85 | 12000 |
| | UGAV | OPERAÇÃO | 84 | 4200 |
| REGAP | VÁCUO * | OPERAÇÃO | 82 | 35000 |
| | HDS NAFTA | OPERAÇÃO | 83 | 11000 |
| | HDS QUEROS. | OPERAÇÃO | 83 | 11000 |
| | HDS DIESEL | OPERAÇÃO | 83 | 17000 |
| | FCC * | OPERAÇÃO | 83 | 19000 |
| REVAP | HDS NAFTA | OPERAÇÃO | 82 | 20000 |
| | HDS QUEROS. | OPERAÇÃO | 82 | 25000 |
| | HDS DIESEL | OPERAÇÃO | 82 | 41000 |
| | DESASFALT. * | PROJETO | 87/88 | 30000 |
| | | | | |
| REDUC | PRÉ-FRAC. | OPERAÇÃO | 83 | 29000 |
| | UPGN-I | OPERAÇÃO | 83 | 2000000(**) |
| | UPGN-II | MONTAGEM | 87 | 2000000(**) |
| RLAM | N-PARAFINAS | OPERAÇÃO | 84 | 6600 |
| ASFOR | PGN | PROJETO | 86 | 350000(**) |

* UNIDADES DE FUNDO DE BARRIL

** N m3/d

FCC - CRAQUEAMENTO CATALÍTICO FLUIDO

UGAV - UNIDADE DE GASOLINA DE AVIAÇÃO

HDS - HIDROTRATAMENTO

UPGN - PLANTA DE GÁS NATURAL

na medida em que conseguirmos introduzir no mercado esse tipo de produto, é como se fracionássemos o consumidor de óleo diesel em dois consumidores básicos: o universal, que é o consumidor de diesel para caminhão e o que não tenha necessidade daquela característica do consumidor do caminhão. Consequência: poderemos produzir mais diesel para caminhão e de melhor qualidade, esse consumidor especial terá um diesel mais barato, e o País sairá ganhando. Essa a linha de ação que estamos seguindo na área de qualidade, procurando introduzir novos produtos.

O SR. PRESIDENTE (João Calmon) — A Presidência tem uma consulta a formular a V. Sª: a sua excelente exposição foi iniciada às 10 horas e 15 minutos e, como sua palestra já se estendeu por mais de uma hora, indago de V. Sª se seria possível abreviar a parte expositiva, a fim de que a CPI possa ter mais tempo para o debate, já que nós aqui, no Senado, estamos em fase de esforço

concentrado e devemos comparecer ao plenário do Senado.

Seria possível abreviar a parte expositiva? V. Sª teria até mais dez minutos para concluir. Nós, então, iniciaremos os debates.

O SR. ARMANDO GUEDES COELHO — Pois não.

O SR. PRESIDENTE (João Calmon) — Muito obrigado a V. Sª.

O SR. ARMANDO GUEDES COELHO — Pois não.

O SR. PRESIDENTE (João Calmon) — Muito obrigado a V. Sª.

O SR. ARMANDO GUEDES COELHO — Então, existe realmente, claro que está disponível, eu vou deixar com a Comissão este relato; existe aqui uma série de programas nessa área de qualidade de produtos em que todos eles são feitos dentro daquele objetivo básico, produzir mais sem complicar a vida do consumidor, sem investir e o País lucrar. Esse programa existe na área do lubrificante, na área do GLP, e na área do asfalto.

Na área do asfalto o problema é fantástico a nível do País, a PETROBRÁS pretende lançar um tipo de asfalto mais durável, em que seguramente o Brasil gastaria muito menos que gasta hoje na área de manutenção das estradas. Nós fizemos uma avaliação junto ao DNER, a uma certa altura, se fosse implementado adequadamente, o Brasil poderia economizar mais de um trilhão de cruzeiros por ano em matéria de manutenção de estradas, adotando um asfalto que fosse mais resistente, mais durável e seria um benefício para todo mundo. Mas, de qualquer maneira, isso é uma área bastante ampla, exigiria, vamos dizer assim, um tempo maior em outra oportunidade.

Eu mencionaria também, como sou responsável pela área tecnológica, que, em todos esses trabalhos, nós utilizamos desmesuradamente o Centro de Pesquisa da PETROBRÁS. Tem aqui também uma série de dados do Centro de Pesquisa, do tipo de investimento, do tipo de que se gasta no Centro de Pesquisa, quais são os objetivos do Centro de Pesquisa, quais são as prioridades básicas do Centro de Pesquisa, enfim nós temos aqui uma série de dados, que podem atender à curiosidade da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a atividade da PETROBRÁS. Está aqui o Dr. Franklin, Superintendente do Centro de Pesquisa que, eventualmente, se houver algum questionamento mais específico, ele poderá responder.

Eu também sou responsável pela área de comércio internacional da empresa, a INTERBRÁS, que também é uma tremenda área de enfoque, vamos dizer assim, e de foco por parte de várias camadas da sociedade brasileira.

Ela tem prestado uma grande contribuição para esse País. Eu trabalhei no comércio mundial, mas de dez anos, e tenho convicção disso. O Brasil hoje estaria numa outra situação, se não tivesse uma empresa como a INTERBRÁS. O apoio que ela tem dado ao desenvolvimento do comércio internacional brasileiro, possibilitando congrega a área de petróleo é um grande negócio para o País. As operações de counter trading que tem sido feitas com os países produtores de petróleo permitem que o Brasil exporte uma série de produtos manufaturados que, seguramente, não conseguiria exportar, se não tivesse uma empresa, ou uma conjugação de interesses dessa ordem. Então é uma empresa que, sem dúvida, realmente tem o seu lugar. Também está aqui o Vice-Presidente da INTERBRÁS, de forma que poderá dar os esclarecimentos na medida da especificidade da pergunta.

Só para ilustrar, as vendas da INTERBRÁS, no ano passado, para o exterior foram da ordem de três bilhões de dólares. A INTERBRÁS é, de longe, o maior exportador das tradings brasileiras. Ela representa mais de 40% das tradings brasileiras em termos de exportação e, no comércio internacional do Brasil, ela representa mais de 10% das exportações totais brasileiras efetuadas. Exporta uma gama de produtos altamente interessantes para o País e, na medida da oportunidade, também nós estaremos aqui disponíveis para perguntas.

Desculpe, Sr. Presidente, a extensão mas, realmente, é uma área tão interessante. Eu procurei tornar a exposição menos técnica possível para maior alcance a todos; e eu me coloco à disposição para qualquer esclarecimento que seria necessário nessa área ou, eventualmente, em outras áreas da empresa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Calmon) — Muito obrigado a V. Sª.

Tenho o prazer de conceder a palavra ao nobre Senador Severo Gomes, Relator desta CPI e, em seguida, ao Deputado Mário Lima.

O SR. SEVERO GOMES — Sr. Diretor, Dr. Armando Guedes, o Sr. nos trouxe uma massa de informações

extremamente rica, que certamente ilustrará os trabalhos dessa CPI. Eu tenho algumas questões a colocar, a primeira delas é a seguinte: Na página treze, figura dez, nós temos um quadro que mostra a produção e a demanda de nafta. Em determinados momentos, nós temos uma demanda bem maior do que a produção interna. Vamos pegar uma data, por exemplo, 1983; qual foi o preço da nafta importada e por que preço essa nafta foi vendida à indústria que utilizava essa matéria-prima? V. S.ª tem esses elementos?

O SR. ARMANDO GUEDES COELHO — Veja Senador Severo Gomes, evidentemente eu não posso estabelecer a precisão dos elementos, mas eu tenho dados básicos, para o que V. Ex.ª deseja. É o seguinte: em determinadas épocas o Brasil importou nafta, inclusive contínua, algumas vezes, importando. E vale aqui dizer o seguinte: a importação de nafta tem uma característica que, muitas vezes, é complementar, e essa importação necessariamente não mostra que nós tivemos falta de nafta na época. É quase que um ajustamento do parque de refino nosso, nacional, a uma necessidade externa. Por exemplo: a Arábia Saudita é um grande exportador de nafta no mercado mundial, porque ela produz, ela tem refinarias no Golfo Pérsico de grande porte e que produz uma gama de produtos inclusive naftas. Então, a Arábia Saudita, em determinadas épocas, por dificuldade de colocação no mercado, ela força essa colocação. Ela vincula a colocação de nafta à venda de petróleo. Então, em muitas ocasiões, o Brasil foi obrigado a comprar nafta da Arábia Saudita, para conseguir comprar petróleo da própria Arábia Saudita. A nafta que a Arábia Saudita vende tem um preço tabelado. Ela tem uma certa gama, três ou quatro tipos de nafta que ela produz, e são preços de listas. Então eu diria que, primeiro, respondendo a uma parcela da sua pergunta, a importação dessa nafta era obrigatória, nós não tínhamos opção; para adquirir um certo volume de petróleo, nós éramos obrigados a comprar um certo volume de nafta. Mas, recentemente inclusive, só para exemplificar o que eu estou dizendo, ela fez isso também na área de gás liquefeito. Ela construiu grandes instalações de processamento de gás, porque até então ela queimava todo o gás que produzia. Recentemente ela investiu muito na área de gás, está produzindo um grande volume de gás liquefeito, então ela obrigou os países que compram petróleo na Arábia Saudita, a comprar algum volume de gás liquefeito. Esse é um procedimento natural da Arábia Saudita. Quanto aos preços da nafta é muito fácil V. Ex.ª verificar, porque a PETROBRÁS a importou como matéria-prima: essa nafta entrava num pool de importação de matéria-prima, e, evidentemente, isso compunha o preço global de todas as matérias-primas que a PETROBRÁS importava para efeito de formulação da estrutura de preço do CNP, depois de distribua esses preços, segundo os preços derivados. Seguramente o preço dessa nafta é muito parecido com o preço de petróleo. Eu não tenho condições de dizer para o Sr. o preço exato. Mas o Sr. toma, grosseiramente, como preço do petróleo.

O SR. SEVERO GOMES — De qualquer maneira, Sr. Diretor, como havia uma demanda maior do que a produção, na verdade tínhamos nós necessidade de importar.

O SR. ARMANDO GUEDES COELHO — Era conveniente.

O SR. SEVERO GOMES — Então, não era uma obrigação tão forçada, não é?

O SR. ARMANDO GUEDES COELHO — Mas, veja, Senador, o que nós fizemos aqui foi o seguinte: nesse particular, quando V. Ex.ª coloca a produção, porque eu adequo a produção à demanda. O Sr. tinha que importar alguma coisa ou diminuir a produção, deslocava a produção da nafta para outro subproduto. Quer dizer, isso dentro da refinaria sempre dá para fazer.

O SR. SEVERO GOMES — De qualquer maneira o Sr. poderia, depois, mandar à Comissão os dados exatos com relação ao preço de compra da nafta e o preço de venda para a indústria petroquímica...

O SR. ARMANDO GUEDES COELHO — Esse dado é disponível...

O SR. SEVERO GOMES — ... para o ano de 83, para que possamos ter uma visão mais clara disso.

O SR. ARMANDO GUEDES COELHO — Grosseiramente essa nafta deve estar na faixa de 24 a 28 dólares por barril aproximadamente.

O SR. SEVERO GOMES — E vendida à indústria petroquímica a que valor?

O SR. ARMANDO GUEDES COELHO — Seguramente mais baixo.

O SR. SEVERO GOMES — Como?

O SR. ARMANDO GUEDES COELHO — Seguramente mais baixo, porque o preço da indústria petroquímica é tabelado. Eu não recordo hoje exatamente. Cid, você tem aí o preço da nafta para a indústria petroquímica? Se eu não me engano é 580 cruzeiros por litro.

O SR. CID RODRIGUES — Cr\$ 630,00.

O SR. ARMANDO GUEDES COELHO — Então, seguramente é mais baixo o preço da nafta para a indústria petroquímica.

O SR. SEVERO GOMES — Isto dá quantos dólares?

O SR. ARMANDO GUEDES COELHO — O Sr. pode fazer uma conta, Senador: Cr\$ 630,00 dividido pelos dólares de hoje... tem alguém com uma máquina de calcular aí?

O SR. CID RODRIGUES — Ela deveria estar a 90% do preço do óleo bruto.

O SR. ARMANDO GUEDES COELHO — O Senador está querendo saber o preço que nós vendemos a nafta à petroquímica. Então é pegar esses 630 cruzeiros e transformá-los em dólar por barril. Quem tiver uma máquina de calcular é só dividir pelo valor do dólar e passar para barril, multiplicar pelos 159 litros por barril. Mas seguramente, Senador, é mais baixo.

O SR. SEVERO GOMES — A segunda questão diz respeito...

O SR. PRESIDENTE (João Calmon) — Nobre Relator, eu gostaria de aproveitar a oportunidade apenas para encaixar uma pergunta sobre o tema que V. Ex.ª focalizou com tanta objetividade.

Sr. Armando Coelho, um dos mais admiráveis jornalistas deste País pela sua objetividade, pelo seu patriotismo, pela sua permanente preocupação em defender os interesses do País, publicou recentemente na *Folha de S. Paulo*, no dia 19 do corrente, já depois do depoimento do Ministro Hélio Beltrão, um artigo em que ele faz uma grave acusação e não pela primeira vez. À certa altura, ele declara no seu comentário: "...afinal a PETROBRÁS confirma oficialmente, através do depoimento do Presidente Hélio Beltrão, o que dissemos aqui durante esses anos todos: a indústria petroquímica estava recebendo subsídios anuais superiores a 1 bilhão de dólares". Adiante o jornalista Rui Lopes diz: "...Só com a nafta, com a utilização de uma linguagem pretensamente técnica, a nota escamoteia um desconto da ordem de 60 dólares por tonelada...". Adiante: "...Tendo em vista o nível de consumo, essa pequena imprecisão vocabular — que é para esta nota da PETROBRÁS — esconde um subsídio de 750 milhões de dólares".

Mais adiante, ele faz essa afirmação, que é extremamente grave partindo de quem parte. É a própria imagem da pessoa objetiva, imparcial, isenta.

"Embora a PETROBRÁS compre petróleo em dólar, repassa os derivados em cruzeiros, o cálculo do subsídio precisa ser feito sobre o valor médio da nafta entre dois aumentos. O resultado apontará seguramente uma importância muito superior a 1 bilhão de dólares anuais". E termina com um desafio, que é dirigido a todos nós parlamentares, "Agora, eu quero ver quem tem coragem de mexer nisso, por causa dos nomes e dos valores envolvidos."

Eu creio que essa é uma oportunidade excepcional, a primeira que se nos apresenta depois do depoimento do Presidente da PETROBRÁS, para V. S.ª nos prestar os

esclarecimentos sobre esta grave acusação do jornalista Rui Lopes. Porque só ela justificaria a criação de uma CPI para tratar exclusivamente desse assunto. Desculpe-me a intromissão, mas apenas para...

O SR. ARMANDO GUEDES COELHO — Olha, Senador e Presidente da Comissão, essa é uma área realmente interessante. Eu fui Presidente da PETROQUISA por três anos. Trabalhei no comércio de petróleo por mais de 15 anos da minha vida. Então, realmente, eu me julgo em condições de fazer uma avaliação razoável do que se passa nessa área. E existe, eu diria, muita mistificação, muita confusão em torno desse assunto no Brasil. E valeria a pena colocar alguns pontos aqui para que nós meditássemos; se nós e os Srs. evidentemente como legisladores, colocando a preocupação com toda a razão como o Sr. está colocando: será que nós não estamos dando benefícios desmesurados a um segmento desse?

Então começaria colocando para o Sr. o seguinte: primeiro, a indústria petroquímica, em qualquer lugar do mundo, não é uma indústria isolada. Outro dia, houve um depoimento aqui no Brasil até muito interessante, do Presidente da Dow Chemical, que é um dos maiores conglomerados de empresa química no mundo, particularmente petroquímica...

O SR. PRESIDENTE (João Calmon) — Muito nosso conhecido, por sinal.

O SR. ARMANDO GUEDES COELHO — Exatamente. Trabalhou no Brasil muitos anos. Ele fez uma afirmação, que eu apoio e com a qual concordo em 100%, porque eu conheço os dois lados da história. Ele disse que, no futuro, não vai sobreviver a indústria petroquímica que não estiver embaixo de uma guarda-chuva de uma indústria de petróleo. A afirmação dele é da mais alta valia. E isso vem corroborar uma tese, que é da época do Rockefeller. Rockefeller, quando introduziu a indústria de petróleo no mundo, ele foi praticamente o introdutor ou criador do grande conglomerado de indústria de petróleo nos Estados Unidos. De um lado, os americanos, o grupo dele de Ney Jersey e, do outro lado, a Shell na Europa. O Rockefeller introduziu a indústria do petróleo integrada. O Sr. se recorda que o Rockefeller tinha o que se chama do poço ao posto. Ele fazia desde a perfuração, o transporte, o refino, a distribuição e a industrialização. Porque ele defendia a tese, que foi a que prevaleceu finalmente, de que ele alocaria as vantagens dos segmentos onde fosse mais conveniente na época. Inclusive, dentro da filosofia que ele defendia, que era no caso a filosofia da multinacional, e com isso ele se defendia de eventualmente de algum país que quisesse fazer alguma coisa isolada. Se algum país introduzisse na refinação, ele tirava o valor da refinação e botava no transporte. Se alguém fizesse uma grande frota, ele tirava do transporte e botava no produto acabado. Então ele tinha uma flexibilidade.

Veja o que os árabes fizeram agora. Os árabes tiraram de todo mundo e botaram na produção. Então, o Sr. repare como o conglomerado de petróleo no mundo foi evoluindo. Ele procurou sempre alocar os recursos de acordo com a conveniência do segmento que estava dando mais dinheiro. Hoje, por acaso, é a área de produção. No passado não foi. Por que é a área de produção? Porque aquele que detém o controle do grande volume de petróleo comercializado no mundo está com essa área na mão. Então, hoje, o grande parque está na área de produção. A tese do Rockefeller era procurar alocar, vamos dizer assim, a grande vantagem do segmento da indústria de petróleo, onde ele tivesse o controle.

Pois bem, então como é que vem a indústria petroquímica nesse negócio.

Aí vem a colocação do Presidente da Dow Chemical, que diz exatamente isso: "A indústria petroquímica que não estiver agregada a uma indústria de petróleo ela não vai sobreviver". E não vai sobreviver mesmo. Porque a relação de capital, que ela tem que investir com o preço da matéria-prima e com o produto que ela vai vender, ela não tem condições. Então, como é que funciona a indústria petroquímica no mundo? O Sr. vai à Europa, Roterdã. As grandes companhias de petróleo no mundo têm as suas grandes refinarias em Roterdã, que detém talvez uns 20% ou 30% da capacidade de refino que está

na Europa. Ao lado de cada refinaria que existe em Roterdã, seja da BP, seja da Shell, seja da Esso, seja da Texaco, seja da ELF francesa, etc. existe uma petroquímica. Então, lá o produto sai da refinaria para a petroquímica. Qual é o preço que a petroquímica da Shell, a petroquímica da Texaco, a petroquímica da BP etc. qual é o preço que essa petroquímica paga para a refinaria-mãe que está do lado? Ninguém sabe. O Sr. vai procurar o preço de nafta em Roterdã, é nafta para todos os usos, menos para a petroquímica. A nafta, que V. Ex^a compra em Roterdã, não tem nenhuma indústria petroquímica que vá usar esta nafta porque ela quebra. Ela não consegue operar com aquele preço, o preço que ela consegue operar é o preço que a sua mãe, a sua holding entrega para ela e que ninguém o sabe. Esse preço não é, claro, aberto a ninguém. Pois bem, isso é o que se passa na Europa. No Japão, idem, os grandes conglomerados japoneses, Mitsubishi, Mitsui, enfim, as grandes empresas japonesas...

O SR. PRESIDENTE (João Calmon) — Mas V. S^a está falando de países em que não há monopólio estatal como no Brasil. V. S^a se referiu a um guarda-chuva que a indústria de petróleo tem que abrir para proteger a petroquímica. V. S^a falou em termos de empresas multinacionais em países capitalistas, que não têm monopólio estatal. Agora, no Brasil, que critérios teriam sido usados para escolher os privilegiados que caíram sob a proteção do guarda-chuva aberto pela PETROBRÁS?

O SR. ARMANDO GUEDES COELHO — Eu vou chegar lá. Estou procurando dar uma visão global para depois chegar na área específica. Então, no Japão é uma coisa, as empresas japonesas também trabalham num esquema desse tipo, quer dizer, não existe uma companhia petroquímica que compra nafta para fazer petroquímica. Na Alemanha, idem, as Hoechst, a Bayer, está tudo vinculado à área de petróleo. Nos Estados Unidos, a petroquímica não é de nafta, nos Estados Unidos a petroquímica é de gás, como é, por exemplo, nos países árabes. Então, vamos dizer assim, o gás americano é baratíssimo, o gás, nos Estados Unidos, é muito barato, é muito mais barato que a nossa nafta.

Então, como é que a coisa foi montada no Brasil? Evidentemente, o Brasil não tinha indústria petroquímica nenhuma. A primeira vez que se tentou fazer uma indústria petroquímica aqui foi a Petroquímica União, em São Paulo, grupo privado, eles não conseguiram completar nem a parte de instalação do equipamento, porque é uma indústria de investimento muito assado. Só para se ter uma idéia, o último investimento que foi feito nesta área, que foi o COPESUL, o Conjunto Petroquímico do Sul, foi de 900 milhões de dólares. Quer dizer, não tem grupo privado no Brasil, por razões quaisquer que a gente pode especular, mas que não interessa aqui no caso entrar nesse detalhe, que teria consistência para fazer uma coisa dessa ordem. Então, evidentemente, o Estado fez as Centrais.

A primeira tentativa de privatização das Centrais, foi feita na COPENE, na Bahia, em que se procurou juntar as empresas de segunda geração, e procurar torná-las sócias da Central, de forma tal a permitir um crescimento paulatino, mas cadenciado, mais constante, de forma tal que, amanhã, nós viéssemos a ter grupos industriais no Brasil que tivessem significado econômico, forte.

Dentro dessa colocação, vale aqui também a menção de que as unidades de segunda geração também são grandes para o porte brasileiro. Qualquer unidade de segunda geração na área petroquímica, Senador, 100 milhões de dólares? 100 milhões de dólares para fora. Que grupo no Brasil tem condições de investir? Então, a indústria petroquímica no Brasil foi feita com o Estado, o dinheiro foi do Estado. Na Bahia e em outras áreas foi financiamento do Governo através do BNDE, através da SUDENE, etc. em esquemas que V. Ex^a pode questionar mas que tiveram, evidentemente, condições bastante facilitadas para que isso fosse feito, e não poderia ser de outra forma, porque não há condições de se formar capitais, no prazo e no horizonte que se desejava, fazendo com que os particulares investissem aquele capital de que eles dispunham, porque nós não tivemos grupos privados no Brasil de porte. O exemplo que eu citei para V.

Ex^a foi o caso de São Paulo, da Petroquímica União, que antes de completar a unidade, eles não tinham mais dinheiro, o Estado teve que tomar conta do empreendimento.

Isso, sem dúvida, se reproduziu em todas as áreas. Então, o que aconteceu? Aconteceu que essas empresas se instalaram sem capital, isso é um fato realmente, foi com capital do Estado, através de financiamento da SUDENE, financiamentos do BNDE.

O SR. PRESIDENTE (João Calmon) — Quais foram os critérios utilizados?

O SR. ARMANDO GUEDES COELHO — Bom, eu não fui governo na época, não tenho condições de afirmar, mas foram critérios, sei lá quais! mas que definiriam que teriam que ter condições adequadas de financiamento para essas empresas, para que elas pudessem sobreviver dentro de um sistema daquele tipo, que é um sistema altamente competitivo, aí já não é mais estatal, é totalmente privado, quer dizer, se instala empresas de polietileno, de polipropileno e pvc e, enfim, o Governo teve a preocupação de procurar não permitir a instalação de capacidade maior do que aquela que o mercado comportava, de forma tal que não houvesse competição desastrosa para o empreendimento, porque ele já estava sendo feito sem capital — imagine se fosse ainda brigar — procurou garantir preços. O CIP procurou — V. Ex^a vai ver como é que o CIP formulou isso — o CIP formulou, considerando os investimentos feitos, a rentabilidade necessária do investimento, enfim, dentro de uma sistemática tal que permite à empresa fazer um certo ganho de poder se tornar um conglomerado. Aí tem um aspecto. Senador, que valeria a pena mencionar, eu tenho vivência interna e externa para afirmar isso, eu diria o seguinte: o Brasil, para vir a ter grupos privados — eu não entro no mérito, como o Senhor disse, quais foram os critérios que permitiram que os grupos originais foram privilegiados, eu não entro nem no mérito.

O SR. PRESIDENTE (João Calmon) — Eles, agora, se consideram espoliados. Não sei se V. S^a viu na revista *Senhor*, desta semana, uma enorme matéria, matéria especial aqui: Alquimia dos Eleitos. A matéria especial: PETROSSALTO. Não sei se V. S^a leu. A certa altura, a matéria declara: "Os empresários (desta área de petroquímica) exigem preços mais baixos". Eles acham que estão pagando pela nafta um preço muito alto.

O SR. ARMANDO GUEDES COELHO — Bem, então deixe só eu completar o raciocínio para chegar lá onde V. Ex^a deseja. Então, veja, eu não tenho dúvidas em afirmar que se o Brasil não tivesse feito isso não teria indústria petroquímica, isso é um fato, ele é real, ele é claro, para mim ele é inofensível. O que se pode discutir é se quem detém o controle da indústria petroquímica teria ou não o direito de ter esse controle na época, mas que ele seria necessário, eu não teria nenhuma dúvida em afirmar da sua necessidade, porque é um fato, é uma realidade; e não se formam conglomerados financeiros suficientemente fortes a não ser num esquema desse tipo, e o Brasil infelizmente não tinha.

Pois bem, a nafta entra nesse quadro, Senador, mais ou menos dentro da mesma configuração: se for fornecido nafta a preço de Roterdã, que não é, como eu disse, o destino da nafta petroquímica para esse fim, os produtos que forem produzidos a partir dessa nafta, seguramente não vão competir com os de lá, porque as naftas a que eles têm acesso são naftas que também são da mesma condição, porque elas são empresas casadas. Então, aqui, no Brasil, teve que ser feita da mesma forma, sob o risco daquele setor não sobreviver, que é um setor de investimento pesado, capital intensivo, de uma concorrência brutal externa, muito forte.

Nós tivemos outra vez uma infelicidade no Brasil, em decorrência de o mercado não ter tido o comportamento previsto. Quer dizer, foi feito um pólo petroquímico no Sul, dentro de uma configuração de desenvolvimento que depois não se comprovou; essa indústria hoje exporta 40% do seu produto para o exterior, ou seja, em competição com todos aqueles que têm acesso na mesma condição que eu mencionei para V. Ex^a, de empresas-mães. Então, tinha que ser dado um tratamento para essas empresas à semelhança dos outros. Eu não tenho ne-

nhuma dúvida em afirmar que há necessidade de se fazer isso sob pena desse setor não ter condições de sobreviver.

Agora, vale também acrescentar, a nível, vamos dizer assim, de interesse nacional, que esse setor agrega uma fábula de resultados no país, porque se nós não tivéssemos a indústria petroquímica no Brasil, o que nós estaríamos gastando na importação de petroquímicos seguramente seria igual à conta-petróleo hoje, porque esse é produto de valor altamente agregado. Só para V. Ex^a ter uma idéia, V. Ex^a sai de uma área industrial de petróleo na faixa de 250 dólares por tonelada, quando V. Ex^a sai para uma petroquímica de primeira geração, por exemplo as Centrais Petroquímicas, V. Ex^a sai para produtos numa faixa de 350, 400 dólares a tonelada. Quando V. Ex^a sai para a segunda geração, que são os propilenos, os polietilenos, etc. V. Ex^a sai para a faixa de 1.000 dólares a tonelada. Então, é indústria que agrega muita coisa, ela é muito importante para um país que queira se desenvolver. Se nós tivéssemos necessidade de importar, nós estaríamos numa situação desastrosa. Como nós estamos exportando, ela também agrega muito em termos de que é preferível exportar a nafta, via indústria petroquímica, quer dizer, se a PETROBRÁS fosse dona de tudo, como é a Shell, lá em Roterdã, como são os japoneses, lá no Japão, em vez de nós exportarmos a nafta como tal, nós exportaríamos para uma indústria petroquímica, sem dúvida nenhuma. Então, eu diria para o senhor o seguinte: o caminho é esse, eu não tenho nenhuma dúvida de que o caminho é esse, agora a forma de fazer, aí que eu acho que pode ser discutido à vontade, agora que o caminho é esse, eu não tenho nenhuma dúvida, caminho diferente desse nós não conseguiríamos trilhar, sob pena de nós não termos esse setor, que é muito importante, para a economia nacional. Eu não sei se respondi, Sr. Senador, o seu questionamento, mas a minha visualização dessa área é esta.

O SR. PRESIDENTE (João Calmon) — Agradeço ao Sr. Relator a oportunidade que me deu de fazer essa rápida intervenção.

O SR. RELATOR (Severo Gomes) — Sr. Armando Coelho, dentro deste mesmo tema, quando o Sr. tem, como é o caso de Roterdã, as refinarias de petróleo ou a indústria petroquímica ligada às empresas-filhas, lá para baixo, é uma situação diferente da nossa em que temos a PETROBRÁS, que é uma empresa estatal e está subsidiando uma empresa privada, está provocando uma transferência...

O SR. ARMANDO GUEDES COELHO — Sr. Senador, me permite, a palavra subsídio é altamente perigosa. Tenho participado de alguns desses debates lá fora e eles vivem tentando nos pegar.

O SR. RELATOR (Severo Gomes) — Não. Uso a expressão subsídio, por quê? Porque, se uma empresa petroquímica, se instala sem capital, a única maneira de ela poder sobreviver é conseguir receber recursos através de matérias-primas baratas, financiadas, por quê? De certa maneira, podemos usar a palavra que quisermos, mas é transferência de renda para um determinado grupo. Se a SHELL transfere renda para a sua subsidiária, ela está no mesmo conjunto de interesses, ao passo que, se uma empresa estatal transfere renda para uma empresa privada, como são empresas praticamente oligopolistas dentro de mercado, só tem determinados produtos uma ou duas empresas e não passa demais, disso, em virtude da própria natureza da indústria petroquímica.

Mas a questão que colocaria é a seguinte: a relação entre o custo da nafta baixo, e não estou discutindo a tese colocada por V. S^a, é do interesse nacional, temos que fazer alguma coisa, não é isso? O que estou colocando é a relação entre o preço da matéria-prima e os preços ao consumidor. Aparentemente temos informação de que os preços que o consumidor brasileiro paga pelos produtos petroquímicos são muito mais altos do que aqueles praticados em outros países, eventualmente com nafta barata também. Quer dizer, haveria uma distância muito grande que, talvez esteja explicada pela própria exposição que V. S^a fez, quer dizer, a empresa que se instala sem capital precisa remunerar uma série de fatores, uma carga muito grande de financiamentos, com juros elevados, para poder sobreviver.

O SR. ARMANDO GUEDES COELHO — Se me permite um esclarecimento nessa área, Sr. Senador, hoje realmente a concepção da indústria — estamos falando sobre uma área que não é a minha específica, mas na qual trabalhei bastante tempo, acho que tenho esclarecimentos positivos sobre isso.

Originalmente a primeira geração da indústria petroquímica foi através da estatal, então não havia esse tipo de risco que o Sr. está mencionando, ou seja, a PETROQUISA, que é uma subsidiária 100% da PETROBRÁS, e o BNDE, que era o outro grande acionista, eram acionistas de todas as centrais.

Então, podíamos até ter a nafta de graça porque ficaria tudo no mesmo bolso, na concepção básica que está sendo mencionada. E essa preocupação surgiria na medida em que essa primeira geração, que produz os básicos petroquímicos, fornecesse, vamos dizer, produtos, para uma segunda geração dentro do mesmo critério.

Então, se o Sr. fizer uma comparação entre o preço da nafta que fornecemos e o preço do petroquímico de primeira geração, o básico petroquímico, propeno, eteno, aromático e etc., o Brasil está muito bem posicionado, como praticamente todos os outros países que têm indústria petroquímica. Então, o Sr. vai ver, por exemplo, qual é o preço de um indústria de segunda geração — quando falo de indústria de segunda geração, é aquela que recebe da central um petroquímico básico, no Brasil vis a vis na Europa, nos Estados Unidos ou no Japão, o Brasil está muito bem posicionado, essas empresas recebem produtos a preço competitivo. O eteno, o propeno, o benzeno, etc... uns para mais e outros para menos, mas eu diria que, em média, o preço é bastante competitivo. O problema acontece é da segunda para a terceira geração e daí em diante.

Então, quais são as razões que levam a esse tipo de conclusão que o Sr. está mencionando, ou seja, se estamos dando preço, na primeira geração, a nível competitivo, eu diria que não estamos subsidiando o empresário privado, porque o grosso do empresário privado participa da segunda geração em diante, na primeira geração, o grande empresário é o Estado, a menos no caso da COPENE, que é muito recente ele fugiu da situação original, da concepção original, que era a concepção da central ser estatal e essa é uma preocupação que sempre o grupo PETROBRÁS tem se manifestado, quando se fala na privatização das outras centrais, quer dizer, é preciso compatibilizar o interesse nacional ao interesse do eventual sócio privado que vai participar daquela central.

Então o Sr. se recorda que no final do governo passado, o sistema PETROBRÁS reagiu muito a privatização do sistema COPESUL, porque o COPESUL recebe alguns benefícios, em função de ter sido a última central que entrou em operação e, evidentemente, está numa época de pagamentos, de uma amortização de grandes parcelas financeiras, custos financeiros elevados e etc., que dificilmente conseguiria se manter ao nível de competição com as demais centrais. Então, o grupo PETROBRÁS dá realmente a Central COPESUL situações privilegiadas que não dá a outras centrais. Então, seria vamos dizer assim, injusto, ou seria não muito ético, talvez, usando o melhor expressão, que se desse acesso a alguns grupos privados, para ter aquele benefício que outros não estariam tendo.

Se estamos na primeira para a segunda geração, com preços compatíveis que existem nos Estados Unidos, na Alemanha, enfim, em outros lugares, eu diria que não está havendo subsídios. O comportamento que talvez merecesse alguma avaliação mais profunda é o que se passa daí em diante. Nessa segunda geração o empresário é nacional, que está em associação inclusive com a PETROQUISA, no caso, e com um grupo estrangeiro e que conhece a nossa preocupação, na medida em que dermos algum incentivo ou algum benefício que seja não razoável, ele tem um sócio estrangeiro participando, então, de uma certa forma, estaríamos dando também para esse sócio estrangeiro.

A nossa preocupação é que, a nível de primeira geração seja estatal ou, no máximo, tenha capital nacional numa escala não muito pronunciada, que isso seja vamos dizer assim a nível competitivo, porque a partir daí, estaria lidando com um sócio estrangeiro e, eventualmen-

te, o sócio estrangeiro participando com um sócio nacional.

O que se passa na realidade, nobre Senador, é que apesar de essas empresas terem acesso à matéria-prima a nível competitivo, em média, a comparação, às vezes, é malfeita. Diria que tem esse aspecto que disse que é válido, que é razoável, reconheço, são empresas que se instalaram, empresas novas, muitas delas sem capital, à custa de condições que o Estado promoveu, com financiamentos adequados, que tem, vamos dizer assim, de se capitalizar, então tem esse aspecto que o Sr. colocou.

E tem um outro aspecto normalmente a comparação, nobre Senador, não é muito própria, porque eles comparam coisas diferentes. Os preços que oferecemos aqui no Brasil, são preços em condições de pagamento bastante diferentes das condições de pagamento que eles têm em Roterdã ou em outros países diferentes, quer dizer, os prazos, que, em última análise, também são preços, eles normalmente, têm condições mais favorecidas de prazo do que a condição externa. Quando o Sr. pega um preço, em uma lista qualquer lá fora, normalmente a quantia é em pagamento contra a entrega da mercadoria e aqui no Brasil, as empresas todos têm condições de financiamento vindo da central para as empresas de segunda geração, que dão benefício. Mas eu diria, de maneira geral, os preços dos produtos de segunda geração no Brasil são ligeiramente mais altos do que lá fora. Isso, sem dúvida, existe.

O SR. RELATOR (Severo Gomes) — A nafta é vendida, normalmente, em que prazo?

O SR. ARMANDO GUEDES COELHO — A nafta é vendida normalmente em 30 dias há alguns casos diferentes, mas a condição básica é 30 dias.

Esclareci o Sr. nas suas dúvidas?

O SR. RELATOR (Severo Gomes) — Sem dúvida. Estamos só aprofundando.

A segunda questão diz respeito ao problema do álcool. O programa do álcool foi iniciado em novembro de 1975 e tinha o propósito de dar maior independência ao País, no momento em que estávamos realmente assediados com relação ao primeiro choque do petróleo. A produção de álcool aumentou enormemente, estamos produzindo hoje o equivalente a 130 mil barris por dia, mas enfrentamos uma situação curiosa, que é a de termos a necessidade de exportar o álcool, temos uma exportação de açúcar subsidiado, que poderia, com algum investimento, ser transformado em álcool.

Ora, se já estamos exportando o álcool, o que é que se precisaria fazer, na estrutura do consumo de combustível no Brasil, para que o álcool pudesse ter uma participação crescente, para que não precisássemos, no futuro, fazer esses sacrifícios tremendo que fazemos em exportar açúcar por um preço vil, mas transformá-lo em álcool para até nos livrarmos de uma carga maior de importação. Quer dizer, o que acontece na distribuição, na forma, vamos dizer, do modelo energético, que o álcool precisa ser exportado e o açúcar, se convertido em álcool, estaria enfrentando as mesmas questões?

O SR. ARMANDO GUEDES COELHO — Essa pergunta, Senador, é bastante complexa, vamos ver se conseguimos traduzir, num espaço de tempo relativamente curto, dando assim uma resposta que atenda ao seu questionamento.

Em primeiro lugar, Senador, o álcool, energeticamente da forma como ele é, não tem um campo de uso muito diversificado, infelizmente é uma realidade a que nós temos que nos render. Por exemplo, se se quiser usar o álcool no ciclo Diesel, economicamente, é um desastre. O motor mais conveniente para a utilização do álcool é o ciclo Otto, o motor tipo gasolina. Então, vamos dizer assim, a área de grande utilização do álcool, sem dúvida, é área dos motores ciclo Otto. Essa, sem dúvida nenhuma, é uma área que pode ser utilizada em sua totalidade máxima, se houver conveniência e necessidade. Então, eu diria que o mercado atendido pela gasolina pode, em última análise, ser substituído em 100% por álcool, não há nenhum impedimento que isso seja feito.

O SR. RELATOR (Severo Gomes) — Mas, aí teria o problema da gasolina...

O SR. ARMANDO GUEDES COELHO — Não, a PETROBRÁS resolve. Quanto à gasolina, eu acho que ninguém deveria se preocupar, porque nós temos meios de resolver esse problema. Gasolina em excesso nunca foi problema para a PETROBRÁS, sempre nós conseguimos uma solução, e eu diria que uma solução adequada. Por exemplo, Senador, a PETROBRÁS hoje seria muito mais conveniente, ao invés de exportar álcool, nós usarmos mais álcool aqui e exportarmos gasolina. Porque, vejamos, a gasolina não tem nenhuma das implicações que tem o álcool. Quando eu entro com o álcool no mercado americano, o governo americano cria um monte de problemas, que já cansamos de ouvir aqui, com a gasolina não, ela é de livre comércio. Então, na medida em que nós conseguíssemos substituir mais gasolina no Brasil pelo álcool e permitir mais exportação de gasolina, o Brasil estaria realizando um bom negócio.

O SR. PRESIDENTE (João Calmon) — Essa é uma tese nova, não é?

O SR. ARMANDO GUEDES COELHO — Não, eu acho que temos feito isso de uma certa forma.

O SR. PRESIDENTE (João Calmon) — Mas, essa tese não tem sido defendida assim...

O SR. ARMANDO GUEDES COELHO — Por exemplo, eu não sei se V. Ex^a se recorda, a PETROBRÁS tem lutado enormemente para aumentar a participação do volume de álcool na gasolina. Inclusive nós temos demonstrações lá no nosso Centro de Pesquisas — o Dr. Franklin está aí, pode depois dar mais detalhes — procurando mostrar que nós poderíamos tranquilamente, ao invés de usar 22% de álcool na gasolina, usar 25%, e que isso traria, vamos dizer assim, um mercado novo para o álcool, sobraría gasolina e consequentemente exportaríamos mais gasolina, e a gasolina não tem nenhum dos inconvenientes a nível de agressão de mercado, os americanos lá criando sobretaxas etc., etc.

Nós temos, por exemplo, a tese de se utilizar mais álcool na petroquímica. Eu não sei se V. Ex^as sabem que há algumas unidades petroquímicas, hoje, que poderiam consumir álcool e que estão paradas, que não consomem álcool, por problemas internos de fixação de preços; eventualmente há algum aspecto de subsídio desses que o Conselho Nacional de Petróleo resolveu parar, porque disse que não tem mais fundo, coisa dessa ordem. Nós deixamos de utilizar na indústria petroquímica, e exportar um petroquímico que tem muito mais valor agregado, e estamos exportando o álcool, enfrentando todos esses problemas por um valor muito mais baixo, quer dizer, o País perdendo dinheiro. Então, eu acho que nessa área do álcool temos muita coisa a fazer.

Mas, voltando ao alinhamento, que eu disse a V. Ex^a, é o seguinte: a substituição natural da gasolina é o álcool. Sem nenhuma dúvida eu acho que essa é uma área tranquila que ele pode ter acesso.

Na área do Diesel, se entrar no motor ciclo Diesel, eu acho energeticamente e economicamente desastroso, nós precisamos de quase duas unidades de álcool para substituir uma de Diesel. E, evidentemente, nós, praticamente, a nível de mercado, temos o Diesel a preço de álcool hoje. Então, para se colocar o álcool no lugar do Diesel, nós temos que colocar o álcool na metade do valor que ele tem hoje no mercado, para que ele tenha condições de poder competir. Isso, vamos dizer assim, a nível de consumidor. A nível de País, isso é um desastre enorme, porque podemos nos realizar muito mais com o álcool fazendo outra coisa, inclusive para exportação, mesmo na situação de hoje.

Então, a área do Diesel que o álcool poderia entrar seria talvez na área de transporte de pequenas cargas que, ao invés de usar o Diesel, usaria o caminhão com motor ciclo Otto, isso eu acho que é uma área positiva. No entanto, para transporte na faixa de 8, 10 toneladas, talvez pudesse ter caminhões com motor ciclo Otto, que pudesse fazer esse tipo de serviço, aí poderia utilizar o álcool de uma maneira adequada.

Eu vejo uma outra área de ação para o álcool, Senador, e tenho defendido essa tese, mas infelizmente ela não teve, vamos dizer assim, apoio, é no GLP. Eu acho que o álcool pode substituir o GLP. O álcool devidamente manuseado e acondicionado adequadamente, pode

susstituir o GLP. Tem um problema também de natureza de preços, mas acho que seria resolvido, haveria uma estrutura de preços do CNP que daria para resolver. E há hoje algumas demonstrações que mostram que o álcool atende bem; com fogões adequados nós podemos usar o álcool tranquilamente substituindo o GLP, com o qual nós temos problemas como demonstrei aqui.

Nós não vamos resolver o problema de GLP com facilidade. Nessa área o álcool poderia agregar alguma coisa. Na área dos petroquímicos, eu vejo o álcool tendo um campo de ação limitado, todos os petroquímicos que puderem ser feitos com álcool sem necessidade — aí talvez tivesse que entrar um pouco mais na área técnica para poder explicar isso — por exemplo, fazer os petroquímicos básicos de álcool é bobagem, o que talvez seja fácil explicar. A molécula de álcool, o chamado etanol, ela tem um oxigênio a molécula, o petroquímico básico não tem oxigênio, na hora em que se tira esse oxigênio, perde-se uns 30, 40% do álcool como produto. Então, vamos dizer assim, fisicamente está se partindo de uma situação muito desvantajosa, para se preparar o básico já se perdeu 30% daquilo que se tinha. Agora, tem uma gema de petroquímicos que incorpora esse oxigênio à molécula. Então, vamos dizer assim, são os acetatos, as fibras acrílicas que o incorporam, aí sim, aí já se faz o álcool como tal, o álcool é a matéria-prima direta. Lá em Pernambuco, nós temos a Alcooilquímica, a TETROQUISA participa do COPERBO, que utiliza o álcool dentro da linha ideal para ele, é partir dele como matéria-prima para fazer compostos oxigenados como produtos, aí não tem ninguém que consiga competir com ele. Mas, se ele for competir na área dos básicos, ele sai perdendo. Por exemplo, no caso da sal-gema, se ela for fazer o produto dela é a partir de álcool, ela tem que ter subsídio, porque aí ela não consegue competir com o eteno de nafta. Nessa linha, eu acho que o álcool tem um campo de ação. Agora, parece-me, na minha visualização, no que eu conheço da matéria, que ele atingiu a grande área a que ele tem acesso; daí para frente seriam áreas marginais, não seriam áreas de grande perspectivas.

Essa é a visualização que tenho do assunto.

O SR. RELATOR (Severo Gomes) — Quando foi dado início ao plano do álcool, no momento em que havia um grande temor de que o estrangulamento externo mutilasse a economia brasileira, os objetivos eram de que o álcool tivesse prioridade para o transporte urbano, inclusive com menores problemas de poluição, para trabalho de máquinas agrícolas e para o transporte de carga. Pelo que diz V. S^a, a concepção estaria inteiramente errada...

O SR. ARMANDO GUEDES COELHO — Permita-me a interrupção, Senador. Veja, naquela época nós tínhamos a iminência da falta física. Na falta física eu posso usar o álcool até num caminhão a Diesel, eu posso usar o álcool até numa caldeira, porque ele é um energético, quer dizer, ele pode ser usado como produto gerador de calor. Agora, termodinamicamente e economicamente, nós temos outros produtos, quando disponíveis, que dão resultado melhor do que o álcool, mas na falta desses, é claro que o álcool pode entrar. Então, o álcool será sempre uma opção como é, por exemplo, o óleo vegetal. Nós podemos usar o óleo de soja num motor, ele queima, ele produz o resultado do trabalho, mas economicamente não é conveniente. Então, é dentro dessa colocação que estou fazendo observação sobre o álcool.

O SR. RELATOR (Severo Gomes) — A terceira questão é com relação ao problema do gás. Hoje há sempre uma interrogação sobre a disponibilidade de gás da PETROBRÁS e a aspiração principalmente dos grandes centros industrializados, como é o caso do Rio de Janeiro e São Paulo de uma utilização mais intensiva do gás. Aí se colocaria algumas questões. Primeiro, o Presidente Hélio Beltrão falou aqui da vontade da PETROBRÁS de se descentralizar. Ele disse da aspiração do Estado do Rio de ser distribuidor de gás, como também da COMGÁS, de São Paulo, de ser distribuidor, receber o gás em grosso da PETROBRÁS para distribuir para uso doméstico e para as indústrias. Nessa primeira questão, há um horizonte para a expansão desse fornecimento de gás? E qual seria, vamos dizer, a política da PETROBRÁS? E, segundo, hoje nesse gás engarrafado existe um subsídio ao consumidor, ele encontra o seu preço mais ou menos equiparado ao gás de rua...

O SR. ARMANDO GUEDES COELHO — Talvez um pouco mais barato.

O SR. SEVERO GOMES — ... Ora, muitas indústrias estão transformando-se para queimar o gás, o que para mim é de difícil entendimento. Por exemplo, no meu Estado, há indústrias que estão se transformando para queimar gás; ora, parece uma política que não tem muito sentido, porque ela está hoje contando com um enorme subsídio para queimar gás, e se tivéssemos um volume de gás muito grande, talvez até isso tivesse sentido. Então são essas as questões que gostaria que V. Ex^a respondesse.

O SR. ARMANDO GUEDES COELHO — No que tange à política da PETROBRÁS na área de gás, realmente tem sido para nós uma preocupação fazermos o uso do gás da maneira mais adequada possível. O gás é um dos produtos de petróleo que tem uma grande flexibilidade de ser utilizado, de acordo com a conveniência. A PETROBRÁS tem procurado utilizar esse gás dentro de algumas prioridades, que foram definidas de maneira sábia pelo Governo e pelo Conselho Nacional do Petróleo, em que o critério de prioridade é calculado em função da nobreza que está se dando. Por exemplo, a primeira prioridade foi utilizar em substituição ao GLP, porque é onde o senhor agrega mais para o País; depois em substituição aos produtos mais nobres do tipo do óleo Diesel, querosene, em alguns casos, a petroquímica evidentemente dá um valor agregado bastante alto, na medida em que usa gás, a área de fertilizantes porque produz um produto que é bastante útil para a economia nacional e a última prioridade é a substituição de combustível, porque essa substituição menos nobre que o gás natural tem. Então, dentro desse elenco de prioridades, temos procurado condicionar a disponibilidade. Aí é que vem o grande problema que V. Ex^a mencionou, *en passant*, que são os possíveis atritos, que têm havido entre a PETROBRÁS e a CEG no Rio, Companhia Estadual de Gás, a PETROBRÁS e a COMGÁS em São Paulo, porque tem dois aspectos que são conflitantes: talvez seja até problema de formulação de política, porque, às vezes, quando se formula a política nos esquecemos do que ela vai ocasionar. A maior margem na distribuição de gás, onde se tem menor investimento é quando ele substitui o óleo combustível e é onde menos se deseja que seja feito. Então, toda vez que fornecemos um certo volume de gás para uma empresa dessa, a primeira tentativa que ela fará, será procurar um grande consumidor industrial de óleo combustível, porque ela, praticamente, sem fazer coisa nenhuma passa a ter uma receita bastante grande. Agora, ela alega, com justa razão, que precisa ter essa receita para financiar um outro tipo de consumidor, que é aquele que realmente desejáramos, que é o consumidor que vai substituir o GLP, um produto mais nobre, onde ela diz que precisa fazer grande investimento, porque é verdade, é esse o consumidor individual, é a casa, ou seja, ela tem que fazer todo um sistema de distribuição extremamente complexo, onde ela alega, que a margem de distribuição que ela tem para esse tipo de consumidor não remunera o investimento que ela tem que fazer. Então, ela vai precisar de uma parcela de gás, para atender ao consumidor, em grande escala, o consumidor industrial, para lhe dar margem e poder fazer esse tipo de investimento.

Esse o tipo de conflito que existe: ela quer gás para levar ao consumidor industrial, que ela diz que, num segundo estágio, vai gerar receita para investir no consumidor individual e nós queremos fornecer o gás só para aquele consumidor individual, porque esse é o que estaria substituindo GLP; assim, esse tipo de conflito não é fácil de gerir. Inclusive, recentemente, o Conselho Nacional de Petróleo fixou uma política para a COMGÁS em São Paulo, que me pareceu sábia: para cada metro ou tonelada de gás que ela entregar a um consumidor, que vai substituir o óleo combustível, terá que criar uma tonelada de consumidor individual, que é aquele consumidor que irá substituir o combustível nobre, evidentemente ela utilizaria a margem que obtém com um para financiar o outro.

Não entrei no mérito dos valores envolvidos em cada um para ver se a necessidade de um é exatamente o que precisa do outro, mas pareceu-me um alinhamento de política adequado, porque, realmente, até onde conseguimos visualizar, a remuneração que ela tenha no consumidor individual não permite que ela ganhe lucros.

Porque, realmente, fiz um cálculo desse tipo, há tempos atrás, depende da concentração de habitante que V. Ex^a tenha. Mas o investimento que V. Ex^a teria que fazer para o consumidor individual é quase intolerável, é quase mil dólares dependendo da família, então é um investimento muito pesado, ele precisa ser remuneração para fazer esse tipo de coisa. Mas, de qualquer maneira, a política que a PETROBRÁS tem adotado nesse esquema, é procurar atender a essas prioridades, procurar colocar o gás, tão próximo quanto possível de onde é produzido, porque, evidentemente, fica mais oneroso levá-lo para longe. Se tiver um consumidor mais próximo, gastará menos do que levar para um mais distante, mas temos em mente a necessidade de que quando o consumidor vai utilizar um produto para um consumo que não seja o mais adequado, no caso, óleo combustível, aquele consumo será de caráter precário. Se eu tiver condições de, amanhã, ter um consumidor que seja mais nobre do que aquele, ele deixará de receber para que o consumidor seguinte possa receber.

E o caso de São Paulo está exatamente nessa linha. O que a PETROBRÁS está examinando hoje, com uma boa probabilidade de chegar a um resultado positivo, tenho impressão até que o Presidente já comunicou isso ao Governo de São Paulo, é que a PETROBRÁS se dispõe a levar um certo volume de gás natural do Rio para São Paulo, dentro da linha de que, em São Paulo, iria substituir o gás que hoje está sendo gerado a partir da nafta e o gás que seria levado é o gás que, no Rio, está sendo usado para substituir combustível. Assim, exatamente nessa colocação que disse para V. Ex^a de nobreza. Vamos deixar de consumir gás na Refinaria de Duque de Caxias, eventualmente na planta de produção de borracha sintética, que a PETROBRÁS tem junto do Rio e, eventualmente, até alguma quantidade na Companhia Siderúrgica Nacional para substituir combustível e levar este gás para São Paulo, para substituir o gás de nafta. Já fizemos essas contas e, dentro de determinados valores, justifica o investimento que vamos fazer para levar esse gasoduto, desde que a CAMGÁS deixe de consumir nafta para o efeito de geração de gás.

Sr. Senador, está respondida a primeira parte da sua pergunta?

O SR. SEVERO GOMES — Apenas mais uma questão: se entendi bem, essas empresas que estão se adaptando para queimar hoje o gás, portanto com enorme subsídio...

O SR. ARMANDO GUEDES COELHO — Mas, veja, Ex^a, o gás a que me referi é o gás natural, não estava falando em gás liquefeito. Em se tratando de gás liquefeito, é bom que se esclareça que essas empresas que estão se adaptando, até onde estou informado, têm que obter uma quota do CNP, que examina essa quota em função da disponibilidade e em função do uso que o consumidor está dando, por exemplo, numa indústria de azulejo, ou seja, uma indústria que fabrica um determinado produto, cujo produto será prejudicado pela interferência do combustível usado, quando o Conselho examina e verifica que o gás liquefeito está substituindo o Diesel ou algum produto, que é tão nobre quanto o gás liquefeito, é que o Diesel não atende à característica do produto, porque altera a configuração do produto final, o CNP então autoriza uma quota para aquele consumidor, a caráter precário, até que ele consiga um outro combustível que substitua aquele.

Eu diria a V. Ex^a que, em termos globais, realmente a política que nos interessaria, seria criar o máximo possível de restrição para o consumo do GLP, isso é fora de dúvida.

O SR. SEVERO GOMES — Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Calmon) — Antes de conceder a palavra ao nobre Deputado Mário Lima, a Presidência suspenderá a reunião por 10 minutos.

O SR. MÁRIO LIMA — Sr. Presidente, Srs. Senadores, Dr. Armando Guedes, Diretor da PETROBRÁS.

À sua explanação, a meu juízo, deve juntar as brilhantes intervenções de seus colegas de Diretoria e particularmente, do Presidente Hélio Beltrão. Elas, na minha opinião, justificam para o País a Lei 2.004, que foi uma decisão acertada para esse País, que a PETROBRÁS vem cumprindo a contento como executora do monopólio estatal do petróleo. Mais uma vez eu constato que

todos os que vêm aqui se preocupam muito em explicar o problema técnico, o problema financeiro. O problema dos recursos humanos é abordado de maneira muito superficial, à exceção do Presidente Hélio Beltrão, os demais quase que desconhecem o assunto, quando todos nós sabemos e, particularmente, os que trabalham na empresa, de maneira especial os que têm cargo especial nas direções e organizações sindicais, que esse é um assunto dos mais importantes. Eu gostaria de registrar a presença nesse recinto do Presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Refinaria de Paulínia, Salvador Badeon, ex-Presidente afastado do Sindicato da empresa, em consequência do movimento de julho de 1983, Jacó Biltar, e de Eustáquio Luciano Zica, operador de transferência e estocagem, também Diretor de Sindicato. Gostaria de ressaltar a minha condição de atual Presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Petróleo na Bahia, na Refinaria de Mataripe. O depoimento de V. S. é realmente claro e explica muito bem essas pressões quanto aos problemas da nafta, do preço administrado, que não é subsídio e as implicações internacionais. Uma indústria de petróleo é de uma complexidade muito grande e é preciso se dedicar bastante, informar, ler e nesse ponto essa CPI é um início muito bom.

Eu tenho vindo a todas as reuniões, os ilustres Senadores e alguns Deputados, que têm participado dela, têm demonstrado muito interesse, e com muita seriedade questionado muito pontos para ser esclarecidos. Nada temos contra a PETROBRÁS nem contra o monopólio estatal de petróleo. O ilustre Senador Severo Gomes, Relator dessa Comissão, tem estado presente a todas as reuniões, o que se quer é que a PETROBRÁS deixe de ser aquela empresa fria e distante da Nação, e seja a empresa que o Presidente disse aqui: uma empresa transparente, onde essas coisas que dizem muito do interesse de toda a Nação, fiquem ao alcance de todos parlamentares e de todas as forças interessadas.

Mas, Sr. Diretor, eu vou, até por força de ofício, me ater ao problema dos recursos humanos da empresa. Da sua fala, eu recolhi coisas preciosas. Quando o Sr. disse que o grande patrimônio da empresa são seus técnicos, seus trabalhadores e seus administradores, estamos inteiramente de acordo. Agora, vamos fazer algumas afirmativas, não com sentido de criar dificuldades, mas de alertar inclusive aos Srs.

O setor de relações humanas da PETROBRÁS nos últimos anos viveu quase que a margem. Talvez os Srs. desconheçam coisas que eu estou sabendo. Eu estou recolhendo de todo o Brasil informações e denúncias gravíssimas, de violência, de perseguições a técnicos e a trabalhadores. E eu lhe faria algumas colocações rápidas. O movimento militar, que se instalou no País depois de 1964, teve seus momentos difíceis. O autoritarismo vitimou a todos, vitimou a políticos, vitimou a dirigentes, agora, vitimou mais ainda os trabalhadores. Esses foram as grandes vítimas do arbítrio nesse País.

E na PETROBRÁS não foi diferente. O setor de pessoal, nos consta, muitas decisões eram tomadas *ad referendum* da Diretoria. A Diretoria simplesmente ouvia e homologava. Havia o fantasma criado da subversão, do comunismo e que agora vai desaparecer. O Partido Comunista está legalizado, quem for comunista vai e se filia. Então não vai mais se poder jogar a carapuça em trabalhadores que nunca foram comunistas e que eram afastados da empresa. Havia uma divisão e era acusado de comunista. Mas não havia oportunidade de defesa. Eram sentenças irrecorríveis. E quantas vidas foram destruídas. Eu conheço trabalhadores que estão marginalizados, até com filhas prostituídas, porque eram operários especializados da PETROBRÁS, perderam seus empregos, como é uma empresa monopolística ele não podia nem trabalhar na PETROBRÁS e nem nas outras empresas coligadas, subsidiárias.

Nós temos um documento aqui e eu gostaria de ler. É um documento que é uma tristeza para quem tem idéias democráticas. É uma circular da Presidência da empresa, datada de 18 de maio de 1982, onde se diz o seguinte:

"Solicito a V. S. determinar — ele dirige esse documento a todos os superintendentes de unidades, de departamentos etc. — providências no sentido de que nenhum outro ex-empregado da PETROBRÁS, afastado em razão de aposentadoria, justa causa, rescisão por acordo, ou dispensa por conveniência — essa dispensa por conveniência da PETROBRÁS

tem casos que fazem qualquer democrata tremer — seja readmitido ou venha trabalhar para essa companhia, a qualquer título ainda, ou através de terceiros."

existe, minha gente. Agora, isso só é observado para trabalhador. Porque eu posso dar um exemplo: o atual Presidente da PETROS é um aposentado da empresa. É um homem de muito valor, é um técnico competente, honesto a quem conheço pessoalmente, Doutor Orfila Lima dos Santos. Por questão de descompasso entre o Ministério das Minas e a Diretoria da empresa, esse homem não foi reconduzido. A Nação conheceu o vexame que a PETROBRÁS causou ao Presidente da República, fazendo-o rasgar um decreto já assinado para ser publicado no Diário Oficial. Esse homem hoje é o Presidente da PETROS. E o que é a PETROS? Será que a PETROS não tem nenhuma ligação com a PETROBRÁS? Ele é aposentado da empresa e é o Presidente da PETROS. Os homens que estão à frente da empresa têm que ter um cuidado muito grande na maioria dos seus exames.

Outra coisa que, no seu discurso, recolhi com muita atenção, é quando V. S. diz que alguns superintendentes foram mudados, porque a Direção da empresa considerou que é difícil mudar a mentalidade de pessoas viciadas. Nós concordamos inteiramente com isso. E daí a luta dos trabalhadores da empresa no sentido de mudar algumas pessoas que têm a mentalidade viciada no arbítrio e na injustiça. Não se diga que nós queremos fazer alguma coisa para tirar técnicos e botar políticos ou pessoas incompetentes, não.

Os quadros da empresa abrigam dezenas e centenas de técnicos competentes, honestos, dedicados. E eu daria aqui um exemplo de um que está aqui presente, a quem conheço há quase 30 anos, o Doutor Alberto Vadjan, que é Chefe do DEPIN. Eu faria, na pessoa dele, uma homenagem aos técnicos da empresa; competente, dedicado, honesto. Então é isso que nós pretendemos, e daí a nossa conversa permanente com o Presidente, com o Ministro das Minas e vamos agora estender ao Presidente da República.

E no próprio quadro da empresa se encontram meios como reciclar esses homens que, apesar de tudo, não querem se conformar com os novos tempos, e que não querem dialogar com ninguém. Os trabalhadores não querem nenhum privilégio, os trabalhadores não querem que haja inversão de valores, de ordem. Em todo lugar tem quem manda e tem quem obedece. Mas que isso seja num clima de respeito, num clima de diálogo democrático.

Feitas essas considerações, eu faria algumas perguntas práticas: primeiro, na área de pessoal e recursos humanos da PETROBRÁS não tem Diretor que cuide dela especificamente. Há um chefe de serviço, que é diretamente subordinado ao Presidente da empresa, que deve ter pouco tempo para ele pessoalmente cuidar disso. Então a gente sente que a área de recursos humanos é meio marginalizada. E os desencontros e desacertos nessa área são imensos. Eu tenho uma coleção de documentos que me custa acreditar que isso tenha acontecido no País e numa empresa como a PETROBRÁS. Talvez até os Srs. Diretores desconheçam, pelo acúmulo de trabalho, pelo acúmulo de preocupações que todos têm. Eu faria poucas perguntas: primeiro, a PETROBRÁS, com a lei da anistia, só readmitiu administrativamente 7 funcionários. Eu perguntaria o que receberam esses funcionários de acordo com a lei? Quanto receberam a que período correspondeu?

Segundo, por força de mandados judiciais, ou melhor, por força de mandado de segurança, concedido pelo Tribunal Federal de Recursos, retornaram algumas dezenas de funcionários. Gostaria de conhecer a relação nominal desses funcionários e o que eles receberam. E por último, em que se baseia, em que lei, em que norma, o atual Superintendente da Refinaria do Rio Grande do Sul se nega a readmitir oito funcionários, que foram recentemente beneficiados com mandado de segurança e, inclusive, já foi baixado um ato pelo Ministro das Minas mandando retornar esses servidores. E esse superintendente continua a criar dificuldades, inclusive alegando que esses funcionários só poderiam retornar ao trabalho após uma Comissão que foi recentemente criada pelo Ministro de Minas para examinar.

Outra problemática é a dos anistiados que tiveram um tratamento iníquo e injusto na PETROBRÁS. A um mandado de segurança não cabe contestação de nin-

guém. É uma ordem da Suprema Corte que tem que ser cumprida. E eu sou um exemplo: eu retornei à PETROBRÁS por força de um mandado de segurança e não houve nenhuma contestação. Eu retornei tranquilamente e me readaptei no meu serviço, não tive nenhum tipo de problema nem com os meus companheiros de trabalho, nem com os meus superiores. Estou lá há três anos e o Presidente da Refinaria do Rio Grande do Sul, há um mês que esse ato ministerial foi baixado, e ele contesta que tem ainda que submeter à apreciação... seria uma inversão, uma decisão de uma Suprema Corte ser submetida a uma Comissão instituída por uma portaria ministerial. Não acredito que seja uma deficiência de interpretação. Não é possível que nessa refinaria não haja advogado. Eu sou um modesto operador de refinaria, não sou advogado, mas ninguém pode submeter uma decisão de um Tribunal Superior a uma portaria ministerial. Então é uma das pessoas que eu admito que não quer mudar a mentalidade para os novos tempos.

E voltaria a abordar, mais uma vez, o problema do autoritarismo na empresa. Eu recebo aqui uma documentação de uma técnica de nível superior que, no dia 1º de maio de 83, foi promovida por mérito. Dois meses depois, porque teria comparecido a uma assembleia, que tratava de aumento de salário, essa profissional foi demitida. Participou de vários cursos da empresa, tem um histórico escolar excelente e eu gostaria que fosse dado a essa Comissão uma explicação, porque a empresa investe...

O SR. ARMANDO GUEDES COELHO — Como é que chama essa técnica, nobre Deputado?

O SR. MÁRIO LIMA — Glória Maria da Silva Martins.

Eu faria uma pergunta específica ao ilustre Diretor: V. S. é funcionário da empresa há quanto tempo?

O SR. ARMANDO GUEDES COELHO — 22 anos.

O SR. MÁRIO LIMA — A sua função permanente qual é?

O SR. ARMANDO GUEDES COELHO — Engenheiro de planejamento.

O SR. MÁRIO LIMA — Que nível?

O SR. ARMANDO GUEDES COELHO — 4.

O SR. MÁRIO LIMA — V. S. é optante?

O SR. ARMANDO GUEDES COELHO — Sim.

O SR. MÁRIO LIMA — V. S. tem conhecimento que o Fundo de Garantia vitimou muitos técnicos e trabalhadores na empresa. Eu gostaria que a empresa fornecesse o número de trabalhadores que não são optantes, opcionais e, se possível, entre os não optantes os que têm cargo de chefia na empresa. Porque eu conheço alguns casos realmente difíceis de serem explicados. Técnicos que foram ao exterior estagiar com tudo pago pela empresa e, ao voltarem do exterior, por não aceitarem a opção... E está dito na lei: opção.

Outro documento que nos deixa preocupado é que na norma de pessoal da empresa diz aqui: "Condições para se admitir um funcionário — SEPS — norma 200, 000". As normas da PETROBRÁS são complicadas, a impressão que se tem é que elas são feitas para que ninguém entenda. Eu tenho certeza de que a maioria dos funcionários, até graduados da empresa, não têm nenhum domínio, porque elas se anulam, se entrelaçam, se destroem, se completam. Então está aqui norma da empresa escrita para admissão, diz o seguinte: "Admissão, é o início da relação de um empregado efetivado através de contrato individual de trabalho, assinatura do termo de opção, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e do pedido de inscrição na PETROBRÁS." Eu acho que, num País democrático, qualquer cidadão só é obrigado a fazer alguma coisa se houver uma lei que assim determine. Não se entende que uma empresa do Estado, onde todos nós somos donos, nas suas normas e da sua Presidência saiam atos desse conteúdo. A PETROBRÁS não pode ter esse tipo de comportamento. A PETROBRÁS é um patrimônio de todos.

Por último, Sr. Diretor, ainda vivemos as consequências do célebre movimento de julho de 83. E aqui eu invoco o testemunho do Doutor Alberto Vadjan a quem acabei de me referir com justas palavras elogiosas, desde que assumi a Presidência do Sindicato, em julho de 1983,

todos os meus atos foram no sentido de resolver o impasse mediante o diálogo, porque eu tinha conhecimento de que também verdadeiras afrontas ao direito do cidadão, aos princípios de justiça e democracia tinham sido cometidos.

Eu até admiti com benevolência, porque a greve é um momento de muita tensão numa empresa, ninguém deseja a greve numa empresa, nem os trabalhadores nem os dirigentes. Nenhum dirigente sindical vai à greve porque quer, e passada a greve, um ano depois, eu sempre procurei dialogar com empresa, desde o meu ato de posse, ao qual esteve presente o Dr. Alberto Vadjam, a minha primeira correspondência à empresa foi colocando problema do diálogo para resolver o impasse e sempre encontrei a maior má vontade, a maior intolerância do setor competente.

E eu dizia: Coronel Darcy Siqueira, o Senhor não está sentindo que esse País está mudando, nós vamos sair de uma ditadura, nós vamos entrar num regime democrático, e esses problemas vão ser resolvidos de qualquer maneira. E ele dizia: questão fechada, não se discute. E nós estamos vendo agora o problema estar sendo resolvido, depois de ter causado vítimas de todos os lados, de ter desgastado ilustres e honrados técnicos da empresa que tiveram de cumprir essas decisões absurdas. Houve técnico que chorou quando teve que relacionar alguns operários, que nada tinham a ver, não tinham uma falta que os desabonasse. A empresa relacionou criminosamente até cardíacos para demitir por falta na greve. Não aceito que uma empresa como a PETROBRÁS tenha essa filosofia. É fruto da mentalidade de pessoas que não querem aceitar, e felizmente são minoria na empresa.

Tenho comparecido assiduamente a esta CPI e tenho conduzido minha fala neste diapasão de entendimento para resolver o impasse. Nenhum dos trabalhadores pretende que esse técnico vá para a rua da amargura. Não pretendemos para eles o destino que nos deram: o desemprego, a perseguição, a família passando até fome. Agora, esses homens não podem continuar dirigindo, porque eles não têm condição de conviver com a democracia. Eles não podem dirigir homens. Eles podem ser técnicos lá no seu setor. Agora, comandar exige sabedoria, espírito de justiça, espírito democrático, espírito sem ódio, espírito sem revanchismo, e nós estamos dando demonstração de que queremos isso. E tivemos muita sorte. Temos hoje um Ministro de Minas que tem plena autoridade no seu Ministério, não há mais litígio entre a PETROBRÁS e o Ministério das Minas e Energia. Temos um Presidente, que é um homem competente, digno, democrata e aberto ao diálogo, ele está dialogando com todos na empresa.

Mas, para concluir, Sr. Presidente, eu faria umas perguntas, que eu tenho o compromisso histórico de fazer. Com a greve de 1983, eu ainda estava na Bahia, e mantive contato com o eminente Cardeal Avelar Brandão Vilela, que fez um esforço tremendo, ligou para o Presidente da PETROBRÁS e a resposta que teve do Presidente Shigeaki Ueki foi a seguinte: enquanto eu estiver na empresa não volta ninguém. Ele nunca teve uma palavra moderada, de dizer: vamos examinar, vamos apurar. Não houve apuração. Eu sei de pessoas que estavam a 50 Km da refinaria e foram demitidas por estarem envolvidas na greve. Sei de pessoas que estavam numa mesa de hospital. Sei de um companheiro que tinha pedido licença, com autorização do seu chefe para antecipar seus dias de folga para levar um seu filho a fazer vestibular em Aracaju. Esse homem foi inapelavelmente demitido. E foram sentenças irrecorríveis. E eu gostaria de ler um trecho do jornal de Campinas, que diz o seguinte:

“Os demitidos

São 126 nomes de petroleiros numa lista que a PETROBRÁS fez circular antes do fim da greve. O Diretor Industrial da PETROBRÁS, Armando Guedes Coelho, afirmou ontem “que são irrecorríveis” — eles atribuem essa afirmativa ao Senhor — as demissões de 126 grevistas na Refinaria do Planalto, em Paulínia, e mais de 180 na Refinaria Landulfo Alves Mataripe e que nada adiantarão pedidos de reconsideração que poderiam ser feitos pelos Ministros César Cals, das Minas e Energia, a quem a PETROBRÁS está subordinada, ou o Murillo Macêdo, do Trabalho.”

Nós achamos grave porque, realmente, o Ministro de Minas tentou nomear um Diretor e o Presidente anulou

essa admissão depois que ela já tinha sido assinada pelo Presidente da República.

E, por último, eu perguntaria ao Diretor Armando Guedes, se ele tem conhecimento de que, no dia 10 de julho de 1983, pela manhã, houve uma reunião entre o Superintendente de Produção da REPLAN, Vicente Elmo Brasil, e um grupo de funcionários, acompanhados do então Presidente do Sindicato, Jacó Bitar, na residência do Sr. Jaceguai Cunha, Supervisor de turno, que foi o intermediário do encontro, onde se acertou uma reunião, para a tarde, com a direção da PETROBRÁS. Estavam presentes também nesta reunião o operário Salvador Godeon, que hoje é o Presidente do Sindicato e o companheiro Eustáquio Luciano Zica, que estão presentes neste recinto. A reunião se realizou entre o Diretor Armando Guedes Coelho, Vicente Elmo Brasil e uma comissão de trabalhadores, com a ausência da Direção do Sindicato por exigência da PETROBRÁS, onde teria V. Sa. feito as seguintes afirmações: “Não vim para negociar, vim para demitir. Se persistir o movimento, vamos desativar a refinaria”.

V. Sa. também tem conhecimento de que o Superintendente garantiu aos trabalhadores que se houvesse a reunião, reunião a que acabo de me referir, as 100 demissões da REPLAN seriam canceladas e as 30 primeiras seriam revistas? V. Sa. também tem conhecimento do processo de aceleração de admissões na REPLAN nos últimos meses, mesmo após ser divulgada na imprensa a nova filosofia que seria implantada nas empresas públicas, proibindo admissões sem autorização do Governo que se implantava? Esse processo foi ativado a partir das notícias da reintegração do pessoal, as notícias dadas pelo Ministro das Minas e Energia?

Qual seria o objetivo da empresa? Ocupar os lugares para dificultar que esses trabalhadores, que o Ministro havia se comprometido, inclusive através de um discurso do Líder do seu Partido aqui, no Senado, o Senador Carlos Chiarelli, que, falando em nome da Liderança do seu Partido, declarara aqui, nesta Casa que, por autorização do Ministro, haveria a revisão e o retorno dos trabalhadores? Então, após isso se aceleraram as admissões. Eu pergunto: qual seria o objetivo da empresa? Seriam essas pessoas que não mudam a mentalidade? Isso é um problema que eu quero colocar franca e honestamente para os Senadores. O problema tecnológico, o problema econômico, a competência da PETROBRÁS, hoje, é difícil alguém poder contestar. Inclusive o ilustre e brilhante Senador Roberto Campos tem tentado aqui, de maneira inglória, combater o monopólio da PETROBRÁS. Tenho por ele a maior admiração, o maior respeito, mas é uma luta inglória. Agora, esse problema de relações humanas na PETROBRÁS ainda é grave. Os Senhores atentem para ele porque os tempos são outros, a sociedade brasileira já se conscientizou dos seus direitos e deveres. Os sindicatos de petróleo estão, cada vez mais, amadurecidos. Eu, pessoalmente, estou nisso há 33 anos, desde os bancos escolares que luto pelo monopólio estatal. Está aqui o meu ex-chefe Alberto Vadjam, com quem sempre tivemos discordâncias respeitadas e a quem eu, sempre que posso, rendo homenagens, um dos mais dedicados e competentes técnicos. Igual a ele há dezenas e, posso até exagerar, centenas.

E, por último, para concluir, eu faria uma pergunta para poder defender a empresa. A empresa é acusada frequentemente de gastar o dinheiro no exterior de maneira pouco controlada e até irresponsável. Eu gostaria que me fosse informado o seguinte: em que países a PETROBRÁS e suas subsidiárias mantêm escritórios, representação ou qualquer coisa semelhante; quem são seus titulares, se são do quadro da empresa uma pequena biografia, porque há nos corredores do Congresso histórias as mais desencontradas e sinto-me duplamente com responsabilidade de esclarecer, primeiro, como parlamentar e, segundo, como Presidente do Sindicato dos Trabalhadores, que eu e todos nós temos sérios compromissos na vigilância e na defesa do monopólio estatal do petróleo; e segundo, porque quero fazer justiça à maioria esmagadora desses homens que estão dirigindo a empresa, são homens dignos, patriotas e honestos.

Era só o que tinha a dizer, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Calmon) — Concedo a palavra ao Dr. Armando Guedes Coelho.

O SR. ARMANDO GUEDES COELHO — Nobre Deputado Mário Lima, fico grato pelos esclarecimentos

que V. Exª apresentou e pediria, porque tomei nota de algumas das suas observações, mas necessariamente não de todas, porque V. Exª inclusive fez outras, que encaminhasse também todas essas colocações de forma tal que pudesse ter resposta de tudo que V. Exª quer saber, para que não faltasse nenhum esclarecimento. Então, insistiria que V. Exª por favor, me transmitisse, via Presidência da Comissão, todas as suas perguntas. Vou procurar responder algumas das que tomei nota.

Veja, nobre Deputado, não tenho aqui procuração para defender ninguém, mas conheço algumas coisas que se passaram na empresa; então muitas coisas vou mencionar em função de ter vivido a maioria desses fatos que o Sr. menciona. O primeiro deles é sobre essa circular. Recordo-me da época em que essa circular foi feita e do problema que ela gerou. Foi o tipo da circular, nobre Deputado, que foi feita com um objetivo e o resultado foi o oposto e eu diria que, hoje, ela praticamente não é obedecida e foi uma boa lembrança do Sr. Para que ela seja revogada. Na época, a empresa estava sendo procurada, de uma maneira muito insistente, por empresas que operam no Brasil, com a PETROBRÁS, e que, na maioria dos casos pagam salários substancialmente maiores do que a empresa faz, e que iam à PETROBRÁS, contratavam seus técnicos pagando-os — faço questão de insistir que essa circular, quando foi feita, o foi basicamente para atender ao objetivo na área técnica, porque estava acontecendo uma saída muito grande de técnicos da empresa, jamais com o objetivo de pegar qualquer empregado da empresa, e a razão é essa que estava mencionando — muitos técnicos da empresa estavam sendo contratados por empresas externas, pagando um salário mais alto do que o que a empresa pagava. Evidentemente isso gerava uma vontade, uma tendência, quase uma necessidade de o empregado sair. Houve época — o Deputado está cansado de saber — que a empresa não estava pagando bem, e depois esse técnico ia prestar serviço à empresa, cobrando dela um valor muito superior àquilo que seria razoável, possivelmente tendo em consideração que seria um técnico qualificado, porque era um próprio técnico da empresa que estava fazendo o serviço.

Então, a PETROBRÁS entendeu que isso estava caminhando para um rumo que não seria conveniente. Procurou, pois, criar a figura, não digo da proibição, mas da conveniência, de que a empresa tivesse conhecimento, se ela fosse buscar na nossa companhia um técnico para prestar aquele tipo de serviço, aquilo seria considerado, para efeito de julgamento da companhia na hora.

Veja V. Exª: não teve nenhum objetivo, na época, na linha que o nobre Deputado coloca. Entendo que o resultado foi esse, porque depois ouvimos várias vezes esse tipo de comentário e, evidentemente, não era esse o objetivo da companhia, mas proteger, principalmente considerando que a empresa privada tinha condições de dar salários sem qualquer limitação, a PETROBRÁS estava limitada na fixação dos salários não só dos seus executivos, como de seus técnicos, como de seus empregados de maneira geral e que isso estava levando a uma saída das melhores cabeças do nosso time, para depois prestar serviços à Companhia.

O aspecto do aposentado surgiu, nessa ocasião, em decorrência de uma idéia também, que foi considerada na empresa, que o aposentado saia da companhia teoricamente bem remunerado, porque a PETROS daria esse tipo de cobertura para ele e, teoricamente, iria sair com um salário que recebia na companhia e depois voltava a prestar serviço na companhia, ocupando o lugar de um outro assessor, que poderia estar trabalhando, ou seja, uma pessoa que já tinha uma condição de vida adequada, que deveria ter constituído algum patrimônio durante o seu período de trabalho, aposentou-se em condições razoáveis e continuaria ocupando o lugar de uma pessoa que poderia estar prestando esse tipo de serviço. Então, isso não era uma tendência, nem uma política da companhia.

O SR. MÁRIO LIMA — Sr. Presidente, é oportuna uma intervenção.

O Sr. coloca um problema ao qual gostaria de fazer uma ilustração: a PETROS era dirigida por um técnico em administração com vários cursos de especialização no exterior, que participou sempre no setor de organização. Esse técnico foi instado a fazer acordo com a empresa, tinha um mandato na PETROS — é o Dr. Caeta-

no Gentil Neto — que iria, salvo engano, até o próximo ano. Esse técnico foi instado a sair da empresa, se aposentar e, em seu lugar, foi colocado um técnico inteiramente alheio à essa especialidade, um técnico que foi Diretor de Produção da empresa, que foi responsável por obras de engenharia importantíssimas e que já era aposentado. Quer dizer, tiraram um técnico que estava na ativa, obrigaram-no a se aposentar e colocaram em seu lugar um técnico de outra área que já estava aposentado. Isso é para o Sr. ver que realmente a nossa colocação procede.

O SR. ARMANDO GUEDES COELHO — Exato. O que quero dizer é que o objetivo da companhia, quando fez essa circular, foi evitar que esses fatos se passassem, ou seja, um pessoa aposentada ocupar o lugar de uma pessoa que estivesse trabalhando.

Então, nobre Deputado, essa foi a razão de ser da circular, na época, e que reconhecemos que trouxe consequências muito inconvenientes para os objetivos a que se destinava, e eu diria que, hoje, a empresa não toma em consideração esse fato, e acho que, talvez, a sugestão melhor seria cancelar essa circular porque o seu objetivo não foi atingido. E já há vários casos de empregados que saem da companhia e que vão trabalhar em outra companhia.

No fundo, realmente, as empresas que trabalham com a PETROBRAS têm consciência, hoje, de que não é válido elas irem buscar na empresa um técnico, que está prestando serviço na companhia, contratá-lo com um salário maior para, depois, ele vir prestar serviços à companhia. Essa, no fundo, foi grande mensagem que se procurou transmitir para essas empresas e elas, hoje, têm consciência disso, porque sabem que no dia-a-dia esse fato é tomado em consideração, mas o fato que o Deputado transmitiu é uma realidade.

Gostaria, nobre Deputado, neste particular, também sem ter procuração de ninguém, porque inclusive o Dr. Gentil, quando foi substituído pela nova administração da companhia, não a administração do Sr. Beltrão, mas pela administração que antecedeu às duas, de fazer a seguinte observação: o Sr. Deputado conhece bem, estávamos com um problema com a PETROS, diria um problema relativamente grande, porque o que estava acontecendo, na realidade, é que os empregados que estavam se aposentando, aposentavam-se com um salário substancialmente inferior àquele que seria razoável, em função da contribuição que prestou durante toda a vida. Então, em nível médio, o Deputado sabe mais do que ninguém que a contribuição que a PETROS estava pagando era, em alguns casos, ridícula, era quase nenhuma, quer dizer, no grosso, quem sustentava o aposentado era o próprio INPS. Então questionávamos com a PETROS, e havia uma resistência muito grande por parte dessa direção em dar um tratamento que, imaginávamos, que seria razoável que a pensão fosse adequada ao nível de trabalho que o empregado estivesse fazendo.

Então, nobre Deputado, mais uma vez prevaleceu, sem nenhuma interferência minha pessoal, aquela idéia de que o pessoal dificilmente mudaria, houve muita resistência, e uma das razões da mudança, na época, da direção da PETROS, foi dentro dessa colocação.

Eu tenho pelo Dr. Gentil, tal como o Deputado disse, a maior admiração, porque é um técnico competente, é um técnico que trabalhou a vida toda nessa área e sempre fez um belo serviço nessa área. Mas, uma das razões que levaram a direção da empresa a promover a substituição foi esse tipo de comportamento, ou esse tipo de resistência, e acabou tendo de ser feita a mudança. E hoje as aposentadorias, o Deputado pode dar o seu testemunho, são muito mais consentâneas com a contribuição que os empregados prestam.

O SR. MÁRIO LIMA — Eu acho que há um equívoco de V. Sa. Essa modificação, inclusive, foi feita na gestão do Dr. Gentil, eu estava em Brasília no dia em que a previdência complementar foi aprovada.

O SR. ARMANDO GUEDES COELHO — V. Exª tem razão. Mas, com uma resistência enorme da parte do Dr. Gentil.

O SR. MÁRIO LIMA — E ele veio aqui, para Brasília, e eu até o ajudei no que pude na aprovação por parte da Superintendência de Previdência do Ministério.

O SR. ARMANDO GUEDES COELHO — É fato, Deputado.

O SR. MÁRIO LIMA — O que nos consta e o que é público e notório, é que a ida do Dr. Orfila foi uma maneira de compensá-lo por não ter sido Diretor da Empresa e o Presidente atual, o Almirante Dutra de Resende, teria dado aquilo como uma espécie de compensação.

O SR. ARMANDO GUEDES COELHO — É possível, Deputado. Eu não tenho conhecimento do fato em si.

O SR. MÁRIO LIMA — Lamentavelmente nós trazemos esse fato aqui porque não houve condição de dialogar. Inclusive o Almirante quando assumiu, nós, na condição de representantes legais dos trabalhadores, propusemos e ele se negou a nós receber. O que é lamentável.

O SR. ARMANDO GUEDES COELHO — Mas, Deputado, a razão que levou à colocação do Dr. Orfila eu não tenho conhecimento. De qualquer maneira, o que quero transmitir é que realmente essa luta para que a PETROS traduzisse em realidade foi uma luta bastante grande, que toda a cúpula da empresa teve e que a resistência foi muito grande. Isso eu sei porque, de perto, tive uma participação bastante ativa e fui um dos elementos que não concordaram, de forma alguma, com o posicionamento da PETROS que não poderia dar uma melhoria, que acabou tendo que ser dada por pressão, e que hoje eu acho que traduz bastante de perto o interesse do empregado.

A questão que o nobre Deputado colocou, área de pessoal sem diretor, realmente é uma questão que, volta e meia, é comentada na direção da companhia, e o Deputado se recorda que, no passado, já chegamos a ter um Diretor nessa área, que era o General Daltro.

O SR. MÁRIO LIMA — Lamentavelmente eu acho que se confunde recursos humanos com disciplina e outros tipos de atividade. Eu acho que recursos humanos tem que ser com gente preparada. Uma empresa como a nossa, a PETROBRAS, quando eu digo nossa é porque é minha, é de V. Sa, é de todos os brasileiros, requer gente com preparação, com cursos de especialização. Na base da ordem unida não se comanda uma empresa.

O SR. ARMANDO GUEDES COELHO — Mas, de qualquer maneira, sem entrar no mérito da pessoa em si que exerceu a diretoria, a diretoria, na época, tinha o objetivo de atentar mais para a área de recursos humanos.

O SR. MÁRIO LIMA — E, lamentavelmente, depois de dois anos foi extinta.

O SR. ARMANDO GUEDES COELHO — Então, eu acho que a colocação do nobre Deputado merece ser analisada, evidentemente a empresa deve examinar a conveniência de voltar a ter uma área específica. Porque eu concordo com o Deputado de que essa área nas mãos do Presidente, ele que tem tantas atividades de importância e com pressões de tal ordem, que dificilmente terá condições de dispor do tempo que a área necessita para efeito de uma análise mais profunda e mais adequada.

O SR. MÁRIO LIMA — E no caso específico do ex-Almirante, ele se negava a qualquer tipo de entendimento com os representantes legais dos trabalhadores. Simplesmente há dirigentes de sindicatos que, durante 21 anos, nunca conseguiram falar com o Presidente da empresa ou com o seu Diretor. Ao passo que com o atual Presidente Hélio Beltrão, eu duvido que venha haver crise, porque há diálogo, há compreensão, há respeito mútuo, não há imposição.

O SR. ARMANDO GUEDES COELHO — Mas, Deputado, prosseguindo nas suas observações, quanto à anistia, evidentemente, nobre Deputado, eu não tenho condições de responder agora. V. Exª já fez esse tipo de colocação sobre os funcionários que foram anistiados e que retornaram e o que eles receberam, eu não sei se V. Exª recebeu a resposta por escrito, evidentemente a em-

presa está preparando a resposta para V. Exª, conforme questionou.

Agora, quanto à colocação que V. Exª fez da REFAP, de oito funcionários, eu pediria ao Dr. Alberto, se ele tem alguma notícia, porque realmente eu desconheço a colocação que o Deputado Mário Lima está fazendo.

Dr. Alberto, V. Sa. tem alguma notícia sobre o que se passou? O Dr. Alberto é o Superintendente Geral do Departamento Industrial.

O SR. ALBERTO — Eu não tenho nenhum conhecimento. Eu estou afastado da empresa há duas semanas, estou em gozo de férias, mas eu não tenho nenhum conhecimento com relação a esse mandato ministerial, ou judicial, relativo a 8 anistiados, e com relação a um acelerado concurso de readmissão...

O SR. ARMANDO GUEDES COELHO — Essa parte, Alberto, eu preferia tratar na época própria, vamos ficar no caso da REFAP por enquanto. Então, nobre Deputado, eu vou mandar verificar esse caso lá na Refinaria Alberto Pasqualini...

O SR. MÁRIO LIMA — Eu recebi uma cópia da correspondência do Superintendente.

O SR. ARMANDO GUEDES COELHO — O que diz a correspondência do Superintendente?

O SR. MÁRIO LIMA — Ele diz isso: que, lamentavelmente, vai ter que submeter isso a uma comissão criada para estudar assuntos inteiramente diversos.

O SR. ARMANDO GUEDES COELHO — V. Exª tem idéia de quando se trata disso?

O SR. MÁRIO LIMA — É recente. Foi da semana passada.

O SR. ARMANDO GUEDES COELHO — Então nós vamos verificar e V. Exª terá os esclarecimentos devidos.

Agora, quanto a essa empregada técnica, Glória Maria da Silva Martins, Deputado, eu realmente não tenho condições...

O SR. MÁRIO LIMA — Eu sei que é difícil V. Sª me dar uma resposta assim. Peço-lhe que pergunte a quem de direito e, oportunamente, V. Sª nos informe.

O SR. ARMANDO GUEDES COELHO — Quanto à questão do número de trabalhadores não optantes profissionais e que ocupam posição de confiança, também vou verificar, nobre Deputado, e procurarei transmitir à V. Exª a informação adequada, no que tange...

O SR. MÁRIO LIMA — Eu creio que, quanto a maioria das minhas perguntas, é difícil que V. Sª tenha uma resposta imediata, porque inclusive não é da sua área.

O SR. ARMANDO GUEDES COELHO — Nobre Deputado, vamos à questão do movimento de julho de 1983, a que V. Exª deu uma ênfase muito grande. Entendo e tenho a consciência do problema, particularmente, como Diretor da Área Industrial; na época, vivi esse problema muito de perto, inclusive tendo sido participante de uma das reuniões que aconteceu lá em Paulínia, ocasião em que tive a oportunidade de comparecer. Eu comecei, nobre Deputado, transmitindo a V. Exª o seguinte: eu jamais fiz qualquer declaração sobre a demissão ou readmissão de empregado, porque não me compete fazer isso. Eu sou Diretor de uma área técnica, e a minha obrigação na Companhia, evidentemente o regime é colegiado, mas a minha obrigação é procurar fazer com que a área que eu supervisiono funcione adequadamente. Mas não sou responsável e nem especialista na área de pessoal. É evidente que, por dever de ofício, eu tenho, obrigação e me interesse, de perto para ver o que está se passando, para que a área funcione bem. Mas eu jamais fiz a declaração de que não adiantaria o Ministro César Cals fazer isso ou aquilo... porque é claro, eu não seria tolo nem estúpido de fazer uma afirmação dessa natureza, considerando o aspecto hierárquico. Uma determinação ministerial, se chegar no escallão próprio, tem que ser cumprida, porque é um problema de hierarquia. Então eu não fiz essa declaração.

A declaração que eu fiz e está na televisão, porque foi gravada na época, foi que, quando houve o problema das demissões, não me recordo exatamente das palavras, porque já tem algum tempo, foi quando me perguntando a propósito do assunto, eu fiz uma observação, dizendo que a PETROBRÁS é uma empresa em que, infelizmente, o empregado não podia fazer greve, porque é uma empresa de tal importância para o País que uma greve na PETROBRÁS teria tal efeito devastador na nossa economia, que o paralisaria em tão pouco tempo, que o empregado da PETROBRÁS não tinha o direito de fazer greve, e isso estava em lei.

Eu não discuto se a lei é adequada ou inadequada, se ela não for adequada que se mude a lei, mas enquanto existir uma lei, ou o que existia, na época, dizia que o empregado da PETROBRÁS não devia fazer greve, ou não podia fazer greve, era uma das áreas de segurança nacional que não podia fazer greve, a greve não podia ser tolerada, e todos aqueles que fizessem greve teriam de ser submetidos às penalidades da lei, e que se houvesse, como houve, as demissões, elas teriam que ser cumpridas.

Eu gostaria de acrescentar mais, nobre Deputado, o seguinte: o esforço feito, na época, para que não houvesse necessidade de haver demissão foi enorme. A quantidade de avisos que foram dados para os empregados, inclusive no caso de Mataripe, talvez seja do seu conhecimento, ou no caso de Paulínia, até às casas dos empregados foram levadas notícias, foram levadas informações, de que eles deveriam retornar ao trabalho, sob pena de serem dispensados, porque nós não podíamos admitir, na ocasião, que aquele movimento extrapolasse aquelas áreas que eles estavam, porque, se assim acontecesse, a empresa toda se veria diante de um quadro de paralisação, e essa paralisação levaria à paralisação do País num espaço muito curto de tempo, porque todo mundo sabe o que representa, pra economia do País, o derivado de petróleo em si.

Acho que, evidentemente, seria quase que um mandamento, não entro no mérito, não sou político, se o Governo era autoritário ou não, esse é um detalhe que não me cabe discutir, é na esfera política que esse assunto tem que ser discutido, mas em havendo um Governo, e o Sr. disse muito bem, em havendo autoridade, alguém tem que obedecê-la, então, o que se teria que preservar, naquela hora, era um princípio de autoridade. Se a autoridade ali não fosse atendida, fatalmente marcharíamos para um descalabro total dentro da empresa e fora dela; e isso, evidentemente, até onde fosse possível, teríamos que evitar, porque tínhamos consciência do que aquilo poderia traduzir. Acho, na minha maneira de ver, como técnico, insisto, não como político, que o empregado que entra na PETROBRÁS, ele quase que teria que fazer um juramento, um mandamento, que ele não fará greve, independente da circunstância, face à empresa em que ele trabalha, face ao tipo de responsabilidade que existe no trabalho que ele efetua e em face da importância que essa área tem para a área do país.

Acho que esse problema de dar uma conotação política a uma ação dentro da PETROBRÁS é um problema que extravasa completamente o aspecto que diz interesse, que diz respeito a ela; ela tem que atender a uma determinada exigência que é colocada por uma classe dirigente e que essa classe dirigente tem que discutir, tem que acertar, tem que definir, se é válido ou não aquele tipo de objetivo, mas que não compete, nem na área industrial, e nem da refinaria em si, discutir se aquele objetivo é bom ou mau.

Posso estar errado, sou um democrata, como o Sr. também o é, aceito que a opinião necessariamente não tem que ser aquela que vá prevalecer, mas, pelo menos, é um ponto de vista meu de que, nesse nível, temos muito que atender a determinadas diretrizes que, seguramente, estariam partindo de determinadas áreas que deveriam discutir nesses vários aspectos, da conveniência ou não de fazer.

Pois bem, colocado isso, o que gostaria de transmitir é o seguinte: a quantidade de vezes, a quantidade de apelos que foram feitos no sentido dos empregados não fazerem aquilo que estava se propondo fazer — porque aquilo levaria a empresa a tomar uma determinada ati-

tude que ela não gostaria de tomar — foi em tal número que, realmente, não dá para entender por que o fato ocorreu.

Particularmente, participei de uma reunião dessa, com a presença do Dr. Brasil, que é o superintendente da refinaria, como o Sr. menciona, em que fui, Deputado, sem nenhuma obrigação, não tinha que ir à uma reunião dessa porque não fui à refinaria, nessa ocasião, para tratar desse assunto especificamente, mas entendi da gravidade do fato, como ele estava evoluindo e que, sabendo como é que o Presidente Ueki concebia a coisa, que seguramente o levaria a tomar uma decisão dessa ordem, como já havia tomado, e esse fato a que V. Ex. se refere é em parte verdade. Tomei parte dessa reunião, eu não fui discutir a greve ou coisa parecida, porque já havia uma decisão tomada e eu, como empregado de vinte anos na companhia, preocupado que estava com os outros empregados que ali estavam tomando uma decisão da qual não tinham consciência da extensão que estava tendo, e não sabiam das consequências que estavam por vir, em virtude dessa decisão, tive a preocupação de chegar lá e pedir aos representantes dos sindicatos na época, para que eles transmitissem aos demais empregados, que estavam concentrados em um campo de futebol em Campinas, a gravidade da decisão que estavam tomando e das consequências que poderiam advir. E a decisão já não estava em minhas mãos, já havia sido tomada e era esta: se não houver um retorno, dentro de determinados horários estabelecidos, haverá demissões sucessivas dentro da companhia até o fechamento da refinaria, se fosse o caso. Essa a decisão tomada, e eu então apelei aos representantes dos sindicatos para que pedissem aos colegas que retornassem ao trabalho a fim de que não sofressem uma punição que, com certeza, lhes traria consequências futuras desagradáveis, afetando a vida familiar.

Sr. Deputado, gostaria de aproveitar a oportunidade, e fazer mais uma observação: V. Ex. tem mais tempo de serviço na companhia, mas acredite, ninguém mais do que eu, dentro da PETROBRÁS, é mais PETROBRÁS, porque sempre procurei defender a empresa dentro e fora dela, passei mais de 15 anos procurando defendê-la e ao País lá fora, nas negociações que tive oportunidade de manter sempre o fiz com a maior honestidade e com a maior boa vontade e esforço, inclusive muitas vezes com grandes sacrifícios pessoais, o que não vem ao caso. Mas tive a preocupação, na época, de transmitir aos superintendentes, que não seria tolerado, em hipótese alguma, partisse de onde partisse, nenhuma atitude que viesse prejudicar o patrimônio da companhia, que não era da companhia mas de todos os brasileiros.

Pois bem, na Refinaria de Mataripe da qual somos empregados, foram cometidos atos que, seguramente, prejudicaram por demais o patrimônio da companhia; determinados empregados, que não fazem jus ao coleguismo de outros, às vezes, até por desconhecimento, tomaram atitudes que prejudicaram terrivelmente os equipamentos, criando riscos elevados, não só para a classe dirigente, mas para os próprios empregados, fazendo com que a refinaria parasse numa situação fora de controle, o que poderia ter culminado num acidente seriíssimo, com consequências graves não só para o patrimônio, mas para a vida dos empregados que ali estavam. De forma que esse tipo de ação me deixou revoltado, porque partiu de empregados que deveriam ter a obrigação de defender o patrimônio que era de todos. Além disso, a PETROBRÁS não é só a Refinaria de Mataripe, a PETROBRÁS é composto por 60 mil empregados, que têm de zelar pelo nome da companhia perante o País, perante o Congresso, demonstrando que sabemos defender bem o patrimônio que nos foi entregue para gerir, o que não ocorreu com empregados daquela refinaria, pois enxovalharam o nome dos outros 58 ou 59 mil empregados das outras unidades, pois temos consciência de que a maioria era de boa origem, de boa índole e que estava interessada em defender o patrimônio da companhia e que foram malsucedidos em decorrência da utilização inadequada, por parte de um pequeno número com esse objetivo.

Assim é que, na época, foi transmitido aos chefes daquela unidade que, em relação àqueles empregados que foram apanhados ou que foi constatado que efetivamen-

te agiram contra o patrimônio da companhia, que, com estes não houvesse, independente do que a direção da companhia tinha decidido no sentido de demitir 20, 50, 200 ou 300, que esses empregados não mais permanecessem na empresa, porque não era justo que os demais empregados fossem obrigados a ter como companhia pessoas daquele tipo.

Sr. Deputado, fiz questão de dizer isso aqui, pois poucas vezes foi dada oportunidade de que a opinião pública tomasse conhecimento de fatos desta natureza.

O SR. MÁRIO LIMA — Infelizmente, Sr. Presidente, vou ter que usar mais uns dois minutos, porque o Dr. Armando Guedes deu uma resposta que se ateu mais a aspectos doutrinários do que aos fatos a que me referi. Se entrarmos nessa polêmica de que se deve obedecer a autoridade, eu concordo, mas acho que a autoridade não tem o direito de resvalar para o autoritarismo, para a ilegalidade, senão abdicamos da cidadania. Na PETROBRÁS, se não quisermos desgastá-la, temos que esquecer muitas coisas: dirigentes que chegam lá, estão num quadro da empresa e se vinculam em funções — e aproveitaria até para fazer um pedido de informação: quais ex-presidentes e ex-diretores que se vincularam ao quadro da empresa e em que função se vincularam?

Dirigentes houve que abusaram dos seus cargos e criaram na empresa um clima de opressão mesmo, de injustiça. Os Srs. que estão lá em cima, não sabem de certas coisas. Não houve uma apuração e eu vou revelar um fato: o Ministro do Trabalho, Murilo Macedo, tentou dialogar com a Presidência da PETROBRÁS, e na ânsia de dialogar, o Presidente da PETROBRÁS já ia para a televisão e anunciava os nomes. E os jornais publicavam. E por que a inclusão dos cardíacos entre os demitidos? Esses fatos são deploráveis, Sr. Diretor! Não se pode atirar pedra num trabalhador. Por que não houve um inquérito para apurar e individualizar a culpa? Por que se generalizou a culpa? Quem foi que mandou pôr? Eu sou um operador, eu só paro uma unidade se o meu superior mandar. Alguém deu a voz de comando, quem deu essa voz de comando? Isso até hoje não se esclareceu. Não houve uma preocupação da empresa para se chegar a esse detalhe. E por que demitir, por exemplo, um dirigente sindical que era suplente, que não tinha nenhuma responsabilidade legal; só um regime de arbítrio permitia isso. Se você é suplente de uma diretoria, não tem legalmente nenhuma responsabilidade. Eu sou suplente de um Senador, o titular comete um descaminho, qual a minha responsabilidade se não estou no exercício do mandato? Então, Sr. Diretor essas coisas, eu como os trabalhadores conhecemos de perto.

Agora, a origem de tudo, na minha opinião, era a maneira autoritária que, particularmente, o Sr. Presidente dirigia a empresa, ao ponto de contestar a autoridade do Presidente da República. Quem não conhece o episódio da nomeação e da desnomeação do Dr. Orfila? Uma pessoa que tem o mínimo de civilidade política não desafia o Presidente da República, e ele desafiou, e o decreto foi publicado num jornal insuspeito, que é o **Jornal do Brasil**. Estava lá com a assinatura do Presidente da República e ele foi lá e usou a sua força, que ninguém sabe de onde vinha, e fez o Presidente da República retroceder. Esses fatos estão na memória de todos e, particularmente, na dos políticos.

Um Presidente chega na empresa e se vincula. A Resolução nº 36/63 impedia esse tipo de abuso, e foi aprovada em 1963, porque o que falta na empresa é compreensão, porque a PETROBRÁS não pode ser uma empresa dirigida por um pequeno grupo fechado que não dá satisfação a ninguém. Quem não tiver esse espírito não pode trabalhar na PETROBRÁS. Quem não tiver esse espírito de grandeza, de renúncia, esse espírito democrático, não pode trabalhar na PETROBRÁS, que é um patrimônio da Nação. Ninguém quer desordem. Nenhum trabalhador quer isso, porque os mais prejudicados são eles. Toda vez que a ordem constitucional se rompe, quem mais sofre é o trabalhador. Tenho dito isso em todos os nossos pronunciamentos. A Nação não aceita mais nem ditadura de direita e nem ditadura de esquerda. O País quer uma democracia com as coisas bem claras. A iniciativa privada vai até aqui, aí a iniciativa estatal. Queremos regras claras, o que a PETROBRÁS

nunca fez. As normas de pessoal da PETROBRÁS são tão obscuras que eu duvido, os Srs. dizerem que entendem. Não entendem, porque são feitas para confundir. Ou nós mudamos essas coisas ou sempre haverá insatisfação, descontentamento e até revolta.

O movimento grevista foi o represamento de sentimento, de insatisfação. E se a PETROBRÁS fez aquilo, eu tenho documentos que, se o Sr. quiser, eu lhe mando, onde vem uma lista do Rio: demitam-se tantos, não se vê uma ordem para fazer um inquérito e apurar os culpados. Vê-se um número: queremos tantas demissões. E houve uma hora dramática, em que o Rio pedia que se completasse a lista e os engenheiros, que mourejam ali com dedicação, com senso de justiça, não tinham mais nome para completar a lista. E foi dito o seguinte: ou completa a lista com nomes de operários, ou completa com nomes de engenheiros. E houve um chefe, que teve a coragem e a dignidade de se insurgir, porque lhe tiravam um bom operário, e ele deu essa sua discordância por escrito. E esse operário, apesar de pertencer à Diretoria do Sindicato, voltou. Ele não era grevista como os outros? Ele não pertencia à Diretoria do Sindicato? Por que ele voltou? Porque havia um documento escrito de um chefe, protestando contra a sua demissão arbitrária.

Então, atirar pedras nos trabalhadores não vai resolver. Se houve erro do trabalhador, eu até admito. Mas, num barco, quem tem obrigação de comandar bem é o comandante, e se o comandante não comanda bem, os comandados se saem mal.

O ex-Presidente Shigeaki Ueki é um homem que não tem vocação de regime democrático e o Senado deu-lhe o troco, não o aprovando para embaixador. Eu ouvi uma palestra dele aqui, que me deixou espantado com os conceitos que ele emitia.

Uma indústria não vive só de eficiência, de recursos, vive do coração do trabalhador. Se eu estou numa unidade e eu não tenho amor por aquela indústria, eu vejo uma válvula aberta, ou danificada, que pode levar aquela unidade e uma catástrofe, se eu não tiver amor pela aquela empresa, eu não faço nada. Trabalhar na PETROBRÁS requer também amor, porque a maioria desses homens que estão lá, se não tivessem amor pela PETROBRÁS sairiam para ganhar mais.

A PETROBRÁS tem um quadro do maior nível, quer de trabalhadores, quer de técnicos. Agora, é preciso que haja transparência nesse relacionamento. O trabalhador da PETROBRÁS, em média, tem um nível cultural igual ao de um engenheiro apenas não tem um conhecimento específico. Ele lê revistas — eu observo isto Senador, você vai de manhã, meia-noite, pegar um turno de trabalho, eles estão lendo as grandes revistas que os ilustres Senadores lêem. São homens bem-informados, então, na empresa, tem que haver um clima de debate franco. Na hora de comandar, é claro, o Presidente é o Presidente, o Diretor é o Diretor, o Superintendente é o Superintendente. Eu, como operador-chefe, exijo que os meus comandados obedeçam, eu, como Presidente do Sindicato, imponho disciplina no Sindicato. Nenhum de nós quer bagunça. Nenhum de nós quer desordem, a desordem só leva ao caos. Nenhuma nação se constrói em função de desordem. Está aí o ilustre Senador João Calmon, que é uma espécie de Dom Quixote aqui, nessa Casa, e bate pela educação. Sem educação, nenhum povo tem futuro. O que nós queremos na PETROBRÁS é só isso.

Eu jamais pretenderia, e sei que nenhum dos meus companheiros de sindicato pretendem tirar a autoridade dos dirigentes dos superintendentes, pelo contrário. Agora, não se pode deixar que essas cabeças, que o Sr. disse, que não se modificam, continuem em postos-chaves na empresa. E sei que dentro dos quadros da empresa, o ilustre Ministro das Minas e Energia o Dr. Aureliano Chaves, ilustre Presidente da empresa e ilustres diretores encontrarão substitutos, à altura; haverá uma reciclagem, uma oxigenação.

Vou concluir, fazendo uma pergunta, que eu já ia me esquecendo e é muito séria. Eu tenho em mãos resumo do relatório do grupo de trabalho que apurou as causas do acidente ocorrido durante a perfuração do poço E/EN/3.333d/RJS, em 16 de agosto de 1984. Toda a Nação tomou conhecimento do trágico acidente na Plataforma de Enchova. Todos nós lamentamos. Perdemos

vidas, queridos companheiros, engenheiros e operários. Todos nós ficamos solidários com a empresa, com as vítimas e com seus familiares. Mas nós temos que tirar ensinamento disto. Do relatório eu vou ler só o final, que conclui da seguinte maneira.

“Conclusão:

Finalmente após outras considerações, o grupo de trabalho conclui por responsabilizar contratantes pelas causas do acidente, em consequência, sugere duas vias para apurar e haver as indenizações devidas.

a — rescisão judicial com apuração em perdas e danos com base na responsabilidade contratual;

b — negociações fora, extrajudicial, do ressarcimento por parte das contratantes.

Rio de Janeiro, 5 de dezembro de 1984”.

Eu faria duas perguntas: primeiro, a PETROBRÁS já recebeu qualquer indenização, qual o montante, quais as indenizações que foram pagas às famílias das vítimas? O problema das contratantes na PETROBRÁS é um dos problemas mais graves, Senador Severo Gomes. V. Ex*, que é relator dessa CPI deve atentar par esse detalhe. Os trabalhadores têm tentado, todos os anos, incluir na sua negociação coletiva o exame desta questão. Tenho ouvido sistematicamente as seguintes negativas do Chefe de Pessoal: a inclusão desse item inviabiliza o acordo. Nós sabemos, de perto, que essas contratantes, na maioria dos casos, sem pessoal especializados, como tem a PETROBRÁS, sem equipamento apropriado, como tem a PETROBRÁS, que entram através de processos que não são os mais eficientes, têm ameaçado o equipamento e a vida dos trabalhadores. Está aqui o fato que ninguém pode desmentir.

Agora, acidentes menores têm ocorrido, quase que semanalmente, mas que não têm repercussão. Então, esse tema das contratantes na PETROBRÁS é um caso seriíssimo. Eu perguntaria: a empresa já fez um estudo minuciosos para ver se economicamente é vantajoso?

O SR. ARMANDO GUEDES COELHO — O Deputado...

O SR. MÁRIO LIMA — Eu vou concluir a pergunta. Vê-se hoje que a PETROBRÁS, em determinados setores, não tem mais serviços próprios como tinha no passado. Só há uma razão para submeter o equipamento e a vida dos seus funcionários a tamanho risco, é que, economicamente, fosse recomendado — todo mundo sabe que uma empresa tem que se preocupar com seus custos. Agora, eu pergunto: mesmo que seja economicamente um pouco mais vantajoso, e os riscos que correm os equipamentos da empresa? E o risco que correm os seus trabalhadores? Nós sabemos de uma infinidade de casos e geralmente a gente não encontra uma explicação sensata. E esse problema de Enchova talvez tenha sido a gota d'água que transbordou. É um problema sério, Sr. Diretor.

Eu sei de casos de empresas que chegam no canteiro de obras, não têm equipamento e ficam usando o da PETROBRÁS ficam subornando funcionários para permitir... não comprem a legislação trabalhista. Os operários trabalham sem nenhuma proteção, no que a PETROBRÁS é criteriosa, fornecendo luvas, capacetes e todo o equipamento de proteção. Essas empresas não dispõem disso, Senador. E elas continuam proliferando nas áreas, lidando com equipamento, como o Sr. Disse aí muito bem, as refinarias da PETROBRÁS valem a vultosa importância de 10 bilhões de dólares.

Na PETROBRÁS há um critério: um engenheiro, quando entra para chefiar um serviço, ele fez uma carreira sedimentar, ele se revelou interessado, responsável, competente. O sujeito, para chegar à chefia de manutenção de uma unidade na PETROBRÁS, passa por um peneiramento. No entanto, essas empresas mandam pessoas inteiramente despreparadas para lidar com o patrimônio da Nação e com vidas humanas, o que é mais grave. E quem mais vê a falha somos nós, os operadores, são os homens de manutenção, que estão no campo, lidando com as empresas. E se ouve o sujeito dizer: não, eles iam fazer uma solda num lugar importante... é um soldador com pouca experiência. Já na PETROBRÁS não, ele só vai soldar um equipamento de responsabilidade se ele tiver uma vida funcional acompanhada. En-

tão acho uma temeridade. Aquela preocupação de diminuir custos a todo tipo pode levar a outras Enchovas. É a minha última pergunta, muito obrigado.

O SR. ARMANDO GUEDES COELHO — Bem, Deputado, a hora já está bastante avançada, mas eu vou tentar traduzir alguma coisa para o Sr. sobre isso. A preocupação nossa toda, principalmente a do Sr. nossa porque vivemos e somos os funcionários de carreira, a companhia precisa, sim, em última análise, ter como resultado, um produto que seja reconhecido por várias camadas da sociedade como sendo, vamos dizer assim, justo em termos do que é que o País precisa, de uma empresa como a PETROBRÁS. Então, o Sr. há de convir que a empresa é cobrada de todas as áreas; ela é cobrada pelos seus empregados, no sentido de que eles entendem, com justiça, que nós devíamos procurar ter todas as especialidades possíveis dentro da companhia, para fazer toda gama de serviços de que nós temos necessidade, porque assim seria mais bem feito. Isso é um ângulo da coisa.

Nós somos cobrados pela empresa privada que diz que a PETROBRÁS ocupa todos os espaços possíveis e imagináveis e não dá espaço para ninguém mais fazer coisa nenhuma e que há dificuldade para arranjar mercado de trabalho aí fora, que não tem condição da empresa privada nacional de evoluir. Nós somos cobrados também pela sociedade como um todo para atender ao mercado do País de uma maneira adequada, a tempo e a hora com um produto qualificado e a preços adequados.

Repare, Deputado, que muitos desses objetivos são conflitantes. Nós não conseguimos atingir a todos eles simultaneamente. Um exemplo típico desses objetivos conflitantes é um pouco disso que o Sr. está dizendo, de contratação de mão-de-obra. O caso de Enchova, que V. Ex* citou como sendo um dos motivos, sem dúvida, um negócio lamentável. Olhe, Deputado, a empresa que opera Enchova, a empresa que a PETROBRÁS contratou, é tida, internacionalmente, como sendo competente, capaz para fazer o serviço que ela vinha executando. Isso é fora de dúvida, pela tradição, pelo passado, que essa empresa que vinha prestando este tipo de serviço não só no Brasil, como fora; sem dúvida ela era competente para fazer aquele tipo de serviço. O que aconteceu, na prática, é que ela estava fazendo um serviço inadequadamente, em função da circunstância em que ela atravessou lá. O relatório, que o Sr. tem em mãos, traduz efetivamente a realidade dos fatos. Eu não vou entrar no mérito. Isso seria fácil até de explicar o erro cometido por ela, mas um erro gritante. Mas que uma empresa competente como ela é, e pela tradição que ela mostrava, não tenho dúvidas que ela tinha conhecimento que estava fazendo uma coisa inconveniente. Mas isso acontece. Acontece de pessoas capazes, às vezes, cometeram erros que levam a este tipo de consequência.

Mas o problema da contratação em si, Deputado, é um problema que nos aflige. Nós temos esse tipo de preocupação. Nós procuramos suprir as nossas unidades, seja industrial, seja de exploração e produção, com o melhor tipo de serviço, com o melhor tipo de empregado. Mas veja, seria humanamente impossível, porque nós enfrentaríamos problemas das mais variadas naturezas, e vamos dizer assim, quase que um clamor da sociedade, se nós quiséssemos fazer, dentro da empresa, tudo que a empresa precisa. Isso é fora de dúvida que seria desejável...

O SR. MÁRIO LIMA — Apenas para corrigir uma interpretação não correta. Eu não prego, nós não pregamos a idéia de fazer tudo, mas sim fazer o essencial e o que implica em risco para o equipamento e para a vida dos trabalhadores.

O SR. ARMANDO GUEDES COELHO — Certo. Entendo a colocação de V. Ex*.

O SR. MÁRIO LIMA — Eu admiti que V. Sa. estava interpretando mal...

O SR. ARMANDO GUEDES COELHO — Não. Eu entendo. Como tese, a PETROBRÁS não pode caminhar para esse rumo de procurar fazer tudo que é possível. Porque é possível sempre se fazer alguma coisa. E garanto aos Srs., estou plenamente de acordo que, se

nós fôssemos fazer, nós faríamos melhor. Eu não tenho dúvida disso. Porque nós somos uma empresa, vamos dizer assim, especializada nessa área. E como bem o Sr. disse nós temos uma tradição de procurar adequar o nosso homem à importância do que ele vai fazer, da responsabilidade, a capacitação para ele fazer aquilo adequadamente. Mas, se nós levarmos isso a extremo, realmente nós ficaríamos uma empresa com 200, 300 mil empregados, ela seria impossível de ser gerida. Esse não é o nosso objetivo. Então, o alinhamento que a PETROBRÁS toma, nesse particular, é procurar fazer com que o serviço considerado fim, seja feito por empregado da companhia, por exemplo: na área de refinação, que é a área que o Sr. lida com mais frequência, e lida muito bem, a nossa preocupação é que, na atividade de processamento, que é a atividade-fim, para a qual a PETROBRÁS existe, a parte de industrial-refinação, essa seja feita por empregado treinado para o serviço e preparado pela companhia. Esse é um princípio; nós não admitimos ou nós não estamos de acordo em que se faça contratação nessa área específica, porque...

O SR. MÁRIO LIMA — Mas são feitos.

O SR. ARMANDO GUEDES COELHO — Deputado, se são feitos, são feitos indevidamente, porque há instruções bastantes claras para que, na área de processamento, o trabalho seja feito por empregado da PETROBRÁS igualmente treinado pela PETROBRÁS. Evidentemente isso não se passa na área de manutenção. A área de manutenção é uma área-meio da companhia. Então, a preocupação nossa, na área de manutenção, é que aqueles serviços que sejam considerados e aí Deputado a fronteira não é muito simples de se estabelecer ela é meio cinzenta, porque tem uma área que pode ser considerada área de alta segurança, outra área que não seja considerada. Isso é muito em função de quem está examinando, em função do enfoque que está se dando. Mas, de qualquer maneira, a diretriz-base é que os serviços que sejam considerados essenciais para garantia e para segurança do equipamento, que nós tenhamos, pelo menos, gente preparada para fazê-lo. Aquele serviço que não seja considerado de extrema segurança, nós vamos procurar contratar.

Porque aí, Deputado, vem o aspecto, que é de difícil administração, mas que tem que ser administrado por alguém, que há uma forte pressão por parte das empresas privadas, para que tenham um espaço de trabalho, para o qual elas se dizem capacitadas, e que, se não estão capacitadas, elas precisam se capacitar e que a PETROBRÁS não pode, indefinidamente, ficar com essas áreas todas em sua mão. Então nós temos que gerir isso. Isso é um fato. Chama-se lobby, existe lobby nesse sentido, e nós temos que administrar. Na medida do possível, nós procuramos preparar essas empresas e, na área industrial, eu confesso que eventualmente a gente não consegue fazer da melhor forma, acontecem coisas, como o senhor disse, mas que a área industrial procura gerir de tal forma, que se prepara adequadamente essas empresas para prestar esse tipo de serviço para nós, de forma tal que ele saia a tempo e a hora, numa qualidade adequada e que seja a um preço menos do que nós conseguiríamos fazer.

V. Ex.^a não tenha dúvida, o empregado da PETROBRÁS é um empregado caro pela qualificação que ele tem, pela tradição que ele tem. Ele funciona numa área que normalmente tem que se reportar a quem está paralelamente a ele. Então, se nós fizermos todos os nossos serviços, com empregados internos, sem dúvida, esse serviço vai sair caro, e saindo caro, Deputado — essa é a nossa preocupação, eu gostaria que o Senhor tivesse também um pouco disso, e os nossos empregados todos tivessem — na medida em que a PETROBRÁS se transforma numa empresa, se ela leva a qualidade de serviço ao usuário, o grande usuário, que é a população brasileira, de uma maneira cara, a empresa não vai ser bem-vista, seguramente ela vai ser criticada. Então, nós temos que levar um serviço bom e barato e essa administração não é fácil.

É isso que nós procuramos fazer; na medida em que a gente sinta que uma empresa não está procedendo adequadamente, nós procuramos substituir por uma outra mais adequada. Nós temos certos padrões, e o Dr. Alberto, que o Senhor conhece há muitos anos, tem sido um batalhador incansável ao estabelecer padrões míni-

mos de contratação para esse tipo de empresa, exatamente para nós provermos garantia e qualidade. Agora, não é fácil fazer isso. Nós confessamos que não somos onipotentes, nós não conseguimos levar o serviço que nós desejariamos. Às vezes, nós temos tido problemas e em muitos casos problemas sérios, os quais nós procuramos evitar e procurar corrigir para o futuro. Mas essa é uma consequência. Deputado, com a qual, seguramente, nós vamos ter que conviver, porque esse é um alinhamento que a PETROBRÁS tem que fazer, ela tem que resguardar. E não é só na área industrial.

Na área de exploração e produção há uma tremenda luta nesse sentido também, de procurar criar um espaço para a empresa privada nacional, inclusive, para trazer tecnologia. A tecnologia não pode ser só nossa, da PETROBRÁS, tem que haver uma tecnologia nacional nas várias áreas, porque na medida em que ela aja na área industrial, na área de exploração, na área de transporte, na área de manutenção, isso vai ser usado pela sociedade brasileira como um todo. Quer dizer, se a PETROBRÁS fizer isso, à custa de algum sacrifício do que seja desejado, com um mínimo possível, nós estaremos dando uma contribuição tremenda à sociedade brasileira.

É dentro desse ângulo que eu gostaria de colocar para o senhor como é que é a PETROBRÁS, ou a alta administração da PETROBRÁS, particularmente na área industrial.

O SR. PRESIDENTE (João Calmon) — Agradeço a V. Sa. Dr. Armando Guedes Coelho, seu depoimento tão objetivo e lamentamos não poder prolongar ainda mais esse debate, em virtude de nós termos sido mobilizados pelas Lideranças dos nossos Partidos para estarmos no Plenário do Senado a partir das 14,30 horas. Mas, agradeço a sua excelente colaboração, a do nobre Deputado Mário Lima, que deu uma contribuição realmente preciosa e ao nosso admirável Relator, o nobre Senador Severo Gomes.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 14 horas.)